

**Ministério do Desenvolvimento Agrário / Food and Agriculture
Organization**

**Perfil das Instituições de Assistência Técnica e
Extensão Rural para Agricultores Familiares e
Assentados no Brasil**

Relatório da Região Centro- Oeste

Abril de 2003

Perfil das Instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e Assentados no Brasil

EQUIPE

Sul

Coordenação: Adoniram Peraci e Dino de Castilhos - DESER
Pesquisadoras: Jovânia Müller e Vanessa Coelho - FAO

Sudeste/Centro Oeste

Coordenação: Rosângela Cintrão (Bibi) - FAO
Pesquisadores Sudeste: Lecir Peixoto e Luiz Carlos Beduschi - FAO
Pesquisadoras Centro- Oeste: Ana Carolina Pareschi e Luciana Padovezi - FAO

Nordeste

Coordenação: Gabrio Marinozzi - FAO
Pesquisadoras: Ana Elisa Felicônio - FAO,
Ana Georgina Rocha e Ana Mônica de Paula - FAO

Norte

Coordenação: Iran Veiga - NEAF/UFPa
Pesquisadores: Ailton Dias e Romier Souza - FAO

Tratamento da Informação

Gerenciamento Banco de Dados e Mapas: Anael Cintra - DESER
Banco de Dados: Liana Fontelles - SAF/MDA
Apoio: Márcio Medeiros - FAO

Colaboração

Iara Altafin e Luiz Rocha - FAV/UnB

Coordenação Geral

Márcia Muchagata - FAO

A equipe é responsável pelos dados técnicos e também por opiniões aqui expressas, as quais podem não ser as mesmas da FAO, MDA, SAF ou instituições de origem dos pesquisadores.

INDICE

SIGLAS UTILIZADAS.....	10
RESUMO EXECUTIVO.....	12
Introdução e metodologia	12
Perfil institucional da ATER na Região Centro- Oeste	12
Breve caracterização das Categorias	14
Categoria 1 - Governamentais de ATER.....	14
Categoria 2 – Prefeituras	14
Categoria 3 – Organizações Não- Governamentais – ONG’s.....	14
Categoria 4 – Representativas de Agricultores	15
Categoria 5 – Prestadoras de Serviços	15
Categoria 6 – Cooperativas de produção	16
Categoria 7 - Ensino e Pesquisa	16
Categoria 8 - Cooperativas de Crédito	16
Categoria 9 - Agroindústrias	16
Categoria 10 - Outras Públicas	16
Categoria 11 – Sistema “S”.....	16
Aspectos principais da ATER na região Centro- Oeste	17
Natureza institucional e importância da ATER.....	17
Histórico	17
Público Atendido	17
Abrangência	18
O que fazem as instituições – principais linhas de atuação	18
Métodos do trabalho de ATER.....	18
As relações inter- institucionais	19
Recursos Humanos	19
Orçamento e Origem dos Recursos Financeiros	20
Custos da ATER.....	20
Amplitude de Cobertura dos Serviços de ATER.....	20
Resultados	21
Principais entraves	21
Limites e Potencialidades	22
1 Introdução	23
2 Metodologia	23
1) LISTAGEM	24
2) QUESTIONÁRIOS:.....	26
3) ENTREVISTAS.....	27
3 As instituições de ATER na região Centro- Oeste	29
3.1. Instituições Governamentais de ATER	29
3.2. As Prefeituras Municipais	31
3.3. Outras instituições atuando com ATER.....	33
Prestadoras de Serviços	34
Cooperativas de Produção	36
Organizações Não- Governamentais – ONG’s.....	37
Ensino e Pesquisa	39
Cooperativas de Crédito	41
Representativas	42
Agroindústrias	43
Outras Públicas	43
Sistema “S”.....	44
4 Perfil Institucional das Categorias	45
4.1. Natureza institucional e a importância da ATER para as diferentes instituições	45
4.2. Histórico das instituições	46
Histórico das Governamentais de ATER.....	47
Histórico das demais categorias da amostra	48
Fonte: Questionários e Tabela 3.1.....	50
4.3. Perfil do público atendido	53

4.6. Abrangência de atuação	55
5 O que fazem as instituições de ATER na região Centro Oeste	56
6 Como é feita a ATER - Métodos	63
6.1 Atividades realizadas e enfoque tecnológico e metodológico	64
6.1.1 Eixos de atuação e enfoque tecnológico	64
6.1.2 Acesso à informação	68
6.1.3 Grau de Participação dos beneficiários	68
6.1.4. Metodologias de planejamento e análise da realidade	70
6.2 Relação com outros atores institucionais	71
6.2.1 Parcerias e relações institucionais	71
6.2.2 Participação em fóruns e conselhos	72
7 Como é feita a ATER no Brasil – Meios	73
7.1 Recursos Humanos	73
7.1.1 Perfil profissional dos trabalhadores na ATER.....	74
7.1.2 Cobertura da ATER: famílias, municípios e instituições	75
7.1.3 Fonte de informações dos trabalhadores da ATER.....	77
7.1.4 Remuneração dos trabalhadores da ATER.....	78
7.2 Infra- estrutura e recursos para o trabalho da ATER.....	79
7.2.1. Estrutura para o Trabalho	79
7.2.2. Orçamento das Instituições	80
7.2.3. Origem dos recursos financeiros	81
7.2.4 Os Custos da Ater	83
8- Balanço das realizações da ATER	86
8.1. Amplitude da cobertura dos serviços de ATER	86
8.1.1. Público potencial e público atendido pelas Governamentais de ATER.....	86
8.1.1. Cobertura Geográfica dos Serviços de ATER.....	88
8.2. Os resultados do trabalho das instituições de ATER.....	89
8.2. Por que não se faz mais: os entraves apontados pelas instituições.	91
9 ATER e desenvolvimento sustentável: limites e potencialidades	96
9.1. Os principais limites para uma ATER melhor e mais ampla	96
9.2. Limites e Potencialidades de cada Categoria	98
Governamentais de ATER.....	98
Prefeituras	100
ONG's.....	101
Prestadoras de Serviço.....	102
Cooperativas de Produção	103
Ensino e Pesquisa	103
Sistema “S”.....	104
Bibliografia	106
Tabela 2.1. Número de instituições identificadas (Listagem) e número e proporção de instituições que responderam ao questionário - por categoria e por estado para a região Centro- Oeste	90
Tabela 2.2: ENTREVISTAS - Número de instituições entrevistadas, por categoria e por estado ..	90
Tabela 2.3. Classificação das instituições em sub- categorias de acordo com a resposta ao questionário, em percentagem dentro da categoria	92
Fonte: Questionários	92
Tabela 3.1: Ano de criação das instituições e ano de início do trabalho com ATER (em %do total de instituições).....	93
Tabela :3.2. - Atividade principal e estatuto das instituições que responderam ao questionário (em %do total de instituições).....	94
Tabela 3.4. Principais linhas de atuação das instituições, em percentagem das instituições que declararam desenvolver atividades nessa área	95
* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3. No entanto, as instituições estão computadas no total geral.	96
Tabela 3.5.a. Origem dos Recursos: Instituições que têm acesso a cada fonte de recursos (em % das que responderam)	97
Categorias	97

** As porcentagens desta categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.	97
Tabela 3.5.b. Principais fontes de recursos das instituições (%média do peso do financiamento - questionários que responderam à questão)	98
Categorias	98
Tabela 3.5.c. Participação de cada fonte no montante total destinado à ATER da categoria*	98
Tabela 5. Indicadores de abrangência espacial das instituições governamentais de ATER.....	99
Tabela 5.2.a. Tipos de relação entre prefeituras municipais e Governamentais de ATER.....	99
Tabela 5.3. Peso de cada categoria no total dos Estados e regiões, de acordo com o número de instituição identificadas (Listagem), excluindo Governamentais de ATER e prefeituras	101
Tabela 5.4. Abrangência de atuação das instituições (em %do total de questionários).....	102
1.1.1.1.1 Famílias atendidas	102
* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.	103
Tabela 5.5. Público Alvo principal (Frequência - por Categoria - em %do total de instituições).....	104
Tabela 5.6. Distribuição do público atendido de acordo com a classificação do PRONAF (média das %de famílias atendidas por instituição)*.....	104
Tabela 5.6.b. Distribuição do público atendido de acordo com a classificação do PRONAF	106
Tabela 5.6.b1. Governamentais de ATER - Distribuição do público atendido de acordo com a classificação do PRONAF.....	106
Tabela 5.6.c. No. de instituições que atende cada público (em porcentagem, considerando apenas as que responderam à questão)	108
Tabela 5.7.a. Relação entre Público Atendido e Público Potencial –	109
Tabela 5.7b. - Público Potencial de Agricultura Familiar no Centro- Oeste - No. Estabelecimentos e %no Total de Agric.Familiar	110
Tabela 5.7b1. - Público Potencial no Centro- Oeste - No. Total de Estabelecimentos (familiar e patronal)	110
Tabela 6.1.a. Funcionários atuando com ATER: Relação Pessoal de Apoio e Administrativo X Pessoal atuando diretamente com público- alvo	112
Tabela 6.1. Formação profissional dos trabalhadores da ATER (incluindo os que não atuam diretamente com público alvo) - %por categoria	114
Tabela 6.1.b. Formação dos trabalhadores da ATER - Agregada (incluindo os que não atuam diretamente com público alvo - %por categoria).....	114
Tabela 6.2. Composição do Quadro Técnico de ATER atuando diretamente com o público- alvo,....	115
Tabela 6.2.a. Composição do Quadro Técnico de ATER atuando com o público- alvo – Subtotais (%das instituições) Fonte: Tabela 6.2.....	115
Tabela 6.4. Síntese dos Indicadores para Avaliação do Custo da ATER - Por categoria (porcentagens e medianas)	116
Tabela 6.4.a . Número de Famílias atendidas por técnico que atua diretamente com público alvo (por instituição que respondeu)*	118
Mediana	118
Tabela 6.4.b.Número de técnicos atuando diretamente com público alvo por município atendido (por instituição que respondeu)*	118
Médio	118
6.4.c. Equipe técnica atuando com o público alvo – Número de técnicos por instituição	119
Mediana	119
Tabela 6.4d. Governamentais de ATER - Síntese de Indicadores para avaliação de Custo	120
Tabela 6.5. Governamentais de ATER - Relação entre número de técnicos e público atendido e potencial.	120
Tabela 6.7. Níveis Salariais dos técnicos de nível médio (Salários médio, mínimo e máximo, em início e final de carreira).....	122
Tabela 6.7.a Níveis Salariais dos técnicos de nível superior (Salários médio, mínimo e máximo, em início e final de carreira).....	122
Tabela 6.7.b .Níveis salariais das Governamentais de ATER.....	122

Tabela 6.8. Estrutura física para o trabalho da ATER (Porcentagem de instituições que possuem estrutura, por categoria).....	124
Tabela 6.9. Orçamento Total e Orçamento destinado à ATER (ano 2001, por categorias).....	125
Tabela 7. Nível de Participação dos Agricultores – Tabela Síntese (em % das instituições).....	126
Tabela 7.a Participação dos Agricultores nas Governamentais de ATER.....	126
Tabela 7.1. Forma de definição das prioridades de ATER pelas instituições (em porcentagem das instituições, por categoria).....	127
Tabela 7.2. Forma como as instituições se relacionam com os beneficiários (em porcentagem das instituições, por categoria).....	127
Categoria	127
Tabela 7.3. Linhas de atuação adotadas para públicos específicos (% das repostas).....	129
Tabela 7.4. Linhas de atuação adotadas para públicos específicos, de acordo com os critérios do PRONAF (em % das repostas).....	129
Tabela 7.5. Utilização de instrumentos de diagnóstico, planejamento e monitoramento (em % das instituições, por categorias).....	131
Categoria	131
Tabela 7.6. Principais meios utilizados pelas instituições para obtenção de informações técnicas* (% instituições que utilizam, por categoria).....	131
1.1.1.1.1.1.1.2 Categoria	131
Tabela 7.7. Desempenho de atividades formais de difusão e geração de tecnologia pelos beneficiários, apoiados pelas instituições	133
Tabela 7.8. Forma de participação do público alvo no processos de tomada de decisão das instituições (em % das instituições, por categoria).....	133
Tabela 7.9. Participação dos agricultores na geração e difusão de tecnologias X Experiências dos agricultores como fonte de informações técnicas	135
Tabela 7.10. Realização de trabalhos em parceria pelas instituições (em % das instituições, por categoria).....	136
Tabela 7.13. Participação das instituições em Conselhos, Fóruns e Câmaras Técnicas (por categoria, em % das instituições).....	136
Tabela 7.11. Tipos de instituições com as quais cada uma das categorias realiza trabalhos em parceria (em % das instituições).....	138
Categoria	138
Tabela 7.12. Finalidade das Parcerias por Categoria (em %).....	138
1.1.1.1.1.1.1.3 Categoria	138
Tabela 8.2 : Principais entraves para uma melhor atuação apontados pelas instituições (em % das instituições, por categoria)*.....	140
1.1.1.1.1.1.1.3.1 Categoria	140
ANEXO 2 – MAPAS.....	125
MAPA 1 – Governamentais de ATER: Escritórios Centrais, Regionais e Locais	126
MAPA 2 – Distribuição Geográfica das Prestadoras de Serviços	127
MAPA 3 – Distribuição Geográfica das ONG's	128
MAPA 4 – Distribuição Geográfica das Representativas	129
MAPA 5 – Distribuição Geográfica das Cooperativas de Produção	130
MAPA 6 – Distribuição Geográfica das Insituições de Ensino e Pesquisa	131
MAPA 7 – Distribuição Geográfica das Cooperativas de Crédito	132
MAPA 6 – Distribuição Geográfica das Agroindústrias	133
MAPA 9 – Número total de instituições por município, exceto as Governamentais de ATER e as Prefeituras.	134

ÍNDICE DE BOXES

Box 1 - APA e COOMSTEC – dois tipos de prestação de serviços	35
Box 2 - A Cooperativa dos Produtores do Centro Oeste - COPACENTRO.....	36
Box 3 - FASE-MT e FLORA Sul: dois tipos de ONG's.....	38
Box 4 - GERA/UFMT e EFA-COAAMS: Pesquisa, extensão, ensino e ATER.....	40
Box 5 - Os programas desenvolvidos pelas Governamentais de ATER.....	58

Box 6 - A Secretaria de Agricultura de Dourados- MS.....	60
Box 7 - O CEDAC-GO e uma possibilidade de sistematização de informações	68
Box 8 - Metodologia de planejamento e análise da realidade na EMPAER-MT.....	71
Box 9 - O atendimento das ARCO e da CPT- MS.....	76
Box 10 - As atividades da ARCA-DF.....	82
Box 11 - A verticalização da produção – APROVE e IDATERRA.....	90
Box 12 - A Valorização dos Produtos do Cerrado – os Programas do CEDAC.....	91

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Número de Instituições Identificadas (Listagem), número de Questionários, taxa de retorno dos questionários e número de entrevistas realizadas - Região Centro- Oeste	28
Quadro 2 - Instituições Governamentais de ATER da Região Centro- Oeste	30
Quadro 3 - Indicadores de Abrangência Espacial das Governamentais de ATER	31
Quadro 4 - Total de Municípios e Prefeituras que fazem ATER	33
Quadro 5 - Governamentais de ATER - Participação dos Agricultores nas Atividades	68
Quadro 6 - Participação dos agricultores nas diferentes etapas da ATER	69
Quadro 7 - Cobertura da ATER - por categorias	75
Quadro 8 - Nível Salarial Médio - Por Estado (Região Centro- Oeste)	78
Quadro 9- Níveis Salariais das Governamentais de ATER do Centro- Oeste (ano 2002)	79
Quadro 10 - Indicadores para análise de custos da ATER (por categoria).....	83
Quadro 11 - Indicadores de custos da ATER das Governamentais de ATER (por estado).....	85
Quadro 12 - Frequência dos entraves para uma melhor atuação apontados pelas instituições (por categoria, em porcentagem das instituições que responderam)	93

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Peso numérico de cada categoria - Sem Governamentais de ATER e Prefeituras	33
Gráfico 2 - Ano de Criação das Instituições que responderam ao questionário (por faixas e por categorias).....	50
Gráfico 3 - Ano de início da atividade de ATER pelas Instituições (por categorias e por faixas de anos).....	50
Gráfico 4 - Principais linhas de ação das instituições do Centro Oeste (%média das três atividades principais das instituições)	57
Gráfico 5 - Principais entraves apontados pelas instituições de ATER da Região Centro- Oeste ..	92

INSERIR INDICE TABELAS E MAPAS

SIGLAS UTILIZADAS

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural
Agência Goiana - Agência Goiana de Desenvolvimento Rural (antiga EMATER-GO)
ARCA/MST– Associação Regional de Cooperação Agrícola do Movimento dos Trab.Sem Terra
ARCO – Agência Regional de Comercialização
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, compreendida como trabalhos e/ou atividades executados junto à população rural, no sentido de contribuir para a melhoria da produção agrícola, da comercialização, do manejo recursos naturais, da gestão dos estabelecimentos, da gestão social do território e do desenvolvimento local, bem como do apoio/fortalecimento das instituições rurais na negociação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural.
CEDAC - Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado
CEDR – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNDR – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EFA – Escola Família Agrícola
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER-DF - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPAER - Empresa Mato- Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FASER - Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil
FETAEG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
IDATERRA - Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa e Extensão Rural
IFAS - Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural Sebastião Rosa Paz
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONG – Organização Não Governamental
PADIC – Programa de Apoio ao Agricultor Familiar na Área de Agroindústria - Projeto dentro do Prodeagro / Secretaria do Planejamento- MT
PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMARH - Secretaria do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Habitação
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizado Rural
SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

UnB – Universidade de Brasília

RESUMO EXECUTIVO

Introdução e metodologia

A pesquisa que deu origem a este documento foi realizada a nível nacional, por demanda da Secretaria de Agricultura Familiar, e teve com objetivo conhecer melhor os serviços de ATER no Brasil, identificando quais são as instituições públicas e privadas que trabalham com ATER atualmente, onde estão, a quem atendem, como trabalham, que recursos financeiros e humanos mobilizam para o seu trabalho e quais são os limites da sua atuação. Este relatório apresenta os resultados da região Centro-Oeste.

A concepção de ATER utilizada na pesquisa foi abrangente, incluindo todas as instituições que realizam trabalhos e/ou atividades junto à população rural, no sentido de contribuir para a melhoria da produção agrícola, da comercialização, do manejo recursos naturais, da gestão dos estabelecimentos, da gestão social do território e do desenvolvimento local, bem como do apoio/fortalecimento das instituições rurais na negociação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural. Para efeito de levantamento e de análise dos dados estas instituições foram classificadas em 11 categorias, de acordo com seu perfil institucional, e toda a pesquisa foi feita com base nesta classificação.

A análise realizada baseou-se em informações fornecidas pelas próprias instituições de ATER, com três bases de dados principais:

- Listagem de todas as Instituições que realizam ATER na região identificadas através de listagens, catálogos e consultas a informantes-chave. Foram identificadas 645 instituições, classificadas nas 11 categorias, que compõem o universo da ATER na região Centro-Oeste.
- Questionários enviados pelo correio e/ou por email para todas as instituições da Listagem, com questões fechadas e que foram respondidos pelas próprias instituições, caracterizando seu perfil e seu trabalho. A taxa de retorno foi de 25% do universo de ATER na região (160 questionários).
- Entrevistas realizadas pessoalmente com 27 instituições, com objetivo de aprofundar a análise do perfil das categorias, com questionários longos e questões abertas.

Consideramos que os resultados da pesquisa, que serão sinteticamente apresentados a seguir, representam um primeiro esforço no sentido de conhecer melhor os serviços de ATER. Têm como um dos limites principais o fato de basear-se exclusivamente nas informações repassadas pelas próprias instituições de ATER, não chegando ao público atendido ou potencial de atendimento.

No relatório, fazemos uma análise detalhada de quem são as instituições de cada categoria, qual o seu perfil, as principais atividades realizadas, o principal público atendido, os meios e os métodos para a realização do seu trabalho, bem como um balanço de sua cobertura. Neste resumo, apresentaremos alguns aspectos principais de cada item do relatório.

Perfil institucional da ATER na Região Centro-Oeste

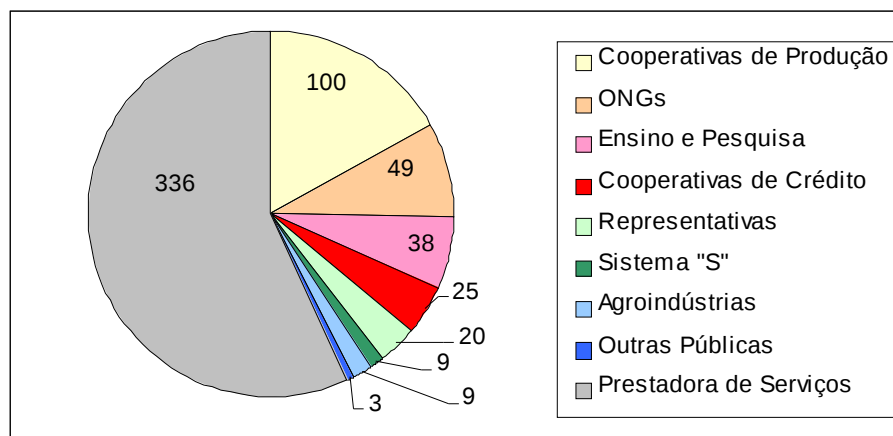
A pesquisa identificou que, especialmente a partir de meados dos anos 80 houve uma ampliação e diversificação das instituições atuando com ATER na região Centro- Oeste.

Apesar dessa diversidade, as **Instituições Governamentais de ATER** (as mais antigas na região, originárias das ACARs e EMATERs) continuam sendo as instituições de maior importância e abrangência de atuação. Elas estão presentes nos 3 estados e no Distrito Federal e são as instituições com maior infra- estrutura, volume de recursos e quadros atuando com ATER. São também as que apresentam maior capilaridade e cobertura geográfica, com uma rede de escritórios que lhes possibilita uma atuação na grande maioria dos municípios da região. São ao todo 447 escritórios locais e regionais, um número equivalente a mais de dois terços do total de instituições levantadas em nossa listagem (645 instituições).

Uma outra categoria analisada pela pesquisa foram as **Prefeituras**. A grande maioria delas tende a considerar a ATER como atribuição dos governos do estado ou federal, mas vem crescendo seu papel neste campo, e algumas poucas prefeituras (em torno de 10% do total) têm equipes de ATER próprias, com atuação independente das Governamentais de ATER.

Além das Governamentais de ATER e das Prefeituras, foram localizadas 589 instituições nas 9 demais categorias, cujo peso numérico pode ser verificado no Gráfico abaixo.

Gráfico: Numero total de instituições prestando ATER em cada categoria e peso numérico relativo, excluindo as Governamentais de ATER e as Prefeituras



Fonte: Listagem e tabela 5.3.

O perfil institucional da ATER na região reflete sua estrutura agrária extremamente concentrada e o padrão agrícola voltado para a pecuária e para a produção monocultora de grãos em larga escala. A maioria das instituições localizadas trabalha prioritariamente junto ao público patronal ou familiar mais capitalizado, ou então junto aos assentamentos de reforma agrária, significativos na região, especialmente no Mato Grosso. Depois das Governamentais de ATER, as duas categorias com maior presença na região Centro- Oeste são as **Prestadoras de Serviço**, com 336 instituições (57% do total identificado) e as **Cooperativas de Produção** (100 instituições – 15% do total), ambas voltadas principalmente para agricultores patronais, atingindo apenas residualmente os agricultores familiares. Em seguida vem as **ONGs** e as Instituições de **Ensino e Pesquisa**, que têm uma atuação importante junto ao público de assentados.

Breve caracterização das Categorias

Categoria 1 - Governamentais de ATER

Se caracterizam serem instituições de âmbito de atuação estadual, prestando serviços públicos e gratuitos, voltados prioritariamente para o público de agricultores familiares e assentados, e constituem-se nas principais entidades de ATER na região atuando junto a este público. Exceto no Distrito Federal, nos demais estados houve recentemente fusões com outros órgãos dos governos voltados para a agropecuária, de forma que elas acumulam atualmente as funções de Extensão Rural e Pesquisa, além de outras, que variam entre os estados, de regularização fundiária, fomento, defesa agropecuária, abastecimento e armazenamento.

Apresentam os maiores orçamentos de ATER da região, totalizando quase setenta milhões de reais, e sua fonte de recursos principal são os governos estaduais (89% dos recursos vêm desta fonte). Atualmente, os recursos do governo federal representam apenas 3% do montante total.

São as instituições que atuam na mais ampla gama de atividades de ATER. O público alvo atendido refere-se principalmente aos grupos A e C do Pronaf, mas há variações importantes entre os estados.

Há uma estreita relação com as prefeituras no desenvolvimento local do trabalho de ATER, que parece ter aumentado após a extinção da Embrater e o corte das verbas federais, quando as prefeituras passaram a ser uma alternativa de complementação de recursos. As formas de colaboração são bastante variadas, sendo a mais comum a Gov. de ATER pagar o salário do técnico e a prefeitura arcar parcial ou totalmente com a manutenção do escritório local.

Categoria 2 – Prefeituras

As prefeituras, através das suas respectivas secretarias de agricultura, meio ambiente, desenvolvimento ou outras, têm desenvolvido residualmente atividades de ATER na região. Em geral as prefeituras dispõem de poucos técnicos e atuam em convênio com as governamentais de ATER. O trabalho de ATER é caracterizado pelo apoio aos agricultores familiares e/ou suas organizações, especialmente a partir de conservação de estradas, serviços de patrulha mecanizada, promoção de feiras, transporte de insumos ou produção, manutenção de viveiros municipais, entre outras. O orçamento mediano para a ATER é de R\$ 40 mil por ano. O trabalho com ATER é muito recente para a maior parte delas. É a categoria que menos se utiliza de instrumentos de diagnóstico, planejamento e avaliação para o trabalho com ATER.

Categoria 3 – Organizações Não- Governamentais – ONG's

A entrada das ONGs no trabalho de ATER na região Centro- Oeste é bastante recente. A maior parte delas foi criada nos últimos sete anos e as atividades de ATER foram em geral iniciadas após alguns anos da data de criação. Várias delas surgiram em funções de problemáticas regionais, como questões sociais (principalmente a luta pela terra) ou ambientais (em geral relacionadas ao cerrado), e a ATER surge como desdobramento do trabalho. Esta categoria dispõe de orçamentos medianos anuais em torno de R\$ 76.000,00. Foram identificadas diferenciações internas nesta categoria, com 3 sub- tipos principais.

Um primeiro são as ONG's voltadas para “promoção e assessoria” de populações tradicionais ou de grupos marginalizados. Neste grupo estão presentes ONGs que acompanharam os processo de luta pela terra, e após a implantação dos assentamentos passam a incorporar a questão tecnológica entre suas atividades. Sua

principal fonte de recursos é a cooperação internacional, embora acessem também recursos públicos.

Um segundo sub-tipo são ONGs voltadas mais especificamente para transformação e comercialização da produção, como por exemplo as chamadas sistema “ARCO” (Agências Regionais de Comercialização, que são um misto com organizações de agricultores e com o governo federal), e a Associação de Apoio à Verticalização da Pequena Produção Familiar – APROVE. Têm atuação junto a um grande número de famílias, com elevadas relações entre famílias atendidas e técnicos atuando em campo. Sua principal fonte de financiamento são recursos públicos.

O terceiro sub-tipo são as Associações de Reposição Florestal. Sua fonte de recursos é principalmente privada, vinda dos consumidores de madeira que são obrigados pela legislação ambiental a financiar reflorestamentos. Estas ONG's recolhem estes recursos e oferecem mudas e assistência técnica a proprietários rurais interessados na implantação de áreas florestais. Atendem assim a um público mais diversificado e disperso geograficamente, que pode incluir desde assentados até agricultores patronais.

Categoria 4 – Representativas de Agricultores

As organizações representativas de agricultores que desenvolvem algum trabalho de ATER são muito poucas na região. A prestação de ATER data principalmente de meados dos anos 90 e é feita em geral por entidades de âmbito de atuação regional e estadual, como centrais de associações e federações de trabalhadores da agricultura. A contratação de técnicos está vinculada a projetos específicos com prazos limitados e depende muitas vezes de parcerias com instituições de outras categorias. As principais fontes de recursos para ATER do governo federal e próprias, e seus orçamentos estão entre os menores. A atividade de ATER está direcionada à organização dos agricultores, melhoria da sua produção e comercialização para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida.

Categoria 5 – Prestadoras de Serviços

As **Prestadoras de Serviço** representam em torno de metade das instituições identificadas como fazendo atividades de ATER na região Centro-Oeste. A maioria delas refere-se a Empresas de Planejamento e Consultoria Técnica, que atuam prioritariamente na elaboração e acompanhamento de projetos de crédito. Sua principal fonte de recursos é a porcentagem do crédito destinada ao pagamento de assistência técnica, e como em geral prestam assistência individual necessitam de valores de projetos elevados para tornar seu trabalho viável, o que faz com que atendam um público de faixa de renda maior. Operam com orçamentos medianos para a ATER em torno de R\$ 38 mil anuais. Apresentam grande instabilidade e flexibilidade institucional, se expandindo ou “encolhendo” conforme a dinâmica do crédito.

Esta categoria inclui também as Cooperativas de Trabalho, formadas por técnicos na área agropecuária, que surgiram principalmente a partir do Projeto LUMIAR. São poucas numericamente, e embora também atuem com a elaboração de projetos de crédito, voltam-se principalmente para o público de assentados, prestando atendimentos a grupos e se preocupando com aspectos educacionais, produtivos e organizacionais. Apresentam também elevada flexibilidade e instabilidade institucional.

Categoria 6 – Cooperativas de produção

A ATER prestada pelas Cooperativas de Produção está subordinada à sua atividade principal, que é a de baratear custos de produção e conseguir melhores condições de venda, oferecendo serviços que podem incluir desde o fornecimento de insumos até a agroindustrialização e comercialização dos produtos. A ATER oferecida entra como suporte destes serviços. É uma das únicas categorias cuja fonte de recursos principal é própria. Seus orçamentos medianos destinados à ATER estão entre os mais altos (em torno de trezentos mil reais), apesar de significarem em média 2% do orçamento total destas instituições, que é bastante elevado, mas com grandes diferenças entre elas.

Categoria 7 - Ensino e Pesquisa

Nesta categoria, a ATER prestada está vinculada às atividades de Ensino e Pesquisa, seja nas Universidades (Públicas Federais e Estaduais, e Privadas), que vêm realizando atividades de ATER no âmbito de trabalhos de extensão universitária e de projetos de Pesquisa; seja nas Escolas Agrotécnicas e Escolas Família Agrícolas, que não são muitas na região e nas quais a ATER é um complemento da formação dos alunos; seja nas EMBRAPAS e nos Institutos de Pesquisa Agropecuária, nas quais a ATER tem predominantemente um caráter de “difusão” ou “transferência” de tecnologias. É a categoria com quadros técnicos mais especializados e com diferenças internas importantes em relação formas de atuação, metodologias, objetivos, duração dos projetos, etc.

Categoria 8 - Cooperativas de Crédito

Na região Centro- Oeste a quase totalidade das Cooperativas de Crédito existentes estão integradas ao Sistema SICREDI, embora haja também SICOOB e outras independentes. A ATER, mesmo num sentido mais amplo, não é vista como uma atividade desta categoria, embora a SICREDI-MT tenha apontado como atividades nesta área a educação rural, no sentido de capacitação para a formação de outras cooperativas de crédito ou de orientações para a tomada do crédito.

Categoria 9 - Agroindústrias

Há muitas agroindústrias e integradoras na região Centro Oeste, especialmente ligadas ao setor leiteiro, de carnes, de cereais e à avicultura. Porém, a maior parte delas é de grande porte e não desenvolve trabalhos de ATER com agricultores familiares ou assentados. Os agricultores familiares integrados às agroindústrias são em geral mais abastados. A ATER realizada diz respeito às necessidades técnicas de qualidade, produtividade, constância e pontualidade da produção e de infra- estrutura específica que as agroindústrias controlam.

Categoria 10 - Outras Públicas

Na região Centro Oeste foram encontradas poucas instituições nesta categoria. Ao nível dos governos do estado, isso se explica provavelmente pelo fato de diversos órgãos estaduais ligados à questão agrária e agrícola terem se fundido nas Governamentais de ATER. As Superintendências regionais do INCRA declararam não desempenhar atividades de ATER, estabelecendo convênios com outras instituições. A ATER se dá em função de projetos específicos nos âmbitos de atuação das instituições.

Categoria 11 – Sistema “S”

Nesta categoria estão o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) dos três estados da região e no Distrito Federal. Tanto o SEBRAE quanto o SENAR desenvolvem prioritariamente

curso de qualificação ou capacitação em diversas áreas. Os cursos privilegiam a produção, a transformação, a comercialização e procuram estimular o empreendedorismo e o associativismo, objetivando a qualidade total.

Aspectos principais da ATER na região Centro- Oeste

Natureza institucional e importância da ATER

Quase metade das instituições que responderam ao questionário são públicas nos diferentes níveis (federal, estadual e municipal), incluindo aí as categorias Governamentais de ATER, Prefeituras e Outras Públicas, e a maioria das de Ensino e Pesquisa. As demais categorias têm a maioria ou totalidade de instituições como não públicas.

A ATER é atividade principal apenas de metade das instituições que responderam ao questionário, indicando que metade delas tem a ATER como atividade secundária, subordinada a seus objetivos e missões principais. A ATER é atividade principal para a totalidade ou quase totalidade das categorias Governamentais de ATER e Prestadoras de Serviço. Ela não é atividade principal na grande maioria das Cooperativas de Produção, Agroindústrias, e Sistema “S”. No caso das ONGs, Representativas e Ensino e Pesquisa as respostas foram divididas entre as que não responderam (o que pode indicar que não consideram o que fazem como ATER), as que consideram que ATER é atividade principal e as que consideram que não é.

Histórico

O histórico das instituições que responderam ao questionário indica que o quadro de instituições atuando com ATER se alterou bastante nos últimos 20 anos. Mais de 80% das instituições que responderam ao questionário iniciou suas atividades de ATER após 1985, sendo que mais de metade delas iniciou estas atividades após 1995. As Governamentais de ATER são as mais antigas, e passaram por mudanças institucionais ao longo do tempo, como as referidas fusões com outros órgãos dos governos dos estados.

Público Atendido

Com relação ao público atendido, vimos que as categorias com maior presença numérica na região voltam sua atuação principalmente para o público de agricultores patronais (não atendidos pelo Pronaf) ou familiares mais capitalizados (grupos C e D do Pronaf), como é o caso das Prestadoras de Serviço (especialmente as empresas de planejamento) e das Cooperativas de Produção, mas também das cooperativas de crédito e as agroindústrias.

As demais categorias voltam-se quase exclusivamente para o público de agricultores familiares, predominando os assentados (grupo A), como é o caso das ONGs, Prefeituras, Instituições de Ensino e Pesquisa e Outras Públicas. As Representativas atendem aos grupos A (assentados) e C. O Grupo B, de agricultores familiares de mais baixa renda, é o menos atendido pelas instituições presentes na região, aparecendo com alguma significância (de mais de 10% do público atendido) apenas para as Prefeituras, Governamentais de ATER, Ensino e Pesquisa e Agroindústrias

As instituições com maior abrangência e cobertura voltadas para o público de agricultores familiares e assentados são as Governamentais de ATER. As instituições do Sistema “S”, que têm presença importante, não souberam informar o perfil do público atendido em termos das faixas de renda.

Abrangência

A maioria das instituições que responderam ao questionário tem âmbito de atuação para além do local e municipal (60% delas). O âmbito local aparece somente na categoria Representativas (14% das instituições que responderam). A atuação municipal aparece como significativa somente nas Prefeituras (100% delas) e nas Representativas (29%).

A grande maioria das categorias têm predominantemente instituições que declaram atuar em âmbito intermunicipal ou estadual. Porém, a análise do número de famílias e de municípios atendidos indica que somente as Governamentais de ATER e as instituições do Sistema “S” têm alcance efetivamente estadual. Nas demais categorias, o número mediano de municípios atendidos varia entre 5 e 22, e o de famílias atendidas entre 50 e 500 famílias, indicando que os serviços de ATER são prestados no máximo a um conjunto de municípios circunvizinhos (em geral em torno do município sede da instituição), ou a alguns municípios dispersos (num estado ou em mais estados). Ao que parece, o âmbito de atuação está mais relacionado com diferentes objetivos e estratégias de intervenção do que com seu efetivo alcance geográfico e em número de famílias atendidas.

O que fazem as instituições – principais linhas de atuação

Foi perguntado às instituições quais são suas três principais linhas de atuação. No total geral das que responderam ao questionário aparecem principalmente “técnicas e práticas produtivas” (76% das instituições), “elaboração de projetos” (50%), “manejo e conservação de recursos naturais” (49%), e “gestão dos estabelecimentos” (42%). No entanto, as associações entre estas linhas variam entre as categorias.

O trabalho com “técnicas e práticas produtivas” está associado principalmente com a “elaboração de projetos” nas Governamentais de ATER, nas Prestadoras de Serviço e nas Cooperativas de Produção, o que indica provavelmente uma atuação nos moldes mais convencionais de ATER. Nas Gov. de ATER a terceira atividade mais importante é a “transformação da produção”, que aparece também entre as principais para as agroindústrias e para uma parcela das Representativas e ONGs.

O trabalho com “técnicas e práticas produtivas” está associado com “manejo e conservação de recursos naturais” nas ONGs, Prefeituras, e instituições de Ensino e Pesquisa, indicando que uma visão integrada de tecnologia e meio ambiente, provavelmente numa linha de agroecologia e de desenvolvimento sustentável. No entanto, o “manejo e conservação de recursos” aparece como significativo em praticamente todas as categorias (com exceção apenas das Agroindústrias e do Sistema “S”), indicando que a preocupação ambiental vem se incorporando ao trabalho de ATER.

Métodos do trabalho de ATER

Na questão do método foram avaliados o enfoque tecnológico e o grau de participação dos beneficiários. Assim como a questão ambiental vem se incorporando ao trabalho de ATER, também parece haver um certo consenso sobre a necessidade de participação dos agricultores no processo de ATER, e todas as categorias apresentam participação dos agricultores em alguma etapa do trabalho.

As ONGs, Representativas e instituições de Ensino e Pesquisa (estas últimas com diferenças internas significativas) parecem ser as instituições com maiores espaços de participação, definindo suas prioridades através da demanda dos agricultores ou diagnósticos; relacionando-se com os beneficiários principalmente através de suas organizações e grupos comunitários; desenvolvendo metodologias participativas de

elaboração de diagnósticos, planejamento e avaliação; utilizando conhecimentos e saberes dos agricultores ou locais como uma das principais fontes de informações técnicas; tendo participação dos agricultores na tomada de decisões e no desempenho de atividades formais de geração e difusão de tecnologias; incluindo agricultores em suas equipes técnicas. Especialmente as ONGs parecem ser muito inovadoras do ponto de vista metodológico, tanto no que diz respeito ao meio ambiente quanto à participação.

No outro extremo estão as Prestadoras de Serviço, as Cooperativas de Produção e as Agroindústrias, que parecem organizar seus serviços principalmente numa linha difusionista. As Governamentais de ATER apresentam diferenças internas, mas percebe-se em todas a busca de um processo mais participativo e de incorporação de uma visão de desenvolvimento sustentável.

As relações inter- institucionais

As parcerias permitem potencializar o trabalho de ATER e são realizadas por cerca de 80% das instituições que responderam ao questionário. Também a maioria das instituições (67%) participam em algum espaço de articulação, intercâmbio e/ ou formulação de políticas (fóruns, conselhos ou redes). No entanto, os dados apontam uma fragmentação dos serviços de ATER, com parcerias preferenciais entre algumas categorias, e quase ou nenhum contato de várias delas entre si.

As Governamentais de ATER são as que realizam os mais amplos leques de parcerias, o que atenta para a sua centralidade no trabalho de ATER. Já as organizações de agricultores são o tipo de instituição mais procurado para o estabelecimento de parcerias, o que aponta para o potencial da categoria Representativas como apoio e potencialização dos serviços de ATER. Isso é confirmado pela importância que assumem para as diferentes categorias as atividades de “apoio institucional à organização de agricultores”. É também a categoria que circula pelo mais amplo leque de conselhos, fóruns e redes.

No outro extremo, as categorias Prestadoras de Serviço, Cooperativas de Produção e Agroindústrias são as que apresentam maior isolamento em relação a outras instituições de ATER, com os menores índices de parcerias e de participação em conselhos, fóruns e câmaras técnicas. Quando participam muitas vezes o fazem em conselhos específicos destas categorias. As ONGs apresentam elevados índices de parcerias e de participação em fóruns e redes, mas principalmente com outras ONGs e Representativas, tendo baixa interação com as demais categorias.

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural são os que contam com participação mais ampla (em categorias e porcentagem de instituições), o que aponta para o seu potencial enquanto instância articuladora da ATER. Chama a atenção a participação das instituições numa multiplicidade de outros conselhos, o que pode também estar fragmentando as discussões de ATER.

Recursos Humanos

A pesquisa analisou o quadro total de funcionários atuando com ATER, as equipes técnicas totais e os técnicos atuando diretamente com o público alvo. As equipes atuando técnicas diretamente com o público alvo não variam muito entre as categorias, sendo em geral pequenas, entre 2 e 6 técnicos. Mesmo as Governamentais de ATER, que apresentam uma média de mais de 200 técnicos por instituição, têm equipes locais com média de 2 a 5 técnicos.

Agônomo e técnicos agropecuários (nível médio) predominam em todas as categorias, representando na média geral respectivamente 27% e 28% do quadro técnico atuando

com público alvo, e sendo praticamente as únicas formações nas Prestadoras de Serviço. Os veterinários aparecem como 3ª formação mais importante (17% na média geral), principalmente nas Governamentais de ATER, Sistema “S”, Cooperativas de Produção, Agroindústrias, Outras Públicas. As ONGs, Instituições de Ensino e Pesquisa as Prefeituras são as que apresentam equipes mais multidisciplinares e com maior porcentagem de profissionais da área de humanas.

Orçamento e Origem dos Recursos Financeiros

As Governamentais de ATER possuem orçamentos de ATER significativamente superiores às instituições das demais categorias: orçamento anual mediano de ATER de 2001 em torno de R\$ 17 milhões, enquanto o orçamento mediano do total de instituições que responderam ao questionário foi de R\$ 120 mil. Neste caso, faltaram informações de várias categorias. O maior orçamento depois das Governamentais de ATER é provavelmente o do Sistema “S”, que teve no entanto dificuldade de informar a porcentagem do orçamento destinado à ATER.

Na análise da origem dos recursos financeiros chama a atenção a importância dos recursos públicos para as diferentes categorias analisadas na pesquisa. Do conjunto de instituições que responderam ao questionário, 55% afirmam ter acesso a recursos públicos (federais, estaduais ou municipais). Além das categorias eminentemente públicas, os recursos públicos se revelam importantes também para as ONGs, Representativas, e Sistema “S”. As únicas categorias que dispõem principalmente de recursos próprios/privados são as Agroindústrias, as Cooperativas de Produção e as Prestadoras de Serviço, mas vale ressaltar que estas últimas são bastante influenciada pelas políticas públicas de crédito rural, podendo-se dizer que são indiretamente dependentes de recursos públicos.

Custos da ATER

O custo mediano anual da ATER por família atendida na região Centro- Oeste foi de R\$ 365,00 no total de instituições que responderam ao questionário. Não é possível fazer uma relação simples e direta entre custo da ATER e “eficiência” ou mesmo “qualidade” dos serviços, especialmente quando se compara instituições com diferentes objetivos, estratégias de intervenção, públicos, infra- estrutura e formação dos seus técnicos. Os níveis de acompanhamento dos agricultores e suas famílias parecem influir bastante no custo: atendimentos mais individualizados e contínuos evidentemente oneram o custo por família atendida. Os níveis salariais e o grau de formação dos técnicos também parecem pesar no custo final da ATER. Também podem estar onerando a ATER o peso da estrutura administrativa (em alguns casos apontando para o desperdício de recursos). Neste sentido, na análise dos custos da ATER a pesquisa procurou atentar para um outro conjunto de indicadores como no. famílias atendidas por técnico, porcentagem de técnicos com nível superior, custo da ATER por técnico atuando com público alvo, porcentagem de técnicos atuando com público alvo sobre o total de funcionários.

As Prestadoras de Serviço foram a categoria com maior custo mediano de ATER por família (R\$ 864,00) e as Prefeituras as com menor custo (R\$ 73,00). Já as Governamentais de ATER apresentaram um custo intermediário (mediana de R\$ 526,00), acima da mediana da região, mas com variações entre os Estados.

Amplitude de Cobertura dos Serviços de ATER

Os dados de famílias atendidas fornecidos pelas Governamentais de ATER indicam uma cobertura de 56% do público potencial de agricultores familiares da região Centro- Oeste (calculado com base em FAO- INCRA/2000). No entanto, a análise dos

dados por estado (público potencial, número de famílias atendidas por técnico, número de técnicos por município), indica que esta cobertura é provavelmente menor. Os dados do Censo Agropecuário (estabelecimentos que declaram receber assistência técnica) parecem ser mais próximos da realidade. De qualquer forma, a maior cobertura se dá no Distrito Federal e as maiores deficiências de cobertura estão no Mato Grosso, onde a importância da questão agrária e o elevado crescimento anual no número de famílias assentadas coloca um desafio para a assistência técnica.

Com relação às demais categorias, os dados permitem apenas uma avaliação da cobertura geográfica. A análise do mapa de número de instituições por município aponta uma concentração das instituições de ATER nas capitais e em alguns municípios pólo e nas áreas de agricultura mais dinâmica, bem como nos municípios ao longo dos principais eixos rodoviários. Há um grande número de municípios sem nenhuma sede de instituição a não ser a governamental de ATER. Se considerarmos que as duas categorias com maior peso numérico e mais ampla distribuição geográfica na região são as prestadoras de serviço e as cooperativas de produção, nos parece que os agricultores familiares pobres (correspondentes ao grupo B do Pronaf) são provavelmente aqueles mais desassistidos, sendo atendidos quase que exclusivamente pelas governamentais de ATER, já que as instituições das demais categorias são poucas e tendem a se concentrar nas áreas de assentamentos ou nas principais cidades.

Resultados

A análise dos resultados do trabalho apontados pelas instituições que responderam às entrevistas revelou uma ausência de mecanismos de monitoramento e avaliação do trabalho realizado, especialmente se pensado em termos de contribuição para o desenvolvimento rural. Os resultados indicados referem-se principalmente à quantificação das atividades realizadas (número de famílias atendidas, cursos, dias de campo, projetos implantados, infraestrutura construída, conselhos assessorados, etc.). Este dado é corroborado pelo fato da avaliação do trabalho ser o instrumento menos utilizado, com apenas 68% das instituições que responderam ao questionário, enquanto 83% fazem planejamento e 79% fazem diagnóstico.

Principais entraves

Os quatro principais entraves para uma melhor atuação apontados pelas instituições estão diretamente relacionados com a existência de políticas públicas: volume de recursos, continuidade de recursos e as políticas específicas para o setor, limites tecnológicos apontados respectivamente por 48%, 36%, 47% e 29% das instituições que responderam ao questionário, apontando que a existência de uma política de médio e longo prazo voltada para a ATER é um dos grandes desafios para permitir uma ATER mais ampla e de melhor qualidade. Os limites tecnológicos são apontados como 4º principal entrave. Isso, associado ao fato das instituições de pesquisa aparecerem enquanto principais fontes de informações técnicas, revela uma provável carência de tecnologias voltadas para o público de agricultores familiares, incluindo sua diferenciação interna (que abrange índios, quilombolas, extrativistas, bem como diferenças de gênero e idade) e também as especificidades ambientais dos ecossistemas regionais, especialmente o cerrado, mas também o pantanal e a Amazônia.

Limites e Potencialidades

A análise dos dados aponta para o fato de que o setor público permanece como fundamental na ATER voltada para agricultores familiares na região Centro- Oeste, seja em termos do peso das instituições públicas, seja em termos da importância dos recursos públicos, e mesmo das políticas públicas voltadas para a agricultura.

Percebe-se em geral uma grande fragmentação dos serviços de ATER prestados, o que pode estar provocando uma dispersão de recursos e esforços, mesmo que as diferentes categorias possam estar cobrindo “nichos” diferenciados em termos de público e de tipos de atividades desenvolvidas. Embora as recentes fusões de instituições ao nível dos governos estaduais dos diferentes órgãos voltados para a agricultura indique uma tendência à desfragmentação dos serviços do setor público na região, percebemos que mesmo neste setor ainda há uma visão atomizada do processo de ATER, que dissocia as atividades de pesquisa – difusão/transferência - extensão/ assistência técnica - formação/capacitação.

Tudo isso aponta para a necessidade de políticas mais amplas e de médio e longo prazos voltadas para a ATER, que aproveitem e potencializem as especificidades e as vantagens comparativas de cada categoria, ao mesmo tempo em que estimulem uma ação mais articulada entre elas, buscando ampliar e aprofundar parcerias, bem como a participação em espaços coletivos discussão de políticas de ATER, inseridas em discussões de desenvolvimento rural sustentável. Os CMDRs parecem ser espaços promissores para estas discussões, mas a integração com outros conselhos e o estímulo a fóruns e conselhos de nível micro-regional (intermunicipal) parece ser necessária, já que a maioria das instituições parecem ter atuações neste âmbito.

1 Introdução

Este relatório é resultado parcial de uma pesquisa desenvolvida a partir de uma solicitação da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, realizada dentro do Projeto de Cooperação Técnica FAO/MDA. Esta pesquisa teve como objetivo dimensionar, caracterizar e avaliar os serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) no Brasil, visando trazer elementos que contribuíssem para formulação de uma política nacional de ATER no âmbito do PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar. A pesquisa foi desenvolvida a nível nacional, envolvendo dois pesquisadores e um coordenador por grande região do país, e este relatório organiza os resultados da pesquisa na região Centro- Oeste do País¹

A necessidade de repensar uma política nacional de ATER para o país tem sido uma preocupação constante por todos ligados à área desde a extinção da EMBRATER, no início dos anos 90. No entanto, essa discussão se tornou ainda mais premente quando a avaliação de políticas públicas recentes de apoio a agricultura familiar, no âmbito do PRONAF, revelam que as deficiências no apoio técnico aos agricultores familiares e suas organizações têm representado um entrave sério para que essas políticas tenham maior alcance e atinjam seus objetivos.

2 Metodologia

É bastante grande o desafio de se fazer, dentro dos limites de tempo colocados pela pesquisa, uma “Avaliação dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural”. Os registros da evolução da assistência técnica e extensão rural no Brasil têm, pelo menos até agora, narrado a evolução desses serviços dentro de um quadro governamental, oficial, geralmente associado com as instituições que surgiram a partir das ACAR na década de 40/50, se transformaram na década de 70 nas EMATERs estaduais, criadas em todos os estados da federação, dentro de um sistema centralizado pelo governo Federal na EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Mesmo dentro deste quadro, são praticamente inexistentes pesquisas de âmbito nacional (ou mesmo regional) que analisem a evolução do quadro após a extinção da EMBRATER no início dos anos 90, a partir de quando os serviços se “estadualizam” e as trajetórias em cada Estado passam a se individualizar.

¹ A pesquisa na região Centro Oeste foi executada entre setembro/2002 e março/2003, e envolveu as pesquisadoras Ana Carolina Cambeses Pareschi (responsável pelos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul), Luciana Jacob Pandovezi (responsável pelo Distrito Federal e pelo estado do Mato Grosso), Rosângela Pezza Cintrão (coordenadora regional).

Dados os objetivos da pesquisa, que são oferecer subsídios para a formulação de uma política de ATER, no âmbito de uma proposta mais ampla de Desenvolvimento Rural Sustentável que incluía a Agricultura Familiar como um componente fundamental, algumas questões se impuseram. Uma primeira foi delimitar, dentro do quadro geral existente no país hoje, quem está fazendo ATER, ou seja, quais instituições deveriam ser incluídas no âmbito dessa pesquisa. Este na verdade passou a ser um dos papéis da pesquisa em si, que é o de um mapeamento e identificação de todas as instituições públicas, privadas, ou sem fins lucrativos que realizam serviços de ATER no Brasil. Para se delinear quem está fazendo ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, foi necessário definir a própria concepção de ATER utilizada na pesquisa².

Em todo o mundo, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) têm sido o principal instrumento pelo qual as políticas agrícolas e de desenvolvimento rural são postas em prática. Não é simples a definição do que pode ser considerado ATER, já que muitos são os tipos de serviços necessários para apoiar o desenvolvimento sustentável do mundo rural. De uma forma geral, o que percebemos na pesquisa é que há por parte dos diferentes atores sociais uma identificação entre o termo ‘ATER’, ou ainda mais especificamente do termo “Extensão Rural” e o trabalho das instituições governamentais resultantes das antigas EMATERs. No entanto, optamos na pesquisa por assumir uma concepção bastante mais abrangente de ATER, incluindo todas as instituições que realizem trabalhos e/ou atividades, junto à população rural, no sentido de contribuir para a melhoria da produção agrícola, da comercialização, do manejo recursos naturais, da gestão dos estabelecimentos, da gestão social do território e do desenvolvimento local, bem como do apoio/fortalecimento das instituições rurais na negociação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural.

Essa gama de serviços abrange desde uma ação pontual para elaboração de um projeto de crédito ou um curso rápido sobre uma cultura qualquer, até o acompanhamento contínuo a comunidades rurais ou o apoio institucional a organizações de agricultores. Pensada dessa forma, longe de estar restrita às instituições oficiais de extensão rural, podemos considerar que a ATER no Brasil está sendo realizada por vários outros tipos de instituições, que freqüentemente se especializam para desempenhar funções específicas. Não raramente, algumas dessas instituições não se reconhecem como ‘instituições de ATER’, e identificam seu trabalho com outros termos, que de certa forma marcam a sua inserção: “difusão”, “transferência”, “comunicação tecnológica”, “assessoria técnica”, “educação”, “formação ou capacitação profissional”, “extensão universitária.

Partindo desta concepção ampliada, a pesquisa foi organizada em três etapas, que resultaram em 3 bases de dados:

1) LISTAGEM

A primeira etapa da pesquisa consistiu na identificação de todas as instituições públicas, privadas, ou sem fins lucrativos que realizam serviços de ATER. Para orientar o levantamento e a análise dos dados, a equipe de pesquisa delimitou inicialmente 8 tipos ou categorias de instituições, de acordo com seu perfil institucional e sua

² Como coloca Caporal (1998) não existem consensos nem sobre definições nem sobre objetivos da extensão rural. De toda forma a literatura geralmente identifica a assistência técnica como um trabalho de orientação aos agricultores de maneira mais pontual, visando principalmente a resolução de problemas relacionados à esfera da produção, enquanto a extensão rural seria um processo de longo prazo e de caráter educativo, apoiando o desenvolvimento rural nos seus diversos aspectos.

missão/ objetivos, que no decorrer da pesquisa foram desmembrados em 11 categorias. A partir de contatos com informantes- chave em cada Estado e também a partir de listagens preexistentes foi feita então uma LISTAGEM GERAL³ que identificam todas as instituições que trabalham com Assistência Técnica e Extensão Rural conforme definida pela pesquisa, organizadas por categoria.

Esta LISTAGEM GERAL das entidades foi composta a partir de conversas telefônicas, de listagens conseguidas via internet ou enviadas por instituições contatadas, de entrevistas com informantes- chave, de consultas à internet. Na região Centro- Oeste as principais fontes utilizadas foram:

- Listagens de redes/ associações: NEAD, ECOLISTA, Organizações Estaduais de Cooperativas, Rede de ONG's do Cerrado, Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais, União Nacional das Escolas Família Agrícola.
- Sites de Governos do Estado, EMBRAPAs, Universidades, NEAD, ONGs.
- Cadastros de instituições que submeteram projetos para captação de recursos: PRONAF , PPP, Banco do Brasil (cadastro de instituições autorizadas a prestar ATER).
- Conversas (pessoais ou por telefone) com informantes chave específicos em cada estado, pertencentes a instituições como Órgãos de Extensão Estaduais, FASER- Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil, Secretarias Executivas do Pronaf, Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável, Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura, Superintendências Estaduais do INCRA, Federações Estaduais dos Trabalhadores na Agricultura, Federações da Agricultura (patronais), Instituições do Sistema S, ONGs com âmbito de atuação estadual ou coordenadoras de Redes⁴.

³ Esta LISTAGEM contém dados básicos das instituições: sigla, nome completo, endereço para correspondência, email e telefone(quando existente), responsável/ pessoa para contato, observações. Contém também uma classificação da instituição de acordo com as categorias estabelecidas.

⁴ Na região Centro- Oeste, para efeito de levantamento da listagem foram entrevistados (pessoalmente ou por telefone) um total de 87 informantes- chave: 4 Governamentais de ATER; 12 instituições públicas (Secretarias Estaduais de Agricultura e Meio Ambiente, Superintendências Incra, PADIC); 5 prefeituras; 12 ONGs; 10 Representativas de Trabalhadores (Federações, MST, Centrais de Associações, CUTs); 2 Cooperativas de Trabalho; 7 Cooperativas de Produção; 3 Instituições de Ensino Médio; 7 informantes em Universidades; 3 Embrapas; 6 Instituições vinculadas ao Crédito (Sicreds, Banco da Terra, Banco do Brasil); 4 agroindústrias; 5 instituições do Sistema "S"; 2 Federações Patronais; FASER e ASBRAER; 3 Secretários Executivos do Pronaf.

Neste processo de elaboração da Listagem, alguns critérios de inclusão e exclusão foram utilizados. Em cada categoria, buscamos excluir todas as instituições que não realizam trabalhos de ATER (utilizando a definição ampla colocada anteriormente). No caso da região Centro-Oeste também procuramos excluir instituições que afirmaram não atender agricultores familiares, embora em algumas categorias em que a função principal é a ATER tenhamos deixado na listagem as instituições que não conseguimos contatar. Não foram incluídas na Listagem as instituições que não realizam trabalhos junto à população rural, mesmo que estejam voltadas para temas relacionados com o desenvolvimento rural, como por exemplo universidades e órgãos de pesquisa que não tenham nenhum trabalho de extensão, ou mesmo ONGs ambientalistas que trabalham junto a populações urbanas ou somente com escolas / público infantil (mesmo que rurais). Foram excluídas instituições que desenvolvessem trabalhos apenas voltados para implantação de infra-estrutura no meio rural, como por exemplo empresas de eletrificação rural, ou instituições que realizam trabalhos exclusivamente na área de saúde.

O levantamento das instituições de ATER na região resultou num total de 645 instituições, conforme **Quadro 1**, abaixo (ver dados por estado na **Tabela 2.1** nos anexos). Embora provavelmente haja lacunas e imprecisões nessa listagem, inclusive devidas à própria instabilidade das políticas públicas que direta ou indiretamente influem de ATER⁵, consideramos que ela fornece um panorama bastante aproximado do Universo da ATER nos estados da região Centro-Oeste, no ano 2002.. Os dados da LISTAGEM foram utilizados para a confecção dos Mapas de distribuição geográfica das instituições (Anexo 2).

2) QUESTIONÁRIOS:

Numa segunda etapa da pesquisa procuramos caracterizar o perfil do trabalho realizado pelas instituições que fazem ATER na região. Para todas as instituições identificadas na LISTAGEM, foram enviados (por correio e/ou por email) questionários com questões fechadas que foram preenchido pelas próprias instituições. Dado o caráter exploratório da pesquisa, foi enviado um questionário único para todas as categorias⁶. Os questionários respondidos passaram por uma revisão e foram descartados aqueles que afirmavam não fazer ATER ou que tinham incoerências muito graves. Buscou-se garantir um retorno mínimo de questionários correspondente a 10% das Instituições existentes na LISTAGEM⁷. O Banco de Dados composto pelos QUESTIONÁRIOS contém 160 instituições/questionários, e foi utilizado para a maioria das tabelas que compõem este relatório. A taxa de recebimento em relação ao Universo total (Listagem) foi de 24,8% (Quadro1 e Tabela 2.1).

⁵ Exemplos disso podem ser o das prestadoras de serviço, onde o número de instituições e o quadro de profissionais pode-se modificar rapidamente em função de mudanças na oferta e nas políticas de crédito rural (no caso das empresas de assistência técnica), ou mesmo de ATER (como no caso da criação de cooperativas de crédito em função do Lumiar, e sua extinção ou modificação institucional quando este terminou). Também a maior ou menor disponibilidade de recursos para capacitação profissional pode fazer com que algumas instituições (como Sindicatos e Associações, por exemplo) se envolvam ou não em serviços de ATER.

⁶ Este questionário único para todas as categorias em algumas questões e para algumas categorias se mostrou insuficiente, apontando que novas pesquisas nesta área requerem a preparação de instrumentos específicos para cada categoria.

⁷ Vários mecanismos de cobrança dos questionários foram utilizados para garantir este retorno, que no final foi superior ao esperado, mas não pode ser considerado uma amostra probabilística, não permitindo extrapolações.

3) ENTREVISTAS

A terceira etapa de pesquisa teve como objetivo aprofundar a análise do perfil institucional, das condições de trabalho e dos entraves vivenciados pelas instituições de ATER. Para tanto, foram entrevistadas em maior profundidade 27 instituições. Estas ENTREVISTAS foram realizadas pessoalmente pelos pesquisadores, com o uso de questionários mais longos e detalhados, incluindo questões abertas. Frequentemente essas entrevistas foram gravadas.

A seleção das instituições a serem entrevistadas levou em conta a necessidade de se ter uma amostra nacional que cobrisse ao menos 25 instituições por região⁸. Dada a sua importância, todas as Governamentais de ATER foram visitadas e entrevistadas⁹. Além disso, buscamos na medida do possível entrevistar pelo menos 2 instituições de cada categoria presente na região. Para categorias numericamente mais importantes em cada região realizássemos um número maior de entrevistas (mais ou menos proporcional ao seu peso numérico na região). Também buscamos uma distribuição geográfica destas instituições por todos os estados, incluindo municípios fora das capitais. Algumas categorias de menor peso não foram priorizadas.

Dados estes critérios a escolha das instituições teve algum grau de aleatoriedade. Procuramos incluir na amostra instituições citadas pelos informantes-chave como importantes, ou que desenvolviam atividades de caráter inovador ou de grande abrangência. Procuramos também cobrir a diversidade interna existente nas categorias, levantando “sub-tipos” que deveriam ser entrevistados. Para otimizar os custos e o tempo de viagens, buscamos priorizar municípios com maior densidade de instituições, de forma que em uma única viagem se realizasse entrevistas com instituições de diferentes categorias, aproveitando a presença dos pesquisadores na região, e também buscando uma maior compreensão da relação entre os tipos de serviços disponíveis e as características da agricultura local. O quadro do número de instituições entrevistadas na região encontra-se na **Quadro 1**, (ver dados por estado na **Tabela 2.2**, no anexos,)

Ressaltamos que com estas entrevistas não buscamos uma amostra de significância estatística, mas sim cobrir a diversidade de situações existentes e ilustrar e aprofundar as informações obtidas na segunda etapa do trabalho. As entrevistas são utilizadas em alguns momentos do relatório para complementar as informações quantitativas.

O Quadro a seguir apresenta o número de instituições levantadas (Listagem), o número de questionários válidos que retornaram (Questionários) e a porcentagem de retorno dos questionários em relação à Listagem. Apresenta também o número de Entrevistas realizadas por categoria.

É importante ressaltar que o número de instituições atuando com ATER não é fixo, sofrendo alterações ao longo do tempo, bastante influenciado pelas políticas voltadas para o setor agrícola e pela disponibilidade de recursos (em boa parte públicos, como veremos no item específico) passíveis de serem utilizados para a ATER. Sendo assim a cada ano tanto novas instituições podem ser criadas ou deixar de

⁸ Este número de 25 levou em conta o máximo número de instituições que pudessem ser entrevistadas dentro dos limites de tempo e recursos disponíveis para os pesquisadores viajarem e realizarem as entrevistas.

⁹ As entrevistas com as Governamentais de ATER duraram no mínimo 5 horas “in loco”, necessitando a passagem dos pesquisadores pelos vários departamentos das instituições, sendo complementadas posteriormente por email e por telefone, ou por novas visitas e entrevistas.

existir, bem como instituições que atuavam com ATER podem deixar de atuar ou vice-versa.

Quadro 1 - Número de Instituições Identificadas (Listagem), número de Questionários, taxa de retorno dos questionários e número de entrevistas realizadas - Região Centro- Oeste

Categorias	LISTAGEM (no. total Instituições)	QUESTIONÁRIOS (no. Instituições que responderam)	Taxa retorno questionários (% do total de instituições)	ENTREVISTAS realizadas
Governamentais de ATER	4	4	100,0	4

Prefeituras	52	52	100,0	2
ONGs	49	15	30,6	7
Representativas	20	7	35,0	2
Prestadora de Serviços	336	50	14,9	3
Cooperativas de Produção	100	9	9,0	2
Ensino e Pesquisa	38	10	26,3	5
Cooperativas de Crédito	25	1	4,0	0
Agroindústrias	9	6	66,7	0
Outras Públicas	3	2	66,7	0
Outras - Sistema "S"	9	4	44,4	2
Total	645	160	24,8	27

Fonte: Trabalho de Campo – Tabelas 2.1 e 2.2 (Anexo 1)

Por fim, é imprescindível que coloquemos aqui os limites desta pesquisa. Inicialmente é importante salientar que realizamos aqui uma análise da *oferta* de serviços de ATER no Brasil, isto é, foi feita a identificação das instituições e uma avaliação de como são realizados os serviços extensão rural e assistência técnica no país, dentro da perspectiva de quem os realiza.

Uma avaliação completa da ATER no Brasil implicaria na realização de um trabalho, de natureza bastante distinta deste, da avaliação da *demand*a por estes serviços. Isso exigiria um contato também com os beneficiários dos serviços, para analisar em que medida as suas necessidades estão sendo atendidas. No entanto, isso supõe mais do que a simples identificação dos que estão ou não sendo atendidos e seu grau de satisfação. Também faria parte do processo de identificação da demanda uma análise do contexto, das oportunidades e entraves dos vários sistemas agrários para identificar em que medida as instituições de ATER têm sido capazes de responder aos processos de desenvolvimento local/regional. É quase desnecessário salientar aqui a complexidade da realização de uma avaliação da demanda por ATER no Brasil, o que não invalida a constatação que é um trabalho que precisa ser feito.

3 As instituições de ATER na região Centro- Oeste

Neste item traçaremos um panorama do universo da ATER na região Centro-Oeste, a partir dos dados da Listagem, dos dados qualitativos levantados junto aos informantes-chave e de dados das Entrevistas. Faremos uma caracterização de cada categoria, esclarecendo quando necessário inclusões e exclusões feitas para a composição da Listagem. Ainda com base na Listagem, analisaremos a distribuição geográfica e o peso numérico das categorias no total de instituições ATER na região Centro-Oeste, buscando traçar um perfil institucional da região

3.1. Instituições Governamentais de ATER

As instituições governamentais de assistência técnica e extensão rural constituem-se nas entidades de ATER por excelência na região Centro Oeste, especialmente no que se diz respeito ao atendimento de agricultores familiares e assentados. Se caracterizam por serem os serviços oficiais de ATER, oferecendo gratuidade nos serviços, embora com diferentes estatutos jurídicos¹⁰. Elas estão

¹⁰ Constituição Federal 1988 – Capítulo da Política Agrícola, Art. 187, inciso IV e sua vinculação como subfunção do Estado); Lei Agrícola (Lei 8171, de 17 de janeiro de 1991) que considera a ATER como função concorrente dos Governos Federal, Estaduais e Municipais); além dos dispostos nas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais (CNDRS, 2002: 46).

presentes nos 3 estados do Centro- Oeste e no Distrito Federal e são as instituições mais antigas e com maior infra- estrutura, volume recursos e quadros disponíveis para as atividades de ATER. Conforme veremos na parte do histórico, todas são originárias das antigas ACARs e EMATERs, e exceto no Distrito Federal, nos outros estados houve fusões com outros órgãos dos governos do Estado voltados para a agropecuária.

O Quadro abaixo apresenta estas instituições. Apresentamos nos anexos um quadro completo, com informações sobre cada governamental de ATER.

Quadro 2 - Instituições Governamentais de ATER da Região Centro- Oeste

Estado SIGLA	GO Agência Rural	MT EMPAER	MS IDATERRA	DF EMATER- DF
Nome da Instituição	Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário - Agência Rural	EMPAER- Empresa Mato- grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário, Pesquisa e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul	EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
Figura jurídica	Autarquia	Empresa de Economia Mista	Autarquia	Empresa pública de direito privado
Ano de criação	1961	1964	1964	1978
Existência de Fusão - quais órgão do governo do estado foram fundidos	Fusão da EMATER-GO, EMGOPA (Pesquisa Agropecuária), CLAVEGO (Classificação Vegetal), IGAPE (Defesa Agropecuária) e IDAGO (Desenvolvimento Agrário)	Fusão da EMATER/MT, EMPA/MT (Pesquisa Agropecuária) e CODEAGRI (Fomento agropecuário e patrulha mecanizada)	Fusão da EMATER, EMPA (Pesquisa Agropecuária), AGROSUL (Serviços Agropecuários - abastecimento e armazenamento), TERRASUL (Instituto de Terras)	Ausência de fusão
No. total de Escritórios	225	135	68	23
No. total de funcionários	2.442	514	397	193

Fonte: Entrevistas

Entre as categorias que realizam ATER na região Centro- Oeste, sem dúvida as Governamentais de ATER são também as que apresentam maior capilaridade e cobertura geográfica. Além dos escritórios centrais, localizados nas capitais dos estados, elas apresentam uma rede de escritórios locais e regionais que lhes possibilitam uma atuação na grande maioria dos municípios da região. São ao todo 447 escritórios entre regionais e locais, um número quase equivalente ao total das outras instituições levantadas em nossa listagem (645 instituições).

O Quadro abaixo apresenta o número de escritórios regionais e locais das Governamentais de ATER na região. O estado que tem menor porcentagem de municípios com escritórios é o Mato Grosso do Sul, onde este índice é de 78% (incluindo os escritórios locais e regionais). Segundo as informações dos dirigentes das Governamentais de ATER, os escritórios locais e regionais podem atender mais de um município, e teriam uma cobertura de 98% dos municípios da região¹¹.

¹¹ No entanto, as condições para atendimento destes outros municípios podem ser relativizadas, já que o número médio de funcionários por escritório é de 3,5, incluindo o funcionário administrativo, ou seja, tem- se em média 2 ou 3 técnicos por escritório, que atendem em média 1,2 municípios (1,4 no MS, 1,2 em GO e 1 no MT). Também as condições de carro e combustível disponível para os técnicos influem, e serão analisadas em itens posteriores.

Quadro 3 - Indicadores de Abrangência Espacial das Governamentais de ATER

Estado	No. Escritórios Locais	No. Escritórios Regionais	No. Total de Escritórios	No. Total de Municípios no Estado	%municípios com escritórios locais	%municípios atendidos
GO	203	21	224	246	91%	100%
MT	128	6	134	139	96%	95%
MS	50	10	60	77	78%	100%
DF	22	Não existem	22	17 Regiões Administrativas	129%	100% dos com área rural + 2 em GO
Total	395	37	432	479	90%	98%

Fonte: Entrevistas

A distribuição geográfica dos escritórios regionais e locais varia de estado para Estado e pode ser vista no Mapa 1. No Mato Grosso, a EMPAER concentra sua atuação nas áreas de maior densidade de assentamentos. Dada a estrutura agrária extremamente concentrada neste estado, as áreas de Reforma Agrária acabam sendo também as regiões de maior concentração de agricultura familiar. A EMPAER optou por instalar os seus escritórios regionais em 6 regiões de alta concentração de famílias assentadas ¹².

Na EMATER-DF é sem dúvida a que apresenta maior capilaridade, com os escritórios locais distribuídos próximos a núcleos rurais, dentro da filosofia de que cada agricultor deveria andar no máximo 40 km para chegar até o escritório (a distância média é de 15 Km). Também é a única que expande sua atuação para além dos limites do estado onde está inserida: ela atende dois assentamentos situados no Estado de Goiás, no entorno de Brasília. Já em GO e no MS parece que as regionais estão distribuídas geograficamente, embora não coincidam com as meso-regiões do IBGE. Pela análise a impressão que dá é que o MS optou por concentrar um pouco mais os técnicos nos escritórios regionais, distribuídos geograficamente (provavelmente por isso o menor percentual de municípios com escritórios), enquanto em GO as regionais estão nos municípios de maior importância.

3.2. As Prefeituras Municipais

Embora na região Centro-Oeste a grande maioria das prefeituras ainda tendam a considerar a ATER como atribuição dos governos do estado ou federal ¹³, os municípios vêm tendo um papel crescente neste campo, resultante em boa parte das tentativas de municipalização da ATER ocorridas após a constituição de 1988, especialmente após a extinção da Embrater (motivadas pela necessidade de complementação de recursos), mas também incentivadas pela existência do PRONAF infra-estrutura. As informações obtidas indicam um grande imbricamento entre as ações de ATER das prefeituras e das Governamentais de ATER, e nos chamou atenção a multiplicidade de formas de colaboração existentes entre elas, seja quanto ao

¹² Estes escritórios reúnem 95 técnicos (em parte contratados através de convênio com o Incra), que deveriam ser responsáveis pelo atendimento de cerca de 41.000 famílias assentadas. Informações qualitativas indicam que em algumas regiões a EMPAER tem atuação mais consolidada, como em Barra do Garças, no Vale do Araguaia.

¹³ Segundo o diretor técnico do Idaterra, muitas prefeituras do MS não consideram a ATER como sua atribuição, mas sim como atribuição do Governo Estadual, ou então do INCRA, no caso dos assentamentos. Acreditamos que isto se aplica também aos demais estados da região.

financiamento do trabalho (que será visto no item específico), seja quanto à sua orientação técnica e política.

No entanto, identificamos que algumas prefeituras têm desenvolvido atividades de ATER independentes das Governamentais¹⁴. Para evitar dupla contagem, a opção metodológica tomada inicialmente pela pesquisa foi de inserir na “Listagem” (ou seja, incluir no levantamento do universo da ATER) apenas aquelas prefeituras que tivessem técnicos próprios e algum trabalho de ATER independente do governo do Estado. A ausência de informações sistematizadas aliada ao grande o número de prefeituras existentes tornou difícil no curto tempo da pesquisa localizar e quantificar exatamente estas prefeituras¹⁵. Optamos por enviar questionários pelo correio para todas as 462 prefeituras da região¹⁶, e por incluir na Listagem apenas aquelas prefeituras que respondessem ao questionário. Alguns questionários foram respondidos pelo técnicos locais das Governamentais de ATER, e neste caso consideramos que aquela prefeitura não tem um trabalho de ATER independente. Também não incluímos as prefeituras que responderam declarando não fazer ATER ou não ter equipe técnica própria para este trabalho.

Embora a pesquisa não tenha conseguido levantar o número exato, é possível estimar que são poucas as prefeituras que têm uma equipe de ATER própria, com atuação independente. Segundo as informações dadas pelas próprias Governamentais de ATER não haveria nenhum caso em Goiás, somente um no Mato Grosso, e em torno de sete no Mato Grosso do Sul. Acreditamos que o número seja maior que este, mas de qualquer forma não muito acima disso.

Foram 52 as prefeituras que apontaram algum tipo de prestação de serviço com técnicos próprios com ou sem convênios com as agências governamentais de ATER dos seus estados, o que representa 11% do total de municípios da região (ver **Quadro 4**) e vários elementos apontam que este número tende a se aproximar do total de prefeituras realizando trabalhos independentes¹⁷.

¹⁴ Em muitos casos esse trabalho independente parece estar associado à presença de assentamentos de Reforma Agrária no município, em alguns casos com convênio e repasse de recursos pelo Incra.

¹⁵ Tentou-se conseguir estes dados junto às governamentais de Ater, mas verificamos que há informações sistematizadas apenas sobre as prefeituras que mantém convênios (dados que analisaremos mais adiante). Também os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural não têm esta informação.

¹⁶ Os endereços das prefeituras foram conseguidos através do cadastro da Associação Nacional dos Municípios.

¹⁷ Dos cerca de 460 municípios existentes (para os quais foram enviados questionários), 75 responderam ao questionário (16%). Destes 75 que retornaram, 15 (quase 20%) vieram respondidos pelo escritório local da Governamental de ATER e outros 8 (10%) afirmaram não realizar ATER. Nestes dois casos consideramos que a prefeitura não tem um trabalho de ATER independente. Das restantes 56 que responderam afirmando realizar algum trabalho de ATER, cerca de 40 indicaram ter parceria com as Governamentais de ATER. Ou seja, somente em torno de 10 questionários retornados indicam um possível trabalho independente da prefeitura (12% das respostas), e acreditamos que em uma parte deles o trabalho seja feito conjuntamente com a Governamental de Ater (o questionário não permite ter certeza sobre a independência do trabalho). Se considerarmos que provavelmente tenderam a responder ao questionário as prefeituras que realizam algum trabalho, podemos estimar com relativa segurança que menos de 10% das prefeituras do Centro-Oeste realizam um trabalho de ATER independente da Governamental de ATER.

Quadro 4 - Total de Municípios e Prefeituras que fazem ATER

Estado	Total de prefeituras existentes	Prefeituras que responderam e fazem ATER	%de Prefeituras que fazem ATER	Responderam Não ter parceria com a Gov. de ATER	
	no.	no.	%	no.	%resp
GO	246	9	4%	2	22%
MS	77	21	27%	7	33%
MT	139	22	16%	6	27%
Total CO	462	52	11%	15	29%

Fonte: Questionários, Tabelas 5.1 e 5.2.a (anexos)

Vale a pena destacar a diversidade dos vínculos da ATER com o poder municipal, conforme a estruturação interna da prefeitura¹⁸. Há casos de municípios onde não há um departamento/secretaria específica, ficando a ATER ligada diretamente ao prefeito. Em outros existe um setor responsável, que pode ser uma Secretaria, Departamento, Coordenação. Também a divisão “temática” é diferente, podendo ser somente de agricultura (Secretaria Municipal de Agricultura, por exemplo), ou de Desenvolvimento (Sustentável, Econômico), provavelmente influenciadas pela existência do Pronaf e do CMDR. Ou então agregada a outras, como Meio Ambiente, Pecuária, Indústria e Comércio, Turismo, Assuntos Fundiários, Abastecimento, indicando nestes casos que a agricultura pode estar sendo vista como integrada a outros setores. Provavelmente estes diferentes vínculos influem nas atividades de Ater realizadas¹⁹.

3.3. Outras instituições atuando com ATER

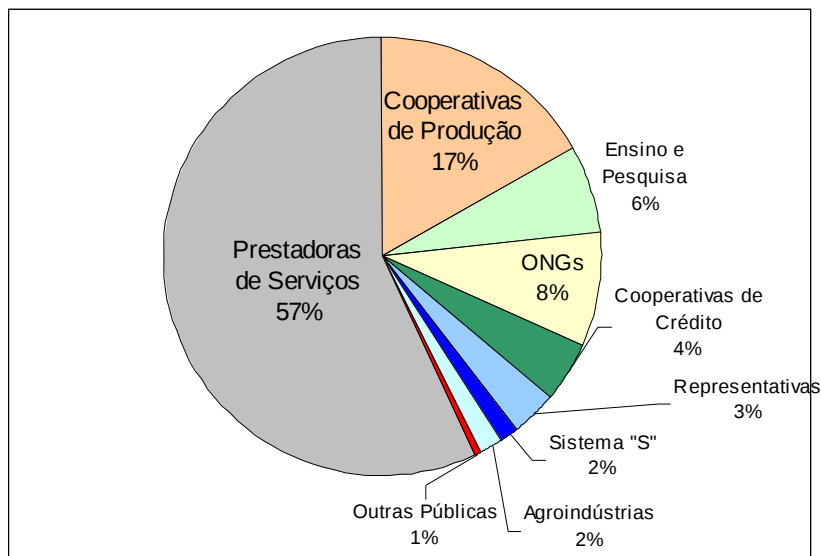
Para termos uma melhor noção da representatividade dos diversos tipos de instituições que prestam ATER na região, a **Tabela 5.3** (nos Anexos) e o **Gráfico 1** (abaixo) apresentam o número total de instituições levantadas em nossa listagem, excluindo os escritórios das instituições Governamentais de ATER e as Prefeituras.

Gráfico 1 - Peso numérico de cada categoria - Sem Governamentais de ATER e Prefeituras

Fonte: Listagem e Tabela 5.3.

¹⁸ Isso pôde ser observado no levantamento de dados, e especialmente nos questionários que retornaram, pelo nome declarado da instituição (prefeitura, secretaria, diretoria, etc) e pelo responsável pelo questionário.

¹⁹ Acreditamos que a realização de Ater pelas prefeituras e seus vínculos com as Governamentais de Ater, por sua riqueza e complexidade, exigiriam um estudo específico. Embora tenhamos incluído no questionário uma questão adicional específica para as prefeituras, esta se mostrou insuficiente. Também as diferentes tentativas de municipalização da Ater por parte das Governamentais de Ater estão pouco estudadas (Gregolin, xxx estudou o caso de Santa Catarina)



Prestadoras de Serviços

Depois das Governamentais de ATER, a segunda categoria com maior presença numérica na região Centro- Oeste são as **Prestadoras de Serviço**, que representam em torno de metade das instituições identificadas como fazendo atividades de ATER na região. A grande maioria de instituições prestadoras de serviço localizadas no Centro Oeste referem- se a **Empresas de Planejamento e de Assistência Técnica** que atuam prioritariamente na elaboração e acompanhamento de projetos de crédito rural, e que foram localizadas através dos cadastros fornecidos pelo Banco do Brasil, que incluíam mais de 500 entidades. Excluímos desta lista as pessoas físicas e os escritórios locais e regionais das instituições Governamentais de ATER, chegando a um número menor porém ainda bastante expressivo (336). No processo de seleção destas instituições para entrevistas, percebemos que elas apresentam grande instabilidade institucional, surgindo e desaparecendo com relativa facilidade, em função da própria dinâmica do crédito (disponibilidade, juros, condições de pagamento, etc.), e que algumas das instituições que constavam na listagem não existiam mais “de fato”. Algumas se consolidam e permanecem no mercado, apenas aumentando ou diminuindo o número de técnicos conforme a necessidade. Muitas destas empresas não atuam com agricultores familiares, já que como veremos elas em geral prestam assistência individual, e a porcentagem do crédito destinada ao pagamento da Assistência Técnica exige valores de projetos elevados para tornar- se viável. No entanto, como o número de empresas é grande e verificamos que uma porcentagem significativa chega a atender agricultores familiares (especialmente dos grupos C e D do Pronaf), a opção metodológica adotada na pesquisa foi de incluir na Listagem todas as instituições existentes nos cadastros. Enviamos questionários para todas elas, e conseguimos uma amostra que nos permite traçar um perfil deste tipo de instituição. Sendo assim, provavelmente o número de instituições atuando com Agricultura Familiar está superestimado na listagem.

A grande presença das Prestadoras de Serviço parece ser explicada pelas características de elevada concentração de terras na região, e pela existência de atividades agropecuárias modernizadas e com disponibilidade de crédito subsidiado (como soja, milho, algodão, pecuária intensiva, agricultura irrigada)²⁰. As Prestadoras

²⁰ A região teve uma ocupação relativamente recente, tendo uma forte expansão de sua fronteira agrícola após 1964, baseada em incentivos governamentais e na idéia de ocupação dos Cerrados – cultivos de grãos em larga escala, com elevado índice de mecanização e utilização de insumos

de Serviço, mais exatamente as Empresas de Planejamento, encontram-se distribuídas por toda a região, com maior presença nas áreas produtoras de grãos (soja, algodão, milho) e pecuária (ver **Mapa 2**). Goiás é o estado onde elas aparecem com maior significância (**Tabela 5.3**). No sul de Goiás (pólo produtor de grãos), elas estão em quase todos os municípios, podendo haver várias no mesmo município, como por exemplo 11 em Rio Verde, 6 em Bom Jesus de Goiás, 6 em Santa Helena de Goiás. Também no Entorno do DF há mais de uma por municípios, como por exemplo 4 em Formosa e 4 em Cristalina. No Mato Grosso do Sul há uma concentração no sul do Estado, também pólo produtor de grãos e pecuária: 13 em Campo Grande, 9 em Dourados, 8 em Maracaju, e assim por diante. A menor presença se dá no norte do Mato Grosso (região de pecuária mais extensiva). Mas a presença importante desta categoria tem sua importância reduzida quando analisamos do ponto de vista da agricultura familiar, já que os estes serviços em geral vinculados ao crédito e inacessíveis aos agricultores familiares, como veremos posteriormente.

Encontramos também na região a presença de **Cooperativas de Trabalho** formadas por técnicos na área agropecuária, entre as quais aquelas que surgiram a partir de programas governamentais federais como o Projeto LUMIAR. Estas cooperativas de trabalho procuram ir além da elaboração de projetos e da assistência técnica, se preocupando com o aspecto educacional, isto é, de capacitação, dos agricultores para seu fortalecimento produtivo e organizacional. Elas foram localizadas através dos informantes-chave (Incra, Representativas) e das listagens das Organizações das Cooperativas, e têm um perfil diferente, conseguindo através do atendimento não individual (a grupos de agricultores) viabilizar um trabalho junto a assentamentos. São numericamente bem menos importantes que as Empresas de Planejamento, em número inferior a 10 instituições, localizadas em geral nas regiões de concentração de assentamentos.

O **Box 1** apresenta dois exemplos das instituições desta categoria.

Box 1 - APA e COOMSTEC – dois tipos de prestação de serviços

A APA – Administração e Planejamento Agropecuário, de Dourados (MS) exemplifica a tendência geral das prestadoras de serviços agropecuários. Seu objetivo é “difundir tecnologia para os agricultores através da implantação de projetos agropecuários de custeio e investimento”. O público da APA (80 projetos/ estabelecimentos) se concentra em categorias não abrangidas pelo PRONAF, isto é, com renda anual bruta acima de R\$ 30.000,00, com terras que variam de 300 a 1000 ha (95% dos projetos). Apenas 5% dos projetos atende a agricultores familiares do Grupo D do PRONAF. A APA não estabelece nenhum tipo de parceria e só está presente em um conselho estadual, o Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

A COOMSTEC – Cooperativa Multidisciplinar de Serviços Técnicos para o Desenvolvimento, de Goiânia (GO), por sua vez, dispõe entre seus quadros filhos de assentados com formação de agrônomos. Privilegia o público de assentados e de agricultores familiares menos capitalizados, além das cooperativas de produção destes agricultores. Neste caso específico há um grande comprometimento do trabalho com as necessidades dos beneficiários e uma proximidade grande com o público alvo. A cooperativa conta com 28 técnicos embora somente 10 estivessem atuando no momento da pesquisa, atendendo cerca de 1100 famílias de 10 assentamentos em 8 municípios de Goiás.

A COOMSTEC faz parceria com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Goiás (FETAEG), além dos órgãos federais e estaduais, instituições de pesquisa, universidades e empresas. Participa de dois conselhos representando a FETAEG (CEDRS e Comitê do Banco da Terra) além de assessorar, nos município onde a entidade atua, os STR's nos conselhos municipais de desenvolvimento rural e nos de meio ambiente. Participa também dos fóruns

industrializados.

estaduais de reforma agrária e de educação rural. Assim, o trabalho de ATER, além da assistência no campo, próxima ao público, está concentrado numa visão mais ampla vida do agricultor na qual a educação é parte fundamental. Procuram capacitar os agricultores para a criação e manutenção de cooperativas de produção, para a elaboração de projetos de crédito e para a comercialização dos produtos, além de discutirem as questões fundiárias.

Cooperativas de Produção

As Cooperativas de Produção são também bastante numerosas na região Centro Oeste. São a segunda categoria em importância numérica, já bastante abaixo das Prestadoras de Serviço, com cerca de 15% do número total de instituições. A Organização das Cooperativas do Brasil nos forneceu as listagens principais. Verificamos que nem todas prestam ATER, e dado número elevado e a dificuldade de contatá-las, não foi possível detectar exatamente qual o número que presta ATER. Optamos por incluir todas na listagem, excluindo apenas aquelas que tivéssemos informações seguras de que não dispõem de equipes técnicas ou não prestam serviço de ATER. Sendo assim, o número de cooperativas efetivamente prestando ATER é certamente inferior ao da listagem ²¹.

A missão principal destas cooperativas é unir os agricultores para baratear custos de produção e armazenamento e conseguir melhores condições de comercialização dos produtos. O processamento ou agroindustrialização destes produtos também faz parte destes objetivos. Há algumas cooperativas que funcionam também como empresas vendedoras de insumos não só para os seus associados como também para quaisquer interessados. Neste caso, a ATER fornecida está muito mais vinculada à venda e utilização destes produtos.

Sua lógica de distribuição geográfica, bem como seu público-alvo, acompanha de perto as prestadoras de serviço (embora nem sempre coincidam os municípios onde se localizam), com a única diferença que as cooperativas atingem um pouco mais a agricultura familiar, embora também de forma secundária (ver Mapa 5).

Box 2 - A Cooperativa dos Produtores do Centro Oeste - COPACENTRO

A COPACENTRO está localizada em Dourados (MS), cuja economia gira em torno da produção de grãos, especialmente soja. Esta cooperativa inclui tanto agricultores familiares e assentados quanto agricultores patronais. A cooperativa tem uma atuação regional, envolvendo 10 municípios e 280 famílias. Cerca de 32% dos seus cooperados se utilizam apenas de mão-de-obra familiar, não dispendo de empregados, mas parte deles têm maquinário próprio, tais como trator. Colhedoras, em geral, são alugadas ou emprestadas de terceiros. Estes têm terras que variam de 7,5 a 65 ha de extensão produzindo algodão, soja e milho. Cerca de 68% dos sócios têm mais de 65 ha de terra, sendo o maior com 580 ha. Estes têm mais de um empregado e dispõem de todo o maquinário necessário para plantar e colher. Priorizam a produção de soja e milho.

A assistência técnica é promovida por cinco agrônomos. A atuação desta cooperativa inclui a implantação de áreas demonstrativas e o fomento à visitação destas pelos sócios; a assistência técnica local vinculada à compra de insumos na loja e às especificidades da propriedade, do agricultor e de sua produção; a promoção de cursos mensais e palestras sobre

²¹ Apesar dos diversos mecanismos de cobrança dos questionários, obtivemos uma baixa taxa de retorno das Cooperativas. Nem sempre os telefones que constam nas listagens da OCB estão atualizados, e ao que parece nem todas têm telefone. No MT, por exemplo, há 42 Cooperativas na listagem da Organização de Cooperativas Estadual. Destas, 10 não tinham telefone e 22 não conseguimos contatar. Das 10 que conseguimos falar por telefone, metade não tinha técnicos e não realizava ATER, e as outras 5 realizavam ATER. O retorno naquele estado foi de somente 2 questionários.

a legislação relativa aos agrotóxicos, sobre as variedades de sementes existentes no mercado, os fenômenos climáticos, as análises de mercados e os novos produtos no setor agropecuário. Em geral, estes cursos são feitos através de parcerias com a EMBRAPA Agropecuária Oeste e com as empresas fornecedoras dos insumos da loja. Há também a promoção de uma a duas excursões por ano a exposições agropecuárias para se conhecer os novos produtos do mercado.

O seu orçamento de 2001 foi de R\$ 1,5 milhão totalmente oriundo da venda de insumos e de produtos dos cooperados, sendo que cerca de 13% disto foi destinado à ATER.

Organizações Não- Governamentais – ONG's

As **ONG's** vêm terceiro lugar em importância numérica, representando em torno de 7% das instituições existentes no Centro- Oeste (**Tabela 5.3**). Para localizá-las, nossas fontes de informação foram os catálogos e listagens de redes de ONG's e movimentos sociais, nacionais e regionais, além de informantes- chave de ONG's com abrangência de atuação regional ou estadual. O fato de atuarem em redes facilita bastante a sua localização, e neste caso acreditamos que a listagem está bastante próxima à realidade. Encontramos no Centro- Oeste algumas diferenciações internas nesta categoria que valem ser ressaltadas.

Há um grupo de ONG's que têm um perfil voltado para o desenvolvimento sustentável, mas que incluem três tipos de trajetórias e objetivos relativamente diferenciados: as sociais que se “ambientalizam”, as ambientais que se “socializam” e a socioambientais, que já nascem sob o discurso do desenvolvimento sustentável. Todas elas, entretanto, trabalham de alguma forma com comunidades locais (assentados, agricultores familiares, às vezes voltando-se para grupos específicos, como jovens, mulheres, artesãos, quilombolas) focalizando a implantação de sistemas agroflorestais, experimentação e demonstração em agroecologia, implantação e beneficiamento de produção agroextrativista, economia solidária e projetos que fortalecem de alguma maneira a organização destas populações seja socialmente, culturalmente, politicamente ou economicamente.

Encontramos também “Associações de Reposição Florestal”, ONG's cuja ATER está relacionada à reposição florestal obrigatória em função da legislação ambiental específica que atende não só assentamentos e agricultores familiares mas também patronais.

Por fim, há ONG's voltadas especificamente para a comercialização e/ou a transformação da produção. Entre estas, vale a pena destacar, pelo seu perfil diferenciado, as chamadas sistema “ARCO”, isto é, as Agências Regionais de Comercialização, presentes no Mato Grosso do Sul (três) e no Distrito Federal (uma), que são um misto de ONG, organização de agricultores (movimentos sociais) e governo federal²². Outro exemplo neste sub-tipo é a APROVE - “Associação de Apoio à Verticalização da Pequena Produção Familiar”, que tal como as agências do sistema ARCO, tem como prioridade capacitar agricultores familiares, assentados, jovens, mulheres entre outros para que organizem sua produção e agreguem valor a ela, especialmente a partir da constituição de agroindústrias familiares, colocando seus produtos no mercado.

O **Box 3** apresenta 2 exemplos desta diversidade encontrada.

²² Pelo seu caráter específico tivemos dúvida na sua classificação, (se em ONGs, representativas ou outras públicas). Chegamos a cogitar a criação de uma nova categoria, denominada “instituições mistas”, mas optamos por deixá-las nesta categoria, pois elas se auto- classificam enquanto ONGs.

Box 3 - FASE-MT e FLORA Sul: dois tipos de ONG's

A FASE-MT - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - é uma das ONG's mais antigas do Brasil, com sede no Rio de Janeiro e diversos escritórios pelo país. Criada em 1962, instalou uma equipe no Vale do Guaporé (MT) em 1987 para trabalhar no apoio à luta pela terra. Somente em 1992 passou a trabalhar com a questão da produção sustentável, dando origem também a outra ONG de nossa amostra, o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA). Atualmente tem seu escritório regional em Cáceres, atendendo a cerca de vinte municípios. Seu objetivo principal é contribuir para a assessoria, apoio educativo e organizacional de entidades representativas de agricultores familiares e populações tradicionais. Para isso promove projetos de segurança alimentar e socioeconomia solidária com ênfase na difusão da agroecologia e do cooperativismo, beneficiamento e comercialização da produção familiar, além de manterem vários programas de discussão de políticas públicas relativas às alternativas de desenvolvimento, o direito à água, às questões de gênero e aos direitos à terra e à floresta.

Participam de 6 fóruns e redes não governamentais, além do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Cáceres e da comissão do programa governamental PRODEAGRO. A FASE trabalha com os princípios da educação popular e assim, os agricultores e suas organizações participam das várias atividades por ela promovida.

A FLORA Sul - Associação de Recuperação Florestal, com sede em Dourados (MS), foi criada em 1993 por cerca de 20 empresários do setor madeireiro com objetivo de realizar a reposição florestal obrigatória definida pela legislação federal que exige dos consumidores de material lenhoso (tais como padarias, pizzarias, etc.) o pagamento de reposição florestal na mesma quantidade de material consumido. A reposição florestal é vista como um fator de conservação ambiental na medida em que procura-se não mais desmatar áreas virgens para consumo de material lenhoso.

O público-alvo desta ONG é qualquer produtor rural interessado na reposição florestal. Os recursos são conseguidos em função da fiscalização do IBAMA que obriga aos consumidores a pagarem esta reposição às ONG's que oferecem este serviço. A Flora Sul pode escolher o local onde será efetuada a reposição florestal junto aos interessados, podendo incluir assentamentos. Escolhido o local, opta-se pela reposição de pinus, eucaliptos ou sistemas agroflorestais. Segue-se então uma assistência técnica da ONG por cinco anos para garantir o sucesso deste reflorestamento. Dependendo do tipo de reflorestamento escolhido, a madeira poderá ser utilizada pelos beneficiários.

No momento a Flora Sul desenvolve 300 projetos em 30 municípios, sendo 45% em áreas de pequenos e médios produtores, 10% em áreas de grandes produtores e 45% em assentamentos. Conta com 2 técnicos agropecuários e um agrônomo.

Em termos de participação em fóruns, conselhos ou redes a Flora Sul participa apenas de um Banco de Sementes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e os agricultores não participam de nenhuma forma na formulação dos procedimentos de ATER da entidade.

A lógica de distribuição geográfica das ONG's pode ser vista no Mapa 3, e parece diferir bastante das categorias anteriores, embora também influenciada pela dinâmica agrária da região. Ao contrário das prestadoras de serviço e das cooperativas agropecuárias, o público-alvo prioritário destas instituições são os assentados e agricultores com menor faixa de renda. Isso as leva a estarem localizadas próximas a áreas de concentração de assentamentos e conflitos de terra. Em algumas áreas nota-se uma certa complementaridade entre a presença de ONGs e de organizações representativas de agricultores, parceiras privilegiadas, talvez reforçado pelo e dado o apoio a organizações de agricultores ser uma das principais linhas de atuação das ONGs. Regiões como Ponta Porã (MS), Cáceres (MT), Barra do Garças (MT), Alta Floresta (MT) são exemplos dessa dinâmica, com a presença tanto de ONGs quanto de

representativas atuando em assentamentos. Um outro fator que também parece explicar a presença de ONGs em alguns municípios é a existência de questões ambientais / ecossistemas ameaçados. Ainda com relação à sua distribuição geográfica, vale a pena ressaltar a existência de uma concentração das sedes das ONGs nas capitais e em cidades pólos. Isso se explica talvez pelo seu âmbito de atuação ser mais amplo (intermunicipal, estadual, nacional) e pela atuação privilegiada no campo de acompanhamento, monitoramento e proposição de políticas públicas, o pode levar a se localizarem mais próximas aos centros de informação e de tomada de decisão ²³.

Ensino e Pesquisa

Esta categoria inclui as Universidades (Públicas Federais e Estaduais, e Privadas), as Escolas Agrotécnicas e Escolas Família Agrícolas, Institutos e Fundações de Pesquisa Agropecuária, e as Empresas Brasileiras de Pesquisa Agropecuária (as EMBRAPA's).

No levantamento das Universidades, identificamos a existência de inúmeras atividades que podem ser classificadas como ATER, inseridas tanto no âmbito de trabalhos de Extensão Universitária propriamente dita, quanto em projetos de Pesquisa. As faculdades da área de Ciências Agrárias parecem ser as instituições com maior número de atividades deste tipo, mas também foram localizados em outras faculdades, com por exemplo na área de Ciências Humanas ²⁴. Encontramos bastante dificuldade neste levantamento em função da dispersão destes trabalhos, e da falta de dados sistematizados pelas próprias universidades, nem sempre havendo um departamento de extensão que tivesse estas informações, especialmente no caso dos projetos de pesquisa (que envolvem extensão), mas mesmo nos casos de extensão. São também bastante diferenciadas as ações de extensão universitária realizadas, que vão desde programas/projetos mais permanentes e contínuos até pequenos cursos de extensão, com duração de poucas horas, que podem tanto ocorrer isoladamente quanto dentro de eventos maiores ²⁵. Um critério utilizado foi a identificação de trabalhos voltados para a agricultura familiar ²⁶. Optamos por incluir na listagem, separadamente, cada projeto, núcleo de pesquisa, ou setor realizando ATER, pois verificamos que há uma independência muito grande entre eles, com relação a objetivos, financiamento, metodologia, etc., às vezes dentro de um mesmo departamento ²⁷. Assim, consideramos que levantamento das universidades está incompleto, tendo mais um caráter exploratório inicial. No total foram identificados

²³ Por exemplo, somente em Brasília foram identificadas 17 ONGs com atuação em ATER (quase um terço das 48 na região), o que faz com que no Distrito Federal as ONGs sejam as instituições com maior presença numérica (quase 40% do total – Tabela 5.3). Outras 14 têm sua sede nas demais capitais (6 em Campo Grande, e 4 em Cuiabá e Goiânia), ou seja, quase dois terços do total de ONGs da região têm sua sede nas capitais.

²⁴ A Reforma Agrária é um tema que tem despertado atenção, e várias pesquisas acabam envolvendo também intervenções.

²⁵ O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras caracterizam as ações de extensão como : Programas (conjunto de projetos com caráter orgânico- institucional), Projetos (conjuntos de ações processuais contínuas), curso de extensão, eventos (campanhas, encontros, seminários, palestras, semanas de estudos, feiras), prestação de serviços (assessorias, consultorias, cooperação interinstitucional); Publicações. Alguns exemplos de programas nacionais que se articulam com a área de desenvolvimento rural são o Pronera (Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária), o Alfabetização Solidária. Há uma infinidade de pequenos cursos, muitos deles oferecidos também para agricultores, às vezes realizados dentro de eventos maiores, como Semanas de Extensão, Semana do Fazendeiro, etc.

²⁶ Ou seja, não foi feito um levantamento institucional amplo que incluísse pesquisas e projetos voltados para setores patronais ou agribusiness, por exemplo.

²⁷ Ou seja, foram enviados questionários para todos os trabalhos/ grupos de pesquisa localizados, incluídos na listagem como uma “instituição” separada.

20 “instituições”, que incluem faculdades, departamentos, núcleos de estudo e pesquisa, projetos individuais de pesquisa ²⁸.

As EFAs - Escolas Família Agrícola e as Escolas Agrotécnicas da região não são muitas tendo sido levantadas sete no total. É possível que algumas agrotécnicas não estejam contempladas devido à falta de sistematização destas informações por instituições centrais.

No caso das EMBRAPA's foram incluídas na listagem todas as unidades da Região Centro Oeste (nove), pois identificamos que a partir de uma orientação nacional todas elas têm setores específicos voltados para “difusão” ou “transferência” de tecnologia ²⁹. E, finalmente, somente dois Institutos ou fundações de Pesquisa foram localizados, em parte devido ao fato de que nos vários estados houve fusão dos institutos de pesquisa agropecuária com as Governamentais de ATER.

Na categoria Instituições de **Ensino e Pesquisa**, foram identificadas 35 “instituições” ³⁰ na Região Centro- Oeste (6% do total de instituições). Talvez mais ainda do que outras categorias, estas encontram-se geograficamente bastante concentradas nas capitais, sendo que dessas 35 somente 6 instituições (17%) estão localizadas fora das capitais. As escolas técnicas parecem estar localizadas mais próximas aos agricultores. A Embrapa também tem a proposta de Unidades descentralizadas, mas das 9 no Centro Oeste 5 estão localizadas em Brasília, 1 em Campo Grande, 1 próxima a Goiânia, não há nenhuma no MT, e somente 2 estão fora das capitais ³¹.

O **Box 4** apresenta dois exemplos de instituições da categoria Ensino e Pesquisa.

Box 4 - GERA/UFMT e EFA- COAAMS: Pesquisa, extensão, ensino e ATER

O **GERA/UFMT** - Centro de Estudos e Pesquisas Pantanal, Amazônia e Cerrado na Universidade Federal do Mato Grosso foi fundado em 1984 por um grupo de professores que tinham como objetivo refletir e estudar a questão agrária no estado. Posteriormente agregou aos seus objetivos a questão ambiental e o acompanhamento de projetos de desenvolvimento de comunidades. O GERA não tem equipe específica de ATER mas pesquisadores que desenvolvem projetos e experiências com comunidades rurais. É uma equipe multidisciplinar e altamente qualificada incluindo agrônomos, sociólogos, educadores, entre outros. As atividades desenvolvidas nos últimos três anos incluem levantamento socioeconômico e delimitações de área para criação de uma reserva extrativista, o desenvolvimento de metodologias participativas para elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos e a implantação de projetos de manejo de recursos naturais não madeireiros em áreas

²⁸ Consideramos que a ATER feita pelas Universidades mereceria um estudo específico, que inclusive classificasse e distinguisse os diferentes tipos de atividades existentes. Além da unidade de estudo “instituição” não ser apropriada, também o questionário se mostrou inadequado, pois vários aspectos importantes, como por exemplo duração da atividade não foram abordados.

²⁹ Os setores específicos voltados para transferência de tecnologias são “Comunicação Empresarial” e “Negócio Tecnológico”, e nas unidades menores às vezes se encontram juntos num único setor.

³⁰ Cabe aqui um asterisco porque, conforme observado na metodologia, no caso das universidades não são propriamente instituições diferentes, mas projetos e setores dentro das universidades que realizam atividades de extensão, seja mais propriamente vinculados à extensão universitária, seja vinculados a pesquisa.

³¹ Em Brasília ficam as Embrapas Informações tecnológicas, Transferência de Tecnologia, Hortaliças, Cerrados e Recursos Genéticos e Biotecnologia. Fora das capitais estão a Embrapa Pantanal, em Corumbá- MS, Embrapa Agropecuária Oeste – Dourados- MS. Arroz e Feijão fica próxima a Goiânia, e Gado de Corte em Campo Grande.

indígenas, abrangendo seis municípios. Participam de fóruns e redes relativas a agricultura sustentável, cerrado, meio ambiente e desenvolvimento e estabelecem parcerias com organizações de agricultores, governo federal, ONG's e empresas. A definição das prioridades de ATER é feita pela demanda de organizações de agricultores ou grupos comunitários, enfatizando metodologias participativas nos diversos projetos, incluindo vivências, reuniões, entrevistas e dias de campo.

A **EFA-COAAMS** - Escola Família Agrícola - Centro de Organização e Apoio aos Assentados do Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande, foi fundada em 1996 visando contribuir no atendimento às demandas de ATER dos assentamentos que não estavam sendo atendidos. A educação rural voltada para a profissionalização dos alunos enfatiza o paradigma ambiental e pauta-se pela pedagogia da alternância, isto é, os alunos ficam quinze dias na escola e quinze em suas residências. A seleção dos alunos privilegia o compromisso que estes demonstrem em apoiar a sua comunidade e em permanecer no assentamento. Há cerca de 1000 famílias filiadas às associações e cooperativas de assentamentos que, por sua vez, intermediam o encaminhamento dos alunos à EFA. Atualmente a EFA conta com 100 alunos que prestam ATER em seus assentamentos e mais os 174 que formou. Além da ATER ser uma das atividades didáticas dos alunos direcionada às demandas familiares ou comunitárias e acompanhada pelos professores da escola, a EFA também apoia a realização dos projetos de vida dos alunos através da implantação de projetos produtivos com financiamento direto da Universidade de Turino (Itália). Uma outra atividade desempenhada pela escola é o apoio a uma experiência de produção coletiva de dez famílias assentadas em uma área doada pelo IDATERRA.

A EFA é privada mas somente 30% do seu orçamento é oriundo do pagamento de uma mensalidade dos alunos (de R\$ 20,00), que nem sempre podem pagá-la em dia. O restante vem da Secretaria de Estadual Educação mas deve ser negociado anualmente, o que confere muita instabilidade à escola. Em 2001 este orçamento foi de apenas R\$ 72 mil. Os seus professores, coordenadores, diretores e até mesmo funcionários administrativos são concursados pelo estado e cedidos à EFA. O local de funcionamento é cedido e situa-se numa área periférica de Campo Grande contando com duas salas de aula e quatro alojamentos. Dispõem de uma ampla área para plantio e criação de pequenos animais.

Cooperativas de Crédito

As Cooperativas de Crédito foram identificadas através das listagens da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), e na região Centro-Oeste a quase totalidade das Cooperativas de Crédito existentes estão integradas ao Sistema SICREDI³². Localizamos também uma cooperativa central da SICOOB (que representa os estados de MT e MS), e 4 outras cooperativas em Goiás (não ligadas a estes sistemas). Através dos contatos com informantes-chave percebeu-se que a ATER, mesmo num sentido mais amplo, não é vista como uma atividade desta categoria. No entanto, a SICREDI Central do MT afirmou executar atividades voltadas para educação rural, a comercialização e, é claro, o crédito³³. Optamos assim por manter na listagem todas as instituições identificadas.

Obtivemos apenas um questionário respondido, o da central do sistema SICREDI do Mato Grosso, que afirmou representar todas as quinze restantes do estado. Devido ao fato do número de questionários tabulados ser inferior a 3, chamamos a atenção

³² Este Sistema está organizado a nível nacional, abrangendo os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, e conta inclusive com um banco próprio, o Bansicredi - Banco do Sistema SICREDI S/A, criado em 1996 (ver Bittencourt, 2001: 33).

³³ Esta educação rural teria um sentido de capacitação para a formação de outras cooperativas de crédito ou de como se orientar no processo de tomar crédito. A ATER vinculada ao acompanhamento de projetos agropecuários não é portanto a atividade principal deste tipo de instituição embora a mesma tenha declarado que tais atividades foram iniciadas desde a sua criação.

para o fato de que os dados percentuais desta categoria não estarão sendo levados em consideração nas análises, embora constem nas Tabelas, e ela será analisada mais do ponto de vista qualitativo.

As Cooperativas de Crédito Rural apresentam distribuição geográfica e perfil de público bastante semelhante às cooperativas agropecuárias (embora menos importante numericamente) e às prestadoras de serviço (ver Mapa 7). Elas correspondem a cerca de 4% do total de instituições listadas na região (25 instituições). Todas as cooperativas que constam no mapa do MT e do MS estão vinculadas ao Sistema SICREDI, sendo 15 no Mato Grosso e 4 no Mato Grosso do Sul, além das duas SICREDs Centrais localizadas nas capitais destes Estados. Em Cuiabá está localizada também uma cooperativa central do Sistema SICOOB, que abrange os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul³⁴. No estado de Goiás as 4 cooperativas de crédito identificadas não estão vinculadas ao SICRED ou SICOOB.

Representativas

Embora tenhamos conhecimento de que há no Centro-Oeste um número bastante significativo de instituições Representativas de Agricultores (sindicatos e associações), presentes na maioria dos municípios da região³⁵, é bastante reduzido o número delas que realiza trabalhos de ATER, em função da própria natureza institucional das mesmas. Segundo informantes-chave das Federações Sindicais e do MST é praticamente inexistente a prestação de serviços de ATER por sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos sociais por não considerarem a ATER como sua atribuição: sua função é mais de representação política, tendo a luta pela terra como prioridade, e entre suas atribuições estaria reivindicar do Estado uma ATER gratuita e de qualidade. Alguns poucos STR's que oferecem tais serviços o fazem com recursos limitados vinculados a projetos específicos, com prazos curtos, que dependem muitas vezes de assessoria de outras entidades. Há casos isolados de federações de trabalhadores da agricultura estarem desempenhando atividades de ATER em convênio com os INCRA's estaduais, em parceria com cooperativas de trabalho, ou com outras instituições, especialmente para assentados. No caso das associações, a ATER estaria entre suas atribuições, mas parece ser um serviço caro demais para que elas cubram com recursos próprios.

As entidades identificadas fazendo ATER nesta categoria foram principalmente instituições de âmbito de atuação mais amplo, regional ou estadual, como por exemplo Centrais de Associações, Associações Regionais ou Estaduais de Cooperação Agrícola (vinculadas ao MST), Federações dos Trabalhadores na Agricultura, Centrais Sindicais, e também entidades que são um misto de ONG com organização de agricultores³⁶.

³⁴ É possível que esta tenha escritórios locais, mas diferentemente do Sistema SICRED estes não constam separadamente nas listagens da OCB.

³⁵ Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais têm em geral base municipal e existem em quase todos os municípios da região, e estão organizados a nível estadual em Federações, que existem nos 4 Estados (a Federação do DF cobre também o Entorno de Brasília). Já as associações são em geral pequenas e bastante fragmentadas, e chega a haver várias num único município ou assentamento. Segundo o relatório do Projeto CUT/CONTAG (1998), existiam mais de 1200 associações apenas no Estado do Mato Grosso, e existiam iniciativas de criação de Centrais de Associações, muitas delas vinculadas ao Movimento Sindical ou ao Movimento dos Sem Terra. Este último também está presente nos 4 estados.

³⁶ Como a AGROTEC – Centro de Tecnologia Agroecológica de Pequenos Agricultores, em Diorama- GO.

Na categoria das **Representativas** a pesquisa localizou apenas 22 instituições realizando trabalhos de ATER na região, correspondendo a 3% do total de instituições. Como já foi dito, estas 22 têm uma lógica de distribuição geográfica que acompanha a das ONGs, muitas estando vinculadas a áreas de concentração de assentamentos (ver Mapa 4). Metade delas estão localizadas nas capitais, o que neste caso se explica pelo fato de que aquelas que conseguem ter uma atuação em ATER são em geral as que têm âmbito mais amplo, regional ou estadual.

Agroindústrias

Há muitas agroindústrias e integradoras na região Centro Oeste, especialmente ligadas ao setor leiteiro, de carnes, de cereais e à avicultura³⁷. Porém, segundo informantes-chave, a maior parte delas é de grande porte e não desenvolve trabalhos de ATER com agricultores familiares ou assentados. Os agricultores familiares integrados às agroindústrias são em geral mais abastados. A ATER, neste caso, diz respeito às necessidades técnicas de qualidade, produtividade, constância e pontualidade da produção e de infra-estrutura específica que as agroindústrias controlam. Obviamente, a atividade principal desta categoria é a transformação da produção embora haja departamentos específicos no interior de algumas agroindústrias que fazem transferência e difusão de tecnologias através de atividades de gestão de estabelecimentos, elaboração de projetos e técnicas e práticas produtivas. O nosso levantamento chegou a 9 Agroindústrias, mas é possível que este número esteja subestimado.

A listagem inclui tanto grandes agroindústrias, cujo âmbito de atuação é interestadual ou nacional, contando com diversas unidades produtoras e distribuidoras, como também pequenas agroindústrias cujos âmbitos de atuação são municipal ou intermunicipal.

As **Agroindústrias** identificadas como fazendo ATER se localizam nos pólos mais dinâmicos da agricultura regional, especialmente nas regiões produtoras de grãos, vinculadas à avicultura de corte e laticínios (ver Mapa 6)

Outras Públicas

Na região Centro Oeste foram encontradas poucas instituições nesta categoria. Ao nível dos governos do estado, isso se explica provavelmente pelo fato de diversos órgãos estaduais ligados à questão agrária e agrícola terem se fundido nas Governamentais de ATER. Também as Superintendências regionais do INCRA declararam não desempenhar atividades de ATER, somente o estabelecimento convênios com entidades que prestam esta assistência aos assentamentos. A pesquisa detectou apenas três instituições nesta categoria (a SEMARH-GO, o PADIC e a CEPLAC) e apenas duas responderam ao questionário. As três instituições fazem ATER em função de projetos específicos dentro de seus âmbitos de atuação mas são bem diferentes entre si. Em função do pequeno número de questionários nesta categoria, não estaremos analisando os dados quantitativos no restante do Relatório Centro Oeste embora os dados constem nas tabelas. Assim, apresentamos aqui as particularidades de cada uma delas no sentido de ilustrar algumas das experiências de ATER que estão sendo realizadas.

³⁷ Não foram consideradas pela pesquisa as Agroindústrias ligadas à venda de insumos por considerarmos que os serviços eventuais por estas prestados eram muito pontuais.

A SEMARH - Secretaria do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Habitação de Goiás não tem entre suas atribuições a execução de projetos ou mesmo o acompanhamento técnico dos mesmos, mas desde meados de 2000 está desenvolvendo um único projeto com cerca de 80 famílias de assentados para a extração de óleo babaçu em um município goiano. Este projeto conta com recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente e apenas um técnico da Secretaria presta alguma assistência. A Secretaria tem como atribuições principais tratar do manejo e conservação dos recursos naturais, a elaboração de projetos e o acompanhamento e a proposição de políticas públicas. Há outros projetos com agricultores mas cuja assistência técnica é dada pela Governamental de ATER (Agência Rural), sua parceira.

A CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, é um órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, fundado em 1957 para fomentar a produção cacaueira. Com o passar dos anos sua missão foi reformulada e atualmente procura promover a competitividade e sustentabilidade do setor agropecuário, agroflorestal e agroindustrial para o desenvolvimento das regiões cacaueiras. No Centro-Oeste, a Ceplac conta com uma unidade em Alta Floresta- MT, que desenvolve pesquisas em diversas áreas, faz transferência de tecnologia, fomenta produção de mudas e agropastoril e implementa sistemas agroflorestais para agregar valor à renda do produtor. Assim, declarou ter como atividades principais quase todas as elencadas no questionário: técnicas e práticas produtivas, manejo e conservação ambiental, gestão de estabelecimentos, transformação da produção, comercialização, crédito e microcrédito, apoio institucional a organizações de agricultores, elaboração de projetos, planejamento regional e gestão territorial, e educação rural. A prestação de ATER faz parte de sua atuação desde o seu surgimento e o seu público-alvo constitui-se de assentados (50%), de agricultores familiares e patronais. A fonte principal de recursos do CEPLAC é o governo federal mas também conta com recursos dos governos estadual e municipais. Seu âmbito de atuação é nacional, incluindo 24 municípios e cerca de 3000 famílias contando apenas com sete técnicos em sua equipe, isto é, mais de 400 famílias por técnico.

O PADIC - Programa de Apoio ao Agricultor Familiar na Área de Agroindústria - foi iniciado em 1997, estando vinculado ao PRODEAGRO - Programa de Desenvolvimento Agropecuário do Mato Grosso, um amplo programa que surgiu em 1989 com apoio técnico da FAO e do PNUD e financiamento do Banco Mundial (BIRD) (Calorio; Puhl; Puhl, 1998). Tem como principal objetivo o financiamento de projetos de agroindustrialização para pequenos produtores, oferecendo ATER. Os projetos são enviados através de associações e são julgados por um conselho deliberativo composto por representantes de ONG's e do governo estadual. Atualmente o PADIC recebe recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Governo Federal e está vinculado à Secretaria de Planejamento do Mato Grosso. Os projetos podem ser de até R\$ 80 mil sendo que até 1,5% deste valor é destinado ao pagamento de um técnico para a elaboração e acompanhamento do projeto por até um ano ou até que esteja implementado. O técnico deve ser selecionado e contratado pelos agricultores, podendo ser de origem privada ou da própria EMPAER. Após implementada a agroindústria, o acompanhamento técnico é realizado pela EMPAER. Além disso, o PADIC possui técnicos próprios que fazem vistoria nos projetos.

Sistema "S"

Nesta categoria estão o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), presentes em todos os estados da região, com exceção do DF (onde estão apenas as sedes nacionais). Assim, é possível traçar uma caracterização desta categoria em função da similaridade nos

serviços promovidos por estas instituições: capacitação, planejamento regional e gestão territorial.

Tanto o SEBRAE quanto o SENAR desenvolvem prioritariamente cursos de qualificação ou capacitação em diversas áreas. Os cursos privilegiam a produção, a transformação, a comercialização e o associativismo/ cooperativismo. No SEBRAE-GO, por exemplo, há um departamento específico voltado para a questão rural: o Departamento de Agronegócios. Os cursos do SEBRAE procuram sempre estimular o empreendedorismo e o associativismo, objetivando a qualidade total, isto é, estão voltados principalmente para a gestão de estabelecimentos, a transformação da produção e o fortalecimento organizacional de agricultores. O turismo rural tem aparecido como uma das atividades estimuladas por estas entidades mais do que as outras categorias.

As Instituições do **Sistema “S”** localizam-se nas capitais dos Estados, e embora sejam numericamente poucas (2% do total de instituições) têm uma abrangência de atuação estadual, como veremos posteriormente, sendo que os SEBRAEs contam com escritórios regionais, e o SENARs têm forte parceria com os Sindicatos Rurais (Patronais), que estão estruturados na maioria dos municípios.

4 Perfil Institucional das Categorias

A partir deste item estaremos analisando o perfil das categorias com base nos **Questionários** respondidos pelas instituições e também nas entrevistas realizadas.

4.1. Natureza institucional e a importância da ATER para as diferentes instituições

A **Tabela 3.2** em anexo apresenta a atividade principal e o natureza institucional das instituições que responderam ao questionário. Dentre o total de instituições que responderam ao questionários, vemos que 43% são públicas, incluindo aí todas as Governamentais de ATER, Prefeituras e Outras Públicas, e 80% das instituições de Ensino e Pesquisa. As demais categorias têm a maioria ou totalidade das instituições como não públicas. Entre as Governamentais de ATER, temos diferentes estatutos jurídicos: EMATER-DF é uma empresa pública, a EMPAER-MT é uma empresa de economia mista (cujo acionista majoritário é o Governo do Estado). Já as Agência Rural e o IDATERRA são autarquias.

Ao observarmos a **Tabela 3.2** veremos que a ATER é a atividade principal para 100% das Governamentais de ATER. A atividade de ATER está incluída numa concepção de desenvolvimento rural sustentável juntamente com atividades de pesquisa, defesa e classificação.

As Prestadoras de Serviços em sua maioria absoluta também têm a ATER como atividade principal (90%), mas algumas Cooperativas de Trabalho e poucas Empresas de Planejamento consideraram que a ATER não seria sua função principal. Esta categoria é aquela mais numerosa dentre as instituições privadas

Ainda observando a **Tabela 3.2**, vê-se que para as demais categorias a ATER não é principal para 40% ou mais das instituições que responderam ao questionário. Os maiores índices de não resposta foram das ONG's e das Ensino e Pesquisa e talvez isso esteja relacionado com o fato de não considerarem como “ATER” o que fazem.

Para 47% das ONG's a ATER não é a atividade principal, e 27% consideram ATER como principal. As ONG's, especialmente as "sociais", costumam identificar suas atividades como de "promoção e assessoria" de populações tradicionais ou de grupos marginalizados através, fundamentalmente, de atividades educativas e de fortalecimento organizacional. Embora as ONG's sejam organizações privadas, identificam-se com fins públicos ou sociais. Apesar do estatuto jurídico das ONG's ser praticamente o mesmo há uma diversidade interna à categoria como indicamos na Introdução às Categorias.

A categoria Ensino e Pesquisa apresenta grande diversidade interna. A ATER foi considerada atividade principal para somente 20% delas, enquanto 40% disse não ser a principal e 40% não responderam à questão. Há diferenças fortes não só quanto aos estatutos jurídicos, (80% delas são públicas sendo 70% federais e 10% estaduais), mas também quanto às respectivas missões, disponibilidade de infra-estrutura, quadros e recursos. As EMBRAPA's em geral caracterizam suas atividades principais como pesquisa, difusão e transferência tecnológica, não se reconhecendo inicialmente no termo "ATER". As universidades identificam-se com o ensino, a pesquisa científica e também com a extensão universitária, que não significa exatamente ATER. Já para as agrotécnicas e escolas família agrícola a ATER seria uma das atividades principais, mas sempre vinculada ao ensino.

As Cooperativas de Produção são mais homogêneas entre si, e apresentaram um alto índice de entidades que não têm a ATER como principal (89%), sendo que nenhuma respondeu ser a ATER sua atividade principal (11% não responderam). Mas aquelas que oferecem este serviço o fazem praticamente desde a sua criação, como veremos no próximo item.

Para maioria (57%) das organizações Representativas de agricultores, a ATER também não é a atividade principal, corroborando com a natureza institucional das mesmas mais ligada à produção e comercialização de determinados produtos, no caso das centrais de associações e associações de cooperação agrícola do MST, e/ou de organização social e política, no caso das federações sindicais. A ATER é principal para algumas associações de pequenos produtores.

Para 75% das instituições que integram o Sistema "S" a ATER não é a atividade considerada principal, o que significa que as atividades de capacitação e formação não são vistas como ATER. Vale aqui ressaltar as particularidades destas instituições que são privadas (embora o SENAR-MT tenha se declarado pública federal) mas que recebem recursos públicos oriundos da contribuição social do INSS (no caso dos SEBRAE). Algumas se definem como "paraestatal".

4.2. Histórico das instituições

Os dados sobre as datas de criação e o início das atividades de ATER das instituições que responderam ao questionário podem ser vistos na **Tabela 3.1** (nos anexos). Mesmo não dizendo respeito à totalidade das instituições existentes, eles permitem lançar algumas hipóteses sobre o surgimento das instituições comparando estes dados com a história da Região Centro-Oeste e do Brasil.

Histórico das Governamentais de ATER³⁸

A história das Governamentais de ATER na região Centro Oeste está bastante relacionada com o contexto da história mais geral da ATER.

Os serviços de extensão rural no Brasil começaram a ser implantados a partir de iniciativas privadas, embora com algum suporte financeiro do estado, como a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG), criada em dezembro de 1948, voltada para pequenos produtores rurais, combinando crédito, assistência técnica e ensino coletivo (CNDRS, 2002).

Este modelo passou a ser disseminado nos demais estados da federação em meados da década de 1950, quando o Brasil consolidou a produção de bens de capital, tendo a assistência técnica o objetivo de educar o homem do campo para tirá-lo do atraso (Caporal e Beber, 1994). Foram sendo criadas nos demais Estados da federação instituições semelhantes à ACAR-MG que passaram a ser coordenadas nacionalmente pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, fundada em 1956. Esta rede tinha caráter privado mas angariava e distribuía entre as filiadas os recursos financeiros advindos do Governo Federal.

Enquanto na década de 50 esta rede caracterizava-se pela sua preocupação com um processo de educação informal de agricultores de menor nível educacional, na década de 60, já encampada pelo Governo Federal, passou a predominar uma assistência técnica mais pontual, em função de problemas identificados pelos agricultores e que era mais apropriada àqueles com maior capacidade de resposta às inovações tecnológicas (idem: 47). Assim, a transferência de tecnologia agropecuária via pacotes tecnológicos repassados por instituições como a EMBRAPA passaram a ser a tônica predominante. O processo de industrialização do campo ao longo dos anos 60 exigiu deste sistema uma orientação para o aumento da produtividade com vistas às substituições de importações e ao equilíbrio da balança comercial (Caporal e Beber, 1994; CNDRS, 2002).

O início dos anos 60 marcou o começo da extensão na Região Centro-Oeste, com a criação de ACARs nos estados de Goiás (em 1961) e do Mato Grosso (em 1964), ainda sob o sistema da ABCAR³⁹.

Em 1974, com a criação da EMBRATER e das EMATER's, há a incorporação da ABCAR pelas mesmas. A tônica da extensão rural nas décadas de 70 e 80 foi a concessão de crédito subsidiado atrelado à assistência técnica voltada para o empreendedorismo dos setores mais capitalizados da agricultura. O trabalho com agricultores de “baixa renda” tinha um caráter complementar e assistencialista, segundo Caporal e Beber (idem: 3). A agricultura ficou assim subordinada à agroindústria trazendo consequências sociais e ambientais negativas para a grande massa da população rural do país, sem no entanto atingir a produtividade que se podia esperar com o espantoso aumento na tecnificação e utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Este processo, chamado de “modernização conservadora” por vários autores, ocorreu especialmente na região Centro Oeste, consolidando-a como uma das maiores produtoras de grãos do país, mas consumindo áreas extensas de solo e vegetação do cerrado.

Já dentro do Sistema SIBRATER, na Região Centro-Oeste foi criada, em dezembro de 1975, a EMATER-GO, resultado da fusão da antiga ACAR-GO com a Coordenadoria de Assistência Técnica da então Secretaria da Agricultura. Também em

³⁸ No caso das Governamentais de ATER, estaremos agregando na análise os dados das Entrevistas.

³⁹ A data da ACAR/ EMATER-GO não é precisa.

1975 houve então a substituição da ACARMAT (do MT) pela EMATER-MT. Em abril de 1978 foi criada a EMATER-DF. Com a divisão do estado do Mato Grosso, permaneceu a EMATER-MT, e foi criada no novo Estado do Mato Grosso do Sul a EMATER-MS, em 1979.

Em 1990, com a extinção da EMBRATER a nível nacional, as EMATER's foram se reorganizando de formas variadas em cada unidade da federação, inclusive através da fusão de órgãos de pesquisa, extensão, defesa agropecuária que haviam também sido criados nos estados no período anterior. Na região Centro Oeste este processo ocorreu através das fusões dos diversos órgãos ligados à questão rural na região. Estas ocorreram em 1992 no Mato Grosso, em 1999 em Goiás, e em 2000 no Mato Grosso do Sul.

No Mato Grosso, a EMPAER-MT resultou inicialmente (em 1992) da fusão das instituições de assistência técnica, fomento e pesquisa: EMATER-MT, a EMPA-MT (Empresa de Pesquisa Agropecuária, criada em 1980 a partir do antigo Departamento de Pesquisa da Secretaria de Agricultura do MT) e CODEAGRI (Serviços de Fomento Agropecuário e Patrulha Mecanizada, criado em 1976). Em 1998 a CASEMAT (MT), que lidava com serviços de armazenagem, criada em 1962, foi também incorporada à EMPAER-MT.

No estado de Goiás houve em 1995 a incorporação, à EMATER-GO, da Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA) e dos serviços de Classificação de Produtos de Origem Vegetal da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Em novembro de 1999 foi criada a Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário - Agência Rural, resultado da fusão da EMATER-GO, do IGAPE – Instituto de Defesa Agropecuária e do IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário, de regularização fundiária. A EMATER-GO se encontra em liquidação em função de dívidas e seus bens estão em comodato para a Agência Rural.

No Mato Grosso do Sul foi criado em outubro de 2000 o Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa e Extensão do Mato Grosso do Sul – IDATERRA, também resultado da fusão de empresas públicas anteriores: a EMPAER-MS, o Instituto de Terras de MS – TERRASUL e a Empresa de Serviços Agropecuários de MS – AGROSUL, ligado ao armazenamento e abastecimento.

Assim, a exceção do DF, as outras Governamentais de ATER na região Centro Oeste incluem os serviços de extensão, regularização fundiária, pesquisa, abastecimento e armazenamento e defesa sanitária. A EMATER-DF, no entanto, estabelece uma estreita relação com a EMBRAPA-Cerrados e com a EMBRAPA-Hortaliças.

No caso específico de Goiás e Mato Grosso do Sul as fusões ocorreram no contexto das reformas administrativas dos respectivos estados. Enquanto no MS um dos objetivos da reforma foi o “enxugamento” da máquina administrativa, com um decréscimo significativo na quantidade de quadros disponíveis no órgão, em Goiás a fusão não alterou o quadro de pessoal.

Histórico das demais categorias da amostra

Os **Gráficos 2 e 3** apresentam respectivamente os anos de criação e o ano de início de atividade de ATER das instituições que responderam ao questionário (por categoria e agrupadas em faixas de 10 anos). A **Tabela 3.1** (nos anexos) apresenta estes dados por faixas de 5 anos.

Ao observar o **Gráfico 2**, uma das coisas que chama inicialmente a atenção é que antes de 1985 poucas instituições em cada categoria tinham sido criadas. Apenas as Governamentais de ATER, especialmente antes de 70, aparecem como significativas, antes de suas respectivas fusões.

As **Prestadoras de Serviço** são a categoria que melhor pode sinalizar a presença ou ausência de políticas públicas de crédito agrícola e de incentivo à produção e comercialização, visto que dependem disto para se manter. O surgimento das primeiras Prestadoras de Serviço no período entre 1975 a 80 se dá no contexto de expansão agrícola da região, e é provavelmente explicado pela edição de vários programas de integração nacional, dentre eles o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972- 1974), que continha o primeiro programa de desenvolvimento para a região Centro Oeste (o PRODOESTE) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975- 79) dentro do qual estava o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste)⁴⁰. No período de 1985- 90 (quando surgem 26% das prestadoras que responderam ao questionário), embora os programas de integração nacional já estivessem enfraquecidos ou esvaziados, o PRODECER⁴¹ e a política de preços mínimos do governo federal promoveram incentivos diversos para a produção de grãos no cerrado (WWF, 1995: 21)⁴². Durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995- 98) houve também uma série de medidas que promoveram o setor agrícola, especialmente através do investimento em transportes, políticas de crédito e renegociação de dívidas de agricultores, eliminação de impostos que incidiam sobre bens de capital (tratores e implementos), entre outras (Cardoso, 1998: 98). O segundo governo Fernando Henrique (1999- 2002) foi marcado pela desvalorização do real frente ao dólar e com isso o equilíbrio na balança de pagamentos tornou-se uma das prioridades desta gestão, fazendo das exportações do setor agropecuário um dos pontos fundamentais da pauta. Para exportar mais os produtos brasileiros deveriam receber mais subsídios governamentais no sentido de torná- los competitivos. Todos estes elementos contribuíram para que várias empresas Prestadoras de Serviços e as Cooperativas de Produção fossem criadas nestes períodos, especialmente em áreas dinâmicas de agropecuária.

Em função das Cooperativas de Trabalho serem poucas e estarem inseridas na categoria Prestadoras de Serviços não é possível vislumbrar no **Gráfico 2** (e na tabela 3.1) as suas particularidades históricas. Sendo assim, cabe um maior detalhamento sobre estas. Em 1997, o Projeto LUMIAR, do governo federal, incentivou a criação de cooperativas de trabalho para mobilizar a assistência técnica e a extensão rural aos assentados, resultando no aparecimento de algumas delas em Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Em Goiás, por exemplo, a Baru congregou todos os técnicos vinculados ao projeto. Porém, com extinção do LUMIAR no final de 1998, esta e outras

⁴⁰ Estes programas privilegiaram a produção agropecuária com vistas a sua modernização, o seu aproveitamento em escala empresarial, objetivando a exportação. Um dos mecanismos de fomento principal foi a concessão de uma expressiva quantia de créditos subsidiados à iniciativa privada, resultando numa significativa incorporação dos cerrados pela soja (Braga, 1998).

⁴¹ O PRODECER é o Programa de Cooperação Nipo- Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados, iniciado em Minas Gerais no início dos anos 70 e expandido para áreas de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul a partir de 1987. Este programa existe até o momento e configurou-se num elemento importante de dinamização das atividades agrícolas na região.

⁴² Também contribuíram significativamente o investimento dos órgãos oficiais de pesquisas na adaptação de variedades de grãos, plantas perenes e pastagens tolerantes à toxidez de alumínio dos solos do cerrado. Também foram desenvolvidas técnicas de correção da fertilidade do solo. O cultivo da soja foi o carro- chefe, totalmente mecanizável e adaptado ao cultivo em larga escala (CUT/CONTAG, 1998)

cooperativas se desfizeram e seus técnicos se dispersaram, fundando outras cooperativas ou simplesmente fazendo outras atividades⁴³.

As **Cooperativas de Produção** seguiram uma tendência parecida com as Prestadoras de Serviços, mas ao contrário das segundas, não apresentaram nenhuma entidade fundada no período de 1985- 90. Concentraram- se no período 1975- 80 e em 95- 2000. Como a pesquisa privilegiou as entidades que tinham corpo técnico fazendo algum tipo de atividade de ATER, o fato de 56% da amostra de Cooperativas de Produção ter se concentrado neste último período indica que aquelas que fazem ATER são muito recentes e que a ATER passou a ser vista como importante por estas cooperativas recentemente, como forma de melhorar seus desempenhos comerciais (Gráficos 2 e 3).

Gráfico 2 - Ano de Criação das Instituições que responderam ao questionário (por faixas e por categorias)

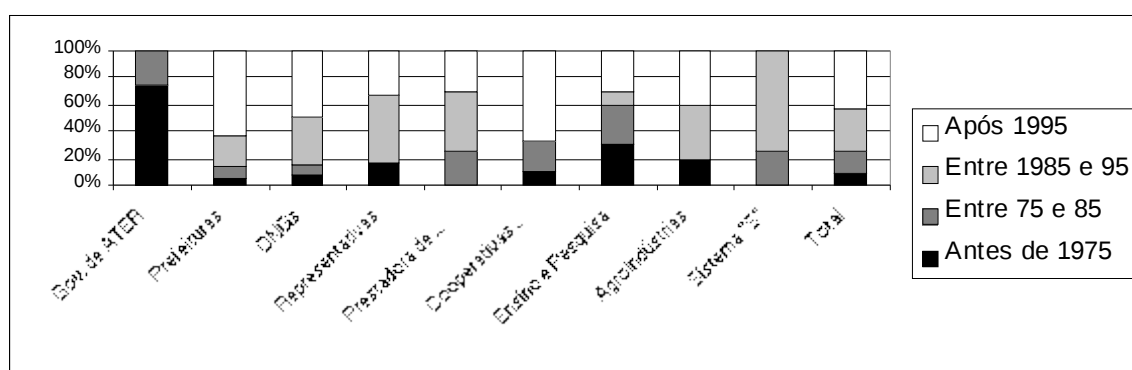
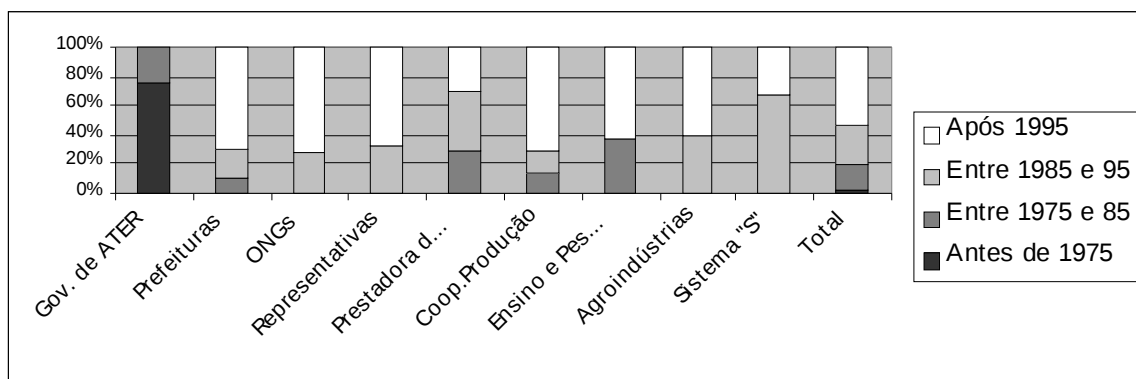


Gráfico 3 - Ano de início da atividade de ATER pelas Instituições (por categorias e por faixas de anos)



Fonte: Questionários e Tabela 3.1.

Vemos no gráfico que as **Agroindústrias** que responderam ao questionário surgiram a partir de meados dos anos 80 intensificando sua presença entre 1995 e 2000. As políticas de desenvolvimento regional elencadas acima também servem para explicar o

⁴³ No caso de Goiás, houve uma migração para uma outra cooperativa, fundada em 1999, que atua somente em função da existência de convênios federais e parcerias com entidades representativas de agricultores, a Cooperativa Multidisciplinar de Serviços Técnicos para o Desenvolvimento – COOMSTEC.

aparecimento desta categoria. O início das atividades de ATER ocorreu principalmente entre 95 e 2000 para 50% delas.

O surgimento das **ONG's**, por sua vez, não está relacionado diretamente às políticas agrícolas, mas de alguma forma indiretamente às consequências destas. Ao mesmo tempo que as “frentes de expansão agrícola” na região Centro- Oeste provocaram um aumento da área cultivada, da produção e da produtividade, elas trouxeram por outro lado uma ampliação da concentração de terras na região⁴⁴ e uma intensificação dos conflitos de terra, bem como uma série de consequências negativas ao ecossistema regional⁴⁵. As ONG's vão surgir num contexto de abertura política do país, a partir de críticas elaboradas pelos movimentos sociais às políticas sociais, agrícolas, agrárias e ambientais de uma forma mais ampla. Na região Centro- Oeste elas começam a aparecer especialmente a partir de meados dos anos 80, no entanto sem ainda estarem voltadas para a ATER. As instituições mais antigas, em termos de surgimento, são aquelas vinculadas à assessoria de movimentos sociais, especialmente no que tange à luta pela terra e por direitos sociais como a CPT e a FASE. No período de 1985 a 1990 surgem 20% das ONG's que responderam ao questionário, que têm perfil variado, relacionadas à assessoria sindical, meio ambiente e mulher (e ainda não se voltavam para ATER). O período de 2000 a 2002 concentra o surgimento de um terço da amostra, que refere-se especialmente a ONG's ambientalistas e também aquelas ligadas ao sistema ARCO, muito recentes, cuja preocupação central é comercialização da produção familiar. Entre estes dois períodos foram surgindo ONG's ambientalistas e voltadas para a verticalização da pequena produção.

Como vemos na **tabela 3.1** e nos **Gráficos 2 e 3**, a amostra indica que as datas de criação das ONG's na região Centro- Oeste não coincide com o início das atividades de ATER, que vem se dar apenas a partir de 1990. Chama a atenção que 40% da amostra passou a prestar ATER somente nos últimos dois anos (sendo criadas no mesmo período 33% delas). Isto indica que a ATER só foi considerada uma das atividades desta categoria bem posteriormente a sua constituição e que a maior parte das instituições que surgiram entre 2000- 02 já incorporaram a ATER como uma de suas atividades. Duas hipóteses que podem explicar este fato. A primeira é o desdobramento das lutas pela terra, com a implantação de diversos assentamentos na região, o que coloca novos desafios para as ONG's que apoiavam esta luta. Por outro lado, a partir dos anos 90 há também um aumento da preocupação com a ecologia e uma popularização das propostas agroecológicas e de desenvolvimento sustentável, levando ao surgimento de ONG's ambientalistas.

A criação da maior parte das entidades **Representativas** de agricultores (trabalhadores) da nossa amostra se dá na década de 90, concentrando o início das atividades de ATER na segunda metade da mesma década. Lembramos que na amostra não há nenhum sindicato de trabalhador rural e sim associações e centrais de associações de pequenos produtores, as associações de cooperação agrícola do MST e uma federação de sindicatos de trabalhadores rurais. Segundo o Projeto CUT/CONTAG (1998: 182) as associações foram surgindo a partir de 1985 na região Centro Oeste a partir de estímulos das Governamentais de ATER e também da Igreja, para acessar os recursos financeiros oriundos do Fundo Constitucional do Centro Oeste, do PROCERA e de outros programas federais. A década de 90 marcou, assim, não só a reorganização

⁴⁴ Houve também uma ampliação da área de pastagens e de latifúndios improdutivos. Goiás tem uma performance um pouco diferente dos outros estados, com menor concentração de terras.

⁴⁵ Com o desmatamento de extensas áreas de cerrado, o aumento no uso de adubos químicos e agrotóxicos.

das estruturas sindicais rurais (Brancher, 2001) como também a mudança de posturas dos movimentos sociais do campo para a discussão, formulação e até mesmo de execução de algumas políticas públicas, isto é, políticas antes consideradas de exclusiva competência estatal, como o crédito e a ATER, por exemplo. A intensificação da pressão dos movimentos sociais do campo sobre o Estado também levaram à criação de políticas como o PRONAF e outros programas de desenvolvimento agrário e agrícola voltados para a agricultura familiar, estimulando assim o aparecimento de mais organizações Representativas de agricultores bem como as suas atividades de ATER. O **Gráfico 3** demonstra que 57% das instituições que responderam ao questionário entraram em trabalhos voltados para o desenvolvimento local ou para ATER nos últimos sete anos.

As datas de aparecimento das instituições de **Ensino e Pesquisa** são bem distribuídas no tempo refletindo não só a diferenciação interna à categoria mas também demonstrando que a natureza destas instituições não depende diretamente de políticas agrícolas ou de assistência técnica para serem criadas, embora as EMBRAPA's, as escolas agrotécnicas e família agrícola tenham uma vinculação mais direta com estas políticas. O **Gráfico 3** também confirma que a ATER não é a atividade principal desta categoria já que somente entre 1995- 00 é que 40% declararam ter iniciado tais atividades, sendo que apenas 20% delas tinham sido criadas no mesmo período e 40% delas tinham sido criadas em períodos anteriores sem que tivessem iniciado qualquer atividade de ATER concomitante.

No caso das **Prefeituras**, a análise dos questionários indica que a data de criação deu margem para diferentes interpretações. Há desde respostas que se referem à criação da própria prefeitura (ou de emancipação do município), até referências à criação das secretarias específicas⁴⁶. Por isso os dados relativos à data de criação devem ser olhados com cautela. De qualquer forma, a concentração de datas de criação no período posterior a 1995 (67% da amostra), e especialmente após 2000 (36% da amostra), indicam que provavelmente a estruturação de Secretarias e Departamentos específicos para a agricultura é um fenômeno bastante recente, que coincidem com os dados de início de ATER. Pelo **Gráfico 3** vemos que a maior parte das Prefeituras/ Secretarias passou a fazer ATER a partir da década de 90, mais especialmente nos dois últimos anos, quando 40% delas disseram ter iniciado as atividades de ATER. As dificuldades enfrentadas pelas Governamentais de ATER a partir dos anos 90 podem ter incentivado os municípios a criar suas respectivas secretarias para cuidar das questões agrícola, de meio ambiente e de desenvolvimento ou para estabelecer convênios com as agências estaduais. Este envolvimento com a ATER pode estar também relacionado com programas do governo federal voltados aos municípios, como o PRONAF Infra- estrutura (a partir de 1996) que exigia a criação de conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável e portanto uma atuação mais presente das Prefeituras e suas secretarias nas discussões vinculadas ao desenvolvimento rural e à agricultura familiar.

No caso das Cooperativas de Crédito, temos apenas o dado da SICREDI Central de MT, que foi fundada em 1989.

Por fim, tanto a criação quanto o início da ATER das instituições do Sistema "S" da Região estão situadas na sua maioria entre 1990 e 95, indicando um trabalho relativamente recente com ATER.

⁴⁶ Mesmo neste último caso, ao que parece algumas apontaram a data de criação de suas secretarias de agricultura mesmo que posteriormente estas tenham agregado outras áreas ou mudado de nome. Outras, apontaram como a data de criação aquela a partir do momento em que houve mudança de nome ou fusão destas mesmas secretarias com outras (meio ambiente, abastecimento, desenvolvimento sustentável etc.).

De uma forma geral, observa-se um aparecimento concentrado de instituições de quase todas as categorias entre 1995 a 2000, e de prefeituras e ONG's entre 2000 e 2002, indicando que a maior parte das instituições que não têm a ATER como principal atividade surgiram há cerca de sete anos. O início do trabalho com ATER quase coincide com as datas de criação das entidades para categorias nas quais um maior número de instituições apontam a ATER como atividade principal: as Governamentais de ATER e as Prestadoras de Serviços. Cada categoria à sua maneira, passou a desenvolver diversos tipos de ATER procurando preencher uma demanda crescente por algum tipo de orientação voltada para a agricultura familiar, fosse ela vinculada à produção, à comercialização, à transformação, à gestão de estabelecimentos, ao apoio aos agricultores e suas organizações, ou à capacitação.

4.3. Perfil do público atendido

As **Tabelas 5.5 e 5.6** (a, b, b1 e c) nos anexos, indicam o público principal trabalhado pelas instituições das diferentes instituições que responderam ao questionário ⁴⁷.

Pela **tabela 5.5**, vemos que os agricultores familiares figuram entre o público alvo prioritário 77% do total de instituições na região Centro-Oeste. Já os assentados e os agricultores patronais são público prioritário para pouco mais da metade do total de instituições (54%). É bem menor o número de instituições que voltam sua atuação para públicos específicos (indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, mulheres, jovens), sendo os mais presentes os jovens (11 % do total de instituições), as mulheres (10%), e os indígenas (9%).

Embora aparentemente homogêneo, com todas as categorias concentrando sua atuação nos públicos de agricultores familiares, assentados, e patronais, uma análise mais detalhada aponta diferenciações neste público alvo preferencial das diferentes categorias.

Ainda pela **Tabela 5.5**, vemos que assentados e agricultores familiares predominam entre as instituições Governamentais de ATER, prefeituras, ONGs, representativas, e de ensino e pesquisa. E os agricultores patronais aparecem com mais peso nas prestadoras de serviço, nas cooperativas nas agroindústrias e no Senar/Sebrae, embora todos estes também incluam agricultores familiares entre o público-alvo prioritário.

Ações de ATER voltadas para os públicos mais específicos são desenvolvidas principalmente pelas Governamentais de ATER, pelas ONGs e pelas instituições de Ensino e Pesquisa. Os povos indígenas aparecem entre o público alvo principal, por ordem de importância, nas instituições de pesquisa, Governamentais de ATER, ONGs, prefeituras, e representativas. Quilombolas e ribeirinhos estão entre o público alvo prioritário somente em instituições das categorias Governamentais de ATER, ONGs e Ensino e Pesquisa.

Quando solicitamos às instituições que discriminassem o público atendido de acordo com os grupos de renda do Pronaf, tivemos uma alta taxa de não resposta, de 24% do total de instituições. As taxas mais altas foram as das instituições do Sistema

⁴⁷ No questionário havia sido solicitado que fossem assinaladas no máximo 3 alternativas, indicando o principal público alvo. No entanto, muitos questionários vieram com mais alternativas assinaladas, e optamos por considerar todas as respostas. De qualquer forma, a ausência de determinado público não implica necessariamente que ele não seja atendido, mas sim que ele não é prioritário.

“S” (75% de não resposta), das Instituições de Ensino e Pesquisa (50%) e das ONGs (40%). Isso indica um desconhecimento, por parte das instituições, das faixas de renda do público atendido⁴⁸. A **Tabela 5.6.b** apresenta a média das porcentagens de famílias atendidas por cada instituição nos diferentes grupos⁴⁹. Já a **Tabela 5.6.c.** aponta a porcentagem de instituições que indicaram atender cada grupo.

Os assentados (Grupo A) aparecem com peso importante no público atendido por várias categorias, especialmente nas Ensino e Pesquisa e ONGs, seguidas pelas Representativas⁵⁰. Entre as Governamentais de ATER, a EMPAER-MT se destaca com relação a este público, que representa 90% das famílias atendidas, sendo pouco importante nas demais que responderam (ver **Tabela 5.6.b1**, nos anexos).

Já o Grupo B não é um grupo com porcentagem média significativa em nenhuma categoria da amostra, o que pode indicar que este público (de agricultores familiares mais empobrecidos) é provavelmente o mais desassistido. A pouca expressividade, já vista na tabela 5.5, de trabalhos voltados para públicos como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, artesãos, que majoritariamente devem estar incluídos nesta faixa de renda, corrobora esta indicação.

Se somarmos os públicos A e B do Pronaf, podemos dizer que as categorias mais voltadas para o público mais pobre em geral são as Instituições de Ensino e Pesquisa (em média 87% do público nos grupos A e B) e as ONGs (70%).

Chama a atenção que as Representativas vão concentrar sua atuação nos grupos A e C, sendo que a análise dos dados desagregados apontam uma dualidade: embora algumas poucas atendam os dois públicos, a maioria delas atende a um ou outro público, ou seja, enquanto algumas voltam-se para os assentados, outras atendem agricultores familiares, e neste caso o público privilegiado são os de renda intermediária.

Estas tabelas permitem também precisar a concentração da atuação das Prestadoras de Serviço e Cooperativas de Produção no público de agricultura patronal. Este público representa em média mais de dois terços do público atendido pelas instituições destas categorias (respectivamente 78% e 70%). Ainda no caso das Prestadoras de Serviço, o público de agricultura familiar atendido praticamente restringe-se ao Grupo D (de maior faixa de renda), e mesmo assim este significa em média apenas 12% do público atendido. Já o público do Grupo A representa em torno de 8%, mas pela **tabela 5.6c.** vemos que somente 15% das instituições desta categoria indicaram trabalhar com este público (refere-se principalmente às cooperativas de serviço), enquanto 92% trabalham com não atendidos pelo Pronaf (patronais), e metade das que responderam trabalha com grupo D. Cerca de um terço delas (34%) trabalham exclusivamente com patronais.

As Cooperativas de Produção apresentam um perfil de público bastante semelhante ao das prestadoras no que se refere à distribuição do público atendido,

⁴⁸ Pode também indicar que não trabalham com elaboração de projetos de crédito do Pronaf, pois algumas instituições parecem ter compreendido que a questão se referia ao número de Projetos de Crédito encaminhados.

⁴⁹ Na tabela 5.6.b foram excluídas do cálculo de porcentagem média as instituições que não responderam ou que indicaram 100% de informação não disponível. Nos anexos encontra-se também a Tabela 5.6., que apresenta o peso médio de cada grupo do Pronaf incluindo as instituições que responderam ter 100% das famílias com informação não disponível. Acreditamos que a Tabela 5.6.b é mais adequada para a análise.

⁵⁰ Do total de 122 instituições que responderam a esta questão, 10 afirmaram atender exclusivamente assentados (100% do público no grupo A), sendo 3 de Ensino e Pesquisa (todas EFAs e agrotécnicas), 3 representativas, uma Cooperativa de Técnicos, e duas ONGs, além da SEMARH (outras públicas)

com a única diferença de atender um pouco mais de agricultores assentados: 67% das instituições atendem a esse público, que significa em média 23% do público atendido. Há também uma maior proporção de instituições que atendem o grupo C (33%), embora seu significado seja residual no público atendido (em média 5%)

Também as Cooperativas de Crédito parecem assemelhar-se às Cooperativas de Produção e às Prestadoras de Serviços no que diz respeito ao público preferencial. Segundo a SICREDI Central do Mato Grosso, que afirma responder pelas 15 instituições daquele estado, indica que Cinquenta por cento do público atendido é patronal e que 45% dos familiares estão nas faixas mais capitalizadas (Grupos C e D).

4.6. Abrangência de atuação

Para completar a análise do perfil institucional analisaremos neste item a abrangência de atuação das categorias. Esta análise tanto dá indicações que complementam a análise do peso numérico das instituições (pois indica tamanho da instituição e alcance das atividades desenvolvidas), quanto também aponta para diferentes estratégias de intervenção. Estaremos utilizando as **Tabelas 5.4**, que traz dados sobre o âmbito de atuação (municipal, estadual, etc.), o número de municípios atendidos e o número de famílias atendidas, e a **Tabela 6.4.c**, que traz o número médio de técnicos por instituição

O âmbito municipal aparece como importante apenas para as prefeituras e para as Representativas, sendo que esta última é a única com instituições que indicaram âmbito local de atuação⁵¹. A grande maioria das categorias tem predominantemente instituições atuando em âmbito intermunicipal ou ainda mais abrangente (estadual, etc.). O âmbito intermunicipal é o de maior peso para as cooperativas de produção, as prestadoras de serviço e as instituições de ensino e pesquisa. E em várias categorias (exceto as cooperativas de produção) temos uma porcentagem importante (mais de um terço) de instituições atuando nos âmbitos estadual e interestadual.

No entanto, quando analisamos o número de famílias e de municípios atendidos (**Tabela 5.4**), vemos que as únicas categorias com intervenção num número expressivo de municípios são as Governamentais de ATER e as instituições do Sistema “S”. Nas demais categorias, a média de municípios atendidos oscila entre 5 (nas cooperativas de produção, que em geral estendem sua atuação a municípios vizinhos aos da sede) e 22 (nas ONGs), e mesmo o número máximo de municípios atendidos pelas instituições gira em torno de 20 a 40⁵², indicando que mesmo que existam instituições com âmbito de atuação estadual, os serviços de ATER são prestados em alguns municípios dispersos ou então em micro-regiões nos estados⁵³.

⁵¹ Isso se explica porque as associações podem representar uma comunidade rural ou somente um assentamento, no interior de um município.

⁵² Nas ONGs há uma única exceção acima desta faixa, que é uma associação de reposição florestal que atinge 77 municípios.

⁵³ Por exemplo, das instituições de Ensino e Pesquisa que responderam a esta questão, 30% afirmam ter âmbito de atuação intermunicipal, enquanto o restante afirma ter âmbito estadual, interestadual ou federal. No entanto, as informações sobre o número de municípios atendidos (em média 10, sendo o número máximo de 20 - tabela 5.4) indicam que o trabalho realizado diretamente junto aos agricultores se dá num número pequeno de municípios. Os dados qualitativos indicam que tanto as Embrapas, quanto as Universidades, e mais ainda as EFAs e Agrotécnicas, têm os trabalhos de ATER realizados principalmente na micro-região ao entorno do município onde fica a sede destas instituições. Isso se dá principalmente pela facilidade de acesso aos produtores (e dos produtores a elas).

A análise do número médio de técnicos por instituição (tabela 5.4) e também do número mediano de famílias atendidas reforça a afirmação acima, já que os números das Governamentais de ATER e o Sistema "S" - com médias respectivamente de 279 e 45 técnicos por instituição e de 30.000 e 10.895 famílias atendidas - são significativamente superiores aos das demais as categorias, que têm um número médio de técnicos atuando com público alvo entre 2 e 6), o que indica uma capacidade de intervenção semelhante. Também o número mediano de famílias atendidas não é significativamente diferente (entre 50 e 465).

Estes dados parecem indicar a existência de diferentes objetivos e estratégias de atuação. Por exemplo, as instituições que atendem a um número maior de municípios têm uma ação mais pontualizada ou junto a um reduzido número de agricultores em cada um deles⁵⁴. Ou a atuação pode ser centrada num atendimento mais contínuo a poucos municípios circunvizinhos, atendendo um maior número de famílias em cada um. Também pode ser uma atuação mais intensiva em locais prioritários (que podem estar dispersos), visando uma intervenção regional⁵⁵.

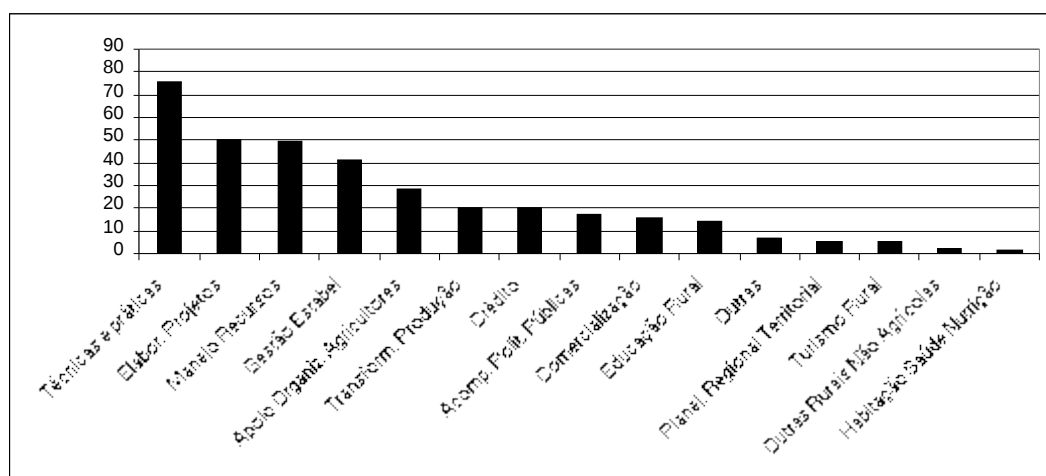
5 O que fazem as instituições de ATER na região Centro Oeste

Foi perguntado às instituições quais seriam as três atividades principais destas, resultando na **Tabela 3.4** (nos anexos) e no **Gráfico 4**. Enquanto a Tabela apresenta os detalhes por categoria, o Gráfico representa o total das instituições. Para avaliarmos qualitativamente algumas destas respostas, nos utilizamos das entrevistas (que detalhavam quais eram estas atividades e as colocavam em ordem de prioridade), além das informações obtidas com informantes-chave.

⁵⁴ Por exemplo, a FloraSul (ONG de reposição florestal) indica ter âmbito de atuação estadual, atende individualmente proprietários rurais interessados no plantio de espécies florestais dispersos em diferentes municípios (atende 300 pessoas em 30 municípios, em média de 10 pessoas/município atendido). A maioria das Prestadoras de Serviço (especialmente as Empresas de Planejamento) têm atuação semelhante, prestando um serviço individualizado a poucos grandes projetos em cada município. São a categoria com menor no. mediano de famílias atendidas (50 famílias), apesar de 88% terem âmbito de atuação inter-municipal, estadual ou nacional.

⁵⁵ Já as ONGs de desenvolvimento (como a FASE, também com âmbito estadual), atuam com comunidades ou grupos de produtores em determinadas micro-regiões (municípios abrangidos por um pólo-sindical, por ex), buscando construir alternativas tecnológicas e de desenvolvimento visando influenciar nas definições de políticas públicas a nível regional e estadual, através da participação em fóruns e conselhos.

Gráfico 4 - Principais linhas de ação das instituições do Centro Oeste (% média das três atividades principais das instituições)



Como é possível verificar na **Tabela 3.4** e no **Gráfico 4**, de uma forma geral, as atividades de ATER se concentram nas técnicas e práticas produtivas, na elaboração de projetos, no manejo e conservação de recursos naturais e na gestão de estabelecimentos. Por outro lado, não estão entre as principais atividades da maior parte das categorias aquelas relacionadas à habitação, saúde, nutrição, planejamento regional e gestão territorial, turismo rural.

Pela **Tabela 3.4** é possível perceber que o trabalho com habitação, saúde e nutrição é executado por poucas instituições de Ensino e Pesquisa, Representativas e Governamentais de ATER. Estas atividades são em geral de educação alimentar, sanitária e de saúde preventiva. A Agência Rural, por exemplo, desenvolve um programa de alimentação alternativa com a instalação de hortas comunitárias e medicinais, unidades didáticas e cursos de produção, processamento e conservação de alimentos no nível doméstico. O público deste tipo de atividade é principalmente o de assentados e em menor medida de agricultores familiares, patronais, e é a atividade mais desenvolvida com mulheres, jovens e artesãos (ver **Tabela 7.3**). A questão de gênero é muito pouco abordada pelas instituições, estando mais presente entre as ONG's no contexto das discussões sobre modelos de desenvolvimento e nas Governamentais de ATER, nos programas de verticalização e diversificação da produção ou de bem estar.

O planejamento e a gestão territorial, que em geral também são pouco feitos pelas instituições, aparecem bastante vinculados aos assentados e aos agricultores familiares (ver **Tabela 7.3**). Esta atividade inclui a confecção de planos de desenvolvimento dos assentamentos elaborados pelas Governamentais de ATER, ONG's e Ensino e Pesquisa (universidades e algumas agrotécnicas) em convênios com os INCRA's regionais, além de cursos de desenvolvimento local e micro-regional para comunidades e organizações rurais, como é o caso do IFAS, uma organização não-governamental de Goiás. O turismo rural aparece como significativo somente para o Sistema "S" dentre todas as categorias (ver **Tabela 3.4**), especialmente através de cursos de capacitação para a atividade.

As Governamentais de ATER desenvolvem um trabalho bastante abrangente, inclusive em função das diferentes atribuições advindas dos órgãos que foram fundidos, sendo assim difícil haver uma priorização das mesmas. A partir das entrevistas notamos que entre as principais atividades destas instituições estão técnicas e práticas produtivas associadas à elaboração de projetos e à transformação

da produção. A melhoria da qualidade e da produtividade dos produtos dos agricultores está entre os objetivos de programas de comercialização das Governamentais de ATER. Estas atividades não estão dissociadas do apoio às organizações de agricultores. A EMATER-DF, por exemplo, considerou a educação rural como prioridade “um” de suas atividades e o apoio aos agricultores como prioridade “dois”. Isto indica que para esta instituição a ATER é vista como um processo educativo, mais do que algo isolado em termos de difusão tecnológica.

Todas Governamentais de ATER desenvolvem programas de incentivo às agroindústrias familiares ou a procedimentos que agreguem valor à produção, o que demonstra uma preocupação com a geração de renda e a inclusão social. A elaboração de projetos de crédito (notadamente os do PRONAF) e o apoio institucional às organizações de agricultores a partir de programas de organização em associações e cooperativas, e de desenvolvimento comunitário, assinalam também esta preocupação. Programas de manejo e conservação dos recursos naturais são promovidos pelas quatro Governamentais de ATER entre as três atividades prioritárias. São programas de zoneamento ambiental e conservação de microbacias, programas de agroecologia, diversificação da produção, manejo integrado de vários recursos, pesquisa ambiental e atividades de instalação de unidades demonstrativas e de observação.

A assessoria aos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável foi destacada como parte das atividades principais de ATER promovidas pela EMPAER-MT e pela Agência Rural (GO). Isso pode ser considerado como acompanhamento, proposição e monitoramento de políticas públicas bem como apoio às organizações de agricultores. O IDATERRA e a Agência Rural também destacaram entre suas principais atividades de ATER a instalação e o apoio aos assentamentos de reforma agrária além da regularização fundiária, além das pesquisas agropecuárias. As atividades de capacitação são importantes e estão disseminadas nas diversas atividades/ projetos de todas Governamentais de ATER como pode ser exemplificado com o caso do IDATERRA – Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul (ver **Box 5**).

Box 5 - Os programas desenvolvidos pelas Governamentais de ATER

O IDATERRA desenvolve programas que na sua maioria estão interligados, através da Gerência de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, todos voltados para agricultores familiares: "Programa de Agroecologia", que visa a implantação de modelo agroecológico nas propriedades através de unidades de experimentação; "Diversificação Agropecuária", para promover o fortalecimento da piscicultura e a bovinocultura de leite; "Programa PROVE-Pantanal", de apoio e fomento à implantação de agroindústrias familiares através de crédito, capacitação, ATER e auxílio na comercialização; "Programa Che Re Tã", voltado especificamente para comunidades indígenas e quilombolas, com apoio às atividades de produção, infra-estrutura e eventos culturais; "Assentamento Vivo", com objetivo de consolidação e apoio aos assentamentos criados (recuperação de solos; abastecimento de água, construção de escolas, energia elétrica, fomento à produção aquisição de máquinas); "Programa de Reforma Agrária", para implantação dos assentamentos com política de infra-estrutura; "Confecção de Projetos e Crédito Rural e ATER (PRONAF)", para a elaboração e prestação de ATER a projetos de crédito rural; Programa de Capacitação, voltado para capacitar agricultores, indígenas, quilombolas e técnicos nas diversas áreas de atuação do IDATERRA, através de excursões, seminários e cursos. A instituição desenvolve também pesquisas agropecuárias.

A EMPAER-MT desenvolve programas também voltados integralmente para a agricultura familiar: "Apoio à Produção Vegetal e Animal", que visa promover a transferência de tecnologia; "Desenvolvimento da Agricultura Familiar", com o objetivo de capacitar a agricultura familiar e viabilizar acesso ao crédito; "Integração Municipal para o

Desenvolvimento Rural Sustentável" voltado especificamente para apoiar e assessorar os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural; "Promoção do Bem Estar Social" que visa difundir informações sobre educação alimentar, educação sanitária, saúde preventiva e integração sócio-econômica e cultural; "Manejo Integrado dos Recursos Naturais", voltado para manejo do solo, da água, reflorestamento e educação ambiental; "Apoio a Agroindústria", que visa promover a transferência de conhecimentos e técnicas de agroindústrias artesanais; "Organização e Desenvolvimento Comunitário", voltado para organizar e/ou assessorar agricultores familiares e assentados em entidades associativas e viabilizar acesso ao crédito e assistência.

A EMATER-DF apresenta os seguintes programas: "Pró Folhosa", voltado para a melhoria na qualidade das hortaliças comercializadas em Brasília; "Pró rural", que visa desenvolver atividades de maior valor agregado; "Preservação Ambiental", de manejo de bacias hidrográficas; "Pronaf", que envolve capacitação de conselheiros, construção de casa de farinha e poços artesianos.

No caso da Agência Goiana não há a estruturação em programa e projetos: a demanda local é que diz qual é a prioridade. Todas atividades estão voltadas para promover o desenvolvimento de atividades produtivas com vistas a sua diversificação; organização e melhoria da qualidade de vida e de renda dos agricultores, com sua fixação no campo.

Ainda na **Tabela 3.4** observamos que as ONG's, Prefeituras e Ensino e Pesquisa são bastante parecidas quanto ao tipo de atividades privilegiadas mas não trabalham necessariamente juntas, como será visto no item Parcerias deste relatório. Entre as duas atividades principais destas categorias estão as técnicas e práticas produtivas e o manejo e conservação de recursos naturais. No caso das Prefeituras as técnicas e práticas produtivas não estão necessariamente associadas ao manejo de recursos naturais já que a distância entre um índice e outro é de cerca de 20%. As entrevistas indicaram que o manejo, no caso das Prefeituras, pode estar mais relacionado à proteção de nascentes, manutenção de viveiros com doação de mudas e recuperação de matas ciliares. No caso das ONG's, ambas atividades apresentam uma incidência muito próxima (60 e 67%, respectivamente) podendo indicar uma relação mais direta entre as duas atividades, ocorrendo principalmente em função de pequenos projetos de desenvolvimento sustentável (instalação de sistemas agroflorestais, unidades demonstrativas, produção agroextrativista), além de reposição florestal, proteção ou recuperação de nascentes ou matas ciliares e de discussões ou capacitações nos temas ambientais.

As instituições de Ensino e Pesquisa promovem pesquisas aplicadas (no caso das universidades), fazem validação e transferência de tecnologia (no caso das EMBRAPA's), formam e capacitam jovens em técnicas e práticas produtivas e desenvolvimento sustentável (no caso das EFA's e escolas agrotécnicas). É possível entrever diversidade interna à categoria. Enquanto as escolas agrotécnicas e família agrícola têm como atividades principais a educação rural de nível médio e a extensão é prestada pelos próprios filhos de agricultores familiares e assentados, as universidades e as EMBRAPA's voltam-se para pesquisas aplicadas e a transferência de tecnologia promovidas por professores e pesquisadores altamente qualificados. Tanto os projetos da EMBRAPA quanto os de universidades são geralmente interdisciplinares e por vezes, interinstitucionais. Alguns projetos executados pelas universidades são muito semelhantes àqueles das ONG's, como é o caso do Grupo de Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado da Universidade Federal do Mato Grosso (GERA-MT) e do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (GTRA-DF). O GERA tem projetos de manejo de recursos naturais não madeireiros em áreas indígenas e de criação de reservas extrativistas. O GTRA desenvolve viveiros florestais comunitários e hortas orgânicas. Algumas prefeituras, como é o caso da Secretaria de Agricultura de Dourados (MS), também estabelecem esta linha de ação (ver **Box 6**).

Enquanto para as Prefeituras e ONG's a terceira atividade principal de ATER é o apoio às organizações de agricultores, para as instituições de Ensino e Pesquisa é a educação rural. Nos três casos, as primeiras duas atividades estão relacionadas à terceira, seja a de educação seja a de apoio às organizações de agricultores na sua mobilização, produção, comercialização ou manutenção de seus atributos culturais, isto é, demonstram um enfoque social mais abrangente.

O apoio às organizações de agricultores no caso das Prefeituras está mais vinculado à disponibilização de maquinário, transporte de insumos e produção, elaboração de projetos, assistência organizacional entre outras atividades. No caso das ONG's este apoio ocorre também em função da assessoria organizacional dos agricultores mas para além disso apresenta um caráter educacional, de formação de uma consciência social, política e ambiental mais ampla inserida em propostas de desenvolvimento sustentável⁵⁶.

As Prefeituras desenvolvem um trabalho em estreita parceria com as Governamentais de ATER mas muito poucas promovem transformação da produção, tal como estas. A maior parte das Prefeituras que responderam realizar este trabalho são prefeituras do Mato Grosso que à exceção de Cuiabá são de cidades pequenas relativamente próximas a Cuiabá e Cáceres. É possível que estas atividades estejam relacionadas aos assentados já que estas regiões também concentram maiores números de assentamentos. Algumas prefeituras se destacam em função de uma série de programas voltados para a agricultura familiar, aos assentados e até mesmo para as comunidades indígenas, como é o caso da Secretaria de Agricultura de Dourados (MS).

Box 6 - A Secretaria de Agricultura de Dourados- MS

No município de Dourados os agricultores familiares, indígenas e assentados se encontram pressionados pela expansão da soja cultivada de forma altamente mecanizada por grandes e médios produtores. O município abriga uma população de cerca de 10 mil indígenas, entre eles os Guarani- Kaiowá que já há muitos anos têm apresentado diversos casos de suicídio em função da exiguidade de seu território e da pressão sobre a sua reprodução física e cultural.

Em função desta problemática a Secretaria de Agricultura de Dourados, em conjunto com o IDATERRA, está desenvolvendo um conjunto de projetos na área da agroecologia voltada especialmente para estes públicos. A Secretaria de Agricultura conta com uma equipe própria de 8 técnicos: o Secretário de Agricultura (engenheiro agrônomo e pesquisador da EMBRAPA Agropecuária Oeste), 6 engenheiros agrônomos e um médico veterinário. , Além disso, a prefeitura cede um engenheiro agrônomo e um auxiliar administrativo para o IDATERRA, que conta com uma equipe regional também de 8 técnicos: 4 técnicos agrícolas, 3 engenheiros agrônomos e um extensionista social. As equipes atuam em estreita colaboração.

⁵⁶ Um exemplo desta relação entre estes três tipos de atividades – técnicas e práticas produtivas, manejo e conservação dos recursos naturais e apoio às organizações de agricultores - são os programas da organização não- governamental Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (CEDAC), de Goiânia. A entidade promove a formação, a assessoria e a experimentação em agroecologia não só para agricultores familiares e extrativistas, mas também para técnicos e estudantes. Fazem projetos de uso sustentável dos recursos do cerrado tais como a faveira e o baru, incluindo seu beneficiamento e comercializações pelos próprios agricultores familiares e extrativistas. O programa de Agrosilvicultura do Cerrado inclui o plantio de espécies nativas, florestais e agrícolas, instalação de viveiros, diagnósticos socioambientais, entre outros. Assim, o apoio às organizações de agricultores ocorre nas dimensões social, ambiental, econômica e política, juntamente com as outras atividades. As fontes de financiamento desta ONG estão vinculadas à temática ambiental, sendo o Ministério do Meio Ambiente a maior delas, via Fundo Nacional de Meio Ambiente e Programa Nacional de Florestas.

Entre os projetos destacam-se os de implantação de roças comunitárias; hortas escolares; quintais medicinais; a promoção de cursos de qualificação profissional e melhoria de processos (hortas, produção de uva, piscicultura, entre outros); o fomento a pequenas indústrias familiares inclusive através de uma central de compras dos insumos de agricultores familiares e pequenos empreendedores; e a criação de uma central de comercialização de produção indígena. Uma unidade de validação e demonstração de tecnologias é mantida pela Secretaria. Além disso, estão criando agrovilas e distritos agroecológicos. Há incentivo à produção e abastecimento de produtos hortifrutícolas por agricultores familiares, serviços de patrulha mecanizada da Secretaria, assistência técnica e creditícia, o incentivo à produção de fertilizantes orgânicos e à produção leiteira. Projetos voltados para a manutenção da produção de subsistência, da cultura e da saúde indígenas também são realizados.

A maior parte dos projetos envolve parcerias que incluem escolas, associações de moradores, SENAR, empresas, outras secretarias municipais (municípios vizinhos), governo federal (MDA, FUNASA), além da Universidade Federal do MS. A Secretaria atende cerca de 780 famílias de agricultores familiares e indígenas que não têm crédito do PRONAF, além de 1130 famílias que têm crédito do PRONAF e cuja assistência é partilhada com o IDATERRA, totalizando 1910 famílias.

É de se estranhar que o acompanhamento, proposição e monitoramento de políticas públicas não seja uma das atividades principais mais citadas pelas secretarias e órgãos municipais. Este dado passa a impressão de não haver muito planejamento de atividades por parte destas, havendo mais atendimento a demandas, como veremos no item sobre metodologia⁵⁷.

Corroborando a hipótese de que ONG's e instituições de Ensino e Pesquisa teriam uma visão mais ampla e crítica dos processos de desenvolvimento, estas categorias se destacam como aquelas que mais fazem acompanhamento ou proposição de políticas públicas (40% e 50% respectivamente, das que responderam ao questionário). Mas enquanto as ONG's privilegiam os fóruns e redes frequentemente não-governamentais como espaço destas discussões, as instituições de Ensino e Pesquisa estão mais presentes em conselhos oficiais, sejam os municipais de desenvolvimento rural sustentável, o estadual ou outros tipos de conselhos, como os de educação e ciência e tecnologia, por exemplo. A ONG FASE-MT (Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional), por exemplo, tem como um de seus projetos o de alternativas de desenvolvimento através do qual procura influenciar e implantar políticas públicas para a agricultura familiar, o desenvolvimento e o meio ambiente com uma perspectiva de gênero. Seus parceiros são outras ONG's, movimentos sociais, redes e fóruns. É alto o grau de cooperação entre ONG's e Ensino e Pesquisa embora nenhuma das duas categorias seja a parceira principal para a outra. O fato do público-alvo ser o mesmo (assentados, agricultores familiares, mulheres e jovens) reforça a possibilidade de trabalhos conjuntos ou até de trabalhos "concorrentes".

A preocupação ambiental aparece de certa forma consolidada entre as instituições de Ensino e Pesquisa já que o manejo e a conservação ambiental é uma das atividades principais para 70% delas, atrás apenas das técnicas e práticas produtivas (80%). De fato há diversos projetos ou atividades desenvolvidos por estas instituições ligados à produção agroecológica, criação de animais silvestres, implantação de

⁵⁷ Embora quase 70% delas tenham afirmado se utilizar de planejamentos, este índice é o mais baixo entre todas as categorias (ver **Tabela 7.5, seção 7**). Dados qualitativos apontaram para a informalidade com a qual as atividades de ATER são desenvolvidas pelas secretarias municipais, justificada pelo conhecimento profundo da localidade e das demandas do público-alvo. Uma das prefeituras entrevistadas afirmou não ser preciso se utilizar de mecanismos formais de diagnóstico, planejamento ou avaliação e monitoramento para suas atividades porque conheciam os problemas enfrentados pelos agricultores do município e porque estes estavam constantemente presentes no cotidiano da administração.

viveiros ou à produção de culturas de subsistência tradicionais levando-se em consideração o manejo ambiental, objetivando a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida de agricultores familiares, assentados e populações tradicionais.

Está entre as preocupações de ONG's e universidades a metodologia de abordagem dos problemas e do público alvo, havendo programas e projetos voltados para a adaptação de metodologias participativas nos planos de desenvolvimento de assentamentos ou de discussões em geral, como são os casos do GERA-UFMT) e do GTRA- UnB.

A elaboração de projetos é coberta principalmente pelas Governamentais de ATER (100% delas) e pelas Prestadoras de Serviços (88%), sendo que as primeiras fazem projetos mais para assentados e agricultores familiares do Grupo C e as segundas mais para agricultores patronais e em menor medida para familiares com rendas maiores (ver **tabelas 5.5, 5.6, 7.3 e 7.4**). Entretanto como nesta atividade podem entrar quaisquer tipos de projetos, sejam eles de crédito, de pesquisa ou de desenvolvimento sustentável, um número representativo de Cooperativas de Produção, de instituições de Ensino e Pesquisa e de Representativas a tem como uma das três atividades principais (ver **Tabela 3.4**).

As Prestadoras de Serviços associam a elaboração de projetos às técnicas e práticas produtivas e à gestão dos estabelecimentos no mesmo nível de importância, indicando que provavelmente estas 3 atividades andam juntas: a elaboração dos projetos de crédito envolve a gestão dos estabelecimentos e o acompanhamento de sua implantação.

As Cooperativas de Produção desenvolvem atividades semelhantes às Prestadoras, porém com menor peso da elaboração de projetos, e maior destaque para atividades de comercialização e transformação da produção, praticamente inexistentes para as Prestadoras de Serviços e com baixa incidência em outras categorias, exceto para as ONG's que apresentam um índice de 40%. A comercialização para as ONG's está no mesmo nível de prioridade do acompanhamento de políticas públicas, isto é, a quarta atividade principal da categoria, o que indica uma visão sistêmica, do contexto de produção dos agricultores ⁵⁸.

A gestão de estabelecimentos é uma das atividades principais das Prestadoras de Serviços e das Cooperativas de Produção, como dissemos anteriormente. No geral, esta atividade está direcionada aos agricultores familiares de maiores rendas e aos patronais (**Tabelas 7.3 e 7.4**).

A educação é a atividade que caracteriza o Sistema "S", associada à gestão de estabelecimentos e ao turismo rural. Estas três atividades são desenvolvidas a partir de cursos que objetivam incentivar o empreendedorismo de pessoas e grupos, melhorar a qualidade de produtos colocados no mercado e a qualificação de pessoas para diversas atividades profissionais. O Sistema "S" tem trabalhado com a metodologia de desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS) juntamente com o Programa Comunidade Solidária dos governos Fernando Henrique Cardoso. Os Fóruns de Líderes locais definem agendas ou prioridades para áreas específicas, inclusive para a agricultura familiar, e negociam com o SEBRAE e SENAR os tipos de cursos ou assessorias necessárias. Os municípios escolhidos em geral são aqueles com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Além disso, o SEBRAE-GO, por exemplo, é uma das instituições que tem feito capacitação dos conselheiros municipais do PRONAF e elaborado os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos

⁵⁸ As ONG's da amostra que desenvolvem a comercialização como uma das atividades principais são aquelas ligadas ao sistema ARCO, além da APROVE (DF), da FASE-MT e da Ecologia e Ação - ECOA (MS).

(PDA's) em convênio com o INCRA. Estas instituições contam com professores/instrutores e consultores para as diversas áreas em que atuam. O público destas, portanto, é bastante amplo.

As organizações Representativas de agricultores da amostra apresentam uma certa diversidade interna quanto às atividades. Se, por um lado, as ações ligadas às técnicas e práticas produtivas apresentam uma significativa frequência, por outro, outras quatro atividades são igualmente importantes para esta categoria: gestão de estabelecimentos, transformação da produção, elaboração de projetos e apoio institucional às organizações de agricultores.

Por fim, a transformação da produção é obviamente uma das atividades principais das Agroindústrias, juntamente com técnicas e práticas produtivas. A ATER para estas tem o objetivo de garantir padrões técnicos de qualidade, produtividade, constância e pontualidade da produção e da infra-estrutura específica necessária.

Projetos, atividades ou programas que objetivam combater a pobreza, promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida são expressos por basicamente três tipos de ações: as voltadas para a geração de renda, as de conscientização, discussão, organização política e social de agricultores familiares e assentados, e as de segurança alimentar. No primeiro caso, vimos que ONG's, Governamentais de ATER, Representativas, Ensino e Pesquisa e o Sistema "S" são as categorias que mais promovem atividades com estes objetivos, seja por projetos de agroextrativismo, pela comercialização, seja pela diversificação das atividades e verticalização da produção. As Prefeituras costumam apoiar as organizações de agricultores para estas atividades. No segundo caso, destacam-se as ONG's, as universidades, as Representativas e de alguma forma as Governamentais de ATER pelos programas de organização rural. Já no terceiro caso, o IDATERRA, por exemplo, tem entre as ações de um de seus programas a distribuição de cestas básicas para comunidades indígenas e quilombolas que se encontram em situação de fragilidade, associada a outras ações de caráter não emergencial. A EMPAER-MT também promove um Programa de Bem Estar Social objetivando ações de educação alimentar, sanitária e saúde preventiva para melhorar a qualidade de vida dos agricultores.

6 Como é feita a ATER - Métodos

A análise do enfoque tecnológico e metodológico da ATER prestada pelas diferentes instituições se reveste de uma importância fundamental. Dois aspectos centrais orientaram esta análise: enfoque tecnológico e grau de participação dos beneficiários. De forma caricatural poderíamos explicitar as diferentes possibilidades metodológicas em dois "modelos" opostos de ATER: um primeiro seria representado por uma ATER calcada no padrão tecnológico da revolução verde, onde o meio ambiente é o "substrato" e a produção e a produtividade são elementos centrais. Neste modelo, busca-se uma "transferência" do conhecimento que vem da pesquisa para os agricultores, com pouca participação destes nos processos de ATER. No outro extremo estaria um enfoque agroecológico, no qual a preservação do meio ambiente ocupa um lugar central, e tem também no conhecimento e na participação dos agricultores um elemento de grande importância.

Percebemos ao longo do tempo uma crescente incorporação por todos os setores da sociedade de uma preocupação com o meio ambiente, bem como há também um certo consenso sobre a necessidade de haver alguma participação dos

agricultores no processo de ATER. Dificilmente encontraremos algum destes modelos em forma "pura": as diferentes instituições e categorias apresentam diferentes combinações e gradações destes enfoques (tanto no que diz respeito ao meio ambiente quanto à participação). Mais recentemente vem se incorporando também à preocupação das instituições uma preocupação mais abrangente com a construção de modelos de desenvolvimento rural sustentável, que vai para além do trabalho individual com agricultores. E um elemento complexificador desta análise é o fato de que pode existir um distanciamento entre o discurso (que vai sempre buscar manifestar uma preocupação ambiental e com a participação) e a prática efetiva.

Por isso, procuramos neste item fazer uma análise cruzada de diversos elementos da prática das instituições. Um aspecto importante são as principais linhas de atuação e como elas se combinam, com especial atenção para a importância do item "manejo e conservação dos recursos naturais", que indica o grau de importância do meio ambiente (**tabela 3.4**), mas também para planejamento territorial, acompanhamento de políticas públicas. A existência de mecanismos de diagnóstico, planejamento e monitoramento dá indicações sobre a presença de um enfoque sistêmico (**tabela 7.5**). A análise dos graus de participação dos beneficiários levaram em conta a forma de definição das prioridades de ATER (**tabela 7.1**); a forma de relacionamento com os beneficiários (**tabela 7.2**); as fontes de informação (**tabela 7.6**, que também pode indicar padrão tecnológico, já que a agroecologia dá uma atenção especial para a experiência dos agricultores); a participação dos beneficiários em atividades formais de difusão e geração de tecnologias (**tabela 7.7**), a participação do público alvo na tomada de decisão das instituições (**tabela 7.8 e 7.9**). Também a existência de parcerias traz indicações sobre a forma de atuação das instituições (**7.10 e 7.11**).

6.1 Atividades realizadas e enfoque tecnológico e metodológico

6.1.1 Eixos de atuação e enfoque tecnológico

Ao analisarmos o enfoque metodológico das **Governamentais de ATER**, acreditamos ser necessária uma discussão específica para cada uma das quatro entrevistadas, tendo em vista as especificidades presentes no trabalho de cada uma. No entanto, em todas elas parece conviver uma tentativa de incorporação de ações planejadas e das preocupações ambientais com ações fragmentadas e sem planejamento, orientadas para atender demandas individuais e emergenciais de agricultores que procuram os escritórios locais⁵⁹.

A EMATER-DF cita como suas atividades principais Educação Rural, Técnicas e Práticas Produtivas e Manejo e Conservação dos Recursos Naturais (**tabela 3.4**), e tem as prioridades da ATER (**tabela 7.1**) definidas através demandas institucionais (ou seja, Programas de Governo para a área rural como por exemplo o Pró-rural)⁶⁰. A instituição se relaciona com seus beneficiários principalmente através do contato individual/familiar (**tabela 7.2**)⁶¹, e há indicações de que parte da atuação dos técnicos é voltada para ações pontuais e emergenciais⁶², provavelmente as atividades de

⁵⁹ A pesquisa levantou a visão do escritório central e apontou para o fato de haver diferenças entre os escritórios locais e regionais em cada instituição, que precisariam ser melhor investigadas.

⁶⁰ Segundo a EMATER-DF, estes programas são elaborados com participação de lideranças de produtores.

⁶¹ Seguido em ordem de prioridade pelas organizações de beneficiários e, por último, pelos grupos comunitários.

⁶² Por exemplo, a busca de localização dos escritórios locais próximos aos produtores, visando facilitar o acesso destes ao escritório, indica que parte da atuação local dos técnicos é pautada

técnicas e práticas produtivas. Estas acabariam por se distinguir das ações voltadas para a conservação dos recursos naturais (surgidas a partir de demandas institucionais), que se tornam "complementares" à produção e não parte do paradigma. Embora com diferenças, este parece ser o caso também das demais Gov. de ATER do Centro- Oeste.

A EMPAER-MT coloca como a sua atividade principal o desenvolvimento de Técnicas e Práticas Produtivas (**tabela 3.4**). Dentre os seus sete programas/projetos principais citados, esta atividade é central em dois deles: Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Apoio à Produção Animal e Vegetal, cujos objetivos incluem a questão da transferência de tecnologia e prestação de serviços de assistência técnica. Outra atividade que recebe atenção é a de Elaboração de Projetos. Auxiliar produtores na viabilização de crédito através de elaboração de projetos parece ser um ponto forte da instituição e aparece em grande medida quando se trata de contabilizar os resultados da instituição⁶³. Os pontos fortes da instituição incluem a capacidade de responder a demandas eventuais e emergenciais. Isto pode ser reforçado pela principal forma de relacionamento da EMPAER-MT com os beneficiários ser o contato individual/familiar (**tabela 7.2**); e pela forma de definição das prioridades de ATER ser a demanda de agricultores (**tabela 7.1**). Opondo- se ao enfoque metodológico centrado em atendimento emergencial, notamos, no decorrer da entrevista realizada com a instituição, a alta capacidade da instituição de mobilizar os pequenos produtores rurais em todo o Estado de Mato Grosso. Programas de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e de Organização e Desenvolvimento Comunitário, bem com os de Apoio à Agroindústria e Manejo Integrado de Recursos Naturais demonstram uma preocupação com um enfoque mais sistêmico e participativo, reforçado pela presença de parcerias com organizações de agricultores.

O IDATERRA – MS incorporou no seu discurso o enfoque tecnológico da agroecologia, expresso principalmente pelos cursos de capacitação e pelos Programas de Agroecologia e de Diversificação. Entre as principais atividades citadas, a instituição apontou os itens Crédito e Microcrédito e Transformação da Produção como prioridades, seguidos em segundo lugar por Técnicas e Práticas Produtivas, Elaboração de Projetos e Apoio Institucional a Organizações de Produtores (**tabela 3.4**). Apesar de Manejo de Recursos Naturais aparecer como terceiro em ordem de prioridade, é possível que as práticas e técnicas produtivas preconizadas pelo IDATERRA tenham uma conotação agroecológica, como já citado anteriormente. A ênfase nas atividades de crédito e microcrédito e na transformação da produção indica a preocupação casada da produção com a agregação de valor através do beneficiamento como meio de se aumentar a renda dos agricultores. Segundo a entrevista com a agência, as prioridades da ATER seriam definidas de diversos modos, tanto pelas solicitações institucionais, quanto pela resposta a editais públicos e através de elaboração de diagnósticos, embora sejam privilegiadas as demandas dos agricultores e suas organizações. Isso demonstra que a instituição pode se utilizar de diversos instrumentos, a depender do tipo de atividade de ATER a ser desenvolvida, apesar de idealmente ser colocada a demanda de agricultores como a definidora principal. Esta opção corresponde à outra que aponta para o relacionamento com organizações dos beneficiários como a principal forma de relacionamento, seguida do contato individual/familiar.

A linha de atuação da Agência Rural - GO também parece incorporar ao enfoque tecnológico convencional da ATER a preocupação com a conservação do meio ambiente. A adoção da primeira linha pode ser inferida por algumas atividades, tais

pela resposta a demandas individuais dos agricultores que os procuram.

⁶³ Até hoje foram 22.190 projetos elaborados, dos quais 91,73% são de linhas de crédito do PRONAF (18.706 projetos para PRONAF A e 1.648 projetos para PRONAF C e D).

como o manejo de pastagens, os projetos de irrigação e drenagem e até mesmo os de mecanização agrícola, que em geral estão baseados na produção monocultora. O paradigma ambiental é expresso em ações de reflorestamento, plantio de mudas, recuperação de solos e preservação ambiental. Além disso, mesmo que um município tenha um potencial produtivo em uma área específica, incentiva-se a diversificação de atividades. Há outros indicativos de abordagem mista. Por um lado, o fato das prioridades de ATER serem definidas principalmente pela demanda dos agricultores e/ou suas organizações (**tabela 7.1**) assinala de certa forma a importância destes no direcionamento das ações. Por outro, o relacionamento principalmente individual/familiar (**tabela 7.2**) com os beneficiários aponta para uma ação mais tradicional, indicando também o atendimento emergencial e a transferência de tecnologia isolada e menos participativa. No entanto, a Agência Rural coloca como instrumentos metodológicos e técnicas a utilização de unidades demonstrativas e de observação e de eventuais excursões de produtores a experiências interessantes na área rural, o que pode trazer elementos mais coletivos e abrangentes ao processo de prestação de ATER.

As prefeituras trabalham principalmente com técnicas e práticas produtivas, manejo e conservação dos recursos naturais e apoio institucional a organizações de agricultores (**tabela 3.4**). As definições das prioridades da ATER (**tabela 7.1**) são feitas fundamentalmente pela demanda dos agricultores, sendo que o relacionamento com estes ocorre tanto por contato individual/familiar quanto pelas organizações dos agricultores (**tabela 7.2**). Os beneficiários participam das tomadas de decisão das prefeituras em mais de 40% delas e a forma predominante de participação é por reuniões sistemáticas. O fato de mais de 80% delas participarem dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (**tabela 7.13**) pode significar que este atendimento às demandas dos agricultores e a participação nas instâncias decisórias através de reuniões sistemáticas têm passado em grande medida pelos Conselhos. Isto é reforçado pelo fato das prefeituras terem como parceiras predominantes as organizações de agricultores, seguido do governo estadual – provavelmente as Governamentais de ATER (**Tabela 7.11**).

As atividades realizadas pelas ONG's são, prioritariamente Técnicas e Práticas Produtivas, provavelmente relacionadas com Manejo e Conservação de Recursos Naturais (**tabela 3.4**), o que pode indicar um trabalho voltado para agroecologia e desenvolvimento sustentável, verificado também nas entrevistas. Isto está aliado à realização de planejamentos participativos, com definição de atividades através de demandas (**tabela 7.1**) – provavelmente de grupos e organizações, realização de trabalho com grupos comunitários/organização de agricultores (**tabela 7.2**) além da presença de parceria com as organizações de agricultores. As ações são fundamentalmente organizadas em programas. O conjunto destas características pode revelar uma forma de trabalho mais sistêmica e participativa, quando comparadas às outras categorias ⁶⁴.

⁶⁴ Como exemplo de uma ONG com enfoque metodológico sistêmico e participativo, podemos citar a FASE - Cáceres/MT (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). Sua metodologia tem como base os Princípios de Educação Popular, Projetos Demonstrativos/participativos e ATER sistêmica e coletiva. Esta metodologia se efetiva com técnicas como utilização de diagnóstico rápido participativo, sondeo, entrevistas semi-estruturadas, planejamento estratégico, definição de indicadores, seminários, dentre outras. Os beneficiários têm grande participação nos processos de diagnóstico, planejamento e avaliação das atividades de ATER e desempenham papel importante na difusão/geração de tecnologia/conhecimento, através do trabalho com o conceito de agricultor monitor/técnico.

As Representativas têm como principal linha de atuação Técnicas e Práticas produtivas, seguida pela Gestão do Estabelecimento, Transformação da Produção, Apoio a Organizações de Agricultores e Elaboração de Projetos, em igual peso (**tabela 3.4**). As prioridades são definidas fundamentalmente através da demanda de agricultores e/ou suas organizações (**tabela 7.1**) e o contato também é realizado através de organizações dos beneficiários (**tabela 7.2**), o que é coerente com a natureza da categoria. Durante a realização das entrevistas, percebemos também a preocupação desta categoria em introduzir a questão ambiental no modelo de produção, através de cursos e implantação de áreas piloto, principalmente em assentamentos rurais.

As Prestadoras de Serviço atuam através de demandas individuais de agricultores, realizam diagnósticos - provavelmente de propriedades, uma vez que Gestão de Estabelecimentos é uma de suas atividades principais (**tabela 3.4**), elaboram projetos de crédito e provavelmente acompanham a implementação (o que é demonstrado pelo fato de trabalharem com Técnicas e Práticas Produtivas). As Prestadoras de Serviço são uma das categorias que afirmam ter maior acesso a instituições de pesquisa e menor acesso à experiência de agricultores como fontes de informação para o trabalho de ATER, o que indica que trabalham numa lógicas de transferência de tecnologias modernas (comumente mais acessíveis a agricultores patronais).

As Cooperativas de Produção caracterizam-se principalmente pela promoção da organização da produção, através de atividades de comercialização, mas não pela transformação desta produção (**tabela 3.4**). As demandas de atuação são definidas principalmente pelos agricultores (**tabela 7.1**) e esta provavelmente é individualizada, uma vez que a forma de atendimento das cooperativas de produção é feita majoritariamente pelo contato individual (87%) (**tabela 7.2**). Provavelmente o trabalho se dá em resposta individual a problemas trazidos pelos agricultores ou através da assistência técnica voltada para a resolução de problemas e padronização /melhoria da qualidade dos produtos a serem comercializados.

O enfoque metodológico das Instituições de Ensino e Pesquisa apresenta-se diversificado dentro da categoria. Dos questionários respondidos, as atividades mais frequentes foram Manejo e Conservação dos Recursos Naturais, Técnicas e Práticas Produtivas e Educação Rural (**tabela 3.4**). Estes trabalhos aparecem inter-relacionados e voltados preferencialmente para públicos de assentados e agricultores familiares (**tabela 5.5**). No caso das Universidades, a metodologia parece variar de acordo com os projetos em andamento, que por sua vez demonstram um trabalho de extensão estreitamente ligado com a pesquisa. Esta forma de trabalho (pesquisa- extensão) pode ser visualizada na **tabela 7.6**, onde se evidencia que o principal meio utilizado para obtenção de informações técnicas para o trabalho é justamente a pesquisa realizada pela própria instituição. Além disso, percebemos duas vertentes da extensão: uma relacionada com a *produção* de conhecimento e outra com a *difusão* de conhecimento gerado pela instituição⁶⁵. As EMBRAPA têm um perfil que tende muito mais à pesquisa que à extensão. Neste sentido, a metodologia de ação parece estar relacionada com difusão e transferência de tecnologias produzidas pela instituição.

As instituições pertencentes ao Sistema “S”, SENAR e SEBRAE, apresentam como suas linhas de atuação prioritárias a Gestão do Estabelecimento, a Educação Rural e o Turismo (**tabela 3.4**). As demandas de atuação são definidas principalmente pelas

⁶⁵ Para exemplificar, podemos citar a UFG (Universidade Federal de Goiás) no sentido de difusão de tecnologia, através de um projeto de pesquisa com açafrão, onde há ações voltadas para a melhoria da qualidade e processamento do produto, com vistas ao atendimento do agricultor familiar. Já o GTRA-UnB (Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília) possui programas que visam a construção de dispositivos metodológicos participativos para organização de assentados, trabalhos de elaboração de PDA (Planos de Desenvolvimento) para estes assentamentos bem como cursos de formação técnico-profissional em agropecuária para assentados da reforma agrária.

organizações de agricultores (**tabela 7.1**)⁶⁶ e os cursos – sua atividade principal – são oferecidos a grupos comunitários e organização dos beneficiários (**tabela 7.2**). As 3 instituições que responderam ao questionário afirmam ter parcerias com organizações de agricultores (provavelmente os Sindicatos Rurais - Patronais) e 2 delas utilizam a experiência dos agricultores e o conhecimento local como fontes de informação técnica. Na maioria das vezes os cursos oferecidos por estas instituições são pontuais e não incluem o posterior acompanhamento aos agricultores ⁶⁷.

6.1.2 Acesso à informação

A análise da Tabela 7.6 mostra que as instituições de pesquisa são no geral, a fonte mais procurada entre as instituições para a obtenção de informações técnicas necessárias ao desenvolvimento do trabalho de ATER (por exemplo, as EMBRAPA e as Universidades).

As Governamentais de ATER e as Instituições de Ensino e Pesquisa destacam-se pela utilização de suas próprias pesquisas e experimentos como fonte de informação. Isso reforça a existência de fusão da pesquisa com a extensão nas primeiras e o enfoque metodológico essencial das segundas (interface da pesquisa com a extensão).

O reconhecimento da experiência dos agricultores e do conhecimento local como fonte de informação está presente principalmente nas ONG's, Representativas, Ensino e Pesquisa e no Sistema "S", o que pode corroborar para a existência de um enfoque metodológico mais participativo. Além disso, notamos ser freqüente a existência de parceria técnica destas categorias com organizações de agricultores, analisando os questionários qualitativos.

Box 7 - O CEDAC-GO e uma possibilidade de sistematização de informações

O CEDAC está desenvolvendo um Banco de Dados que sistematize as informações contidas em todas as etapas da assessoria e que recuperem todo o processo histórico de intervenção nas comunidades, incluindo as metodologias utilizadas e os indicadores de desenvolvimento. O objetivo é retroalimentar este banco com novas práticas ligadas a agroecologia para construir outras estratégias locais de desenvolvimento sustentável, assim como o desenvolvimento de diagnósticos temáticos, constituição de grupos, projetos, auxiliar na execução dos mesmos, e na formação, monitoramento e avaliação.

6.1.3 Grau de Participação dos beneficiários

O grau de participação dos beneficiários pode ser inferido a partir da participação destes nas diferentes etapas da ATER. O Quadro abaixo apresenta uma síntese das informações sobre a participação dos agricultores existentes nas tabelas 7.1, 7.2, 7.6, 7.7 e 7.8.

Quadro 5 - Governamentais de ATER - Participação dos Agricultores nas Atividades

		Atendimento	Processos decisórios	Informação	ATER
--	--	-------------	----------------------	------------	------

⁶⁶ No caso do Senar, esta participação se dá principalmente pela mediação dos Sindicatos Rurais (patronais) e pelas participações nas Comissões e Conselhos oficiais (Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Emprego e Renda).

⁶⁷ Esta informação apareceu nas falas dos informantes-chave. Os comentários são de que o acompanhamento posterior aos curso é feito normalmente pelas governamentais de ATER.

UF	Instituição	Forma de definição das prioridades de ATER	forma de trabalho com beneficiários	Participação agricultores	Como participam	Experiência Agricultores	Agricultores desempenham funções
DF	EMATER-DF	Solicitações Institucionais	Grupos			Sim	Sim
GO	Agência Rural	Demanda beneficiários	Individual			Não	Sim
MS	IDATERRA	Demanda beneficiários	Organizações	Sim	Reuniões	Não	Sim
MT	EMPAER-MT	Solicitações Institucionais	Individual	Não		Não	Sim

Fonte: Questionários e Tabelas 7.1, 7.2, 7.6, 7.7 e 7.8.

Entre as Governamentais de ATER, o Idaterra indica uma participação dos agricultores na definição das atividades, provavelmente através da suas organizações (já que esta é a forma de atendimento), e estes participam nos processos decisórios através de reuniões sistemáticas. Na Emater- DF, a definição de prioridades é feita por solicitações institucionais (programas do governo do estado) e não houve resposta sobre a participação dos agricultores nos processos decisórios. É a única que respondeu utilizar o conhecimento e experiência dos agricultores como fonte de informação para a ATER. Na Empaer- MT e na Agência Rural aparentemente a participação dos agricultores é menor⁶⁸.

As 4 instituições responderam que os agricultores participam na geração e difusão de tecnologia (**tabela 7.7**). Não foi detectada a presença de agricultores no quadro de pessoal destas instituições.

Comparadas com as demais instituições, vemos que as Governamentais de ATER apresentam um grau de participação intermediário.

Das instituições que responderam ao questionário, as ONG's e as Representativas são as categorias que, no geral, possibilitam um maior grau de participação dos beneficiários no desenvolvimento do trabalho de ATER. Eles têm alta participação na geração e difusão de tecnologia (**tabela 7.7**), bem como nos processos de tomada de decisão das instituições (**tabela 7.8**) e representam importante fonte de informações técnicas. Além disso são as categorias que mais possuem agricultores no quadro de pessoal, segundo as **tabelas 7.7, 7.8 e 7.9**.

Quadro 6 - Participação dos agricultores nas diferentes etapas da ATER

Categoria	7.1. definição prioridades		7.2. Relação com Beneficiários			7.6. Fonte Informações	7.7. Agricultores na ATER	7.8. Decisões
	diagnósticos	Demanda agricultores	individual /familiar	grupos comunitários	organizações	Experiência agricultores	desempenham atividades	Agricultores participam
Governamentais de ATER	0	50	50	25	25	25	100	25
Prefeituras	13	75	37	19	35	37	44	75
ONGs	13	67	13	27	60	47	67	60
Representativas	0	86	14	29	43	71	71	100
Prestadora de Serviços	22	64	90	2	6	18	48	40
Cooperativas de Produção	22	67	89	0	11	22	33	78
Ensino e Pesquisa	0	90	20	30	30	70	50	40
Cooperativas de Crédito	0	100	100	0	0	100	100	100
Agroindústrias	33	33	83	0	0	50	83	17
Outras Públicas	0	100	0	50	50	100	100	100
Outras - Sistema "S"	50	50	0	25	75	75	50	75
Total	16	69	53	14	26	37	53	59

Em % das Instituições que responderam - Fonte: tabelas 7.1; 7.2; 7.6; 7.7; 7.8

⁶⁸ No entanto, quando analisamos as entrevistas, as 4 instituições indicam realizar diagnósticos e levantamento de demandas junto a organizações, comunidades ou agricultores, e que estas serviriam de base para o planejamento de atividades, como veremos no item seguinte.

Comparadas com as demais instituições, vemos que as Governamentais de ATER apresentam um grau de participação intermediário.

Das instituições que responderam ao questionário, as ONG's e as Representativas são as categorias que, no geral, possibilitam um maior grau de participação dos beneficiários no desenvolvimento do trabalho de ATER. Eles têm alta participação na geração e difusão de tecnologia (**tabela 7.7**), bem como nos processos de tomada de decisão das instituições (**tabela 7.8**) e representam importante fonte de informações técnicas. Além disso são as categorias que mais possuem agricultores no quadro de pessoal, segundo as **tabelas 7.7, 7.8 e 7.9**.

As Instituições de Ensino e Pesquisa destacam-se por possuir também agricultores em seu quadro de pessoal, embora menos que as duas anteriores. Somando-se a isto, são a categoria que mais se utiliza da experiência dos agricultores e conhecimento local como forma de obtenção de informações técnicas (**tabela 7.9**), ficando apenas atrás das Representativas e Sistema "S". A análise conjunta destas informações leva-nos a afirmar que as Instituições de Ensino e Pesquisa permitem um grau de participação relativamente alto dos agricultores na realização de seus trabalhos.

O maior índice de participação do público alvo nos processos de tomada de decisão (**tabela 7.8**) é notado nas Representativas, Cooperativas de Produção e Sistema "S". Em todos os casos, esta participação se dá pelo próprio perfil institucional da categoria, sendo que as duas primeiras são geridas por assembleias (com participação direta do público) e o Sistema "S" por conselhos dos quais fazem parte instituições representativas de agricultores. No entanto, como a ATER nem sempre é a atividade principal das instituições, seria interessante averiguar se realmente as decisões sobre a Ater passam pelas suas assembleias e conselhos.

6.1.4. Metodologias de planejamento e análise da realidade

Pela Tabela 7.5. observamos que em todas as categorias a maior parte das instituições utilizam instrumentos de diagnóstico, planejamento e avaliação dos trabalhos de ATER, sendo o planejamento o mais utilizado (83% do total de instituições) e a avaliação o menos (68%).

Os instrumentos de Diagnóstico parecem estarem sendo incorporados por boa parte das instituições, e os dados qualitativos indicam uma diversidade de metodologias e objetivos: diagnósticos pontuais (como de doenças, citado por uma empresa de planejamento), levantamentos de dados secundários (IBGE, por exemplo), levantamento direto de dados (aplicações de questionários), ou diagnósticos participativos (DRPs- Diagnósticos Rápidos Participativos, diagnósticos de sistemas agrários, DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, etc.). Também o grau de abrangência dos diagnósticos é variado, indo desde diagnósticos específicos (doença, mercado) até os mais abrangentes (socioeconômicos, históricos, culturais, gênero). Podem ser ao nível de propriedade, de comunidade, do assentamento, do município.

Também pelas entrevistas verificamos que os instrumentos de avaliação, além de serem os menos utilizados, parecem também serem os mais deficientes. Normalmente o que é avaliado são as atividades meio (número de cursos, palestras, experimentos implantados, atendimentos, de projetos executados, de infra-estrutura implantada, etc.), e não os impactos na produção, na produtividade, no meio-ambiente, na geração de renda, etc.

Dentre as instituições que responderam ao questionário, a categoria que faz maior uso dos três mecanismos em conjunto são as ONG's. Isto pode se relacionar com a preocupação em realizar um trabalho mais integrado e menos pontual e à presença de uma equipe interdisciplinar (**Tabelas 6.1 e 6.2**) e bem capacitada (**tabela 6.3**).

As prefeituras são a categoria que menos planejam e avaliam suas ações formalmente (somente 69% e 52% delas o fazem, respectivamente); isso pode revelar um atendimento às demandas imediatas e específicas dos agricultores. Uma prefeitura, ao responder o questionário, afirmou não precisar realizar diagnóstico e planejamento por saber quais os problemas e como agir para saná-los.

Com relação às filiadas da Governamentais de ATER, notamos que seguem a mesma tendência quantitativa das outras categorias: 100% realizam diagnósticos e planejam suas ações, e 75% avaliam/monitoram seus trabalhos de ATER.

Box 8 - Metodologia de planejamento e análise da realidade na EMPAER-MT

A EMAPER possui mecanismos formais de diagnóstico, planejamento e avaliação de suas atividades:

Diagnóstico: é realizado estudo de realidade municipal e comunitária com roteiros e metodologias definidas. Este estudo é realizado a cada dois anos e divulgado externamente à instituição.

Planejamento: é realizado um planejamento de médio prazo (04 anos), o Plano Plurianual, do qual anualmente desdobram-se Programas/Projetos com metas e medidas a serem implementadas para o seu atendimento. Com base nas metas e medidas definidas, cada unidade, nos diferentes níveis, elabora seu plano de ação que sistematizados consolida o Plano Anual de Trabalho da empresa – PTA. Este planejamento não é divulgado externamente à instituição.

Avaliação/Monitoramento: é realizada através de um acompanhamento do programa, com instrumentos e periodicidade definidos (relatório e supervisores). A avaliação é feita bimestralmente e divulgada através de: a) relatórios encaminhados aos órgãos dos governos municipais, estaduais e federações de classes de trabalhadores rurais; e b) reuniões de divulgação com a participação de órgãos do governo municipal e estadual, FETAGRI, sindicatos de trabalhadores rurais e lideranças.

Com relação à participação dos beneficiários nestas três etapas do trabalho, ela se dá mais frequentemente no diagnóstico e no planejamento. As principais formas pelas quais os beneficiários participam do diagnóstico são através de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP); da participação nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS); de levantamento feitos pelos técnicos, utilizando questionários e entrevistas; de reuniões e oficinas em grupo; ou pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) e outras organizações representativas. A participação no planejamento se dá, no geral, através de planejamento participativo; seminários e reuniões; atuação das associações junto às secretarias municipais; e na elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS). Para avaliarem o trabalho de ATER, os beneficiários utilizam os CMDRS; respondem a questionários; participam de reuniões e seminários de avaliação; e são representados pelos STR.

A utilização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável como canal de participação dos agricultores deve ser uma informação tratada com cuidado. Muitas vezes estes conselhos não permitem uma efetiva participação uma vez que esta se dá pela representação, que está sujeita a relações locais de poder.

6.2 Relação com outros atores institucionais

6.2.1 Parcerias e relações institucionais

As parcerias permitem potencializar o trabalho de ATER e são realizadas por todas as categorias: cerca de 80% das instituições que responderam ao questionário realizam trabalhos em parcerias.

As Governamentais de ATER, Representativas, Ensino e Pesquisa e ONG's são as categorias que se destacam pela realização de trabalhos em parcerias, como notamos na **tabela 7.10**. Já as Prestadoras de Serviço e as Agroindústrias são a categoria com menor índice.

Pela tabela 7.11. vemos os tipos de parcerias preferenciais. As Governamentais de ATER possuem o maior leque de parcerias, o que atenta para o seu potencial de se integrar com outras instituições, pela abrangência, capilaridade e posição de centralidade no desenvolvimento do trabalho de ATER. As Prefeituras, em especial, possuem estreito envolvimento com as Governamentais de ATER (como abordado no item 3.2.) e com Organizações de Agricultores.

No geral, o tipo de instituição mais procurado para o estabelecimento de parceria por são as Organizações de Agricultores, o que pode apontar para importância desta categoria como apoio aos serviços de ATER. As ONG's preferencialmente realizam parcerias com outras ONG's, o que denota a possibilidade do trabalho em redes. Notamos também a importância das parcerias das ONGs com instituições públicas: 67% das entrevistadas têm parcerias com universidades, governos federal e estadual, e 53% com governos municipais⁶⁹.

As Cooperativas de Produção estão entre as categorias que menos se relacionam formalmente com outras instituições, e quando o fazem escolhem preferencialmente as empresas. Isto pode indicar uma parceria para a compra de insumos para os cooperados, com a intenção, já referida, de padronização/elevação da qualidade da produção.

As principais finalidades das parcerias são a cooperação técnica (Tabela 7.12)

6.2.2 Participação em fóruns e conselhos

Vemos pela **Tabela 7.13** que a participação das diferentes categorias em fóruns, conselhos e redes está bastante difundida, embora quase um terço das instituições entrevistadas (27%) não participem de nenhum fórum ou conselho⁷⁰.

As instituições Governamentais de ATER têm elevada participação em Conselhos, participando dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, tanto municipais quanto estaduais, como também em outros Conselhos (Meio Ambiente, Desenvolvimento Humano, Turismo Rural, dentre outros). No entanto, nenhuma delas participa de articulações mais informais, como fóruns e redes.

As Prefeituras participam principalmente dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (90% das que responderam), dos quais são coordenadoras. Os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), definidos pelos Conselhos, algumas vezes servem de base para o trabalho de ATER, tanto das Governamentais de ATER quanto das próprias prefeituras⁷¹. Vemos também

⁶⁹ Interessante notar que apenas 13% das prefeituras que responderam ao questionário têm parcerias com ONGs, o que talvez possa ser explicado pelo fato do número de ONGs ser pequeno (pode não haver ONGs atuando nestes municípios).

⁷⁰ Os índices de participação tendem a se aproximar dos de parcerias, indicando que provavelmente uma coisa possa influir na outra, o que precisaria ser melhor verificado.

⁷¹ Segundo informações do IDATERRA a proposta de convênio apresentada para as prefeituras previa que os CMDRs monitorassem a ATER oficial no município, definindo anualmente as prioridades de ATER, e também avaliando anualmente as atividades realizadas. No entanto, esta proposta vêm funcionando apenas num número reduzido de prefeituras.

que 27% das prefeituras indicam participar de fóruns, sendo o mais citado o Fórum DLIS - Desenvolvimento Local Integral e Sustentável (citado no MS e MT)⁷²

As ONG's participam principalmente de fóruns (40%), mas têm também uma participação em redes e conselhos (cerca de um terço das que responderam). A participação em fóruns e redes tem uma preocupação em compartilhar experiências e apoiar institucionalmente outras organizações (ao que parece, especialmente outras ONGs), bem como fortalecer as intervenções nas políticas públicas. Os fóruns mais citados são Fóruns de Reforma Agrária e de Educação Rural. Entre as Redes, a mais citada é a Rede Cerrado de ONGs, bem como a Rede Pantanal.

As Representativas têm também atuação considerável nos CMDRS (43% delas) e em outros conselhos, bem como em fóruns e redes, com um perfil bem semelhante ao das ONGs. No caso dos conselhos, especialmente as Federações de Trabalhadores Rurais parecem participar de um leque bastante abrangente de conselhos, como vemos pelo caso da FETAEG (Pronaf, Desenvolvimento, Emprego e Renda, Saúde, Educação, Trabalho escravo e infantil).

As categorias com menor participação em conselhos, fóruns e câmaras técnicas, são as Agroindústrias, Prestadoras de Serviços e Cooperativas de Produção, o que de certa forma é coerente com o fato de que estas categorias são também as que menos trabalham com acompanhamento de políticas públicas (Tabela 3.4). Os outros conselhos nos quais as Prestadoras de Serviço participam são os do CREA e Conselhos de Consultores Técnicos.

Chama a atenção a multiplicidade de "outros conselhos" existentes, indicando que as decisões sobre a ATER podem estar passando por espaços diferenciados. Também chama a atenção o fato de que cada categoria tende a participar mais de alguns tipos de conselhos/ fóruns/ redes. Isso, aliado com a análise das parcerias, pode indicar uma ação fragmentada da ATER, com algumas categorias tendo pouco contato entre si⁷³. As Representativas são as que parecem circular por um maior número de instâncias, mantendo contato tanto com as ONGs quanto com as categorias de instituições públicas, mas mesmo assim parecem ter pouco contato com Cooperativas e Prestadoras de Serviço.

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável são o que contam com maior participação, com 49% das instituições da amostra, e com instituições de praticamente todas as categorias, o que aponta para o seu potencial enquanto instância articuladora da ATER. As Prestadoras de Serviço são as que participam em menor grau dos CMDRs, mas mesmo assim cerca de um quarto delas vêm participando. As ONGs apresentam a segunda mais baixa participação, talvez porque parte delas esteja sediada nas capitais e não tenha uma atuação mais intensa ao nível municipal.

7 Como é feita a ATER no Brasil – Meios

7.1 Recursos Humanos

⁷² No Mato Grosso aparece também um Fórum Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

⁷³ Isso se confirma pelas entrevistas com informantes-chave, que normalmente sabiam dar informações apenas sobre uma ou duas categorias, desconhecendo bastante o trabalho das demais.

7.1.1 Perfil profissional dos trabalhadores na ATER

A **tabela 6.1b** (nos Anexos) nos aponta que a formação profissional dos trabalhadores na ATER da região centro-oeste é principalmente na área de Ciências Agrárias. As profissões mais recorrentes nos quadros das instituições são Técnicos Agropecuários, Agrônomos e Veterinários (**tabela 6.1** - Anexos). Atuando diretamente com o público alvo, percebemos um número elevado de Técnicos Agropecuários (**tabela 6.2** - Anexos), por vezes superior à quantidade de Agrônomos. Isso pode se dar pelo fato de ser menos oneroso para as instituições a manutenção destes em campo. Eles aparecem em grande número nas Governamentais de ATER e nas Agroindústrias. Em particular, no caso das Governamentais de ATER, informações qualitativas trazem-nos o fato de geralmente haver pelo menos um Técnico Agropecuário em cada equipe local. Os Agrônomos são maioria principalmente nas Prestadoras de Serviço e nas Cooperativas de Produção, enquanto os Veterinários estão mais presentes nas Governamentais de ATER, no Sistema "S" e nas Cooperativas de Produção.

Nas Governamentais de ATER, a composição de técnicos atuando diretamente com público alvo nas equipes locais é basicamente de técnicos agrícolas, agrônomos e veterinários (com alguns zootecnistas), sendo praticamente nulas outras formações, exceto na agência goiana que aparecem também assistentes sociais. O número médio de técnicos atuando com público alvo por escritórios local é de 2 técnicos em GO e MT, de 3 no MS e de 5 no DF.

As ONG's destacam-se por possuir uma equipe mais interdisciplinar (**tabelas 6.1 e 6.2**) que as demais categorias, com a presença também de profissionais das Ciências Humanas, como Educação, Serviço Social, Comunicação, dentre outras. Esta variedade de formações parece contribuir para a realização de um trabalho com enfoque não estritamente agrícola e que incorpora a dimensão social em suas ações. Comparativamente às outras categorias, as ONG's possuem o maior número de Engenheiros Florestais na equipe técnica (**tabela 6.2**). A preocupação com questões ambientais que a maioria destas instituições apresenta pode justificar esta constatação. A equipe mediana atuando com público alvo nas ONGs é de 3 (Tabela 6.4c)

Outra categoria que possui elevado número de técnicos na área de Ciências Humanas e outras formações que não as agrárias são as Prefeituras, principalmente profissionais de Economia Doméstica, Serviço Social e Saúde. A equipe mediana das prefeituras é de 2 técnicos (Tabela 6.4c)

A categoria Sistema "S" também possui, comparativamente, uma equipe interdisciplinar (**tabelas 6.1 e 6.2**), com incidência de profissionais das áreas de Economia Doméstica e Nutrição. Através dos questionários qualitativos, obtivemos a informação de que o SENAR e o SEBRAE normalmente contratam profissionais para ministrar cursos específicos, não sendo contabilizados no quadro de pessoal permanente.

A presença de agricultores nos quadros das Representativas e Instituições de Ensino e Pesquisa, como notamos na **tabela 6.2**, merece ressalva: 37% e 55% das instituições que responderam ao questionário, respectivamente, disseram contar com a participação destes atuando diretamente com o público alvo. Dentre as Instituições de Ensino e Pesquisa, as que contam com a participação de agricultores em seus quadros são as EFA (Escolas Família Agrícola), mais especificamente a EFA de Campo Grande – MS: a instituição afirma contar com 100 agricultores na equipe de ATER. A forma como trabalham indica que formam os jovens na perspectiva deles se tornarem multiplicadores do conhecimento adquirido na escola em suas famílias, realizando

assim trabalho de ATER. No caso das Representativas a sua própria estrutura de funcionamento, baseada na participação dos associados, explica o alto índice de agricultores no quadro de pessoal.

As Entrevistas apontam que as Governamentais de ATER, as ONG's, além das Instituições de Ensino e Pesquisa (exceto EFAs) são as categorias que possuem profissionais com nível de pós-graduação, embora não em porcentagens significativas. As duas primeiras apresentam profissionais com especialização e mestrado, e as de Ensino e Pesquisa apresentam principalmente mestrado e doutorado ⁷⁴.

7.1.2 Cobertura da ATER: famílias, municípios e instituições

Há diferentes formas de acompanhamento e contabilização das famílias atendidas pelas instituições e a análise das relações de cobertura deve levar em conta suas variações, pois implicam diretamente na qualidade da ATER realizada. A contabilização dos “atendimentos” pode ir desde um acompanhamento contínuo ao longo do ano feito a um agricultor ou a um grupo de agricultores na sua propriedade, às vezes envolvendo mais de um membro da família⁷⁵, passando por instituições que contabilizam como um atendimento cada participante de um curso/palestra ou reunião, independente do número de horas de duração, inclusive contabilizando a mesma pessoa mais de uma vez⁷⁶. Chegamos a encontrar instituições que por participar das reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (que implementa políticas para todo o município), consideram o número total de agricultores do município como atendidos. Verificamos também que estas diferentes formas de contabilização podem estar presentes dentro de uma mesma instituição, como no caso das Governamentais de ATER, podem estar contabilizando no número de famílias atendidas tanto aquelas que receberam um atendimento contínuo quanto as pessoas que procuraram o escritório local para obter alguma informação pontual.

Isso tudo dificulta a comparabilidade dos dados, e torna necessário muito cuidado na análise dos mesmos, dificultando qualquer conclusão apressada sobre “eficiência” do atendimento ⁷⁷. Para analisarmos as relações de cobertura das instituições, iniciaremos discutindo sobre a média de famílias atendidas por técnico nas categorias, a média de técnicos por instituição e a média de técnicos por município, conforme Quadro abaixo (e Tabela 6.4, no anexos).

Quadro 7 - Cobertura da ATER - por categorias

CATEGORIAS	Mediana Famílias atendidas/ técnico atuando com público*	Técnicos / instituição**	Técnicos / Município
	no.mediano/ instituição	no.mediano/ instituição	no.médio/ instituição
Governamentais de ATER	145	208	3
Prefeituras	150	2	3
ONGs	165	3	1
Representativas	100	4	1

⁷⁴ Dentre as ONG's entrevistadas apareceram pós graduações nas áreas de Agroecologia, Educação, Sociologia, Desenvolvimento Rural, ATER, qualidade alimentos. No caso das Governamentais de ATER, apenas a Emater-DF respondeu, e apareceram áreas como Agronegócios, Sistemas de Produção, Processamento de Alimentos, Desenvolvimento, Administração e Extensão Rural.

⁷⁵ Tendo por exemplo ações específicas voltadas para jovens e mulheres.

⁷⁶ Este é o caso por exemplo das instituições do Sistema “S”.

⁷⁷ Algumas instituições podem ter interesse em “inchar” os dados, jogando para cima o número de atendimentos.

Prestadoras de Serviços	25	2	1
Cooperativas de Produção	50	3	1
Ensino e Pesquisa	77	6	1
Cooperativas de Crédito	Xxx	Xxx	xxx
Agroindústrias	40	4	1
Outras Públicas	Xxx	6	xxx
Outras - Sistema "S"	511	Xxx	0
Total Geral Centro Oeste	70	3	2

Fonte: Questionários - Tabelas 6.4a. , 6.4b, 6.4.c (anexos)

xxx = menos de 3 questionários respondidos e com variância grande

*Famílias atendidas por técnico: Mediana do no.de famílias declaradas como atendidas dividido pelo no.de técnicos atuando diretamente com público alvo (excluindo Apoio e Administração).

**Técnicos atuado diretamente com o público alvo (excluindo Apoio e Administração)

As instituições do Sistema "S" apresentam a maior relação família/técnico (511) (**tabela 6.4**). Devemos observar que isto se explica pela forma de trabalho desta categoria – oferecendo cursos ocasionais e pontuais a um público diverso – e para isso contratam consultores que não são contabilizados como parte do quadro técnico. Outro fator é forma de contabilização dos atendimentos, que inclui o número total de inscrições em cada curso. Depoimentos das Governamentais de ATER indicam que Sistema "S" apenas oferece os cursos e não realiza acompanhamento posterior, sendo que inclusive as dúvidas dos cursos são tiradas com os técnicos de seus escritórios locais.

As ONG's apresentam uma elevada mediana família/técnico (165, **tabela 6.4**). Este elevado número se deve principalmente ao trabalho das ARCO (Agências Regionais de Comercialização). Estas instituições, apesar de não serem numerosas (apenas três em nossa amostragem) têm como característica atender pontualmente um número muito alto de famílias, organizando o escoamento de sua produção agropecuária, inclusive em feiras e mercados públicos que possuem um alta rotatividade de agricultores participantes. Analisando a categoria sem as ARCO, percebemos que o número de famílias/técnico cai consideravelmente. Numa análise conjunta, percebemos que o atendimento das ONG's é mais contínuo e o trabalho realizado em grupos, o que otimiza a aplicação dos recursos - tanto humanos quanto financeiros - uma vez que os números médios de técnicos/instituição e técnicos/município não são altos (**tabela 6.4**).

Box 9 - O atendimento das ARCO e da CPT-MS

No Centro- Oeste há **ARCOs** (Agências Regionais de Comercialização) em praticamente todos os estados, sendo que 3 delas responderam ao questionário: ARCO-DF (com sede em Brasília), Arco-porã (Ponta-porã- MS), e ARCO-Centro (Sidrolândia- MS). Seu objetivo é dar condições de auto-sustentabilidade ao trabalhador rural e orientá-lo para a comercialização. Sua atuação é intermunicipal (de caráter regional), atingindo vários municípios (42 na ARCO-DF e 9 nas outras duas) e um grande número de famílias, todas de assentados (mais de 2.000). Elas dispõem de equipes técnicas pequenas, em torno de 5 técnicos, apresentando portanto uma relação de famílias por técnico acima de 400, bastante elevada. Isso é provavelmente possibilitado pela sua atuação pontual (apenas na comercialização), bem como pelas parcerias realizadas e pelo atendimento através das organizações dos beneficiários (associações).

Uma forma diferenciada de trabalho é a da **CPT-MS** (Comissão Pastoral da Terra). Esta entidade está acompanhando no momento 36 grupos entre associações, sindicatos, grupos de mulheres, jovens, agricultores familiares, sem-terra, reassentados (em função de deslocamento por barragens), grupos de produção, trabalhadores de carvoarias, entre outros. A presença desta entidade ocorre prioritariamente onde não há nenhuma outra entidade

atuando e quando é solicitada por grupos rurais específicos. Sua atuação é estadual, envolvendo 17 municípios do estado, contando com um escritório próprio em Campo Grande, um alugado em Anastácio e mais duas salas de reuniões cedidas pela Igreja e por um de seus agentes pastorais em Dourados e Três Lagoas, respectivamente. A CPT dispõe de uma equipe de três "liberados" (funcionários e/ou agentes pastorais pagos integralmente para o trabalho), e 15 voluntários, entre religiosos, historiadores, filósofos, teólogos, advogados, pedagogos, agricultores e contador.

Além desta categoria, as Prefeituras apresentam uma alta relação famílias/técnico (150) (**tabela 6.4**). Possivelmente este valor está relacionado com a estreita relação de parceria com os escritórios locais das Governamentais de ATER, podendo ter havido uma contabilização do número de famílias atendidas tanto pela Prefeitura quanto pela Governamental de ATER local. Outra possibilidade de explicação para este elevado valor é as Prefeituras terem incluído todo o público potencial de agricultura familiar do município, por considerarem que, direta ou indiretamente, ele é atendido através da atuação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

As Governamentais de ATER são, sem dúvida, a categoria que possui o maior número de técnicos trabalhando na ATER (**tabela 6.5**) e que tem a maior capacidade de cobertura. Sua relação família/técnico atuando com público alvo mediana é de 145. Através de análise qualitativa, percebemos, no entanto, que outras categorias como ONG's e Instituições de Ensino e Pesquisa atendem um número menor de famílias em uma esfera espacial mais restrita, embora com um trabalho de ATER mais sistêmico.

7.1.3 Fonte de informações dos trabalhadores da ATER.

Para a realização de toda a análise que se segue foram utilizadas informações provenientes da **tabela 6.6**, dos questionários qualitativos e entrevistas realizadas.

As principais fontes de informações das instituições que trabalham com ATER, no geral, são as Instituições de Pesquisa, mais freqüentemente as Universidades e as EMBRAPA. Livros e outros documentos são apontados no geral como a segunda forma mais importante de se adquirir informações, com ênfase nas Representativas, Agroindústrias e Prestadoras de Serviço.

Pesquisas e experimentos da própria instituição são utilizados principalmente como fonte de informação para as Governamentais de ATER e Instituições de Ensino e Pesquisa. No caso das filiadas a ABSBRAER, a presença da fusão das instituições de pesquisa e de extensão nos estados e a utilização de algumas metodologias, como Unidades Demonstrativas (UD), justificam este mecanismo. As instituições de Ensino e Pesquisa, por sua vez, possuem um enfoque metodológico embasado na inter-relação entre pesquisa e extensão. No caso de grupos pertencentes a universidades que fizeram parte de nossa amostra, como o GERA-UFMT (Centro de Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado) e o GTRA-UnB (Grupo de Trabalho de Apoio a Reforma Agrária), a pesquisa se desenvolve no sentido da formulação de metodologias participativas para o trabalho de ATER. Com relação às EMBRAPA e outras universidades de nossa amostra, como a UFG (Universidade Federal de Goiás), a pesquisa que desenvolvem é difundida entre os agricultores através de projetos de extensão e visa, na maioria das vezes, a melhoria na qualidade da produção agropecuária.

As experiências dos agricultores e o conhecimento local como fonte de informação técnica para as instituições são mais utilizadas pelas Outras - Sistema "S", instituições

de Ensino e Pesquisa e ONG's. A relação destas três categorias com agricultores e suas organizações parecem ser estreitas: todas possuem parcerias com organizações de agricultores e as duas últimas possuem um considerável número de agricultores em seus quadros de pessoal.

O uso da Internet e Mídia Eletrônica para obtenção de informações ainda é pouco difundido entre as instituições de ATER do Centro-oeste. Isto pôde ser percebido também na fase inicial desta pesquisa, onde realizamos o mapeamento das instituições que prestam ATER e o envio dos questionários: a via eletrônica foi menos eficaz que a via postal. Para algumas categorias como Sistema "S", Agroindústrias e Prestadoras de Serviço este meio tem mediana importância, enquanto para Prefeituras e Representativas sua importância é mínima. Isto pode se relacionar com a presença/ausência de estrutura para o trabalho de ATER.

Dados qualitativos indicam outras possibilidades de obtenção de informações. No caso das ONG's, as próprias redes e fóruns, como é o exemplo da Rede Cerrado, que reúne diversas instituições através de fórum eletrônico, divulga eventos e realiza encontros anuais, nos quais as instituições trocam informações e produtos de seus projetos específicos. Para outras categorias apareceram também seminários, congressos, visitas e as próprias parcerias como fonte de informação. Para as prefeituras, parece que as próprias governamentais de Ater são fontes importantes de informações técnicas.

7.1.4 Remuneração dos trabalhadores da ATER.

Os dados de remuneração foram colhidos apenas nas entrevistas, e podem ser vistos por categoria na **Tabelas 6.7 e 6.7a** (nos anexos). Observamos que, no geral, um técnico de nível médio em final de carreira ganha aproximadamente o mesmo valor salarial que um técnico de nível superior em início de carreira.

Não temos dados para as Prefeituras, Agroindústrias e Outras Públicas. Dentre as que responderam, as maiores remunerações para técnicos de nível superior apareceram nas Prestadoras de Serviço e no Sistema "S", e as menores nas Cooperativas de Produção e ONGs. No caso dos técnicos de nível médio a categoria com melhor remuneração parece ser a das Governamentais de ATER. Comparativamente, as ONG's e as Representativas oferecem a menor remuneração dentre as categorias, possivelmente pela sua instabilidade orçamentária.

Os estados que melhor remuneraram seus técnicos são o Distrito Federal e o Mato Grosso, conforme pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 8 - Nível Salarial Médio - Por Estado (Região Centro-Oeste)

Estado	No. de Respostas	NÍVEL MÉDIO		NÍVEL SUPERIOR	
		Início de carreira	Final de carreira	Início de carreira	Final de carreira
DF	6	765.20	1,903.66	1,285.33	3,176.50
GO	7	445.00	1,030.00	910.00	2,758.33
MS	7	515.00	901.50	1,294.80	1,970.71
MT	3	980.00	1,920.00	1,950.00	2,911.00
Região	23	690.11	1,260.54	1,327.07	2,589.30

Fonte: Entrevistas qualitativas

Os níveis salariais das Governamentais de ATER da região Centro-Oeste pode ser visto no Quadro 9 (**Tabela 6.7.b**), e observamos que em geral os salários estão dentro ou acima das médias de cada Estado.

Quadro 9- Níveis Salariais das Governamentais de ATER do Centro- Oeste (ano 2002)

Sigla/ Estado	Nível Médio- Início de carreira	Nível Médio - Final de carreira	Nível Superior - Início de carreira	Nível Superior - Final de carreira
EMATER-DF	1.326,0 0	3.311,0 0	1.667,0 0	4.406,0 0
Agência Rural- GO	490, 00	1.500,0 0	1.020,0 0	6.000,0 0
IDATERRA-MS	515, 00	1.020,0 0	1.580,0 0	2.500,0 0
EMPAER- MT	980, 00	1.920,0 0	1.400,0 0	2.935,0 0

Fonte: Entrevistas

A Agência Rural- GO é a que apresenta maiores disparidades entre salários iniciais e finais. Na comparação entre as governamentais de ATER os menores salários são os do IDATERRA (MS).. A análise das entrevistas aponta também que as quatro agências destinam uma cota mais ou menos uniforme de seu orçamento para o pagamento de salários e encargos (entre 70 e 80%), sendo que no caso do IDATERRA são 35% para salários e encargos e 40% para serviços de terceiros ⁷⁸.

7.2 Infra- estrutura e recursos para o trabalho da ATER

7.2.1. Estrutura para o Trabalho

A estrutura para a realização do trabalho de ATER será analisada a partir da presença/ausência dos seguintes indicadores: prédios próprios, prédios alugados, veículos, telefone, computadores, internet, número de técnicos por veículo e pessoal administrativo na equipe, numa leitura das tabelas 6.1 e 6.8.

A existência de prédios próprios das instituições pode indicar uma maior estabilidade institucional ou do trabalho de ATER. Neste sentido, todas as Governamentais de ATER e todas as Cooperativas de Produção consultadas afirmaram ter prédio próprio, sendo que além destes todas as Governamentais de ATER e 55,6% das Cooperativas de Produção também alugam prédios para estruturar seu trabalho. As ONG's, contrariamente, são a categoria que menos possuem prédios, indicando que parte de seu orçamento destina- se ao aluguel de prédios ou salas.

Os veículos são pré- requisitos básicos para o trabalho de ATER das instituições. As Prefeituras e as ONG's são as categorias que menos têm acesso a veículos. Particularmente um caso chama a atenção dentro das ONG's: a ARCOPORÃ, que afirma atender 2150 famílias, não possui carros para o trabalho. Com relação ao número médio de técnicos por veículo, a maioria das categorias se encontra em uma situação mediana de estrutura, partilhando um veículo para cada dois técnicos. As que se encontram em situação mais precária são as Instituições de Ensino e Pesquisa, com 14 técnicos por veículo. A partir dos questionários qualitativos apuramos que essa deficiência não se aplica às EMBRAPA – são as instituições de ensino que mais enfrentam esta dificuldade. No entanto devemos lembrar a possibilidade de grupos dentro das universidades, que realizam trabalhos de ATER, de terem acesso aos veículos da universidade, sem necessariamente adquiri- los em seus projetos.

⁷⁸ Este dado não foi traduzido em tabela.

O acesso a telefone e a computadores como instrumentos estruturantes do trabalho de ATER está presente em quase todas as instituições: 92,5% delas afirmaram ter acesso. As categorias que não têm acesso a estes instrumentos na totalidade de suas instituições são as Prefeituras, as Representativas, as Prestadoras de Serviço, as Cooperativas de Produção e as instituições de Ensino e Pesquisa. Estranhamente as Cooperativas de Produção, que possuem uma estrutura física que conta com prédios próprios em todas as instituições, apresenta apenas 88,9% delas com telefone. A porcentagem de instituições com acesso à internet é menor, também, nas Prefeituras.

No geral, todas as categorias apresentam uma quantidade elevada de funcionários administrativos em seus quadros, com principal destaque para as Cooperativas de Produção, Governamentais de ATER, Prefeituras e ONG's. A presença de funcionários administrativos pode sugerir a possibilidade de uma maior liberação do técnico de ATER para o trabalho de campo.

Numa análise conjunta de todos os elementos estruturantes do trabalho de ATER, notamos que as Representativas e as Prefeituras são a categoria que menos possui estrutura física, o que pode estar sendo minimizado, no caso desta última, pelas parcerias que estabelecem com os escritórios locais das Governamentais de ATER.

7.2.2. Orçamento das Instituições

A tabela 6.9 (nos anexos) apresenta os orçamentos medianos das categorias que responderam ao questionário. Observamos que as instituições Governamentais de ATER possuem orçamentos de ATER significativamente superiores aos das demais categorias⁷⁹. Isto é coerente como fato de que estas instituições possuem a maior cobertura espacial e o maior número de famílias atendidas em todos os estados da região Centro- Oeste. Em média, 66% do orçamento destas instituições destina-se à ATER, o que se explica pela fusão com diversos órgãos que têm outras finalidades. Dentro do orçamento, o maior contingente gasto nas quatro instituições se deu com o pagamento de salários e contratação de serviços de terceiros. Mesmo se dividirmos o orçamento da ATER pelo número de escritórios, o orçamento anual de cada escritório local em 2001 seria, em média, de R\$ 474.316,32, dez vezes superior ao orçamento mediano para ATER do total das instituições que responderam (R\$ 50.000,00).

As Cooperativas de Produção, como podemos notar na tabela, têm seu orçamento mediano extremamente alto, mas quando tratamos do orçamento destinado à prestação de ATER este valor decresce, restringido-se a 2,4% do orçamento total. Talvez tenha sido englobado no orçamento total o montante referente a toda produção movimentada pelas cooperativas. Devemos lembrar que as Cooperativas de Produção estão estruturadas em regiões de agricultura mais dinâmica.

As Instituições de Ensino e Pesquisa possuem um orçamento alto, comparando-se com as demais categorias. Houve clara dificuldade destas instituições em especificar o orçamento gasto exclusivamente com ATER, principalmente no caso das Universidades e Escolas Agrotécnicas, uma vez que muitos dos técnicos que atuam em projetos de intervenção com agricultores dividem seu tempo com outras atribuições acadêmicas, dificultando a distinção entre os trabalhos de pesquisa/educação formal e o trabalho de ATER.

⁷⁹ Em várias categorias o número de respostas foi inferior a três e por isso foram desconsiderados para o cálculo da mediana.

As Prestadoras de Serviço apresentam os menores orçamentos, total e destinado à ATER, dentre as demais categorias. Apesar de apresentarem, conforme veremos no item sobre custos (**tabela 6.4**), o maior custo ATER/família (R\$864,00), possuem o menor valor por técnico (R\$14.541,67).

As instituições do Sistema "S" também apresentam orçamento geral bastante elevado, e não especificaram a porcentagem destinada à ATER, talvez por não considerarem o que fazem como ATER. Este dado também é coerente com a abrangência de atuação destas instituições.

7.2.3. Origem dos recursos financeiros

Análise conjunta das **tabelas 3.5a, 3.5b** chama a atenção para a importância dos recursos públicos para as diferentes categorias contempladas pela pesquisa. Das instituições que responderam ao questionário, 55% afirmam ter acesso a recursos públicos (federais, estaduais ou municipais - tabela 3.5.a). A **tabela 3.5b** aponta que além das categorias eminentemente públicas - como as Governamentais de ATER, as Prefeituras, Outras Públicas, Ensino e Pesquisa - os recursos públicos se revelam importantes também para outras categorias, como as ONG's e as Representativas.

As Agroindústrias, as Cooperativas de Produção e as Prestadoras de Serviço dispõem principalmente de recursos próprios/privados para tal, mas vale ressaltar que estas últimas são bastante influenciada pelas políticas públicas de crédito rural, podendo-se dizer que são indiretamente dependentes de recursos públicos.

Para aprofundarmos o entendimento sobre a questão da fonte de recurso para o trabalho de ATER, faremos uma análise por categoria, separadamente.

A partir das **tabelas 3.5b e 3.5c**, analisamos que as instituições Governamentais de ATER contam principalmente com as fontes estaduais de recursos que na sua maior parte ou totalidade estão destinadas ao pagamento da folha de pessoal. A partir da extinção do Sistema Brasileiro de ATER, os Governos Estaduais, através das Secretarias de Estado de Agricultura, passaram a ser sua principal fonte de recurso. Os recursos para as atividades de ATER estão sendo obtidos especialmente pela arrecadação própria, via emissão de documentos, e em menor medida via convênios com as prefeituras. Os recursos federais são principalmente vinculados aos projetos de crédito agrícola ou ao PRONAF de uma forma geral, representando percentualmente cerca de 7% de seus orçamentos, menos do que as arrecadações próprias, mas bem mais do que os recursos das prefeituras (cerca de 1%), embora estes últimos possam estar subestimados, pois as prefeituras por vezes responsabilizam-se parcial ou totalmente pela manutenção do escritório local (com cessão de salas, funcionários administrativos, pagamento de combustível, material de consumo, contas diversas), havendo também casos de disponibilização de seus técnicos às equipes das Governamentais de ATER locais (Tabela 3.5). Ao que parece, boa parte desta contribuição não é contabilizados no orçamento total das Governamentais de ATER, já que não passam pelo seu caixa e contabilidade. Os recursos que são contabilizados referem-se provavelmente a repasses monetários através de convênios, também para auxiliar a manutenção dos escritórios locais.

As Prefeituras trabalham principalmente com recursos do tesouro municipal. Do total do orçamento gasto por elas com ATER, 92% provem desta fonte (**tabela 3.5c**). São praticamente as únicas instituições que contam com recursos municipais, além da sua contribuição (em diferentes graus) para a manutenção dos escritórios locais das Governamentais de ATER.

No caso das ONG's da região Centro- Oeste, a **tabela 3.5b** aponta que o peso médio dos diferentes financiamentos está praticamente distribuído entre recursos advindos

de ONGs internacionais (média de 36%), de recursos públicos (36%, sendo 30% Federal)⁸⁰ e de fontes privadas/próprias (26%). Pela tabela 3.5.a vemos, no entanto, que também as instituições entrevistadas se dividem entre as diferentes fontes. Pegando as 3 fontes com maior peso, vemos que apenas 42% das ONGs têm acesso a verbas do governo federal, 42% têm acesso a verbas de ONGs internacionais, e 25% de empresas privadas, indicando provavelmente uma diferenciação entre os subtipos. Por exemplo, as ARCOs têm mais acesso a verbas federais, as ONGs de desenvolvimento têm mais verbas internacionais e as associações de reposição florestal utilizam basicamente recursos privados/próprios.

As porcentagens médias das Representativas para o trabalho de ATER também se dividem entre fontes próprios/privados (porcentagem média 43%), públicos (38%) e não governamentais (20%). As fontes principais de recursos destas entidades são fundamentalmente federais (34%) e as fontes próprias, oriundas das contribuições dos agricultores familiares (incluídas as sindicais), da comercialização de produção ou dos movimentos sociais que lhe dão suporte (como aquelas ligadas ao MST) (ver **Tabela 3.5b, no Anexo**). Vimos que em geral, as fontes próprias não cobrem as contratações dos técnicos sendo necessárias fontes extras, como as governamentais e as não-governamentais, como pode ser visto no exemplo do Box 10. Pela tabela 3.5.a vemos que o tipo de recurso acessado pela maior parte das instituições desta categoria é o federal (71% das instituições têm acesso), enquanto somente 57% delas utilizam recursos próprios.

Box 10 - As atividades da ARCA-DF

A Associação Rural de Cooperação Agrícola foi fundada em 1997 com objetivo de atender os assentados da região do Distrito Federal e Entorno, promovendo o desenvolvimento agrícola, as tecnologias alternativas e cursos de capacitação e formação. A ARCA está ligada ao MST. Atende atualmente a 13 municípios e 1200 famílias. Entre seus principais programas e projetos estão o de implantação de unidades piloto de produção agroecológica em assentamentos e o de implantação de um centro de articulação e comercialização da produção agroecológica dos assentados. Ambos projetos tiveram a parceria de ONGs internacionais, e de fundos de organismos internacionais voltados para projetos ambientais (PNUMA, BIRD). A partir destes projetos houve a produção de mudas nativas, a capacitação de mais de 50 assentados na produção destas mudas e na exploração alimentar dos frutos do cerrado, além de pesquisas de mercado e a venda direta ao consumidor. A ARCA também está empenhada na alfabetização de jovens e adultos e na assistência técnica aos assentados. Estas duas atividades são realizadas com recursos do PRONERA/INCRA e do INCRA, respectivamente. Entre as atividades de ATER está a elaboração de projetos de crédito do PRONAF.

Pela **tabela 3.5b**, há uma aparente grande variedade na origem dos recursos das Prestadoras de Serviço. No entanto, observamos que o mais provável é que tenha havido um enquadramento do recurso provindos das porcentagens dos projetos de crédito rural elaborados como diferentes fontes: Governo Federal (que oferece o crédito), agricultores (para quem prestam serviços), recursos próprios (pela prestação destes serviços) e outros (Banco do Brasil)⁸¹.

⁸⁰ Acreditamos que o financiamento federal para a elaboração de PDA's (Planos de Desenvolvimento de Assentamentos) – atividade constantemente citada nesta categoria – e a abertura de editais por órgãos financiadores públicos tenham contribuído para a citada parceria entre ONG's e Governo Federal.

⁸¹ É importante que em futuros questionários elaborados se especifique a porcentagem do crédito rural como uma das fontes de financiamento.

As Cooperativas de Produção, pela sua própria estrutura de funcionamento, têm como principal fonte para o trabalho de ATER recursos próprios: 100% delas têm estes recursos como fonte (tabela 3.5.a), representando em média 96% dos recursos (**tabela 3.5b**). Estes recursos vêm em geral da comercialização da produção e da venda de insumos que algumas delas também realizam. Junto com as Agroindústrias são as categorias que menos utilizam recursos públicos.

As Instituições de Ensino e Pesquisa têm a proveniência de seus recursos variando conforme as esferas públicas às quais pertencem – federal (em maior proporção) ou estadual, como notamos pela análise da **tabela 3.5a**.

As instituições como SEBRAE e SENAR, pertencentes à categoria Sistema “S”, têm como fonte de recurso principal o Governo Federal.

Na **tabela 3.5.c** fazemos um exercício que busca verificar qual o peso de cada fonte no montante total de recursos movimentado pelas instituições que responderam ao questionário. Por esta tabela, é ressaltada a importância dos recursos do governo federal para as categorias ONGs, Ensino e Pesquisa e Outras Públicas. Já no caso das Representativas, é ressaltada a importância dos recursos dos agricultores e de ONGs nacionais.

7.2.4 Os Custos da Ater

O principal indicador traçado pela pesquisa para orientar a análise dos custos da ATER foi o Custo Mediano da ATER por Família Atendida⁸². No entanto, a avaliação do Custo da ATER é uma tarefa difícil, especialmente no que se refere à comparação entre diferentes instituições, com diferentes objetivos, estratégias de intervenção, públicos, infra-estrutura, níveis salariais e de formação dos seus técnicos e, especialmente, diferentes níveis de acompanhamento aos agricultores e suas famílias.

Longe de se poder fazer uma análise simples e direta entre Custo da Ater/família e “eficiência institucional”, este indicador exige atentar paralelamente para um conjunto de outros elementos que busquem explicar as diferenças existentes, e que podem estar “onerando” a ATER, e que tanto podem se referir a uma maior qualidade dos serviços como para possíveis “desperdícios” de recursos. Para lançar luzes sobre esta questão, buscaremos comparar os dados de custo por família com alguns outros indicadores, que podem ajudar a explicar as diferenças de custo e dar pistas sobre “eficiência” e “qualidade” dos serviços de Ater prestados pelas instituições, mas esta certamente ainda é uma análise inconclusa e que precisaria ser aprofundada em estudos posteriores. A **Tabela 6.4** a seguir busca fazer uma síntese de alguns indicadores principais (ver tabelas completas no anexo).

Quadro 10 - Indicadores para análise de custos da ATER (por categoria)

CATEGORIAS	Custo ATER/ família*	Mediana Família atendidas/ técnico atuando**	Técnicos nível superior sobre total de técnicos***	Técnicos atuando com público sobre total funcionários*4	Custo Ater/ Técnico atuando com público alvo*5
	Valor mediano/instituição	no.mediano/ instituição	%técnicos	%funcionários	Valor mediano/instituiçã o

⁸² O cálculo foi feito dividindo-se, para cada instituição, o “Orçamento Total destinado à Ater” pelo “Número Total de famílias atendidas”, ambos declarados pelas instituições. Foram desconsideradas as instituições que não responderam a algum dos dois dados e foi calculado o custo mediano para cada categoria.

Governamentais de ATER	526,00	145	62%	38%	104.972,38
Prefeituras	73,00	150	68%	54%	19.250,00
ONGs	150,00	165	75%	51%	25.480,00
Representativas	Xxx	100	48%	63%	xxx
Prestadora de Serviços	864,00	25	65%	59%	14.541,67
Cooperativas de Produção	696,00	50	74%	44%	63.712,00
Ensino e Pesquisa	Xxx	77	39%	14%	xxx
Cooperativas de Crédito	Xxx	xxx	xxx	40%	xxx
Agroindústrias	389,00	40	27%	83%	xxx
Outras Públicas	Xxx	xxx	67%	xx	xxx
Outras – Sistema "S"	Xxx	511	92%	69%	xxx
Total Geral Centro Oeste	365,00	70	61%	43%	59.918,33

Fonte: Questionários - Tabelas 6.4a, 6.4b, 6.11, 6.2, 6.1.a, 6.4.

xxx = menos de 3 questionários respondidos e com variância grande

* Custo Ater/família: Mediana da divisão do orçamento destinado à ATER pelo número de famílias atendidas (por instituição, considerando apenas as que responderam às duas questões)

**Famílias atendidas por técnico: Mediana do no.de famílias declaradas como atendidas dividido pelo no.de técnicos atuando diretamente com público alvo (excluindo Apoio e Administração)

*** Porcentagem de técnicos de nível superior na equipe técnica total atuando com público alvo (excluindo técnicos que não atuam diretamente com público alvo e apoio e administração)

*4 Porcentagem de técnicos atuando com público alvo (2º grau e nível superior) sobre o total de funcionários da instituição (incluindo todos os funcionários, inclusive apoio e administração)

*5 Orçamento destinado à ATER dividido pela equipe técnica atuando diretamente com público alvo.

Houve dificuldades de conseguirmos os dados de orçamento e número de famílias atendidas, e faltaram os dados de várias categorias. O custo mediano da ATER por família na região Centro- Oeste situa- se em torno de R\$ 365,00.

Entre aquelas para as quais temos dados tabela aponta que as Prestadoras de Serviço são as que apresentam o maior custo mediano de ATER por família (R\$864,00), provavelmente relacionado com um atendimento mais individualizado, de 25 famílias atendidas por técnico, o menor dentre as categorias. Esta é também uma das categorias que melhor remunera seus técnicos (tabelas 6.7 e 6.7a), e tem 65% dos técnicos atuando em campo com nível superior. O custo da ATER por técnico atuando com público alvo é o menor de todas as categorias que há dados, indicando provavelmente uma estrutura administrativa enxuta. No entanto, isto não é possível de ser explicado pelos dados disponíveis, embora seja parcialmente confirmado por uma das menores relações entre técnicos atuando em campo e número total de funcionários. As Cooperativas de Produção apresentam o segundo maior valor de ATER por família (R\$ 696,00), que se relaciona provavelmente com o baixo número de famílias atendidas por técnico (50 famílias/técnico).

No outro extremo, as Prefeituras apresentam o menor valor de ATER por família: R\$73,00 segundo a **tabela 6.11**. Apresentam também um baixo custo da Ater por técnico atuando em campo. Isto pode se explicar pelos baixos custos com infra-estrutura, lembrando que esta categoria é a que possui menor infra- estrutura para o trabalho de ATER. Não temos dados sobre as faixas salariais pagas pelas prefeituras. Já as ONGs apresentam o segundo menor custo de ATER por família, o que pode estar relacionado com o número relativamente elevado de famílias atendidas por técnico (150). É uma das categorias com maior porcentagem de técnicos de nível superior na equipe e com menor remuneração dos técnicos.

Já as Governamentais de ATER do Centro- Oeste, apresentam um custo de Ater por família intermediário e acima do custo mediano da região. Há, no entanto, diferenças significativas entre elas, que podem ser observadas no Quadro abaixo.

Quadro 11 - Indicadores de custos da ATER das Governamentais de ATER (por estado)

Gov. de ATER	Custo ATER/ família*	Mediana Família atendidas/ técnico atuando**	Técnicos nível superior sobre total de técnicos***	Técnicos atuando com público sobre total funcionários *	Custo Ater/ Técnico atuando com público alvo (*5)
EMATER- DF	R\$ 1.854,49	90,0	72%	55%	R\$ 166.974,24
Agência Rural- GO	R\$ 536,91	105,0	63%	14%	R\$ 56.364,59
IDATERRA- MS	R\$ 514,65	204,0	50%	46%	R\$ 104.972,38
EMPAER- MT	R\$ 368,81	184,7	Faltou	46%	R\$ 68.131,35

Fonte: Entrevistas e Quadro Comparativo - Governamentais de ATER

Chama a atenção o custo por família da EMATER-DF (R\$1.854,49), mais de três vezes superior ao custo mediano da categoria, e cinco vezes superior ao custo mediano regional. Isso é resultado da melhor estrutura da instituição. É a governamental de ATER com menor relação de famílias atendidas por técnico (90), com maior porcentagem de técnicos de nível superior na equipe técnica, com melhor remuneração dos seus técnicos (tabela 6.7.b).

A Agência Rural- GO apresenta o segundo maior custo, três vezes inferior à EMATER-DF. No entanto, vários indicadores das duas Gov. de ATER são bastante semelhantes, como o número de famílias atendidas por técnico, o índice de técnicos de nível superior, os salários dos técnicos de nível superior (embora os salários dos técnicos de nível médio sejam quase a metade). A Agência Rural tem a pior relação entre técnicos atuando com público alvo e total de funcionários (de apenas 15%), indicando provavelmente uma estrutura administrativa bastante pesada, o que poderia fazer subir o custo da ATER por família. Isto no entanto pode estar relacionado com as demais atividades realizadas pela agência (pesquisa, defesa sanitária, etc.)⁸³

O IDATERRA-MS apresenta um custo por família bastante semelhante ao da Agência Rural- GO, mas no entanto apresenta uma relação famílias atendidas por técnico quase 2 vezes superior, uma menor porcentagem de técnicos de nível superior, e também salários ligeiramente inferiores (os de início de carreira são maiores e os de final inferiores), elementos que deveriam baixar o custo por família. Já o custo da ATER por técnico é bastante mais elevado, embora a porcentagem de técnicos atuando com público alvo sobre o total de funcionários seja maior.

A EMPAER-MT é aquela que apresenta o menor custo de ATER, o que parece estar relacionado com maiores deficiências na prestação de serviços, já que esta apresenta uma elevada relação de famílias atendidas por técnico (184,7), e os menores índices salariais (tabela 6.7.b).

Consideramos que as informações disponíveis não permitem uma análise conclusiva sobre os custos das Governamentais de ATER do Centro- Oeste, pois alguns dados parecem contraditórios e difíceis de serem explicados, e é também difícil dizer algo sobre a qualidade do trabalho prestado. Podemos dizer que a EMATER-DF possui provavelmente as melhores condições para prestar um serviço de qualidade, e que a

⁸³ No entanto, estas atividades também são desenvolvidas pelo Idaterra e pela Empaer, que apresentam uma relação entre técnicos atuando diretamente com o público alvo bastante superior à Agência Rural.

EMPAER-MT as piores. Aparentemente, a Agência Rural- GO seria a Gov. de ATER com uso mais eficiente dos recursos, mas isso teria que ser melhor verificado, pois a baixa porcentagem de técnicos atuando com público alvo sobre o total de técnicos também pode indicar uma estrutura administrativa muito pesada (o que desperdiçaria recursos).

8- Balanço das realizações da ATER

8.1. Amplitude da cobertura dos serviços de ATER

É fala corrente entre os informantes- chave de que a situação da ATER é grave, que os serviços são insuficientes. Neste item buscaremos, com base nos dados disponíveis, avaliar a cobertura da ATER, apenas do ponto de vista do acesso dos Agricultores Familiares a ela, ou seja, não leva em conta a qualidade do atendimento, mas apenas o seu alcance.

8.1.1. Público potencial e público atendido pelas Governamentais de ATER

Um dos elementos para analisar a amplitude da cobertura dos serviços de ATER refere-se à comparação entre o público atendido pelas instituições e o público "potencial" de Agricultura Familiar existente⁸⁴. Esta comparação será feita apenas para as Governamentais de ATER.

A **tabela 5.7.** aponta que as Governamentais de ATER atenderiam a 56% do público potencial de Agricultores Familiares da região. No entanto, a análise por estado, e especialmente a comparação dos dados de famílias atendidas com o número médio de técnicos por município, e com o número médio de famílias por técnico (tabela 6.4), aponta que esta cobertura é provavelmente menor do que a declarada.

No Distrito Federal, o número de agricultores familiares declarados como atendidos pela Emater- DF é 5 vezes superior ao número total de Agricultores Familiares segundo os dados da FAO. É possível que os critérios da Emater- DF para inclusão como agricultura familiar sejam diferentes dos da FAO. Pelos dados da FAO 81% dos estabelecimentos rurais do DF seriam não familiares (ver tabela 5.7.b). No entanto, o total de famílias declaradas como atendidas é também 3 vezes superior ao total de estabelecimentos rurais existentes no DF segundo o Censo Agropecuário 1995/96. Em parte essa diferença pode ser explicada pelo fato da Emater- DF atender a 2 municípios no estado de Goiás, mas há indicações de que o número de famílias atendidas esteja superestimado, embora o número de famílias atendidas por técnico (90) indique uma viabilidade no atendimento do número declarado. O que podemos afirmar é que a Emater- DF é a governamental de ATER com melhor infra- estrutura (com uma ampla rede de escritórios locais para uma área geográfica relativamente

⁸⁴ Para avaliar as falhas na cobertura de serviços de ATER voltados para a Agricultura Familiar, buscamos fazer um exercício de comparação entre o número total de famílias (agricultores familiares) que as instituições declararam atender e o total de agricultores familiares existentes nos estados e na região. Nota: Para o número potencial de agricultores familiares foram os dados de agricultores nos grupos B a D calculados pelo estudo da FAO, com base no Censo Agropecuário 1995/96. Para o grupo A utilizamos na região Centro- Oeste os dados de 2002 fornecidos diretamente à pesquisa pelo INCRA/SIPRA, sem excluir o número de assentados até 1995. Isso porque os dados do Incra de mar/2003, fornecidos por ano de assentamento (utilizados nas demais regiões), estavam agregados por superintendência, e a superintendência do Entorno do DF abrange GO, MG e DF, distorcendo muito os dados de GO (mais de 3.000 famílias a menos) e do DF (pelo menos 7.000 famílias a mais).

pequena, um bom número de técnicos por escritório) e o seu índice de cobertura é provavelmente o mais elevado da região, tendo condições de atingir os 100%. Pelo Censo Agropecuário 1995/96, 85% dos estabelecimentos rurais do DF declararam receber assistência técnica (ver tabela 5.7a).

O número famílias declaradas como atendidas pelo IDATERRA representaria 103% do total de agricultores familiares no Mato Grosso do Sul, pelos dados FAO/Incra. Uma possível explicação poderia ser o fato de não estarem contabilizadas nestes dados as famílias assentadas pelo governo do estado. De qualquer forma este número parece estar superestimado, sendo difícil acreditar que a cobertura naquele Estado seria de 100%. O número de famílias atendidas por técnico (204, a maior relação entre as Gov de ATER), assim como o número relativamente baixo de técnicos por município atendido (2,4), e também a distribuição geográfica dos escritórios, indicam uma provável superestimação do número declarado de famílias atendidas. Pelos dados do censo (tabela 5.7.a), 43% dos estabelecimentos do MS indicaram receber assistência técnica.

Já no caso da EMPAER-MT e da Agência Rural-GO, os dados parecem mais realistas, com o número de famílias atendidas representando em torno de 40% do total de agricultores familiares. No caso da Agência Rural não houve discriminação das famílias atendidas pelos grupos do Pronaf, e o cálculo foi feito com todas as famílias declaradas (uma parcela das famílias atendidas é provavelmente patronal, e por isso a cobertura é provavelmente menor que isso). Os dados do censo apontam para uma porcentagem em torno dos 30% de estabelecimentos que declaram ter assistência técnica (tabela 5.7.a). No caso da EMPAER, chama a atenção que 90% do público atendido corresponda a assentados (ver tabela 5.6b). Naquele estado, a elevadíssima concentração de terras fez com que as áreas de assentamentos acabem sendo importantes concentrações de agricultura familiar, representando mais da metade dos agricultores familiares do estado, e crescendo a cada ano, colocando um desafio para a assistência técnica⁸⁵. A EMPAER é a Governamental de ATER com maiores deficiências de cobertura, com a menor equipe técnica média por município atendido (1,8 técnicos), e com a maior relação entre público potencial de Agricultura Familiar e no. de técnicos atuando em campo (475 famílias por técnico - ver tabela 5.7), o que deve ser agravado pelas grandes extensões dos municípios, com prováveis dificuldades de deslocamento existentes.

Nas tabelas 5.7 e 6.4.d, nos anexos, fizemos um exercício de divisão do número de técnicos e do orçamento de ATER das Governamentais pelo público potencial de Agricultura Familiar nos respectivos estados. Os dados corroboram as impressões anteriores, evidenciando ainda mais as boas condições de cobertura da EMATER-DF. No outro extremo fica a EMPAER-MT, que se tivesse que atender com os técnicos atuando em campo a totalidade dos agricultores familiares do Mato Grosso estes teriam que atender a 475 famílias cada um, com um orçamento de R\$ 143,00 por família. Por estes cálculos, a Agência Goiana também tem condições insuficientes para atendimento do público potencial de AF, pois precisaria que cada técnico atendesse 233 famílias, com um orçamento de R\$ 241,00 (abaixo da mediana regional). O Idaterra teria condições acima da mediana regional em termos do orçamento por agricultor familiar potencial, mas apresenta um número de técnicos insuficiente, pois cada técnico teria que atender 196 famílias.

⁸⁵ Embora o Mato Grosso seja o estado onde este fato é mais significativo, este dado se repete na região Centro Oeste como um todo. Segundo dados do Incra de 2002, há nesta região 96.440 famílias em assentamentos do Governo Federal. Esse número é quase equivalente ao número de agricultores familiares dos grupos B e C (ver tabela 5.7a).

8.1.1. Cobertura Geográfica dos Serviços de ATER

O mapa de distribuição geográfica dos escritórios locais e regionais das Governamentais de ATER (Mapa 1, Anexo 2) confirma algumas das impressões colocadas no item anterior, de que a maior cobertura é a da EMATER-DF, que tem uma rede de 22 escritórios numa área que é menor do que alguns municípios do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, por exemplo. No Mato Grosso, fica evidenciada uma deficiência maior de cobertura ao norte do Estado, onde as áreas dos municípios são maiores (dificultando provavelmente o acesso dos técnicos a áreas mais distantes da sede) e há apenas um Escritório Regional da EMPAER, com provável maior isolamento dos técnicos locais.

No Estado de Goiás verificamos uma boa rede de escritórios locais e regionais, sendo que também ao norte do estado há menos escritórios regionais.

No Mato Grosso do Sul o Mapa 1 aponta um conjunto de municípios sem escritórios locais do Idaterra na região noroeste do Estado, que podem estar sendo cobertos parcialmente pelo escritório regional de Três Lagoas. Nas demais regiões do estado há alguns municípios sem escritórios locais, mas em geral próximos a municípios com sede de escritório regional. Neste estado, houve uma tentativa recente de centralização das equipes nos escritórios regionais, que mereceria ser avaliada⁸⁶.

O Mapa 9 (Anexo 1) indica o número total de outras instituições atuando com ATER nos municípios da região Centro- Oeste, excluindo as Governamentais de ATER e as Prefeituras. Verificamos um número grande de municípios onde não há nenhuma instituição a não ser a Gov. de ATER: 62% dos municípios da região (71% em GO, 57% no MT e 40% no MS). A análise do mapa revela uma série de “lacunas” na distribuição geográfica das instituições, indicando uma concentração de instituições nas capitais, nos municípios- pólo e nas áreas de agricultura mais dinâmica das regiões, bem como nos municípios ao longo dos principais eixos rodoviários⁸⁷. Embora este mapa se restrinja aos municípios- sede das instituições e a análise dos questionários tenha indicado que a maioria das instituições tem abrangência para além dos municípios- sede, a média de técnicos por município atendido (inferior a 4) aponta de qualquer forma limites na cobertura de outros municípios.

Se considerarmos que as duas categorias com maior peso numérico e mais ampla distribuição geográfica na região são as prestadoras de serviço e as cooperativas, que atendem preferencialmente o público de agricultores patronais ou familiares em melhores condições de renda, e se somarmos à análise da distribuição geográfica as indicações sobre perfil do público atendido pelas instituições, nos parece que os agricultores familiares pobres (correspondentes ao grupo B do Pronaf) são provavelmente aqueles onde há maior falha de cobertura, sendo atendidos quase que

⁸⁶ A distribuição dos técnicos pelos escritórios locais os deixa mais próximos dos agricultores, mas talvez mais vulneráveis às pressões políticas locais. A centralização poderia permitir ter equipes maiores e mais multidisciplinares, ao invés da atuação isolada de poucos técnicos em cada município.

⁸⁷ Os principais eixos na direção norte- sul correspondem aos corredores envolvidos com o transporte de grãos, que são as rodovias Belém- Brasília (acompanhando o rio Tocantins, em GO), Cuiabá- Porto Velho, Cuiabá- Santarém e em menor escala o corredor que acompanha o rio Araguaia (na divisa entre GO e MT). Os principais eixos na direção leste- oeste são as rodovias que ligam Cuiabá- Goiânia e Corumbá –Três Lagoas (no MS, ligando a fronteira com a Bolívia com a fronteira com SP). Tanto o sul de Goiás quanto o sul do Mato Grosso apresentam uma malha rodoviária mais ampla e municípios com menor dimensão geográfica, o que de certa forma também é consequência de serem regiões economicamente mais dinâmicas, e neste caso o dinamismo parece estar bastante associado à atividade agrícola.

exclusivamente pelas Governamentais de ATER, já que as prefeituras são poucas e as ONGs e representativas se concentram em áreas de assentamentos.

Ainda analisando a distribuição geográfica é possível lançar a hipótese de que as falhas na cobertura geográfica dos agricultores familiares da região deve ser ainda maior nas áreas mais distantes dos eixos rodoviários principais, especialmente ao norte do Mato Grosso (talvez com exceção da região de Alta Floresta), e ao norte de Goiás (especialmente ao nordeste).

8.2. Os resultados do trabalho das instituições de ATER

O dimensionamento dos resultados do trabalho das instituições de ATER no âmbito desta pesquisa oferece dificuldades, principalmente por se basear na avaliação das próprias instituições e não contemplar o ponto de vista dos beneficiários. Este fator é agravado pela dificuldade das instituições em avaliar os resultados do seu trabalho. Conforme já observamos no item "Metodologias de análise de planejamento da realidade", uma deficiência metodológica das instituições é a ausência de mecanismos efetivos de avaliação de sua própria atuação. Dessa forma, quando perguntadas pelos principais resultados de seus programas/ atividades (dado das Entrevistas), elas respondem geralmente quantificando as atividades meio, por exemplo, com o número de produtores atendidos/formadas/capacitados, número de projetos implantados, número de áreas demonstrativas ou agroindústrias implantadas, valor do crédito adquirido, infra- estrutura construída (poços, tanques de piscicultura, iluminação). Ou seja, há de uma forma geral uma deficiência em determinar os resultados da ATER em termos de contribuição para o desenvolvimento rural⁸⁸.

No entanto, de maneira geral conseguimos captar alguns tipos de resultados mais frequentes como consequência do trabalho de ATER realizado na região centro- oeste.

Por exemplo, a implantação de cooperativas, agroindústrias e de projetos que visam a agregação de valor através da transformação da produção, buscando alternativas de mercado para o agricultor familiar. Às vezes são feitas referências ao número de empregos gerados. Algumas atividades têm atingido também as mulheres e jovens, o que demonstra uma preocupação em integrar toda a família no processo de geração de renda nas propriedades. As Governamentais de ATER e as ONG's se destacam nesta linha, mas também estão alcançando resultados interessantes nesta linha algumas Cooperativas de Técnicos, como a Cooperativa Multidisciplinar de Serviços Técnicos para o Desenvolvimento (COOMSTEC-GO) e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG-GO). Estas últimas em atuado principalmente no apoio à formação e prestação de ATER a cooperativas de produção.

Dentre as Governamentais de ATER, o IDATERRA foi a que teve maior capacidade de enumerar resultados para além das atividades- meio, como por exemplo, a construção de tanques de piscicultura, agroindústrias, aquisição de máquinas e equipamentos pelos agricultores, construção de casas, implantação de feira

⁸⁸ Talvez isto seja explicado pela própria dificuldade de distinguir os resultados da ATER de outros múltiplos fatores que interferem na agricultura, que englobam fatores físicos (como clima, por exemplo), econômicos (preços, custos de insumos, etc), sociais (nível de organização, posse da terra, existência de conflitos, etc), políticos (políticas de crédito, cambial, etc). Também deve- se levar em conta o fator tempo, pois alguns resultados podem ser pouco visíveis no curto prazo, manifestando- se mais a longo prazo.

agroecológica, certificação de produto agroecológico, implantação de áreas demonstrativas nas propriedades dos agricultores, recuperação de áreas degradadas, conservação de solos. A EMPAER-MT e a EMATER-DF apontaram os resultados em números de produtores e associações atendidos, conselhos municipais assessorados, eventos realizados. A Agência Rural-GO afirmou que os resultados são "muito difusos" (inclusive porque os trabalhos são definidos a nível municipal).

Box 11 - A verticalização da produção – APROVE e IDATERRA

A APROVE é uma ONG com sede em Brasília que surgiu a partir do Programa de Apoio à Verticalização da Pequena Produção Familiar (PROVE), implementado pela Secretaria de Agricultura do Distrito Federal. Através do PROVE foram criadas 132 pequenas agroindústrias, tendo como público-alvo os produtores rurais do DF que estavam excluídos do processo de desenvolvimento, gerando 712 postos de trabalho. A APROVE, desde sua fundação, vem atuando em vários estados e municípios brasileiros, inclusive no Mato Grosso do Sul onde foi implantado o PROVE Pantanal; nesta região as ações de apoio e fomento à implantação de agroindústrias familiares através de crédito, capacitação, ATER e auxílio na comercialização vem sendo realizadas também pelo IDATERRA.

O IDATERRA cita como resultados do PROVE-Pantanal (Programa de Verticalização da Produção) a implantação de 194 agroindústrias em 29 municípios, com a geração de 652 empregos diretos; aumento da renda familiar (em alguns casos de R\$ 500,00 para R\$ 2000,00); estabelecimento de pontos de venda dos produtos.

Um outro resultado que aparece é a diversificação da produção, muitas vezes associada com agroindustrialização e busca de mercados para os novos produtos. Referências a isso apareceram nas Governamentais de ATER, especialmente no IDATERRA, com piscicultura (com indústria de processamento de peixes), produção de frutas e hortaliças, apicultura, gado de leite, confecção de bonecas, sabão, implantação de hortas. Também nas Prefeituras, por exemplo, em Dourados com o estímulo à produção e agroindustrialização de pepino, bem como a diversificação da produção indígena visando a segurança alimentar (formação de hortas e pomares, implantação de reservas extrativistas de erva mate; criação de galinhas; distribuição de sementes e mudas de milho, arroz, feijão, mandioca, batata doce, cana, essências florestais). A COOMSTEC (prestadora de serviço) cita o estímulo ao plantio de gergelim e contrato de venda para empresa de São Paulo. Nas ONGs também aparecem iniciativas de diversificação, algumas incluindo espécies do cerrado, e envolvendo extrativistas e pescadores, como pode-se ver no exemplo do CEDAC (ver Box 12).

Também aparecem como resultados a proteção de nascentes, recuperação de matas ciliares, especialmente nas prefeituras e nas Governamentais de ATER. A elaboração de projetos para aquisição de crédito do PRONAF é colocada como resultado principalmente pelas Prestadoras de Serviço e pelas instituições Governamentais de ATER; aparece também a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG).

Box 12 - A Valorização dos Produtos do Cerrado – os Programas do CEDAC

O CEDAC vem desenvolvendo programas voltados para o cerrado, como o Programa de Agrossilvicultura do Cerrado, o Programa de Uso Sustentável da Sociobiodiversidade do Cerrado, que são complementados pelos programas de comercialização solidária e de formação, assessoria e experimentação em agroecologia.

Todos estes programas visam colaborar na construção de identidade sócio-cultural, política e econômica das populações do cerrado, através de uso adequado da biodiversidade, bem como da valorização econômica dos produtos do cerrado

Como resultados destes programas, o CEDAC aponta a luta pela regularização de reservas legais e licenciamento de reflorestamentos, a assessoria às famílias no processo de coleta, beneficiamento e comercialização da faveira (com geração de renda para 52 famílias extrativistas, com incremento de 490% no preço); coleta, beneficiamento e comercialização do baru (envolvendo 112 famílias de agricultores, extrativistas e pescadores); construção de unidade de beneficiamento de produtos agroecológicos do cerrado; implantação de apicultura comunitária; assessoria na criação da Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas (com criação da marca Empório do Cerrado); convênio com Prefeitura de Goiânia para adaptação da merenda escolar aos produtos da agricultura familiar e do extrativismo sustentável; estudos de mercado e desenvolvimento de produtos do cerrado (baru, faveira, pequi, jatobá, buriti) e estudo de qualidade e adaptação destes produtos à merenda escolar.

O aumento na organização e mobilização dos produtores é percebido como fruto do trabalho de ONG's, Representativas, Governamentais de ATER e Prefeituras. Elas apontam como resultados o aumento da participação dos agricultores em fóruns/conselhos e mobilizações nas questões ambientais e de luta pela terra. Citaram este tipo de resultado a FASE-MT, a CPT-MS; a EMPAER-MT e a Secretaria Municipal de Agricultura de Dourados (SEMAG-MS), por exemplo.

A qualificação profissional e formação dos agricultores e seus familiares também são apontadas como resultados, em geral com número de pessoas capacitadas. Este é o caso de instituições como o SENAR, SEBRAE, e EMBRAPA, que têm trabalhado em uma linha de qualificação profissional mais pontual, através da elaboração de cursos voltados quase sempre para a temática agrícola e a melhoria da produção. Também apontam este resultado as Instituições de Ensino, que buscam formar multiplicadores para o trabalho de ATER, como por exemplo as Escolas Família Agrícola e as Escolas Agrotécnicas, que citaram também como resultados o número de alunos contratados por instituições de ATER. As demais categorias, principalmente ONG's e Governamentais de ATER também citam como resultado de seus trabalhos a capacitação de agricultores.

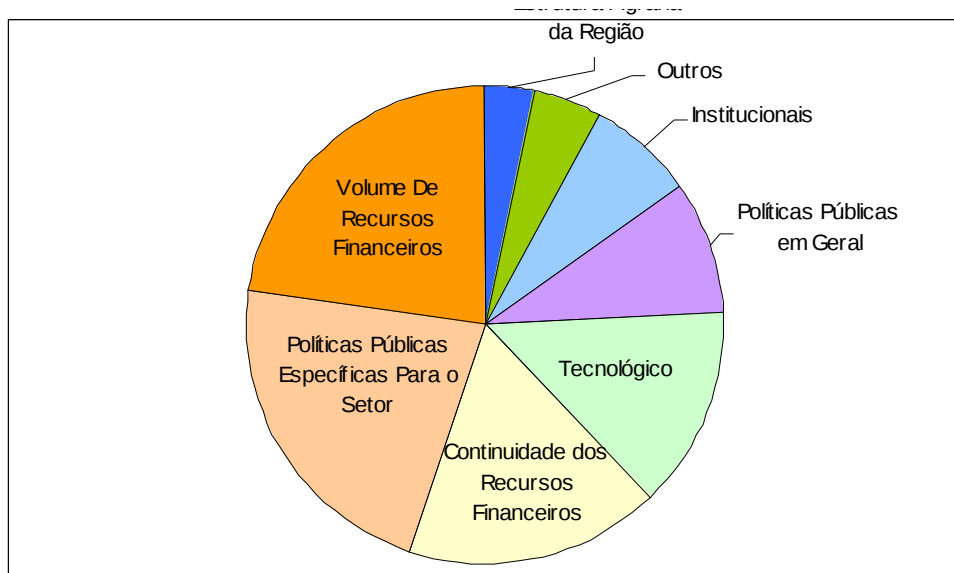
8.2. Por que não se faz mais: os entraves apontados pelas instituições.

Nos questionários foi pedido às instituições que apontassem os dois maiores entraves as suas atuações. Nas entrevistas estes entraves foram detalhados e colocados em ordem de importância (prioridade 1, prioridade 2, etc.). Assim, nem sempre foi possível a qualificação destes entraves quando aquilo que foi apontado nos questionários não foi detalhado pelas instituições entrevistadas ou não apareceram nas conversas com os informantes-chave.

Apresentaremos os entraves mais citados e as categorias que os apontam entre os dois entraves principais, buscando detalhar (a partir dos dados das Entrevistas) o que ele significa para cada uma delas. Procuramos agrupar as categorias para as quais

os entraves têm o mesmo peso. O **Gráfico 5** apresenta o resultado médio de cada tipo de entrave apontado pelas categorias e o **Quadro 5 (Tabela 8.2)** detalha por categoria os tipos de entraves mais frequentes.

Gráfico 5 - Principais entraves apontados pelas instituições de ATER da Região Centro-Oeste



Fonte: Questionários e Tabela 8.2

O dois principais entraves para uma melhor atuação apontados pelas instituições foram o volume de recursos e as políticas específicas para o setor, praticamente no mesmo grau de importância (48% e 47% do total de instituições). Analisando os dados qualitativos (que colocam em ordem de prioridade os entraves) percebemos que as políticas para o setor superaram em importância o volume de recursos, ou seja, são colocadas como prioridade um na maior parte das instituições entrevistadas. A continuidade dos recursos financeiros vem em terceiro lugar de importância, e em geral não foi apontada pelas instituições como prioridade um. Em quarto lugar vêm os entraves tecnológicos.

O **volume de recursos** foi citado por 48% das instituições que responderam ao questionário, aparecendo entre os dois entraves mais importantes para a maioria das categorias. Diferentes aspectos foram ressaltados pelas Governamentais de ATER. Para o IDATERRA, o baixo volume dificulta tanto o custeio das atividades quanto o investimento, incluídos aí reformas de escritórios, manutenção de veículos, compra de material de consumo, entre eles o material para pesquisa, recursos para diárias e até para pagamento de contas de luz, água etc. A Agência Rural também apontou que esta falta de recursos é o principal entrave sendo todos os outros operacionais, isto é, relacionados à falta de recursos, como por exemplo a pesquisa fica debilitada porque não há meios para ampliar unidades demonstrativas, e a frota desatualizada é problema para o atendimento em campo. Para a EMATER-DF, depois da extinção da EMBRATER não há mais formas de pressão que garantam recursos⁸⁹. Segundo as governamentais volume de recursos insuficiente levaria a um contingenciamento das despesas, que afetam a continuidade dos serviços e acabam por dificultar o cumprimento de metas.

⁸⁹ A EMPAER-MT não detalhou os entraves.

No caso das Prefeituras, a arrecadação municipal é limitada e depende muito da priorização de atividades por parte das administrações. Além disso, a falta de agentes financiadores, de recursos destinados à agricultura familiar e os juros altos foram também sublinhados como empecilhos na atuação das mesmas.

As instituições de Ensino e Pesquisa sublinharam no volume de recursos a burocracia do PRONAF e a morosidade na liberação destes financiamentos (escola técnica federal), a pouca quantidade de recursos disponível que impede qualquer investimento (escola família agrícola) e as dificuldades de financiamento para os projetos (universidades). Para esta categoria, a continuidade de recursos é o segundo maior entrave e refere-se à descontinuidade de políticas e programas de assistência técnica, segundo o CEFET-MT (Centro Federal de Educação Técnica de Cuiabá). No caso da Escola Família Agrícola de Campo Grande, esta descontinuidade é representada pela necessidade anual de negociar com a Secretaria Estadual de Educação os recursos que serão destinados a ela, não havendo garantias.

Quadro 12 - Frequência dos entraves para uma melhor atuação apontados pelas instituições (por categoria, em porcentagem das instituições que responderam)

Categoria	VOLUME DE RECURSOS FINANCEIROS	POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS PARA O SETOR	CONTINUIDADE DOS RECURSOS FINANCEIROS	TÉCNICO LÓGICOS	POLÍTICAS PÚBLICAS EM GERAL	INSTITUCIONAIS	ESTRUTURA AGRÁRIA DA REGIÃO	OUTROS
Governamentais de ATER	100	25	50			50		
Prefeituras	73	40	17	50	13	17	6	4
ONGs	67	53	40	27	27	27	20	13
Representativas	57	71	14	29	14	29	14	29
Prestadoras de Serviços	10	52	52	12	14	2	2	16
Cooperativas de Produção	44	56	56	44	33	33		
Ensino e Pesquisa	70	30	40	20	30	20	10	
Cooperativas de Crédito*	0	100	0	0	0	0	100	0
Agroindústrias	33	50	33		67	17	0	
Outras Públicas*	100	50	100	50	0	0	50	0
Outras – Sistema "S"	25	25	25	25	25	25		50
Total	48	47	36	29	19	16	7	10

Fonte: Questionários e Tabela 8.2.

*Menos de 3 questionários respondidos – não considerar porcentagens

As ONG's, por sua vez, alegaram não dispor de muitos recursos para contratação de mais técnicos, para a assessoria aos agricultores familiares, para atingir um maior público ou para ampliar a temática de atuação. A falta de recursos também diminui a possibilidade de parcerias, como enfatizou a APROVE. Para as ONG's cuja fonte de recursos são as empresas consumidoras de material lenhoso, o entrave neste ponto se refere à pouca fiscalização do IBAMA. Quanto mais o IBAMA fiscaliza, mais as ONG's recolhem recursos destas empresas e mais reflorestamentos podem efetuar. Assim, o volume dos recursos também está intimamente relacionado a sua continuidade, visto que o processo de término e início dos projetos não guarda necessariamente esta continuidade. A ARCO-DF qualificou a continuidade dos recursos como a dificuldade dos assentados de tomar outros tipos de financiamento dentro do PRONAF que incluíssem a formação de cooperativas de crédito. Embora importante, a continuidade dos recursos não foi apontada como o segundo entrave mais importante para as ONG's e sim as políticas públicas para o setor. Para elas, estes entraves se referem à falta ou inadequação de políticas que priorizem a agricultura

familiar e a assistência técnica a estes. Quando existem algumas políticas neste sentido elas são descontínuas e sem sincronicidade entre si, prejudicando o desenvolvimento social e econômico deste público

Para as Representativas o volume de recursos vêm em segundo lugar entre os entraves principais e, segundo elas, está relacionado à falta de compromisso público com a agricultura familiar, havendo também descontinuidade nos programas e a perda de anos de investimentos públicos no setor.

Os entraves relativos às **políticas públicas para o setor** são mais significativos para as Representativas, Prestadoras de Serviços, Cooperativas de Produção e Agroindústrias, além das Governamentais de ATER que classificaram este entrave como prioridade um ou dois. Para as Governamentais de ATER, o direcionamento das políticas é freqüentemente para médios e grandes produtores, sobrando poucos recursos para os pequenos. Há descontinuidade no apoio específico a determinados setores e programas como o PRONAF foram reduzidos a crédito sem ATER, sendo que os estados não estão tendo recursos para cobrir estes serviços. As taxas de juros que influenciam o setor agrícola em geral e a falta de priorização de áreas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável foram destacadas como entraves de políticas públicas em geral por duas Governamentais de ATER, como a segunda ordem de importância.

De uma forma geral, as instituições que sentem este entrave apontam para estes mesmos detalhamentos apresentados pelas ONG's e Governamentais de ATER. Vale ressaltar o que uma Representativa disse a respeito da inadequação das políticas governamentais: além das políticas de crédito, agrícola e fundiária não estarem atendendo aos agricultores familiares, não permitiriam também que os assentados saíssem do Grupo A por falta de garantias e outras burocracias bancárias. Para algumas ONG's e Representativas, falta não só a integração de diversas políticas para se pensar no desenvolvimento sustentável como um todo para os agricultores, como também um diálogo mais constante, e não pró-forma, entre organizações da sociedade e o governo.

As políticas específicas para o setor que afetam as Cooperativas de Produção seriam aquelas relativas ao crédito, aos altos impostos e taxas e às políticas de curto prazo dos governos estadual e federal que dificultariam maiores planejamentos. As Prestadoras de Serviços apontam para a falta de definições do Banco do Brasil quanto à época de liberação dos recursos de projetos de crédito. Para estas duas categorias as políticas específicas e a continuidade dos recursos têm igual importância quanto aos entraves. Segundo uma cooperativa, esta continuidade diz respeito à falta de linhas de crédito específicas, seja para o setor agrícola ou para determinadas atividades rurais, como a criação de animais exóticos ou nativos.

Alguns dos entraves levantados pelas prestadoras de serviços se relacionam com as políticas governamentais, como a burocracia governamental e/ou dos agentes financeiros, a deficiência no atendimento do funcionalismo público e a demora na liberação de recursos, a necessidade de uma política agrária clara e duradoura e a falta de garantia de crédito para o pequeno produtor.

Os **entraves tecnológicos** foram o segundo maior entrave para as Prefeituras, que foi a categoria que mais assinalou este tipo de entrave indicando a pouca disponibilidade de tecnologias (para agricultores familiares ou não, agroecológicas ou não, e até mesmo pelo pouco acesso à computadores e internet) e de informações novas. Isso se confirma pelo fato das instituições de pesquisa e as cooperações técnicas serem privilegiadas pelas equipes de ATER das prefeituras como fontes de

informações para a realização do trabalho, além das parcerias mais freqüentes com o governo estadual, representado pelas Governamentais de ATER (Tabelas 7.6 e 7.11).

Outros entraves tecnológicos apontados pelas Gov. de ATER, ONG's, representativas, prefeituras, escolas família agrícolas e cooperativa de técnicos foram basicamente a falta ou a pequena quantidade de pesquisas relacionadas à agroecologia e adaptadas à agricultura familiar. O difícil acesso do agricultor familiar às tecnologias existentes também foi destacado. Uma escola família agrícola afirmou ser difícil a assimilação pelos assentados dos processos da agricultura orgânica, havendo por vezes, conflitos entre pais e filhos (alunos da escola). Para as cooperativas de produção os entraves tecnológicos mostraram o mesmo grau de ocorrência dos entraves de políticas públicas para o setor e do volume de recursos. Infelizmente, não temos elementos suficientes para afirmar ao que se referem exatamente tais entraves tecnológicos neste caso.

Os **entraves institucionais** aparecem em sexto lugar no total de instituições (16%), mas nas entrevistas são o terceiro mais apontado como prioridade um, indicando que para algumas instituições eles são bastante importantes. São os mais diversos, a depender da natureza das entidades. Para as Governamentais de ATER foram exemplificados pela descontinuidade de políticas e o modelo institucional centralizado que dependeria de outros setores do governo. A máquina pública não estaria preparada para atender a demanda de agricultores familiares de forma descentralizada. Foram apontados aqui também a falta de quadros e a sua não renovação, embora estes pontos estejam mais relacionados com o volume de recursos para a realização de concursos públicos. Somente o IDATERRA (MS) realizou um concurso em 2002 contratando cerca de 100 técnicos de nível médio e superior mas mesmo assim consideram que ainda não é o suficiente.

Os entraves institucionais no caso de algumas ONG's foram a pouca quantidade de técnicos em função dos poucos recursos para contratação, dos baixos salários oferecidos e da instabilidade do trabalho, bem como problemas de hierarquia interna (no caso de instituições ligadas à igreja) e também a dificuldade de relacionamento com alguns órgãos governamentais. Houve referências a entraves próprios das políticas de governo, como a centralização das ações, a falta de participação efetiva dos conselhos municipais e estaduais, falta de decisões conjuntas das ações, o sucateamento dos órgãos ligados à questão agrária e agrícola.

A dificuldade de se planejar ações de médio e longo prazo foi apontada por uma prefeitura e uma cooperativa de técnicos. Para as universidades haveria uma crise institucional específica do setor que se refletiria sobre a capacidade de trabalho das unidades. Para uma escola família agrícola, sua localização na área urbana de Campo Grande dificultaria a presença dos pais dos alunos na escola.

Os entraves relativos à **estrutura agrária da região** foram os menos apontados como problemáticos para a atuação das entidades, obtendo também baixa incidência de prioridade também. As entidades que mais ressaltaram este entrave foram as ONG's indicando não só a concentração fundiária e a violência no campo contra agricultores familiares e assentados, como também a dificuldade de regularização das terras. O IDATERRA (MS) também sublinhou a concentração fundiária no estado dizendo que isso afeta muito os deslocamentos dos técnicos. A Agência Rural (GO) afirmou que a dificuldade na regularização fundiária em determinadas áreas do estado dificulta a ação, o que também foi apontado pela EMATER-DF, já que os pequenos produtores em regime de posse não podem ter acesso ao crédito. A ARCO-DF apontou como problema a falta de infra-estrutura, crédito e condições em geral para os

assentamentos, que podem inviabilizar a permanência dos assentados e o desenvolvimento dos assentamentos.

As **políticas públicas em geral** aparecem entre as duas mais importantes apenas para as agroindústrias, e não temos dados de entrevistas para qualificá-las. Nas entrevistas, foram sublinhadas por algumas ONG's a falta de políticas de infraestrutura, educação, saúde e outras voltadas aos problemas do campo e que as políticas em geral desorganizam os agricultores familiares, não dando importância para a geração de emprego e renda. A desconsideração com o bioma cerrado, afetado por grandes projetos, também foi lembrada como um dos entraves. Faltaria ainda uma educação rural de qualidade que fizesse da agricultura uma profissão, tornando o agricultor autônomo e não empregado, afirmou a FETAEG.

Entre os **“outros entraves”** destacaram-se as representativas, as prestadoras de serviços e os SENAR e SEBRAE. Assim como os entraves institucionais, estes são os mais diversos. Para as representativas relacionam-se a uma falta de organização comunitária e de profissionalização dos agricultores familiares e assentados. Uma prestadora de serviço assinalou a falta de organização e de espírito de cooperativismo dos agricultores, que dificultam um trabalho com grupos.

A categoria Sistema “S” citou entraves diversos. O SENAR-MS sublinhou a sonegação de contribuintes substitutos enquanto que o SEBRAE-GO revelou algo mais amplo. Segundo este há dificuldade de se chegar às reais demandas dos agricultores que precisam de apoio pois muitas vezes a entidade é solicitada por demandas institucionais de pequenos grupos ou de prefeituras que não expressam as necessidades dos produtores. Por vezes perdem muito tempo executando ações que deveriam ser diferentes caso tivessem maior conhecimento da realidade do produtor. É interessante ressaltar que nos entraves de políticas para o setor o SEBRAE-GO afirmou que muitas empresas que vêm trabalhando com os agricultores familiares (dando cursos, especialmente) não têm se preocupado realmente com dimensão social do que ensinam, estando mais preocupadas com o ganho econômico proporcionado pela realização dos cursos. Além disso, o SEBRAE acredita ser necessário capacitar melhor seus próprios técnicos para que estes possam utilizar-se de uma linguagem mais acessível aos agricultores e também refletir sobre outras metodologias de abordagem a estes já que não podem ficar sentados numa sala de aula. Segundo o SEBRAE, os recursos federais para a agricultura familiar não estariam sendo bem aproveitados pois chegam pouco ao “verdadeiro produtor”, “aquele que precisa”. Quando estes recursos chegam, os agricultores também não sabem como utilizá-los. O SEBRAE-GO destacou como entrave institucional a dificuldade nas relações de parceria entre as diversas entidades que compõem um conselho por eles criado para tratar das questões rurais no estado.

9 ATER e desenvolvimento sustentável: limites e potencialidades

9.1. Os principais limites para uma ATER melhor e mais ampla

Vimos que os entraves apontados pelas próprias instituições são muitos e variados, e diferem de uma categoria para outra. Embora para fazer uma avaliação mais precisa dos limites para uma ATER melhor fosse importante chegar ao público alvo, indicaremos a seguir algumas questões principais que a pesquisa aponta.

Percebemos que a partir de meados da década de 80, e especialmente nos últimos sete anos, ampliou-se o número e diversificaram-se os tipos de instituições

atuando junto aos agricultores familiares nos trabalhos considerados como ATER. No entanto, chama a atenção a permanência da importância do setor público no que se refere à ATER prestada para a agricultura familiar, seja em termos do peso das instituições eminentemente públicas, seja em termos da importância dos recursos públicos, e mesmo das políticas públicas voltadas para a agricultura. Não é novidade se dizer que os custos da ATER são demasiado elevados para serem pagos pelos agricultores familiares, especialmente os de renda mais baixa. As únicas instituições que conseguem se manter com recursos “privados” ou próprios no Centro Oeste (Prestadoras de Serviço e Cooperativas de Produção) têm sua atuação voltada principalmente para agricultores patronais ou familiares das categorias C e D, e estão inseridas principalmente em regiões mais dinâmicas dos estados. Ainda assim são bastante afetadas pela instabilidade das políticas governamentais de crédito e preços.

Os três principais entraves apontados pelo conjunto de instituições existentes no Centro Oeste estão diretamente relacionados com a existência de Políticas Públicas: volume de recursos, continuidade dos recursos e políticas públicas voltadas para o setor agropecuário. O volume e a continuidade dos recursos são aspectos fundamentais, inclusive no caso das categorias que atendem o público mais abastado, que em grande parte dependem do volume de crédito disponível. A garantia de uma política de médio e longo prazo voltada para a ATER e adequada à agricultura familiar, com recursos também garantidos a médio e longo prazos é um dos grandes desafios para permitir uma ATER mais ampla e principalmente de melhor qualidade.

Embora tenha sido pouco levantado pelas instituições pesquisadas, pode-se apontar que na região Centro Oeste um outro limite para o desenvolvimento da agricultura familiar é dado também pela estrutura agrária e pelo modelo agrícola adotado nas últimas décadas. O quadro existente na região faz com que um grande desafio para a extensão rural seja o atendimento dos assentamentos de reforma agrária, que assumem já uma importância numérica equivalente a dos demais agricultores familiares, especialmente no estado do Mato Grosso, um dos estados com maior concentração de terras do país, onde os conflitos pela terra são fortes, e onde o número de famílias assentadas entre 1995 e 2002 aumentou em mais de 60 mil famílias, o que significa um crescimento médio anual de mais de 8 mil famílias⁹⁰. Estruturar uma assistência técnica que consiga atender essa demanda crescente é também um grande desafio nesta região (voltaremos a este ponto adiante).

Também relacionados com o modelo agrícola adotado na região, estão os limites tecnológicos. Levantados em 4º lugar como entraves importantes revelam que ainda há uma carência de tecnologias (e também de metodologias) mais voltadas para as especificidades do público de agricultura familiar, incluindo sua diferenciação interna - que abrange desde índios (cujo número está longe de ser desprezível no Centro Oeste, especialmente em MS e MT), quilombolas, extrativistas, etc., até diferenças de gênero e idade. Além disso, tem-se as especificidades dos ecossistemas regionais, especialmente o cerrado (mas também o pantanal e a Amazônia), com o desenvolvimento de tecnologias tendo se dado quase que inteiramente voltado para o paradigma tecnológico da revolução verde, inacessível aos agricultores familiares e danoso ao meio ambiente. Neste aspecto, vale lembrar a importância das instituições de pesquisa enquanto fontes de informação para praticamente todas as categorias.

E embora a atuação com técnicas e práticas produtivas e com elaboração de projetos ainda seja predominante entre as instituições de ATER, assumem também

⁹⁰ Segundo dados do Incra, o número de famílias assentadas no Mato Grosso em 1995 era de 23.150 e em 2002 de 83.707. O segundo estado com maior número de famílias assentadas é o MS, com 16.268 famílias. O crescimento anual médio do número de famílias assentadas nos estados do MS, GO e no Entorno do DF foi de cerca de mil famílias por ano.

importância outras temáticas, que não especificamente voltadas para a produção agrícola e produtividade. A importância que assume o manejo de recursos naturais indica uma tendência à mudança de paradigmas tecnológicos. E o surgimento de outras questões, como a transformação da produção, a comercialização, a educação, atividades não agrícolas, e mesmo o apoio à organização dos agricultores e acompanhamento da proposição de políticas públicas, indica a necessidade de incorporar à ATER outras questões para além da produção *strictu sensu*, e que já existem instituições que vêm de certa maneira se especializando em diferentes temáticas, e cuja experiência pode ser potencializada/ aproveitada.

Um limite que se percebe analisando o quadro da Região Centro Oeste é a grande fragmentação dos serviços de ATER. Embora ao nível dos governos estaduais as fusões entre os diferentes órgãos voltados para agricultura indique uma tendência à desfragmentação dos serviços do setor público, percebemos que ainda há uma visão bastante atomizada do processo de pesquisa/difusão/transferência – extensão – assistência técnica – formação/ capacitação rural. As parcerias entre as instituições existem, mas parecem ser frágeis e pontuais, e há de uma forma geral um desconhecimento entre as diferentes categorias de instituições dos trabalhos feitos pelas demais. O pouco diálogo entre algumas categorias (como ONGs, prefeituras e Gov de ATER) também pode ser considerado uma limitação. Algumas ações parecem ser extremamente fragmentadas e sem continuidade, como as do Sistema “S”, e talvez mesmo as Universidades e Instituições de Pesquisa. A necessidade de uma ação mais articulada das diferentes instituições, de espaços participativos de reflexão e discussão de políticas de ATER (articuladas com as discussões de desenvolvimento rural sustentável) aproveitando as especificidades e vantagens comparativas de cada tipo de instituição, é talvez um elemento-chave para a potencialização das ações e do uso de recursos. Os CMDR's parecem já vir cumprindo um papel, embora ainda tímido e incipiente, no sentido de planejamento e articulação de ações. No entanto, vemos que a grande maioria das instituições tende a ter uma atuação inter-municipal, e parece haver uma carência de espaços de articulação nos níveis regional e micro-regional⁹¹. A existência de fóruns e redes em torno de temas e problemáticas (como por exemplo a Rede Cerrado e os Fóruns de Reforma Agrária), parece ter potencial enquanto espaço de trocas de informações e metodologias, mas ainda permanece restrito a algumas categorias. Também aparece como limite a falta de capacidade das instituições de avaliarem os resultados do seu trabalho, o que pode estar relacionado com dificuldades de planejamento das ações em termos de metas e de desenvolvimento rural, e com a falta de instrumentos e instâncias de avaliação, que pudessem inclusive contar com a participação dos beneficiários.

9.2. Limites e Potencialidades de cada Categoria

O planejamento de políticas públicas para a ATER na região Centro- Oeste exige atentar para a multiplicidade de instituições existentes e para buscar aproveitar as especificidades e potencialidades de cada uma delas, buscando também minimizar possíveis limites na sua atuação. A seguir buscamos, a partir das informações levantadas pela pesquisa, indicar os principais limites e potencialidades de cada categoria.

Governamentais de ATER

Mesmo após a extinção da EMBRATER e o corte de verbas do governo federal destinado às agências estaduais de extensão rural, estas vêm conseguindo manter os serviços de ATER, e continuam sendo bastante importantes no atendimento ao público

⁹¹ Algumas instituições citaram a existência de um Fórum Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável, no MT.

de agricultura familiar na região Centro- Oeste. Elas vem contando principalmente com recursos do Governo Estadual para sua atuação, especialmente no que se refere a infra- estrutura e pagamentos de salários.

Estas instituições vêm buscando se reestruturar para atender às demandas (com fusões, incorporação de novos públicos e temáticas, de novos paradigmas tecnológicos), embora se perceba que limites como falta de renovação do quadro técnico e o modelo de gestão burocratizado e centralizado fazem com que se tenha limites metodológicos (com o atendimento tendendo a ser individualizado e emergencial), dificultando a construção de uma ATER mais participativa e voltada para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, bem como mais ágil e mais próxima das demandas dos agricultores familiares. A restrita participação dos beneficiários, principalmente nos processos de avaliação do serviço, apresenta- se como um limite na medida que entendemos ser necessário um constante repensar das ações práticas de ATER para a melhoria do trabalho. A adoção de programas fundados no paradigma ambiental ainda parece restrita, não estando necessariamente vinculada às técnicas e práticas produtivas transmitidas pelas agências. Isso também é confirmado pelas poucas atividades voltadas para um planejamento regional ou uma gestão territorial que poderiam trazer uma abordagem mais ampla das ações, visando o desenvolvimento sustentável.

Embora estejam presentes na quase totalidade dos municípios, as debilidades de cobertura existem: pelo menos metade do público potencial de agricultores familiares não é atendido, e mesmo as famílias atendidas o são provavelmente em condições insuficientes, com uma média de 115 famílias/ técnico e de 4 técnicos por município, com diferenças entre os estados.

Todas as Governamentais de ATER se referiram à falta de recursos como um dos entraves principais para uma melhoria dos serviços, especialmente levando em conta a sua abrangência de atuação e o público potencial que deveriam atender. A busca de parcerias com as prefeituras vem se dando no sentido de suprir em parte esta deficiência de recursos (e será comentada quando falarmos das prefeituras), mas é reivindicada por elas uma maior participação do governo federal. A análise dos dados da pesquisa indica algumas questões e diferenças importantes entre os estados, que faz com que relativizemos estas afirmações.

A análise do custo de ATER por família e do custo de ATER por técnico apontou que a EMATER-DF está entre as instituições com melhores condições de prestar serviços de ATER, mesmo comparando com outras categorias, como as Prestadoras de Serviços. O custo por família está bastante acima da mediana regional, o número de famílias atendidas por técnico é bastante razoável, e há ainda indicações de que o número de famílias atendidas esteja superestimado, pois supera em muito o número de estabelecimentos do DF. Todos os dados indicam um possível potencial de ampliação da sua área de atuação para o entorno do DF (o que já vem ocorrendo e talvez explique em parte as diferenças entre público atendido e potencial), especialmente para o atendimento do número crescente de áreas de assentamento nesta região.

No outro extremo, vimos que a EMPAER-MT é a Governamental de ATER com maiores debilidades de infra- estrutura, técnicos e recursos, especialmente no caso dos assentamentos, mas também para cobertura dos agricultores do grupo B. O Estado do Mato Grosso é certamente o estado da região Centro- Oeste que mais necessitaria de uma atenção especial por parte do Governo Federal, dado ser o estado com menor PIB e menor renda agrícola (e portanto provavelmente com menores condições de financiamento da ATER), e com maior número de agricultores familiares nos grupos A

e B (de menor renda), além de ser aquele com maior crescimento anual médio do número de famílias assentadas, conforme comentado anteriormente.

Já o IDATERRA e a Agência Goiana apresentam condições intermediárias, com o custo da ATER por família acima da mediana regional. Se fizermos um exercício de divisão do orçamento destas instituições pelo público potencial de agricultura familiar dos estados (tabela 6.4b) vemos que o Idaterra mantém um orçamento por família superior ao custo por família mediano da região, enquanto a Agência Goiana apresentaria um orçamento abaixo deste, indicando uma possível debilidade maior desta última.

As principais potencialidades das Governamentais de ATER referem-se justamente à sua capilaridade, abrangência, infra-estrutura, quadro de pessoal, em número e qualificação, experiência e conhecimento das realidades locais. É uma das únicas categorias com intervenção efetivamente estadual e também a categoria com maior possibilidade de interação com as demais, tanto pelo papel central que representa na prestação de ATER quanto pela própria capilaridade. A elevada participação em conselhos municipais e estaduais coloca as Governamentais de ATER numa posição de influência na formulação, e talvez de coordenação da aplicação de políticas públicas para a área rural.

As suas relações com as prefeituras potencializam o trabalho e podem ser ampliadas, mas seria interessante analisar com mais profundidade as implicações no trabalho de ATER dos diferentes tipos de parcerias com as prefeituras. As tentativas de municipalização e os diferentes arranjos existentes apontam para uma riqueza de aspectos que precisariam ser melhor analisados. Por um lado o aumento da responsabilidade da prefeitura na ATER possibilita um maior enraizamento da ATER e vem permitindo complementar o orçamento. No entanto, são frequentes as referências à interferência político-partidária (e das eleições) no trabalho dos técnicos a nível local, muitas vezes provocando descontinuidades bastante prejudiciais aos trabalhos de ATER. Neste sentido uma maior autonomia das Governamentais de ATER pode ser positiva. O repasse de recursos monetários diretamente da prefeitura para a Gov. de Ater parece dar maior autonomia ao técnico local, enquanto arranjos como pagamento de combustível podem deixar o trabalho do técnico bastante suscetível ao controle da prefeitura (e a possíveis ingerências político-partidárias). No entanto, o repasse de recursos monetários tende a ter maior inadimplência, enquanto os acertos informais da prefeitura para auxiliar na manutenção do escritório (contas, salário de funcionários administrativos, cessão de salas) é um sistema que tende a funcionar melhor, tendo menor inadimplência das prefeituras.

Prefeituras

As prefeituras apresentam como potencialidades a sua proximidade aos agricultores e aos problemas locais. Podem desenvolver um apoio mais detido aos programas de verticalização, diversificação, comercialização, segurança alimentar e de inclusão social de uma maneira mais ampla através do trabalho em parcerias, o que já vem sendo realizado por algumas prefeituras.

Percebemos no entanto uma carência de infra-estrutura para o trabalho de ATER, espelhada na ausência de instrumentos básicos para o trabalho, como telefones, carros e computadores em grande parte das instituições que responderam ao questionário. As equipes técnicas das Prefeituras também são debilitadas, podem ficar muito isoladas e há falta de estrutura para capacitação, no que as parcerias com outras instituições, como as Governamentais de ATER, podem ser fundamentais. Esta carência de capacitação pode estar relacionada com a dificuldade de acesso à informação, como mostram as análises de acesso à internet e mecanismos de

capacitação. Somada à carência de infra-estrutura está a carência de recursos para a ATER que é uma das mais baixas entre as categorias. Os municípios menores têm poucas condições financeiras para a contratação de quadros técnicos capacitados.

Percebeu-se também que dentre as demais categorias, as Prefeituras são aquelas que menos se utilizam de instrumentos de planejamento e avaliação das ações de ATER. Este dado somado à baixa incidência de Prefeituras que fazem proposição, acompanhamento e monitoramento de políticas públicas como uma das atividades principais pode ser considerado uma limitação visto que revela uma ação pouco centrada no planejamento e mais sujeita aos sabores de demandas pontuais de organizações de agricultores e de indivíduos e/ou famílias.

Por fim, um outro limite apontado em algumas entrevistas seria as dificuldades na definição das prioridades de ATER em função da influência política de determinados grupos de interesse, às vezes subordinando- a ao jogo eleitoral.

Um aspecto a ser melhor avaliado é a repercussão dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, que foram apontados por alguns informantes- chave como potencialmente positivos no direcionamento e fiscalização das atividades de Ater. Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável oferecem a possibilidade de aumentar a participação dos agricultores familiares e suas organizações no direcionamento das políticas municipais e de se realizar planejamentos (os PMDRS) mais participativos e factíveis para as ações de ATER. Podem representar instâncias de articulação e definição de políticas voltadas para a agricultura familiar, para o desenvolvimento sustentável e de assistência técnica e extensão rural.

ONG's

Os limites das ONG's parecem estar principalmente relacionados ao volume e continuidade de recursos financeiros. As equipes, quando tratadas em relação ao público atendido, são pequenas e os profissionais possuem uma remuneração relativamente baixa, o que pode ter como consequência uma alta rotatividade de técnicos nas equipes. A infra-estrutura para a realização do trabalho de ATER por vezes é insuficiente, como no caso de veículos disponíveis. A sujeição desta categoria ao financiamento de seus projetos – geralmente com prazo de execução insuficiente - fragiliza sua ação no sentido da continuidade, o que pode causar desestímulo e descrédito nos beneficiários. Outro ponto a se destacar é a baixa participação das ONG's nos Conselhos de Desenvolvimento Rural Municipais e Estaduais, o que pode indicar uma baixa participação na formulação de políticas públicas mas também um distanciamento entre estas organizações e as discussões de política agrícola nos conselhos oficiais. Notamos ainda que há uma baixa incidência de parcerias com as prefeituras e com as Governamentais de ATER, que pode ser considerada limitante já que ambas tem atuação local e as parcerias com estas poderiam trazer benefícios. Divergências políticas podem ser importantes barreiras neste caso.

As principais potencialidades das ONGs estão na sua capacidade de inovação metodológica. As ONG's possuem uma estreita relação de parceria com organizações de agricultores e partem principalmente de seu conhecimento para desenvolver ações de ATER, havendo um trabalho mais sistêmico e não meramente técnico ou agrícola, com vistas à emancipação dos sujeitos envolvidos. A preocupação com a formação de agentes multiplicadores nas comunidades em parte revela este objetivo. Apresentam quadros mais interdisciplinares e qualificados, uma visão política e de desenvolvimento sustentável ampla e uma atuação que inclui discussões e a aplicação de metodologias participativas ou inovadoras, como a utilização de diagnóstico rápido

participativo, sondeio, entrevistas semi-estruturadas, planejamento estratégico, definição de indicadores, seminários, dentre outras. As questões de gênero são mais tratadas por estas instituições e estão inseridas nas discussões sobre o desenvolvimento. Percebemos um trabalho em rede bem estruturado e a busca de formas de intercâmbio de experiências e o estabelecimento de parcerias, que potencializam a promoção de novas alternativas e a disseminação de experiências.

As agências do sistema ARCO, por exemplo, dispõem de poucos técnicos mas estabelecem muitas parcerias potencializando seu trabalho e permitindo o atendimento (direto ou indireto) de um grande número de famílias. O fato de trabalharem com cursos de capacitação e funcionaram como intermediárias entre os agricultores e o mercado, dinamizando os canais de comercialização, tem demonstrado alta capacidade de articulação e de inclusão social. Têm conseguido inserir produtos dos agricultores familiares em supermercados da região, em feiras nacionais e até mesmo internacionais, a venda de produtos dos assentados para a cesta básica do governo do estado.

Representativas

Para as organizações Representativas dos agricultores a ATER não é considerada seu papel e sim a cobrança por esta assistência aos órgãos de governo. A ausência de STR's fazendo este serviço é um indicativo disto. A amostra concentrou poucas entidades que apresentam algumas condições de contratar um número reduzido de técnicos, mas seus orçamentos são os mais baixos dentre as categorias, da mesma forma que os recursos para ATER. A ATER é uma atividade cara para ser mantida somente com a contribuição de sócios ou filiados. Por isso, são mais as centrais de associações e federações de sindicatos que podem dispor de técnicos que têm desde uma atuação local até interestadual. Poderíamos considerar também como limitação a pouca familiaridade desta categoria com o paradigma ambiental que muitas vezes é visto com desconfiança, como notamos pelas entrevistas e pelas declarações dos informantes-chave.

Há também pouca articulação entre as entidades sindicais e as associações de agricultores familiares dificultando uma visão mais ampla de desenvolvimento local integrado. Não podemos esquecer que a região Centro Oeste ainda é cenário da violência e da luta pela terra, fazendo com que a maior parte destas organizações dêem mais atenção às questões políticas e fundiárias do que às produtivas.

As organizações Representativas têm o potencial de mobilizar os agricultores e de fazer a ponte entre estes e as instituições que atuam com ATER. As Organizações de Agricultores são as instituições mais procuradas para o estabelecimento de parceria, o que aponta para sua importância no apoio aos serviços de ATER, permitindo potencializar o trabalho dos técnicos, sendo que várias instituições declaram fazer o atendimento aos agricultores através destas organizações. São também a categoria que circula pelo maior número de conselhos, redes e fóruns, tendo potencial para fazer a ponte entre as diferentes categorias. Conhecem bem o cotidiano e as dificuldades enfrentadas pelos agricultores e podem ser importantes no levantando de demandas e nas discussões de prioridades.

Prestadoras de Serviço

As Prestadoras de Serviços apresentam a descontinuidade no trabalho como uma de suas maiores limitações já que muitas vezes os recursos dos projetos elaborados não permitem o acompanhamento sistemático das culturas ou propriedades. A continuidade dos recursos está condicionada à existência de linhas de

crédito disponíveis e das políticas específicas para este setor. Os preços dos produtos agrícolas e os juros afetam diretamente a demanda por crédito de seus clientes. A demora na liberação do crédito e as dificuldades burocráticas dos órgãos públicos afetam seu trabalho. O público que atendem é limitado àquele mais abastado capaz de pedir empréstimos mais substantivos, visto que os valores individuais de crédito para a agricultura familiar de menor renda são muito baixos e em geral os 2% destinados à ATER não pagam os serviços destas empresas. As cooperativas de trabalho são exceção dentro da categoria, atendendo mais ao público assentado e o de menor renda. Um outro limitante seria a pouca atuação em parceria, já que sua extensa capilaridade poderia contribuir para potencializar o atendimento aos públicos menos atendidos.

As potencialidades das Prestadoras de Serviços residem no elevado número existente, na possibilidade de contratação de técnicos independentemente de recursos estatais. Encontram-se em grande quantidade e distribuídas por toda a região e têm capacidade de suprir com ATER o público de agricultores mais abastados. Apresentam uma grande flexibilidade institucional, surgindo e desaparecendo, bem como expandindo e se encolhendo conforme a necessidade. Estabelecem relações contratuais com o seu público-alvo, que avalia diretamente o seu trabalho.

Nesta categoria merecem destaque as Cooperativas de Trabalho que poderiam receber maior apoio federal e estadual já que dentre as Prestadoras de Serviços são aquelas que se dedicam ao público menos favorecido de agricultores e vão além da pura elaboração de projetos e assistência técnica isolada, incluindo processos de capacitação, gestão de estabelecimentos, discussão de políticas públicas e geração de renda.

Cooperativas de Produção

As Cooperativas de Produção apontaram como entraves principais à sua atuação o volume de recursos e as políticas para o setor e, em segundo lugar, a continuidade dos recursos e os tecnológicos. As políticas de crédito, os preços, os juros afetam-nas diretamente já que uma de suas atividades principais é a comercialização da produção. Entretanto, as cooperativas são as instituições que detêm o segundo maior orçamento total e de ATER dentre as categorias, depois das Governamentais de ATER, o que nos faz relativizar bastante o volume de recursos enquanto entrave. A pesquisa revelou que apesar de atuar no sentido da organização dos agricultores para a produção e comercialização, as Cooperativas de Produção possuem como principal limite uma metodologia de ação extremamente individualizada, a partir de demandas pontuais dos agricultores, trabalhando pouco com diagnósticos, planejamento e avaliação das ações de ATER. Outro limite se traduz no fato de ser a categoria que menos estabelece relações de parceria com outras instituições, e as parcerias que estabelecem são pouco diversificadas (na maior parte empresas e organizações de agricultores).

Uma potencialidade das Cooperativas de Produção é o fato de serem praticamente a única categoria que atua com recursos realmente próprios (já que as Prestadoras de Serviço dependem da porcentagem do crédito, que é também recurso público), e que tem condições de contratar técnicos que prestem ATER aos associados sem depender de recursos públicos. Um limite é a participação restrita de agricultores familiares dos grupos A e B.

Ensino e Pesquisa

Os limites e potencialidades de atuação das Instituições de Ensino e Pesquisa precisam ser apontados a partir da diferenciação dos três subtipos dentro da categoria.

Com relação às EFA's e às Escolas Agrotécnicas, a existência de poucas instituições parece ser o principal limite da atuação, reduzindo o número de possíveis beneficiários. Principalmente as EFA's possuem recursos muito instáveis, e algumas têm estabelecido convênios com as secretarias de educação. As EFAS e as Agrotécnicas parecem apresentar um grande potencial, podendo se estabelecer próximas aos agricultores, e incentivar o trabalho dos alunos em suas localidades de origem, direcionando os estudos para o atendimento de demandas locais. Neste caso, a ATER faz parte da formação específica dos alunos, sendo eles próprios os agentes de ATER, a custos baixos e atingindo tanto o público jovem quanto o agricultor familiar. Nas duas instituições entrevistadas a motivação para o surgimento da EFA foi a carência de assistência técnica dentro de assentamentos. Estão, assim, potencialmente mais comprometidas com a sua própria realidade. Elas também podem ter um papel importante na articulação entre os conhecimentos dos agricultores e a pesquisa, o que ficou apontado por serem as instituições que mais se utilizam do conhecimento dos agricultores. As parcerias desta categoria com os diversos níveis de governo, com instituições da mesma natureza, organizações de agricultores e com ONG's podem ampliar significativamente os resultados de suas intervenções e a disseminação das experiências no sentido agroambiental, metodológico e de inclusão social. Elas têm também um potencial de aproveitamento de verbas destinadas à Educação para a potencialização do Desenvolvimento Rural.

As Universidades têm sua ação restringida tanto pela falta de políticas de extensão quanto principalmente pela carência de recursos financeiros específicos para a execução de projetos desta natureza. Muitos projetos tendem a ser pontuais e descontínuos. Como potencialidade as Universidades contam com uma expressiva capacidade de realização de pesquisas e estudos multi-disciplinares, em conjunto com as necessidades e saberes dos agricultores e com o intercâmbio entre professores e alunos. Dispõem de boa infra-estrutura física (salas, computadores, telefone, funcionários administrativos, bibliotecas), e principalmente de quadros técnicos altamente qualificados. A execução de projetos de extensão não dependeria do pagamento de salários e infra-estrutura, sendo o deslocamento um dos principais limitantes para o trabalho de ATER, refletida por exemplo na alta relação técnicos/veículo (14). A possibilidade de envolvimento de estudantes no trabalho de ATER é também um potencial. Também sua localização centrada nas capitais também pode ser limite para o atendimento. Apresentam um potencial muito grande de atuação em parcerias com outras instituições que têm como objetivo principal a ATER.

No caso das EMBRAPA's, o limite reside principalmente na ausência de políticas institucionais específicas para o atendimento de agricultores familiares. A EMBRAPA-CERRADOS, por exemplo, realiza seus dias de campo e cursos na sede da própria instituição, o que praticamente inviabiliza a participação de agricultores familiares devido à distância e a não disponibilidade de tempo/recurso para seu transporte. Apesar de possuírem escritórios locais da EMATER-DF em suas dependências para o estabelecimento da ponte com as demandas dos agricultores, a concepção da ATER como atividade difusionista limita a realização de um trabalho mais sistêmico, havendo ainda uma visão muito fragmentada da relação pesquisa – difusão. Há ainda poucas pesquisas aplicadas e atividades de extensão voltadas para a agroecologia ou para a agricultura familiar. Como potencialidade têm quadros técnicos altamente qualificados.

Sistema "S"

Os SEBRAE e SENAR dispõem de elevados recursos, capilaridade (com diversos escritórios regionais e estaduais), metodologias de abordagem sistêmica (como o DLIS) que privilegiam a discussão de políticas de desenvolvimento ao nível municipal e

estadual, além do atendimento aos jovens. No entanto, apresentam baixa participação nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (talvez por sua atuação principalmente a nível estadual). A escolha de municípios com baixo índice de desenvolvimento humano é uma estratégia acertada adotada pelos SEBRAE incentivando a criação de pequenos negócios, a diversificação de atividades e a inclusão social. Os quadros destas instituições são amplos e qualificados e as parcerias que estabelecem podem consolidar os conhecimentos passados pelos cursos e discussões políticas com experiências práticas de desenvolvimento local e integrado.

No entanto, um limite das organizações do Sistema “S” parece ser sua atuação através de cursos fragmentados e sem continuidade. Os resultados práticos dos diversos cursos ministrados são difíceis de serem qualificados no que se referem à geração de renda ou melhoria da qualidade de vida dos participantes. Não há um acompanhamento adequado da aplicação dos conhecimentos após o término dos cursos. Também a visão empresarial, de gestão e agronegócio, pode não encontrar ressonância entre agricultores familiares e assentados, que exigem uma abordagem específica nem sempre alcançada.

Bibliografia

- Bittencourt, G. A.. 2001. *Cooperativas Crédito Solidário. Constituição e Funcionamento*. Estudos NEAD 4. 2a. Edição. NEAD/ MDA, Brasília.
- Braga, M. L. S.. 1998. As Políticas Desenvolvimentistas e Ambientais Brasileiras e seus Impactos na Região dos Cerrados. In: Duarte, L. G. e Braga, M. L. S. (orgs.). *Tristes Cerrados: Sociedade e Biodiversidade*. Paralelo 15, Brasília.
- Bremaeker, François. As despesas municipais na função agricultura em 2000 IBAM Série Estudos Especiais no. 41
- Caporal, F. R. e Beber, J. A. C.. 1994. Por uma Nova Extensão Rural: fugindo da obsolescência. *Reforma Agrária*, 24 (03): 70- 90. (texto obtido no endereço eletrônico: www.agroeco.org/brasil/material/costabeber.htm)
- Cardoso, F. H. 1998. *Avança Brasil: proposta de governo*. Brasília.
- CNDRS. 2002. *rumo ao 1º Plano de Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural. Esboço Preliminar. Abril –2002*. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília.
- FAO- INCRA.2000. Novo Retrato da Agricultura Familiar. O Brasil Redescoberto. Brasília DF/Tabulação especial para o PRONAF.
- INCRA.2003. Dados sobre assentados no Brasil, por município.
- INCRA.2003. Dados sobre assentados no Brasil, por unidade da Federação - 1900-2003. Superintendência de Desenvolvimento Agrário. Brasília
- Projeto CUT/Contag. 1998. “Região Centro- Oeste” Em: Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil
- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Decanato de Extensão – Programa Universidade Cidadã – Ações Extensionistas das Universidades Públicas Brasileiras Relacionadas à Temática “Reforma Agrária e Trabalho Rural” – 1998
- WWF. 1995. *De Grão em Grão, o Cerrado Perde Espaço (Cerrado – Impactos do Processo de Ocupação)*. Documento para Discussão. WWF e PROCER, Brasília.

ANEXO 1 – TABELAS COM BASE NOS QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS

REGIÃO CENTRO- OESTE

Tabela 2.1. Número de instituições identificadas (Listagem) e número e proporção de instituições que responderam ao questionário - por categoria e por estado para a região Centro- Oeste

Categorias	TOTAL REGIÃO			MS			MT			GO			DF		
	LISTAGE M (no. total Instituiç ões)	Questio nários	Taxa retorno (% do total de instituiç ões)	LISTAGE M (no. total Instituiç ões)	Questio nários	Taxa retorno (% do total de instituiç ões)	LISTAGE M (no. total Instituiç ões)	Questio nários	Taxa retorno (% do total de instituiç ões)	LISTAGE M (no. total Instituiç ões)	Questio nários	Taxa retorno (% do total de instituiç ões)	LISTAGE M (no. total Instituiç ões)	Questio nários	Taxa retorno (% do total de instituiç ões)
Governamentais de ATER	4	4	100,0	1	1	100,0	1	1	100,0	1	1	100,0	1	1	100,0
Prefeituras	52	52	100,0	21	21	100,0	22	22	100,0	9	9	100,0	0	0	
ONGs	49	15	30,6	12	7	58,3	13	2	15,4	7	2	28,6	17	4	23,5
Representativas	20	7	35,0	4	1	25,0	4	1	25,0	9	4	44,4	3	1	33,3
Prestadoras de Serviços	336	50	14,9	97	28	28,9	107	1	0,9	127	20	15,7	5	1	20,0
Cooperativas de Produção	100	9	9,0	30	3	10,0	37	2	5,4	30	3	10,0	3	1	33,3
Ensino e Pesquisa	38	10	26,3	15	3	20,0	7	4	57,1	8	1	12,5	8	2	25,0
Cooperativas de Crédito	25	1	4,0	5	0	0,0	16	1	6,3	4	0	0,0	0	0	
Agroindústrias	9	6	66,7	4	3	75,0	1	1	100,0	3	2	66,7	1	0	0,0
Outras Públicas	3	2	66,7	0	0		2	1	50,0	1	1	100,0	0	0	
Outras - Sistema "S"	9	4	44,4	2	2	100,0	2	1	50,0	4	1	25,0	1	0	0,0
Total	645	160	24,8	191	69	36,1	212	37	17,5	203	44	21,7	39	10	25,6

Fonte: Listagem e Questionários

Tabela 2.2: ENTREVISTAS - Número de instituições entrevistadas, por categoria e por estado

Categorias	TOTAL	MS	MT	GO	DF
Governamentais de ATER	4	1	1	1	1
Prefeituras	2	1	0	1	0
ONGs	7	2	1	2	2
Representativas	2	0	0	1	1
Prestadoras de Serviços	3	1	0	1	1
Cooperativas de Produção	2	1	0	0	1
Ensino e Pesquisa	5	1	2	0	2
Outras - Sistema "S"	2	0	1	1	0

Total	27	7	5	7	8
--------------	-----------	----------	----------	----------	----------

Fonte: Entrevistas

Tabela 2.3. Classificação das instituições em sub- categorias de acordo com a resposta ao questionário, em percentagem dentro da categoria

Categoria	Total de Instituições	Classificação em subcategorias		%da categoria
Governamentais de Ater	4	4	Govern. de Ater	100%
Prefeituras	52	52	Prefeituras	100%
ONGs	15	15	ONG	100%
Representativas	7	1	Sindical	14%
		6	Associação	86%
Prestadoras de Serviços	50	2	Cooperativa de Trabalho	4%
		48	Escitórios de Planeamento	96%
Cooperativas de Produção	9	9	Cooperativa Produção	100%
Ensino e Pesquisa	10	2	Pesquisa	20%
		3	Ensino Superior	30%
		5	Ensino Médio	50%
Cooperativas de Crédito	1	1	Cooperativa Crédito	100%
Agroindústrias	6	6	Agroindústrias	100%
Outras Públicas	2	1	Outra pública	50%
		1	Secret.Governo Estadual	50%
Outras – Sistema "S"	4	2	SENAR	50%
		2	SEBRAE	50%
Total	160	160		100%

Fonte: Questionários

Tabela 3.1: Ano de criação das instituições e ano de início do trabalho com ATER (em %do total de instituições)

CATEGORIA	No. total de Instituições	Antes de 70		1970- 75		1975- 80		1980- 85		1985- 90		1990- 95		1995- 2000		2000- 2002		Não responderam	
		Criação	Início ATER	Criação	Início ATER	Criação	Início ATER	Criação	Início ATER	Criação	Início ATER	Criação	Início ATER	Criação	Início ATER	Criação	Início ATER	Criação	Início ATER
Governamentais de ATER	4	75	75			25	25											0	0
Prefeituras	52	4				4	4	4	6	4	2	15	13	17	17	35	42	17	15
ONGs	15	7				7				20		13	20	13	13	33	40	7	27
Representativas	7			14						14	29	29		29	57			14	14
Prestadoras de Serviços	50					16	14	8	12	28	26	12	12	18	18	10	10	8	8
Cooperativas de Produção	9	11				22	11				11			56	56	11		0	22
Ensino e Pesquisa	10	20		10		10	10	20	20			10		20	40	10	10	0	20
Cooperativas de Crédito*	1									100	100							0	0
Agroindústrias	6	17								17	17	17	17	33	50			17	17
Outras Públicas*	2	50	50											50			50	0	0
Outras – Sistema "S"	4							25				75	50		25			0	25
Total	160	7	3	1		9	8	5	7	14	12	14	12	20	23	19	22	10	14

Fonte: Questionários – Questões 1.2 e 1.6

Obs: As células em branco equivalem a 0%

* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3. No entanto, elas foram computadas no total geral.

Tabela :3.2. - Atividade principal e estatuto das instituições que responderam ao questionário (em % do total de instituições)

Categoria	No. Instituições	Atividades com ATER			Instituição pública			Instituição não pública
		ATER é atividade principal	ATER não é atividade principal	Não responderam	Municipal	Estadual	Federal	
Governamentais de ATER	4	100	0	0	0	100	0	0
Prefeituras	52	35	62	4	94	0	0	0
ONGs	15	27	47	27	0	0	0	100
Representativas	7	29	57	14	0	0	0	100
Prestadoras de Serviços	50	90	8	2	0	0	0	96
Cooperativas de Produção	9	0	89	11	0	0	0	100
Ensino e Pesquisa	10	20	40	40	0	10	70	20
Cooperativas de Crédito*	1	0	100	0	0	0	0	100
Agroindústrias	6	17	83	0	0	0	0	100
Outras Públicas*	2	50	50	0	0	50	50	0
Outras - Sistema "S"	4	0	75	25	0	0	25	75
Total	160	48	43	9	31	4	6	57

Fonte: Questionários

* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.

Tabela 3.4. Principais linhas de atuação das instituições, em percentagem das instituições que declararam desenvolver atividades nessa área

CATEGORIA	Técnicas e práticas	Manejo Recursos	Gestão Estabel	Transfor m. Produçã o	Comerci alização	Crédito	Apoio Organiz. Agricult ores	Elabor. Projetos	Planej. Regional Territori al	Acomp. Polit. Públicas	Habitaçã o Saúde Nutrição	Educaçã o Rural	Turismo Rural	Outras Rurais Não Agrícola s	Outras
Governamentais de ATER	100	25	25	75	25	50	50	100	25	25	25	25	25		
Prefeituras	79	58	21	15	10	17	46	21		25		10			8
ONGs	60	67	33	33	40	20	53	33	20	40		13	7	13	20
Representativas	86	29	43	43	29	29	43	43	14	29	14	29	14		
Prestadoras de Serviços	82	44	64	2	4	28	6	88				4	4	2	2
Cooperativas de Produção	89	44	44	44	56			56							11
Ensino e Pesquisa	80	70	50	30	20	10	30	50	30	50	10	60	10	10	10
Cooperativas de Crédito*	0	0	0	0	100	100	0	0	0	0	0	100	0	0	0
Agroindústrias	67	17	33	67				17							
Outras Públicas*	50	100	50	50	50	50	50	100	50	50	0	50	0	0	50
Outras – Sistema "S"			75	25			25					75	50		
Total	76	49	42	21	16	21	28	50	6	18	2	14	5	3	7

Fonte: Questionários

Obs1: Em Vermelho: três atividades principais da categoria; em Azul: atividades importantes para a categoria ou que as destaca dentre as demais

Obs2: Nesta questão se havia solicitado que as instituições assinalassem no máximo 3 alternativas (principais linhas de atuação).

No entanto, muitos questionários vieram com mais de 3 respostas, e optamos por considerar todas as respostas como válidas

Linhas de atuação no questionário: Técnicas e práticas produtivas; Manejo e conservação dos recursos naturais (recursos hídricos, florestas, solos); Gestão do estabelecimento (planejamento, administração); Transformação da produção (agroindústria, artesanato); Comercialização/Certificação; Crédito/Microcrédito; Apoio institucional a organizações de agricultores; Elaboração de Projetos; Planejamento regional e gestão territorial; Acompanhamento, monitoramento e proposição de políticas públicas; Habitação, saúde e nutrição; Educação rural; Turismo rural; Outras atividades rurais não- agrícolas; Outras

* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3. No entanto, as instituições estão computadas no total geral.

Tabela 3.5.a. Origem dos Recursos: Instituições que têm acesso a cada fonte de recursos (em % das que responderam)

Categorias	N (No. Respostas)	Recursos Governamentais			Recursos Cooperação			Outras fontes				SUB-TOTAIS*	
		Gov Federal	Gov Estadual	Gov Municipal	Organismos internacionais	ONGs internacionais	ONGs nacionais	Empresas Privadas	Recursos Próprios	Agricultores	Outros	Recursos Governamentais	Recursos de Cooperação
	no.	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Governamentais de ATER	4	100	100	75	0	0	0	0	75	0	0	100	0
Prefeituras	42	19	14	95	0	0	0	0	5	2	0	98	0
ONGs	12	42	33	17	0	42	17	25	33	8	8	50	50
Representativas	7	71	29	0	14	14	14	0	57	29	0	57	29
Prestadoras de Serviços	42	21	2	0	0	0	2	19	31	55	5	19	2
Cooperativas de Produção	9	22	11	0	0	0	0	0	100	11	0	11	0
Ensino e Pesquisa	6	83	33	17	0	17	0	17	33	33	0	100	17
Cooperativas de Crédito**	1	100	0	0	0	0	0	0	100	0	0	0	0
Agroindústrias	4	25	0	0	0	0	0	0	100	0	0	0	0
Outras Públicas**	2	100	50	50	0	0	0	0	50	0	0	100	0
Outras - Sistema "S"	3	33	0	0	0	0	0	0	0	0	67	33	0
Total	132	33	16	36	1	5	3	9	33	23	4	55	8

Fonte: Questionários

Obs: nesta tabela as porcentagens não podem ser somadas porque a mesma instituição pode ter acesso a mais de uma fonte de recursos

* Os subtotais foram feitos diretamente a partir do Banco de Dados (Questionários), e não pela soma das porcentagens

** As porcentagens desta categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.

Tabela 3.5.b. Principais fontes de recursos das instituições (% média do peso do financiamento - questionários que responderam à questão)

Categorias	No. Resp. no.	Recursos públicos				Não governamental				Privada/própria				Outras	Não respond eram
		Federal	Estadual	Municipal	total público	Organism. Internac.	ONGs Internac.	ONGs Nacionais	Total ONGs	Emp. Privada	Próprio	Organiz. Agricult.	Privada/p rópria	Fontes	
		%média	%média	%média	%média	%média	%média	%média	%média	%média	%média	%média	%média	%média	
Governamentais de ATER	4	4	88	1	93	0	0	0	0	0	7	0	7	0	19%
Prefeituras	42	5	8	75	88	0	0	0	0	0	3	0	3	0	20%
ONGs	12	30	5	1	36	0	36	1	37	16	6	4	26	1	0%
Representativas	7	34	4	0	38	4	1	14	20	0	26	17	43	0	16%
Prestadoras de Serviços	42	16	1	0	17	0	0	2	2	9	25	43	76	5	0%
Cooperat.de Produção	9	0	1	0	1	0	0	0	0	0	96	3	99	0	40%
Ensino e Pesquisa	6	57	17	2	76	0	6	0	6	8	4	7	18	0	0%
Cooperativas de Crédito*	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	0	100	0	33%
Agroindústrias	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	0	100	0	0%
Outras Públicas*	2	75	10	10	95	0	0	0	0	0	6	0	6	0	25%
Outras – Sistema "S"	3	33	0	0	33	0	0	0	0	0	0	0	0	67	18%

Fonte: Questionários - Obs: A soma total das porcentagens médias deve ser igual a 100%, dando inferior em algumas por erros nas declarações das instituições nos questionários (porcentagens que não somavam 100%)

* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.

Tabela 3.5.c. Participação de cada fonte no montante total destinado à ATER da categoria*

Classificacao Instituicao	Taxa de resposta (fontes e %)		Total destinado a ATER	Gov Fed	Gov Est	Gov Mun	Org internac	ONGs internac	ONGs nacionais	Empresas Privadas	Rec. próprios	Rec. Agricultores
	no.	%		%valor	%valor	%valor	%valor	%valor	%valor	%valor	%valor	%valor
Governamentais de ATER	4	100%	R\$68.875.008,00	3%	89%	1%	0%	0%	0%	0%	7%	0%
Prefeituras	28	54%	R\$3.207.207,00	2%	1%	92%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
ONGs	8	53%	R\$909.286,00	69%	8%	1%	0%	16%	0%	5%	1%	0%
Representativas	2	29%	R\$313.000,00	21%	8%	0%	0%	0%	22%	0%	0%	54%
Prestadoras de Serviços	36	72%	R\$1.817.469,00	15%	1%	0%	0%	0%	4%	9%	24%	42%
Cooperativas de Produção	4	44%	R\$2.437.122,00	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	79%	21%
Ensino e Pesquisa	3	30%	R\$588.000,00	75%	0%	0%	0%	0%	0%	20%	5%	0%
Agroindústrias	3	50%	R\$240.000,00	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%

Outras Públicas	2	100%	R\$665.850,00	72%	12%	12%	0%	0%	0%	0%	4%	0%
Outras - Sistema "S"	0	0%	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	
Total Global	90	55%	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx

* Foram considerados apenas os questionários que responderam as duas perguntas (orçamento destinado a ATER e % de cada fonte de recursos)

Tabela 5. Indicadores de abrangência espacial das instituições governamentais de ATER

Estado	No. Total de Municípios no Estado	No. Municípios atendidos	No. Escritórios Locais	No. Escritórios Regionais	% municípios atendidos	%municípios com escritórios locais	No.médio de municípios atendidos por escritório local	No. médio de municípios atendidos por regional	No. Médio de escritórios locais por regional
GO	246	246	203	21	100%	83%	1,2	11,7	9,7
MT	139	132	128	6	95%	92%	1,0	23,2	21,3
MS	77	77	57	10	100%	74%	1,4	7,7	5,7
DF	17 Regiões Administrativas	12 RA + 2 municípios em GO	22	não existem	100% dos com área rural + 2 em GO	138%	0,7	Não há regionais	Não há regionais
Total	479	469	410	37	98%	86%	1,2	12,7	11,1

Fonte: Entrevistas e Quadro Governamentais de ATER

Tabela 5.2.a. Tipos de relação entre prefeituras municipais e Governamentais de ATER

Estado	Total de prefeituras	Não tem parceria		Prefeitura fornece infra- estrutura		Prefeitura paga sal. Técnicos		Prefeitura fornece infra- estrutura e técnicos		soma %	Não respondidos
	no.	no.	%total	no.	%total	no.	%total	no.	%total		
GO	9	2	22%	2	22%	1	11%	2	22%	78%	22%
MS	21	7	33%	10	48%	1	5%	2	10%	95%	5%
MT	22	6	27%	10	45%	3	14%	3	14%	100%	0%

Total CO	52	15	29%	22	42%	5	10%	7	13%	94%	6%
----------	----	----	-----	----	-----	---	-----	---	-----	-----	----

Fonte: Questionários

Tabela 5.3. Peso de cada categoria no total dos Estados e regiões, de acordo com o número de instituição identificadas (Listagem), excluindo Governamentais de ATER e prefeituras

Categorias	REGIÃO		DF		GO		MS		MT	
	No. Total de instituições (Listagem)	%em relação ao total de instituições do Estado	No. Total de instituições (Listagem)	%em relação ao total de instituições do Estado	No. Total de instituições (Listagem)	%em relação ao total de instituições do Estado	No. Total de instituições (Listagem)	%em relação ao total de instituições do Estado	No. Total de instituições (Listagem)	%em relação ao total de instituições do Estado
ONGs	49	8%	17	45%	7	4%	12	7%	13	7%
Representativas	20	3%	3	8%	9	5%	4	2%	4	2%
Prestadoras de Serviços	336	57%	5	13%	127	66%	97	57%	107	57%
Cooperativas de Produção	100	17%	3	8%	30	16%	30	18%	37	20%
Ensino e Pesquisa	38	6%	8	21%	8	4%	15	9%	7	4%
Cooperativas de Crédito	25	4%	0	0%	4	2%	5	3%	16	8%
Agroindústrias	9	2%	1	3%	3	2%	4	2%	1	1%
Outras Públicas	3	1%	0	0%	1	1%	0	0%	2	1%
Outras - Sistema "S"	9	2%	1	3%	4	2%	2	1%	2	1%
Total SEM Gov. de ATER e Prefeituras	589	100%	38	100%	193	100%	169	100%	189	100%

Fonte: Listagem, excluindo as Governamentais de ATER e Prefeituras

Tabela 5.4. Abrangência de atuação das instituições (em % do total de questionários)

CATEGORIA	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (%)						No. Municípios atendidos				1.1.1.1 Famílias atendidas				
	local	municipal	inter-municipal	estadual	Inter-estadual	nacional	No. Médio	No. Mínimo	No. Máximo	CV (%)	No. Mediano	No. Mínimo	No. Máximo	No. Médio	CV(%)
Governamentais de ATER	0	0	0	75	25	0	117	14	246	84	33.576	9.544	43.228	29.981	49
Prefeituras	0	100	0	0	0	0	1	1	2	16	410	20	5.000	770	128
ONGs	0	0	33	27	20	20	22	1	77	104	465	90	7.200	1.615	149
Representativas	14	29	0	29	14	14	13	1	40	117	301	7	2.000	633	114
Prestadoras de Serviços	0	12	46	20	14	8	8	1	40	97	50	1	2.000	157	224
Cooperativas de Produção	0	0	78	0	11	11	5	2	10	55	155	80	1.200	279	135
Ensino e Pesquisa	0	10	30	30	10	20	10	2	20	72	382	120	1.074	446	84
Cooperativas de Crédito*	0	0	0	100	0	0	19	19	19	0	XXX	f	f	—	
Agroindústrias	0	17	33	0	17	33	12	1	20	57	290	102	2.507	676	152
Outras Públicas*	0	0	0	50	0	50	13	1	24	130	XXX	80	3.000	1.540	134
Outras - Sistema "S"	0	0	0	75	0	25	127	41	243	71	10.895	10.000	11.790	10.895	12
Total	1	39	25	17	9	9	14	1	246	246	210	1	43.228	1.693	345

Fonte: Questionários

XXX = dado não deve ser levado em conta ou falta: Outras públicas e crédito tem menos de 3 questionários. Governamentais de ATER - é melhor usar a média (para estimativa, pois temos 100%)

* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.

Tabela 5.5. Público Alvo principal (Frequência - por Categoria - em % do total de instituições)

CATEGORIAS	ASSENTA DOS	FAMILIA RES	PATRON AIS	INDÍGEN AS	QUILOMB OLAS	EXTRATIV ISTAS	RIBEIRIN HOS	PESCAD ORES	ARTESÃ OS	MULHER ES	JOVENS	OUTROS
Governamentais de ATER	100	100	25	25	50	0	25	0	25	50	25	0
Prefeituras	73	100	46	13	2	0	10	2	4	10	13	8
ONGs	87	80	13	20	20	13	20	13	7	33	33	7
Representativas	71	71	14	14	0	14	0	0	14	14	0	14
Prestadoras de Serviços	12	44	84	0	0	2	0	0	0	0	2	22
Cooperativas de Produção	44	89	67	0	0	0	0	0	0	0	0	11
Ensino e Pesquisa	90	80	20	30	20	20	20	0	0	20	30	10
Cooperativas de Crédito*	100	100	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agroindústrias	17	83	67	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Públicas*	100	100	50	0	0	0	0	0	0	0	0	50
Outras - Sistema "S"	75	100	75	0	0	25	0	25	25	25	25	25
Total	54	77	54	9	5	4	7	3	4	10	11	13

Fonte: Questionários – Nesta questão se havia solicitado que as instituições assinalassem no máximo 3 alternativas (os principais públicos). No entanto, muitos questionários vieram com mais de 3 respostas, e optamos por considerar todas as respostas como válidas.

Obs: a soma das porcentagens de uma mesma categoria pode ser maior do que 100%, pois uma mesma instituição pode marcar mais de uma alternativa

* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.

Tabela 5.6. Distribuição do público atendido de acordo com a classificação do PRONAF (média das % de famílias atendidas por instituição)*

CATEGORIAS	GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C	GRUPO D	NÃO PRONAF	Não disponível	Soma %	%Total AF
Governamentais de ATER	26	7	15	3	15	34	100	50,5
Prefeituras	33	15	23	10	5	14	100	80,9
ONGs	39	4	6	0	4	47	99	48,2
Representativas	48	2	40	10	0	0	100	100,0
Prestadoras de Serviços	6	0	1	9	59	24	100	16,5
Cooperativas de Produção	15	0	3	2	46	33	100	20,3
Ensino e Pesquisa	37	7	7	0	0	50	100	50,0
Cooperativas de Crédito	0	0	33	12	50	5	100	45,0

Agroindústrias	10	7	3	40	8	33	100	59,2
Outras Públicas	75	0	0	0	0	0	75	75,0
Outras - Sistema "S"	6	0	0	0	3	92	100	5,8

Obs: Esta tabela foi feita incluindo no cálculo da porcentagem média de famílias atendidas as instituições com 100% de informação não disponível (ou seja, estas entraram no cálculo como 0% de famílias em todos os grupos. Consideramos que a tabela 5.6.b é mais informativa, pois exclui estas instituições do cálculo.

Tabela 5.6.b. Distribuição do público atendido de acordo com a classificação do PRONAF

(Média da %de famílias atendidas em cada grupo, excluindo os que não responderam

CATEGORIAS	N (No. Respostas)	GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C	GRUPO D	Patronais (não atendidos PRONAF)	Informação Não Disponível	checagem	Total de Agricultura Familiar (A+B+C+D)
	Instituições	%média fam.atendidas	%média fam.atendidas	%média fam.atendidas	%média fam.atendidas	%média fam.atendidas	%média fam.atendidas	soma %	soma % média fam.atendidas
Governamentais de ATER	3	34	10	19	4	20	13	100	67
Prefeituras	46	38	17	26	11	5	3	100	91
ONGs	9	64	6	10	0	6	14	100	80
Representativas	7	48	2	40	10	0	0	100	100
Prestadoras de Serviços	38	8	0	1	12	78	1	100	22
Cooperativas de Produção	6	23	0	5	3	70	0	100	31
Ensino e Pesquisa	5	74	13	13	0	0	0	100	100
Cooperativas de Crédito	1	0	0	33	12	50	5	100	45
Agroindústrias	4	15	10	5	60	11	0	100	89
Outras Públicas	2	75	0	0	0	0	25	100	75
Outras - Sistema "S"	1	23	0	0	0	11	66	100	23
Total Global	122	31	8	15	11	31	4	100	65

Fonte: Questionários

Obs: Para a execução desta tabela, todas as instituições com 100% de informação não disponível foram excluídas do cálculo das porcentagens e entraram no cálculo de não resposta. Entraram no cálculo aquelas instituições que tinham informações sobre pelo menos parte do público atendido (ou seja, tinham menos de 100% de "Informação não disponível")

Tabela 5.6.b1. Governamentais de ATER - Distribuição do público atendido de acordo com a classificação do PRONAF

Governamental de ATER/ Estado	GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C	GRUPO D	Patronais (não atendidos PRONAF)	Informação Não Disponível
EMATER-DF*	5				59	36
Agência Rural- GO	faltou	faltou	faltou	faltou	faltou	100
IDATERRA-MS	8	29	53	7	1	2

EMPAER-MT	90	0	5	5	0	0
Média Região	34	10	19	4	20	46

* Na Emater- DF o os agricultores dos grupos B, C e D representam 36% (a informação não disponível refere- es à distribuição dentro deste público.

Tabela 5.6.c. No. de instituições que atende cada público (em porcentagem, considerando apenas as que responderam à questão)

CATEGORIA	No.de Respostas no.instituições	Instituições que atendem cada grupo				
		Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Patronais
		%respostas	%respostas	%respostas	%respostas	%respostas
Governamentais de ATER	3	100%	33%	67%	67%	67%
Prefeituras	46	72%	67%	78%	61%	43%
ONGs	9	89%	33%	11%	0%	11%
Representativas	7	71%	29%	57%	43%	0%
Prestadoras de Serviços**	38	11%	5%	11%	53%	92%
Cooperativas de Produção	6	67%	0%	33%	33%	83%
Ensino e Pesquisa	5	80%	40%	40%	0%	0%
Cooperativas de Crédito*	1	0%	0%	100%	100%	100%
Agroindústrias	4	25%	25%	75%	75%	75%
Outras Públicas	2	100%	0%	0%	0%	0%
Outras — Sistema "S"*	1	100%	0%	0%	0%	100%
Total Global	122	53%	34%	45%	48%	56%

Fonte: Questionários

* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.

** Prestadoras de serviço: das 50 que responderam, 17 atendem exclusivamente agricultura patronal (34%)

Tabela 5.7.a. Relação entre Público Atendido e Público Potencial –

Governamentais de ATER (dados declarados) e Dados do Censo 1995/96 (estabelecimentos com declaração de ATER)

Stado	Gov. de ATER - Público AF atendido x potencial							Censo Agropecuário****		
	Público atendido total (declarado)*	%de Agric.Famíliares no Público atendido*	Agricultores Familiares atendidos*	Público Potencial - Agricultura Familiar***	%do Público potencial atendido	Equipe técnica atuando com público alvo	Famílias atendidas / técnico atuando em campo	Estabelec. com assistência técnica	Total Estabelecimentos	%com ATER
	no. famílias	%famílias	no. famílias	no. famílias	%famílias	no.técnicos	no.fam/técnico	Estabelec.	Estabelec.	% total
DF	9.544	41%	3.913	760	515%	106	90,0	2.062	2.459	83,9%
GO	30.234	falta	30.234	67.107	45%	88	105,0	35.847	111.791	32,1%
MS	36.918	99%	36.549	35.527	103%	81	204,0	19.756	49.423	40,0%
MT	43.228	100%	43.228	111.168	39%	34	184,7	22.132	78.763	28,1%
Total Região	119.924	xxx	113.924	214.562	53%	809	148,2	79.797	242.436	32,9%

* Fonte: Questionários e Entrevista, Tabela 5.6b1.

** Multiplicação do público atendido total pela porcentagem de Agricultores Familiares atendidos, ambos declarados

*** Fonte: FAO (com base no censo 1995- 96) e INCRA - No caso da região Centro- Oeste, os dados utilizados foram diferentes dos dados gerais da pesquisa. Utilizamos os dados fornecidos pelo Incra para julho/2002, sem excluir os assentados até 1995. Isso porque os dados de mar/2003 foram fornecidos por superintendência, e a superintendência do Entorno do DF abrange GO, MG e DF, distorcendo muito os dados de GO (mais de 3.000 famílias a menos) e do DF (pelo menos 7.000 famílias a mais) Achamos que seria menos prejudicial utilizar os dados de julho de 2002, mesmo sem excluir as famílias assentadas antes de 1995.

**** Censo Agropecuário - IBGE - 1995/96 - Total de Estabelecimentos Agrícolas e Estabelecimentos que declararam receber assistência técnica

Tabela 5.7b. - Público Potencial de Agricultura Familiar no Centro- Oeste - No. Estabelecimentos e % no Total de Agric.Familiar

Estado	Total AF	Grupo A (Incra)*		Grupo B		Grupo C		Grupo D	
	no.estab.	no.estab.	%total AF	no.estab.	%total AF	no.estab.	%total AF	no.estab.	%total AF
DF	760	283	37%	71	9%	202	27%	204	27%
GO	67.107	11.978	18%	14.904	22%	29.932	45%	10.293	15%
MS	35.527	12.945	36%	7.330	21%	11.160	31%	4.092	12%
MT	111.168	60.935	55%	17.626	16%	27.360	25%	5.247	5%
Total	214.562	86.141	40%	39.931	19%	68.654	32%	19.836	9%

Fonte: FAO/Incra (2002) e Incra (2003)

* No caso da região Centro- Oeste, os dados utilizados para o público potencial do Grupo A foram diferentes dos dados gerais da pesquisa. Utilizamos os dados fornecidos pelo Incra para julho/2002, sem excluir os assentados até 1995. Isso porque os dados do Incra de mar/2003 (utilizados nas demais regiões) foram fornecidos por superintendência, e a superintendência do Entorno do DF abrange GO, MG e DF, distorcendo muito os dados de GO (mais de 3.000 famílias a menos) e do DF (pelo menos 7.000 famílias a mais)

Tabela 5.7b1. - Público Potencial no Centro- Oeste - No. Total de Estabelecimentos (familiar e patronal)

Estado	Censo IBGE*	Agr.Fam. (B+C+D)**		Agric.Patronais***		Grupo A (Incra)****	
	no.Total Estab.	no.estab.	%no.total	no.estab.	%no.total	no.estab.	%no.total
DF	2.459	477	19%	1982	81%	283	12%
GO	111.791	55.129	49%	56.662	51%	11.978	11%
MS	49.423	22.582	46%	26.841	54%	12.945	26%
MT	78.763	50.233	64%	28.530	36%	60.935	77%
Total	242.436	128.421	53%	114.015	47%	86.141	36%

* Número total de Estabelecimentos Agropecuários - Censo Agropecuário 1995/96 IBGE

** Número Total de Agricultores Familiares, segundo FAO (inclui apenas agricultores dos grupos B, C e D)

***Agricultores não atendidos pelo PRONAF. No. obtido subtraindo o no. total de Agricultores Familiares do número total de Estabelecimentos

**** Utilizando os dados de Famílias assentadas fornecidos pelo INCRA/2002. Obs: este cálculo é apenas um exercício para estimar o peso dos assentados

Obs: O estudo da FAO foi feito com base no Censo Agropecuário, que não distingue os agricultores assentados, que estão distribuídos pelos demais grupos. Por isso a soma de porcentagens igual a 100% refere-se apenas aos grupos B, C, D e não atingidos pelo Pronaf.

Tabela 6.1.a. Funcionários atuando com ATER: Relação Pessoal de Apoio e Administrativo X Pessoal atuando diretamente com público- alvo

Categorias	QUADRO TOTAL FUNCIONÁRIOS						Relação Administrat. X Técn.atuando público		
	TOTAL GERAL (funcionários) ****	Apoio e Administração - total	Quadro técnico total*	Técnicos atuando diretamente e com público alvo	Quadro técnico não atuando com público-alvo	Funcionários e técnicos na área administrativa e apoio***	Técnicos atuando com público alvo sobre quadro total geral (administrat + técnicos)	Técnicos atuando com público alvo sobre quadro técnico total	No.de Administrativos e apoio por técnico atuando com público alvo
	número	número	número	número	Número	número	%	%	no.
Governam.de ATER(*5)	2.110	754	1356	809	547	1301	38%	60%	1,6
Prefeituras	367	139	228	199	29	168	54%	87%	0,8
ONGs	104	35	69	53	16	51	51%	77%	1,0
Representativas	72	25	47	45	2	27	63%	96%	0,6
Prestadoras de Serviços	224	55	169	132	37	92	59%	78%	0,7
Cooperativas de Produção	79	38	41	35	6	44	44%	85%	1,3
Ensino e Pesquisa	581	173	408	83	325	498	14%	20%	6,0
Cooperativas de Crédito	5	3	2	2	0	3	40%	100%	1,5
Agroindústrias	153	24	129	127	2	26	83%	98%	0,2
Outras Públicas	17	6	11	12	xx	xx	xx	109%	0,0
Outras - Sistema "S"	196	58	138	135	3	61	69%	98%	0,5

Total	3.908	1310	2598	1661	937	2247	43%	64%	1,4
--------------	-------	------	------	------	-----	------	-----	-----	-----

Fonte: Questionários

* excluindo os administrativos e também os agricultores - incluindo todo o resto

** técnicos de 2o.grau e de nível superior (excluindo administrativos e agricultores)

*** somando pessoal de apoio e administração com total de técnicos que não trabalha diretamente com o público - alvo

**** Somando o Total de Apoio e Administração + Quadro Técnico Total

(*5) A Agência Goiana e a Empaer- MT tiveram dificuldade de fornecer os dados dos técnicos atuando diretamente com público alvo (dados com problemas)

Tabela 6.1. Formação profissional dos trabalhadores da ATER (incluindo os que não atuam diretamente com público alvo) - % por categoria

Categorias	Apoio e Administração	Técnico Agropecuário	Outros técnicos 2o.grau	Agro nomia	Veteri nária	Zoote cnia	Eng. Flore stal	Eng Agríco la	Sociol ogia	Econo mia	Educa ção	Econ. Domé stica	Serviç o Social	Nutri ção	Com unica ção	Outro s	Agric ultore s	Tota l
Gov.de ATER(*)	35,7	21,4	0,2	13,3	10,6	0,4			0,0			1,4	2,0		0,1	14,9		100
Prefeituras	37,1	8,8	9,1	12,0	3,5	0,3	0,8	0,3	0,3	0,8		8,0	2,1	8,0		6,9	2,1	100
ONGs	31,8	3,6	10,9	13,6			1,8	1,8	1,8	2,7	4,5		2,7	1,8	4,5	12,7	5,5	100
Representativas	25,5	10,2	1,0	4,1	2,0				1,0	1,0	1,0			1,0	1,0	25,5	26,5	100
Prestadoras Serviços	24,6	26,8	4,5	34,4	4,0	1,8	0,4			0,4		0,4			0,4	2,2		100
Cooper. Produção	48,1	15,2	2,5	22,8	10,1			1,3										100
Ensino e Pesquisa	25,4	1,5	0,1	8,7	0,1				0,9	0,1	1,0		0,3	0,1		47,0	14,7	100
Cooperat.Crédito	60,0															40,0		100
Agroindústrias	15,7	47,7	13,1	10,5	7,8	5,2												100
Outras Públicas	35,3	23,5		11,8	5,9						5,9					17,6		100
Outras - Sistema "S"	29,6	3,6	2,0	19,4	21,4	3,6				0,5	3,1	1,5		1,0	1,0	13,3		100
Total	32,4	16,4	2,2	13,7	7,7	0,7	0,1	0,1	0,3	0,2	0,5	1,6	1,4	0,9	0,3	18,2	3,5	100

Fonte: Questionários - Obs: As células em branco correspondem a 0% - (*) Faltaram os dados da EMPAER-MT (não discriminou formação técnicos)

Tabela 6.1.b. Formação dos trabalhadores da ATER - Agregada (incluindo os que não atuam diretamente com público alvo - % por categoria)

Categorias	Apoio e Administração	Técnicos 2o.grau	Técnicos Ciências Agrárias (superior)	Técnicos Ciências Humanas (superior)	Outros	Agricultores	Total Geral
Governamentais de ATER(*)	36%	22%	24%	4%	15%	0%	100%
Prefeituras	37%	18%	17%	19%	7%	2%	100%
ONGs	32%	15%	17%	18%	13%	5%	100%
Representativas	26%	11%	6%	5%	26%	27%	100%
Prestadoras de Serviços	25%	31%	41%	1%	2%	0%	100%
Cooperativas de Produção	48%	18%	34%	0%	0%	0%	100%

Ensino e Pesquisa	25%	2%	9%	2%	47%	15%	100%
Cooperativas de Crédito	60%	0%	0%	0%	40%	0%	100%
Agroindústrias	16%	61%	24%	0%	0%	0%	100%
Outras Públicas	35%	24%	18%	6%	18%	0%	100%
Outras - Sistema "S"	30%	6%	44%	7%	13%	0%	100%
Total	32%	19%	22%	5%	18%	3%	100%

Tabela 6.2. Composição do Quadro Técnico de ATER atuando diretamente com o público- alvo,
Percentual por categoria (excluindo apoio e administração, apenas os que responderam) Fonte: Questionários

Categorias	No. Resp ostas	Técnic o Agrop ecuári o	Outros técnic. 2o.grau	Agro nomi a	Veteri nária	Zoote cnia	Eng. Flores tal	Eng Agríc ola	Sociol ogia	Econ omia	Educ ação	Econ. Domé stica	Serviç o Social	Nutriç ão	Comu nicação	Outro s	Agric ultore s	total
Governamentais de ATER(*)	4	37%	0,5%	29%	26%	1%						1%	5%			1%		100%
Prefeituras	44	15%	13%	20%	6%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	1%		14%	4%	14%	2%	4%	4%	100%
ONGs	13	5%	12%	26%			4%	4%	2%	2%	7%		5%	4%	5%	18%	7%	100%
Representativas	7	14%	1%	6%	3%				1%	1%				1%		35%	37%	100%
Prestadoras de Serviços	45	32%	3%	52%	5%	3%	1%					1%			1%	3%		100%
Cooperativas de Produção	8	23%	3%	51%	17%			3%							3%			100%
Ensino e Pesquisa	8	5%	1%	28%	1%				3%	1%	4%		1%	1%	1%	1%	55%	100%
Cooperativas de Crédito	1	0%														100%		100%
Agroindústrias	5	57%	16%	12%	9%	6%												100%
Outras Públicas	2	33%		17%	8%						8%				8%	25%		100%
Outras – Sistema "S"	3	5%	3%	28%	31%	5%				1%	4%	2%		1%		19%		100%
Total	140	28%	4%	27%	17%	2%	0,2%	0,2%	1%	0%	1%	2%	3%	2%	1%	5%	8%	100%

(*) A EMPAER-MT não discriminou formação técnicos e a Agência Goiana teve dificuldade discriminar a formação da equipe atuando com público alvo

Tabela 6.2.a. Composição do Quadro Técnico de ATER atuando com o público- alvo – Subtotais (% das instituições) Fonte: Tabela 6.2

Categorias	NÍVEL DE FORMAÇÃO			ÁREAS DE FORMAÇÃO				
	Técnicos 2o.grau	nível superior	agricultor es	técnico agropecuári o	Agrônomo	Outros ciências agrárias	ciências humanas	outros (2o.grau, agricultores, etc)

Governamentais de ATER(*)	38%	62%	0%	37%	29%	27%	6%	1%
Prefeituras	16%	68%	4%	15%	20%	7%	20%	37%
ONGs	5%	75%	7%	5%	26%	7%	16%	46%
Representativas	14%	48%	37%	14%	6%	3%	3%	75%
Prestadoras de Serviços	32%	65%	0%	32%	52%	9%	1%	7%
Cooperativas de Produção	23%	74%	0%	23%	51%	20%	0%	6%
Ensino e Pesquisa	5%	39%	55%	5%	28%	1%	9%	57%
Agroindústrias	58%	27%	0%	57%	12%	15%	0%	16%
Outras Públicas	33%	67%	0%	33%	17%	8%	8%	33%
Outras - Sistema "S"	5%	92%	0%	5%	28%	36%	7%	24%
Total	28%	61%	8%	28%	27%	19%	7%	19%

Tabela 6.4. Síntese dos Indicadores para Avaliação do Custo da ATER - Por categoria (porcentagens e medianas)

CATEGORIAS	Custo ATER/ família*	Mediana Família atendidas/ técnico atuando**	Técnicos nível superior sobre total de técnicos***	Técnicos atuando com público sobre total funcionários*4	Custo Ater/ Técnico atuando com público alvo*5	Técnicos / instituição	Técnicos / Município
	Valor mediano/instituiç ão	no.mediano/ instituição	%equipe técnica público alvo	%	Valor mediano/instituiç ão	no.mediano/ instituição	no.médio/ instituição
Governamentais de ATER	526,00	145	62%	38%	104.972,38	208	3
Prefeituras	73,00	150	68%	54%	19.250,00	2	3
ONGs	150,00	165	75%	51%	25.480,00	3	1
Representativas	xxx	100	48%	63%	xxx	4	1
Prestadoras de Serviços	864,00	25	65%	59%	14.541,67	2	1
Cooperativas de Produção	696,00	50	74%	44%	63.712,00	3	1
Ensino e Pesquisa	xxx	77	39%	14%	xxx	6	1
Cooperativas de Crédito	xxx	xxx	xxx	40%	xxx	xxx	xxx
Agroindústrias	389,00	40	27%	83%	xxx	4	1
Outras Públicas	xxx	xxx	67%	xx	xxx	6	xxx
Outras - Sistema "S"	xxx	511	92%	69%	xxx	xxx	0
Total Geral Centro Oeste	365,00	70	61%	43%	59.918,33	3	2

Fonte: Questionários - Tabelas 6.4a. , 6.4b, 6.11, 6.2, 6.1a

xxx = menos de 3 questionários respondidos e com variância alta

* Mediana da divisão do orçamento destinado à ATER pelo número de famílias atendidas (por instituição, considerando apenas as que responderam às duas questões)

**Mediana do no.de famílias declaradas como atendidas dividido pelo no.de técnicos atuando diretamente com público alvo (excluindo Apoio e Administração)

*** %de técnicos de nível superior na equipe técnica total atuando com público alvo (exclui técnicos não diretamente com público alvo e apoio e administração)

*4 - %técnicos atuando com público alvo (2º grau e nível superior) sobre o total de funcionários da instituição (todos os funcionários, incluindo apoio e administração)

*5 Orçamento destinado à ATER dividido pela equipe técnica atuando diretamente com público alvo

Tabela 6.4.a . Número de Famílias atendidas por técnico que atua diretamente com público alvo (por instituição que respondeu)*

CATEGORIAS	Mediana	Mínimo	Máximo	Média	N (respostas)	%não resposta
	no.fam/tec	No.fam/tec	no.fam/tec	no.fam/tec	No.instituições	%total instit
Governamentais de ATER	144,9	90,0	204,0	148,2	4	0%
Prefeituras	150,0	20,0	3000,0	379,6	34	35%
ONGs	165,0	16,7	1440,0	313,5	11	27%
Representativas	100,3	33,3	666,7	174,7	5	29%
Prestadoras de Serviços	25,0	0,8	285,7	43,4	35	30%
Cooperativas de Produção	50,0	6,2	160,0	65,0	7	22%
Ensino e Pesquisa	77,2	13,3	358,0	131,5	4	60%
Cooperativas de Crédito	xxx	xxx	xxx	xxx	0	100%
Agroindústrias	39,5	14,3	626,8	180,0	4	33%
Outras Públicas	xxx	16,0	500,0	258,0	2	0%
Outras - Sistema "S"	511,3	285,7	736,9	511,3	2	50%
Total Global	70,0	0,8	3000,0	208,6	107	33%

* Foram considerados apenas os questionários que responderam às duas questões (no. Famílias atendidas e no. Técnicos atuando diretamente com público Alvo. Não foram incluídos os técnicos de apoio e administração.

xxx = menos de 3 questionários respondidos e com variância alta

Tabela 6.4.b.Número de técnicos atuando diretamente com público alvo por município atendido (por instituição que respondeu)*

CATEGORIAS	TÉCNICOS POR MUNICÍPIO ATENDIDO			RESPOSTAS	
	Médio	Mínimo	Máximo	Respostas	%não resposta
Governamentais de ATER	2,9	1,2	6,2	4	0%
Prefeituras	3,2	1,0	12,0	41	21%
ONGs	0,9	0,0	5,0	12	20%
Representativas	1,4	0,2	4,0	6	14%
Prestadoras de Serviços	0,7	0,1	3,0	43	14%
Cooperativas de Produção	1,3	0,1	4,3	8	11%
Ensino e Pesquisa	1,2	0,2	3,0	7	30%
Cooperativas de Crédito	xxx	0,1	0,1	1	0%
Agroindústrias	1,2	0,3	3,0	4	33%

Outras Públicas	xxx	0,3	5,0	2	0%
Outras - Sistema "S"	0,5	0,1	1,1	3	25%
Total Global	1,7	0,0	12,0	130	19%

- Foram considerados apenas os questionários que responderam às duas questões (no. Famílias atendidas e no. Técnicos atuando diretamente com público Alvo). Não foram incluídos os técnicos de apoio e administração.

xxx = menos de 3 questionários respondidos e com variância alta

6.4.c. Equipe técnica atuando com o público alvo – Número de técnicos por instituição

(porcentagem em relação aos que responderam)

Categoria	No. DE TÉCNICOS POR INSTITUIÇÃO				RESPOSTAS	
	Mediana	Médio	Mínimo	Máximo	Respostas	%não resposta
Governamentais de ATER	208	202,3	106	286	4	0%
Prefeituras	2	3,2	1	12	41	21%
ONGs	3	4,5	2	18	13	13%
Representativas	3,5	7,5	3	26	6	14%
Prestadoras de Serviços	2	2,9	1	10	45	10%
Cooperativas de Produção	2,5	4,1	1	13	8	11%
Ensino e Pesquisa	5,5	10,3	2	41	9	10%
Cooperativas de Crédito	xxx	2,0	2	2	1	0%
Agroindústrias	4	25,0	3	93	5	17%
Outras Públicas	5,5	5,5	5	6	2	0%
Outras - Sistema "S"	xxx	45,3	16	85	3	25%
Total Global	3	11,8	1	573	136	15%

Fonte: Questionários

Obs: Equipe técnica não inclui os administrativos. Foram excluídos do cálculo os questionários que não declararam equipe técnica atuando diretamente com público alvo (não resposta).

Tabela 6.4d. Governamentais de ATER - Síntese de Indicadores para avaliação de Custo

Gov de ATER	Dados Entrevistas e Questionários					Estimativa de orçamento por família em potencial		
	Custo ATER/ família*	Mediana Família atendidas/ técnico atuando**	Técnicos nível superior sobre total de técnicos***	Técnicos atuando com público sobre total funcionários*4	Custo Ater/ Técnico atuando com público alvo*5	Orçamento total anual destinado à ATER (7.2) (R\$)	Público Potencial (Agricultura Familiar)	Orçamento Estadual x Público AF potencial (orçamento por família - R\$)
EMATER-DF	R\$1.854,49	90,0	72%	55%	R\$ 166.974,24	17.699.269,93	760	23.288,51
Agência Rural- GO	R\$ 536,91	105,0	63%	14%	R\$ 56.364,59	16.233.002,99	67.107	241,90
IDATERRA-MS	R\$ 514,65	204,0	50%	46%	R\$ 104.972,38	19.000.000,00	35.527	534,80
EMPAER-MT	R\$ 368,81	184,7	faltou	46%	R\$ 68.131,35	15.942.736,00	111.168	143,41

Fonte: Entrevistas

* Mediana da divisão do orçamento destinado à ATER pelo número de famílias atendidas (por instituição, considerando apenas as que responderam às duas questões)

**Mediana do no.de famílias declaradas como atendidas dividido pelo no.de técnicos atuando diretamente com público alvo (excluindo Apoio e Administração)

*** %de técnicos de nível superior na equipe técnica total atuando com público alvo (exclui técnicos não diretamente com público alvo e apoio e administração)

*4 - %técnicos atuando com público alvo (2º grau e nível superior) sobre o total de funcionários da instituição (todos os funcionários, incluindo apoio e administração)

*5 Orçamento destinado à ATER dividido pela equipe técnica atuando diretamente com público alvo

Tabela 6.5. Governamentais de ATER - Relação entre número de técnicos e público atendido e potencial.

Gov de ATER	Equipe técnica total (excluindo apoio e administração)	Equipe técnica atuando com público alvo*	No famílias declaradas como atendidas	famílias atendidas por técnico atuando com público alvo*	Público Potencial (Agricultura Familiar) - no. Estabelecimentos (FAO/ Incra)	Total AF por técnico atuando com público alvo**	Total AF/ por equipe técnica total**
EMATER-DF	134	106	9.544	90,0	760	7,2	5,7
Agência Rural- GO	1.612	288	30234	105,0	67.107	233,0	41,6
IDATERRA-MS	230	181	36.918	204,0	35.527	196,3	154,5
EMPAER-MT	374	234	43.228	184,7	111.168	475,1	297,2

Fonte: Entrevistas, FAO (2002), Incra (2003)

* Considerando apenas os técnicos em atuando diretamente com o público- alvo, excluindo administrativos e apoio

** Estimativas de qual seria a relação entre famílias e técnicos caso os técnicos estivessem atendendo todo o público de agricultores familiares.

Tabela 6.7. Níveis Salariais dos técnicos de nível médio (Salários médio, mínimo e máximo, em início e final de carreira)

CATEGORIAS	Salário Nível Médio- Início de carreira				Nível Médio - Final de carreira			
	No.Resp.	Sal.Médio	Mínimo	Máximo	No.Resp.	Sal.médio	Mínimo	Máximo
Governamentais de ATER	4	827,75	490,00	1.326,00	4	1.937,75	1.020,00	3.311,00
ONGs	2	450,00	400,00	500,00	3	1.133,33	1.000,00	1.400,00
Representativas	1	600,00	600,00	600,00	1	600,00	600,00	600,00
Prestadoras de Serviços								
Cooperativas de Produção	1	800,00	800,00	800,00	3	1.100,00	850,00	1.400,00
Ensino e Pesquisa					1	800,00	800,00	800,00
Cooperativas de Crédito	1	600,00	600,00	600,00	1	536,00	536,00	536,00
Outras - Sistema "S"								
Total	9	690,11	400,00	1.326,00	13	1.260,54	536,00	3.311,00

Fonte: Entrevistas

Tabela 6.7.a Níveis Salariais dos técnicos de nível superior (Salários médio, mínimo e máximo, em início e final de carreira)

CATEGORIAS	Nível Superior - Início de carreira				Nível Superior - Final de carreira			
	No.Resp.	Sal.médio	Mínimo	Máximo	No.Resp.	Sal.médio	Mínimo	Máximo
Governamentais de ATER	4	1.416,75	1.020,00	1.667,00	4	3.960,25	2.500,00	6.000,00
ONGs	3	1.115,00	800,00	1.500,00	7	1.800,00	1.000,00	3.000,00
Representativas	1	1.500,00	1.500,00	1.500,00				
Prestadoras de Serviços	1	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1	4.000,00	4.000,00	4.000,00
Cooperativas de Produção	1	800,00	800,00	800,00	3	1.800,00	850,00	3.500,00
Ensino e Pesquisa	1	1.600,00	1.600,00	1.600,00	2	1.850,00	1.700,00	2.000,00
Cooperativas de Crédito	3	1.498,00	794,00	2.500,00	2	2.622,50	1.245,00	4.000,00
Outras – Sistema "S"	1	800,00	800,00	800,00	1	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Total	15	1.327,07	794,00	2.500,00	20	2.589,30	850,00	6.000,00

Fonte: Entrevistas

Tabela 6.7.b .Níveis salariais das Governamentais de ATER

Gov de ATER/ Estado	Nível Médio- Início de carreira	Nível Médio - Final de carreira	Nível Superior - Início de carreira	Nível Superior - Final de carreira
------------------------	------------------------------------	------------------------------------	--	---------------------------------------

Agência Rural- GO	490,00	1.500,00	1.020,00	6.000,00
EMATER-DF	1.326,00	3.311,00	1.667,00	4.406,00
EMPAER – MT	980,00	1.920,00	1.400,00	2.935,00
IDATERRA-MS	515,00	1.020,00	1.580,00	2.500,00

Fonte: Entrevistas

Tabela 6.8. Estrutura física para o trabalho da ATER (**Porcentagem de instituições que possuem estrutura, por categoria**)

Categoria	No. Instituições	Prédio Próprio	Prédio Alugado	Veículos	Telefone	Computadores	Acesso à Internet	Técnicos/Veículos	
		%	%	%	%	%	%	Média	CV(%)
Governamentais de ATER	4	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2	102
Prefeituras**	52	69,2	25,0	73,1	86,5	76,9	59,6	2	97
ONGs	15	20,0	93,3	73,3	100,0	100,0	100,0	2	69
Representativas	7	42,9	57,1	71,4	71,4	71,4	85,7	2	66
Prestadoras de Serviços	50	48,0	50,0	92,0	98,0	98,0	94,0	1	55
Cooperativas de Produção	9	100,0	55,6	88,9	88,9	88,9	88,9	1	50
Ensino e Pesquisa	10	70,0	30,0	70,0	90,0	90,0	90,0	14	179
Cooperativas de Crédito*	1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0	0
Agroindústrias	6	100,0	66,7	83,3	100,0	100,0	100,0	1	20
Outras Públicas*	2	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0	0
Outras – Sistema "S"	4	75,0	25,0	100,0	100,0	100,0	100,0	12	117
Total	160	61,3	46,3	81,9	92,5	89,4	83,1	-	-

Fonte: Questionários

* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.

**Algumas prefeituras parecem ter respondido o total da prefeitura e outras apenas o da Secretaria Específica

Tabela 6.9. Orçamento Total e Orçamento destinado à ATER (ano 2001, por categorias)

Categoria	ORÇAMENTO TOTAL DAS INSTITUIÇÕES				ORÇAMENTO DESTINADO À ATER				Orçam. Ater sobre Total
	Respo stas	Orçamento Mediano	Orçamento Mínimo	Orçamento Máximo	Resp ostas	Orçamento Mediano	Orçamento Mínimo	Orçamento Máximo	
	No.	R\$	R\$	R\$	No.	R\$	R\$	R\$	
Governamentais de ATER	4	25.611.108,00	17.699.269,00	37.577.900,00	4	16.966.136,00	15.942.736,00	19.000.000,00	66%
Prefeituras	33	172.000,00	18.000,00	8.000.000,00	30	40.000,00	4.000,00	1.305.000,00	23%
ONGs	14	180.000,00	45.000,00	332.190,00	9	76.440,00	30.000,00	252.403,00	42%
Representativas	3	xxx	70.000,00	1.000.000,00	2	xxx	70.000,00	243.000,00	xxx
Prestadoras de Serviços	38	60.000,00	6.000,00	300.000,00	36	38.000,00	4.000,00	150.000,00	63%
Cooperativas de Produção	4	13.250.000,00	1.200.000,00	102.504.000,00	4	318.561,00	100.000,00	1.700.000,00	2%
Ensino e Pesquisa	5	1.714.000,00	46.000,00	30.075.700,00	3	xxx	38.000,00	300.000,00	xxx
Cooperativas de Crédito	0	xxx	xxx	xxx	0	xxx	xxx	xxx	xxx
Agroindústrias	3	1.600.000,00	875.000,00	120.000.000,00	3	xxx	60.000,00	110.000,00	xxx
Outras Públicas	2	xxx	265.850,00	800.000,00	2	xxx	265.850,00	400.000,00	xxx
Outras - Sistema "S"	3	5.115.000,00	3.426.136,00	10.000.000,00	0	xxx	xxx	xxx	xxx
TOTAL CENTRO OESTE	109	120.000,00	6.000,00	120.000.000,00	93	50.000,00	4.000,00	19.000.000,00	42%

Fonte: Questionários

xxx – menos de três respostas e com variância alta.

Tabela 7. Nível de Participação dos Agricultores – Tabela Síntese (em % das instituições)

Categoria	7.1. definição prioridades		7.2. Relação com Beneficiários			7.6. Fonte Informaçõe s	7.7.Agricultor es na ATER	7.8.Decisõe s
	diagnó sticos	demanda agricultore s	individual /familiar	Grupos comunitário s	organi zações	Experiência agricultores	desempenham atividades	Agricultore s participam
Governamentais de ATER	0	50	50	25	25	25	100	25
Prefeituras	13	75	37	19	35	37	44	75
ONGs	13	67	13	27	60	47	67	60
Representativas	0	86	14	29	43	71	71	100
Prestadoras de Serviços	22	64	90	2	6	18	48	40
Cooperativas de Produção	22	67	89	0	11	22	33	78
Ensino e Pesquisa	0	90	20	30	30	70	50	40
Cooperativas de Crédito*	0	100	100	0	0	100	100	100
Agroindústrias	33	33	83	0	0	50	83	17
Outras Públicas*	0	100	0	50	50	100	100	100
Outras – Sistema "S"	50	50	0	25	75	75	50	75
Total	16	69	53	14	26	37	53	59

Fonte: Questionários e Tabelas 7.1; 7.2; 7.6; 7.7; 7.8.

* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.

Tabela 7.a Participação dos Agricultores nas Governamentais de ATER

UF	Instituicao	Forma de definição das prioridades de ATER	Atendimento forma de trabalho com beneficiários	Processos decisórios Participa ção agricult ores	Como participam	Informação Fonte: Experiência Agricultores	ATER Agricultores desempenh am funções
DF	EMATER-DF	Solicitações Institucionais	Grupos			Sim	Sim
GO	Agência Rural	Demanda beneficiários	Individual			Não	Sim
MS	IDATERRA	Demanda beneficiários	Organizações	Sim	Reuniões	Não	Sim
MT	EMPAER-MT	Solicitações Institucionais	Individual	Não		Não	Sim

Fonte: Questionários e Tabelas 7.1; 7.2; 7.6; 7.7; 7.8.

Tabela 7.1. Forma de definição das prioridades de ATER pelas instituições (em porcentagem das instituições, por categoria)

Categoria	respostas a solicitações institucionais	resposta a editais públicos	através da demanda de agricultores ou suas organizações	através da elaboração de diagnósticos	outros	não respondeu	Total (soma %)
Governamentais de ATER	50,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	100
Prefeituras	1,9	0,0	75,0	13,5	3,8	5,8	100
ONGs	6,7	6,7	66,7	13,3	0,0	6,7	100
Representativas	14,3	0,0	85,7	0,0	0,0	0,0	100
Prestadoras de Serviços	6,0	0,0	64,0	22,0	4,0	4,0	100
Cooperativas de Produção	11,1	0,0	66,7	22,2	0,0	0,0	100
Ensino e Pesquisa	0,0	0,0	90,0	0,0	10,0	0,0	100
Cooperativas de Crédito*	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100
Agroindústrias	16,7	0,0	33,3	33,3	16,7	0,0	100
Outras Públicas*	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100
Outras – Sistema "S"	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	100
Total	6,3	0,6	69,4	16,3	3,8	3,8	100

Fonte: Questionários

* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.

Tabela 7.2. Forma como as instituições se relacionam com os beneficiários (em porcentagem das instituições, por categoria)

Categoria	contato individual/familiar	grupos comunitários	organizações dos beneficiários	outros	não respondeu
Governamentais de ATER	50,0	25,0	25,0	0,0	0,0
Prefeituras	36,5	19,2	34,6	3,8	5,8
ONGs	13,3	26,7	60,0	0,0	0,0
Representativas	14,3	28,6	42,9	14,3	0,0
Prestadoras de Serviços	90,0	2,0	6,0	2,0	0,0

Cooperativas de Produção	88,9	0,0	11,1	0,0	0,0
Ensino e Pesquisa	20,0	30,0	30,0	10,0	10,0
Cooperativas de Crédito*	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Agroindústrias	83,3	0,0	0,0	0,0	16,7
Outras Públicas*	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0
Outras – Sistema "S"	0,0	25,0	75,0	0,0	0,0
Total	53,1	14,4	26,3	3,1	3,1

Fonte: Questionários * As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.

[illegible]

Fonte: Questionários e Tabelas 3.4. e 5.6.

Tabela 7.5. Utilização de instrumentos de diagnóstico, planejamento e monitoramento (em % das instituições, por categorias)

Categoria	diagnóstico		planejamento		avaliação/ monitoramento		Utiliza todos (diagn., avaliação e planejam.)	não utiliza nenhum dos três
	sim	não	sim	não	sim	não	%	%
Governamentais de ATER	100	0	100	0	75	25	75	0
Prefeituras	77	17	69	27	52	38	38	2
ONGs	87	13	93	7	93	7	87	0
Representativas	86	14	86	14	71	29	71	0
Prestadoras de Serviços	78	16	100	0	78	20	72	0
Cooperativas de Produção	78	22	78	22	67	33	67	0
Ensino e Pesquisa	90	10	80	20	70	30	70	0
Cooperativas de Crédito**	100	0	100	0	100	0	100	0
Agroindústrias	83	17	83	17	67	17	67	0
Outras Públicas**	100	0	100	0	100	0	100	0
Outras – Sistema "S"	100	0	100	0	100	0	100	0
Total	79	15	83	13	68	25	61	1

Fonte: Questionários

Tabela 7.6. Principais meios utilizados pelas instituições para obtenção de informações técnicas* (% instituições que utilizam, por categoria)

<i>1.1.1.1.1.1.1.1</i> 1.1.1.1.1.1.1.2 Categoria a	Instituições de pesquisa	Livros e outros documentos impressos	Internet e mídia eletrônica	Assessorias Técnicas	Experiência dos agricultores/ conhecimento local	Pesquisas/ experimentos da própria instituição	Outros
Governamentais de ATER	100	50	25	25	25	75	25
Prefeituras	62	38	12	40	37	13	4
ONGs	47	40	33	53	47	53	13
Representativas	43	71	14	71	71	29	0
Prestadoras de Serviços	92	66	38	22	18	10	0
Cooperativas de Produção	56	22	33	33	22	33	11

Ensino e Pesquisa	40	50	20	0	70	70	10
Cooperativas de Crédito**	100	0	100	100	100	0	0
Agroindústrias	83	67	50	83	50	33	0
Outras Públicas**	50	0	0	100	100	50	0
Outras - Sistema "S"	75	50	50	50	75	25	25
Total	69	49	27	37	37	24	5

Fonte: Questionários

* No questionário foi solicitado que as instituições respondessem no máximo duas alternativas, mas na tabulação foram consideradas todas as respostas.

** As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.

Tabela 7.7. Desempenho de atividades formais de difusão e geração de tecnologia pelos beneficiários, apoiados pelas instituições

(em % das instituições, por categoria)

Categoria	desempenham	não desempenham	não respondeu
Governamentais de ATER	100	0	0
Prefeituras	44	54	2
ONGs	67	33	0
Representativas	71	29	0
Prestadoras de Serviços	48	52	0
Cooperativas de Produção	33	44	22
Ensino e Pesquisa	50	40	10
Cooperativas de Crédito*	100	0	0
Agroindústrias	83	17	0
Outras Públicas*	100	0	0
Outras – Sistema "S"	50	50	0
Total	53	45	3

Fonte: Questionários

Tabela 7.8. Forma de participação do público alvo no processos de tomada de decisão das instituições (em % das instituições, por categoria)

Categoria	NÃO PARTICIPA	PARTICIPA				TOTAL que participam	NÃO RESPONDERAM
		diretamente nas instâncias decisórias	por meio de reuniões sistemáticas	respondendo às demandas formuladas	outros		
Governamentais de ATER	25	0	25	0	0	25	50
Prefeituras	23	6	40	21	8	75	2
ONGs	20	13	40	7	0	60	20
Representativas	0	57	29	14	0	100	0
Prestadoras de Serviços	58	24	6	6	4	40	2
Cooperativas de Produção	11	56	22	0	0	78	11
Ensino e Pesquisa	30	0	20	10	10	40	30

Cooperativas de Crédito*	0	0	0	0	100	100	0
Agroindústrias	83	0	17	0	0	17	0
Outras Públicas*	0	0	100	0	0	100	0
Outras – Sistema "S"	0	75	0	0	0	75	25
Total	34	18	25	11	5	59	8

Fonte: Questionários

* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.

Tabela 7.9. Participação dos agricultores na geração e difusão de tecnologias X Experiências dos agricultores como fonte de informações técnicas

(em porcentagem das instituições, por categorias)

Categoria	agricultores não participam na geração e difusão de tecnologia		agricultores participam na geração e difusão de tecnologia		agricultores na equipe de ATER
	com experiência de agric.	sem experiência dos agric.	com experiência de agric.	sem experiência dos agric.	
Governamentais de ATER	0	0	25	75	0
Prefeituras	17	37	19	25	6
ONGs	20	13	27	40	27
Representativas	29	0	43	29	29
Prestadoras de Serviços	12	40	6	42	0
Cooperativas de Produção	22	22	0	33	0
Ensino e Pesquisa	30	10	30	20	10
Cooperativas de Crédito*	0	0	100	0	0
Agroindústrias	0	17	50	33	0
Outras Públicas*	0	0	100	0	0
Outras - Sistema "S"	50	0	25	25	0
Total	17	28	19	33	6

Fonte: Questionários

* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.

Tabela 7.10. Realização de trabalhos em parceria pelas instituições (em % das instituições, por categoria)

Categoria	Trabalha com parcerias	Não trabalha com parcerias	Total
Governamentais de ATER	100	0	100
Prefeituras	98	2	100
ONGs	93	0	93
Representativas	100	0	100
Prestadoras de Serviços	46	54	100
Cooperativas de Produção	78	22	100
Ensino e Pesquisa	100	0	100
Cooperativas de Crédito*	100	0	100
Agroindústrias	67	33	100
Outras Públicas*	100	0	100
Outras – Sistema "S"	75	0	75
Total	79	20	99

Fonte: Questionários

Tabela 7.13. Participação das instituições em Conselhos, Fóruns e Câmaras Técnicas (por categoria, em % das instituições)

Categoria	Não Participam	CMDRS	CEDRS	Outros conselhos	Fóruns	Redes
Governamentais de ATER	0	75	100	75	0	0
Prefeituras	4	90	13	27	27	2
ONGs	20	27	7	33	40	33
Representativas	14	43	29	29	29	43
Prestadoras de Serviços	54	24	6	24	6	0
Cooperativas de Produção	44	44	11	22	0	0
Ensino e Pesquisa	10	30	30	50	10	10
Cooperativas de Crédito*	0	0	100	100	0	0

Agroindústrias	83	0	0	17	0	0
Outras – Públicas*	0	50	0	50	50	50
Outras – Sistema "S"	0	25	50	75	0	0
Total	27	49	15	30	18	7

Fonte: Questionários

* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.

Tabela 7.11. Tipos de instituições com as quais cada uma das categorias realiza trabalhos em parceria (em % das instituições)

Categoria	Organizações agricultores	Governo federal	Governo estadual	Governo municipal	Organismo de pesquisa	Universidades	Outros estabel. Ensino	ONG	Empresas	Outros
Governamentais de ATER	100	100	75	100	100	75	100	75	75	50
Prefeituras	69	54	67	50	29	33	19	13	27	2
ONGs	67	67	67	53	53	67	20	80	20	0
Representativas	86	57	57	57	71	43	14	57	29	0
Prestadoras de Serviços	32	14	20	18	16	16	4	8	26	2
Cooperativas de Produção	44	33	33	22	22	22	11	0	78	0
Ensino e Pesquisa	80	80	70	60	40	60	50	60	60	0
Cooperativas de Crédito*	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0
Agroindústrias	33	17	33	50	33	33	33	0	33	0
Outras Públicas*	100	100	100	100	50	100	0	100	0	50
Outras – Sistema "S"	100	100	100	100	75	75	75	75	75	25
Total	58	45	51	43	33	36	20	26	34	4

Fonte: Questionários

Tabela 7.12. Finalidade das Parcerias por Categoria (em %)

<i>1.1.1.1.1.1.3 Categoria</i>	cooperação técnica	estrutura física e logística	apoio
Governamentais de ATER	100	100	100
Prefeituras	87	79	69
ONGs	93	67	80
Representativas	100	71	71
Prestadoras de Serviços	38	16	22
Cooperativas de Produção	56	33	67
Ensino e Pesquisa	80	70	100
Cooperativas de Crédito*	100	100	100
Agroindústrias	67	50	17
Outras Públicas*	100	50	100
Outras – Sistema "S"	75	75	100

Total	70	54	58
-------	----	----	----

Fonte: Questionários

* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.

Tabela 8.2 : Principais entraves para uma melhor atuação apontados pelas instituições (em % das instituições, por categoria)*

1.1.1.1.1.1.1.3.1 Categoria	VOLUME DE RECURSOS FINANCEIROS	POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS PARA O SETOR	CONTINUIDADE DOS RECURSOS FINANCEIROS	TÉCNOLOGICO S	POLÍTICAS PÚBLICAS EM GERAL	INSTITUCIONAIS	ESTRUTURA AGRÁRIA DA REGIÃO	OUTROS
Governamentais de ATER	100	25	50			50		
Prefeituras	73	40	17	50	13	17	6	4
ONGs	67	53	40	27	27	27	20	13
Representativas	57	71	14	29	14	29	14	29
Prestadoras de Serviços	10	52	52	12	14	2	2	16
Cooperativas de Produção	44	56	56	44	33	33		
Ensino e Pesquisa	70	30	40	20	30	20	10	
Cooperativas de Crédito	0	100	0	0	0	0	100	0
Agroindústrias	33	50	33		67	17	0	
Outras Públicas	100	50	100	50	0	0	50	0
Outras – Sistema "S"	25	25	25	25	25	25		50
Total	48	47	36	29	19	16	7	10

Fonte: Questionários

* Obs: O questionário pedia que as instituições assinalassem no máximo 2 alternativas, mas foram consideradas todas as respostas.

ÍNDICE DE TABELAS – ANEXO 1

SIGLAS UTILIZADAS.....	10
RESUMO EXECUTIVO.....	12
Introdução e metodologia	12
Perfil institucional da ATER na Região Centro- Oeste	12
Breve caracterização das Categorias	14
Categoria 1 - Governamentais de ATER.....	14
Categoria 2 – Prefeituras	14
Categoria 3 – Organizações Não- Governamentais – ONG’s.....	14
Categoria 4 – Representativas de Agricultores	15
Categoria 5 – Prestadoras de Serviços	15
Categoria 6 – Cooperativas de produção	16
Categoria 7 - Ensino e Pesquisa	16
Categoria 8 - Cooperativas de Crédito	16
Categoria 9 - Agroindústrias	16
Categoria 10 - Outras Públicas	16
Categoria 11 – Sistema “S”.....	16
Aspectos principais da ATER na região Centro- Oeste	17
Natureza institucional e importância da ATER.....	17
Histórico	17
Público Atendido	17
Abrangência	18
O que fazem as instituições – principais linhas de atuação	18
Métodos do trabalho de ATER.....	18
As relações inter- institucionais	19
Recursos Humanos	19
Orçamento e Origem dos Recursos Financeiros	20
Custos da ATER.....	20
Amplitude de Cobertura dos Serviços de ATER.....	20
Resultados	21
Principais entraves	21
Limites e Potencialidades	22
1 Introdução	23
2 Metodologia	23
1) LISTAGEM	24
2) QUESTIONÁRIOS:.....	26
3) ENTREVISTAS.....	27
3 As instituições de ATER na região Centro- Oeste	29
3.1. Instituições Governamentais de ATER	29
3.2. As Prefeituras Municipais	31
3.3. Outras instituições atuando com ATER.....	33
Prestadoras de Serviços	34
Cooperativas de Produção	36
Organizações Não- Governamentais – ONG’s.....	37
Ensino e Pesquisa	39
Cooperativas de Crédito	41
Representativas	42
Agroindústrias	43
Outras Públicas	43
Sistema “S”.....	44
4 Perfil Institucional das Categorias	45
4.1. Natureza institucional e a importância da ATER para as diferentes instituições	45
4.2. Histórico das instituições	46
Histórico das Governamentais de ATER.....	47
Histórico das demais categorias da amostra	48
4.3. Perfil do público atendido	53
4.6. Abrangência de atuação	55
5 O que fazem as instituições de ATER na região Centro Oeste	56
6 Como é feita a ATER - Métodos	63
6.1 Atividades realizadas e enfoque tecnológico e metodológico	64
6.1.1 Eixos de atuação e enfoque tecnológico	64
6.1.2 Acesso à informação	68

6.1.3 Grau de Participação dos beneficiários	68
6.1.4. Metodologias de planejamento e análise da realidade	70
6.2 Relação com outros atores institucionais	71
6.2.1 Parcerias e relações institucionais	71
6.2.2 Participação em fóruns e conselhos	72
7 Como é feita a ATER no Brasil – Meios	73
7.1 Recursos Humanos	73
7.1.1 Perfil profissional dos trabalhadores na ATER.....	74
7.1.2 Cobertura da ATER: famílias, municípios e instituições	75
7.1.3 Fonte de informações dos trabalhadores da ATER.....	77
7.1.4 Remuneração dos trabalhadores da ATER.....	78
7.2 Infra- estrutura e recursos para o trabalho da ATER.....	79
7.2.1. Estrutura para o Trabalho	79
7.2.2. Orçamento das Instituições	80
7.2.3. Origem dos recursos financeiros	81
7.2.4 Os Custos da Ater	83
8- Balanço das realizações da ATER	86
8.1. Amplitude da cobertura dos serviços de ATER	86
8.1.1. Público potencial e público atendido pelas Governamentais de ATER.....	86
8.1.1. Cobertura Geográfica dos Serviços de ATER.....	88
8.2. Os resultados do trabalho das instituições de ATER.....	89
8.2. Por que não se faz mais: os entraves apontados pelas instituições.	91
9 ATER e desenvolvimento sustentável: limites e potencialidades	96
9.1. Os principais limites para uma ATER melhor e mais ampla	96
9.2. Limites e Potencialidades de cada Categoria	98
Governamentais de ATER.....	98
Prefeituras	100
ONG's.....	101
Prestadoras de Serviço	102
Cooperativas de Produção	103
Ensino e Pesquisa	103
Sistema “S”	104
Bibliografia	106
Tabela 2.1. Número de instituições identificadas (Listagem) e número e proporção de instituições que responderam ao questionário - por categoria e por estado para a região Centro- Oeste	90
Tabela 2.2: ENTREVISTAS - Número de instituições entrevistadas, por categoria e por estado	90
Tabela 2.3. Classificação das instituições em sub- categorias de acordo com a resposta ao questionário, em percentagem dentro da categoria	92
Fonte: Questionários	92
Tabela 3.1: Ano de criação das instituições e ano de início do trabalho com ATER (em %do total de instituições)	93
Tabela :3.2. - Atividade principal e estatuto das instituições que responderam ao questionário (em % do total de instituições).....	94
Tabela 3.4. Principais linhas de atuação das instituições, em percentagem das instituições que declararam desenvolver atividades nessa área	95
* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3. No entanto, as instituições estão computadas no total geral.....	96
Tabela 3.5.a. Origem dos Recursos: Instituições que têm acesso a cada fonte de recursos (em %das que responderam)	97
** As porcentagens desta categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.	97
Tabela 3.5.b. Principais fontes de recursos das instituições (%média do peso do financiamento - questionários que responderam à questão).....	98
Tabela 3.5.c. Participação de cada fonte no montante total destinado à ATER da categoria*	98
Tabela 5. Indicadores de abrangência espacial das instituições governamentais de ATER.....	99
Tabela 5.2.a. Tipos de relação entre prefeituras municipais e Governamentais de ATER.....	99
Tabela 5.3. Peso de cada categoria no total dos Estados e regiões, de acordo com o número de instituição identificadas (Listagem), excluindo Governamentais de ATER e prefeituras	101
Tabela 5.4. Abrangência de atuação das instituições (em %do total de questionários).....	102
* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.	103
Tabela 5.5. Público Alvo principal (Frequência - por Categoria - em %do total de instituições).....	104

Tabela 5.6. Distribuição do público atendido de acordo com a classificação do PRONAF (média das % de famílias atendidas por instituição)*.....	104
Tabela 5.6.b. Distribuição do público atendido de acordo com a classificação do PRONAF	106
Tabela 5.6.b1. Governamentais de ATER - Distribuição do público atendido de acordo com a classificação do PRONAF.....	106
Tabela 5.6.c. No. de instituições que atende cada público (em porcentagem, considerando apenas as que responderam à questão).....	108
Tabela 5.7.a. Relação entre Público Atendido e Público Potencial –	109
Tabela 5.7.b. - Público Potencial de Agricultura Familiar no Centro- Oeste - No. Estabelecimentos e % no Total de Agric.Familiar	110
Tabela 5.7b1. - Público Potencial no Centro- Oeste - No. Total de Estabelecimentos (familiar e patronal).....	110
Tabela 6.1.a. Funcionários atuando com ATER: Relação Pessoal de Apoio e Administrativo X Pessoal atuando diretamente com público- alvo	112
Tabela 6.1. Formação profissional dos trabalhadores da ATER (incluindo os que não atuam diretamente com público alvo) - %por categoria	114
Tabela 6.1.b. Formação dos trabalhadores da ATER - Agregada (incluindo os que não atuam diretamente com público alvo - %por categoria).....	114
Tabela 6.2. Composição do Quadro Técnico de ATER atuando diretamente com o público- alvo,.....	115
Tabela 6.2.a. Composição do Quadro Técnico de ATER atuando com o público- alvo – Subtotais (%das instituições) Fonte: Tabela 6.2.....	115
Tabela 6.4. Síntese dos Indicadores para Avaliação do Custo da ATER - Por categoria (porcentagens e medianas).....	116
Tabela 6.4.a . Número de Famílias atendidas por técnico que atua diretamente com público alvo (por instituição que respondeu)*.....	118
Tabela 6.4.b.Número de técnicos atuando diretamente com público alvo por município atendido (por instituição que respondeu)*.....	118
6.4.c. Equipe técnica atuando com o público alvo – Número de técnicos por instituição	119
Tabela 6.4d. Governamentais de ATER - Síntese de Indicadores para avaliação de Custo	120
Tabela 6.5. Governamentais de ATER - Relação entre número de técnicos e público atendido e potencial.	120
Tabela 6.7. Níveis Salariais dos técnicos de nível médio (Salários médio, mínimo e máximo, em início e final de carreira).....	122
Tabela 6.7.a Níveis Salariais dos técnicos de nível superior (Salários médio, mínimo e máximo, em início e final de carreira).....	122
Tabela 6.7.b .Níveis salariais das Governamentais de ATER.....	122
Tabela 6.8. Estrutura física para o trabalho da ATER (Porcentagem de instituições que possuem estrutura, por categoria).....	124
Tabela 6.9. Orçamento Total e Orçamento destinado à ATER (ano 2001, por categorias).....	125
Tabela 7. Nível de Participação dos Agricultores – Tabela Síntese (em %das instituições).....	126
Tabela 7.a Participação dos Agricultores nas Governamentais de ATER.....	126
Tabela 7.1. Forma de definição das prioridades de ATER pelas instituições (em porcentagem das instituições, por categoria).....	127
Tabela 7.2. Forma como as instituições se relacionam com os beneficiários (em porcentagem das instituições, por categoria).....	127
Tabela 7.3. Linhas de atuação adotadas para públicos específicos (%das repostas).....	129
Tabela 7.4. Linhas de atuação adotadas para públicos específicos, de acordo com os critérios do PRONAF (em %das respostas).....	129
Tabela 7.5. Utilização de instrumentos de diagnóstico, planejamento e monitoramento (em %das instituições, por categorias).....	131
Tabela 7.6. Principais meios utilizados pelas instituições para obtenção de informações técnicas* (% instituições que utilizam, por categoria).....	131
Tabela 7.7. Desempenho de atividades formais de difusão e geração de tecnologia pelos beneficiários, apoiados pelas instituições	133
Tabela 7.8. Forma de participação do público alvo no processos de tomada de decisão das instituições (em %das instituições, por categoria).....	133
Tabela 7.9. Participação dos agricultores na geração e difusão de tecnologias X Experiências dos agricultores como fonte de informações técnicas	135
Tabela 7.10. Realização de trabalhos em parceria pelas instituições (em %das instituições, por categoria).....	136
Tabela 7.13. Participação das instituições em Conselhos, Fóruns e Câmaras Técnicas (por categoria, em %das instituições).....	136

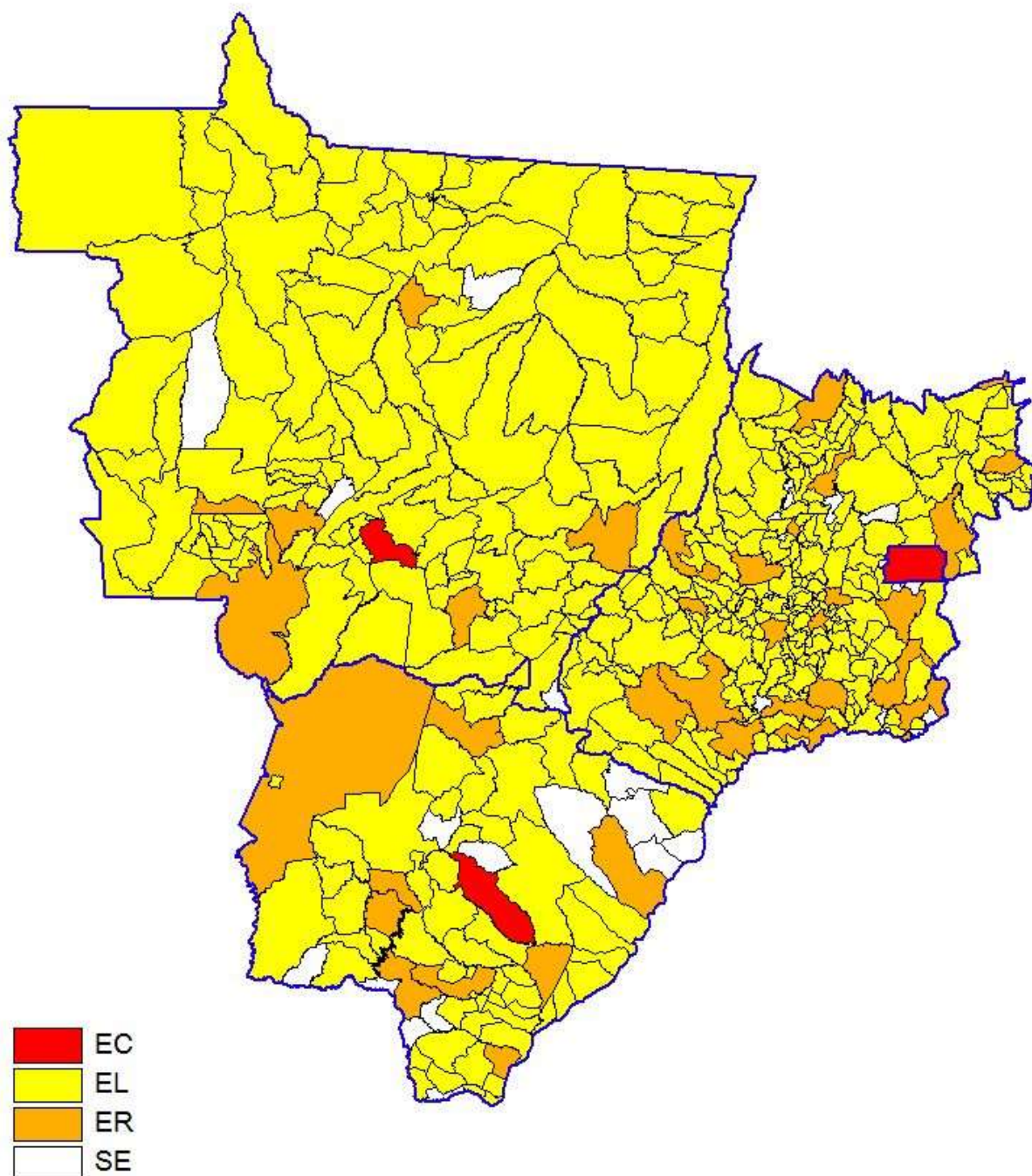
Tabela 7.11. Tipos de instituições com as quais cada uma das categorias realiza trabalhos em parceria (em % das instituições).....	138
Tabela 7.12. Finalidade das Parcerias por Categoria (em %)......	138
Tabela 8.2 : Principais entraves para uma melhor atuação apontados pelas instituições (em % das instituições, por categoria)*.....	140
ANEXO 2 – MAPAS.....	125
MAPA 1 – Governamentais de ATER: Escritórios Centrais, Regionais e Locais.....	126
MAPA 2 – Distribuição Geográfica das Prestadoras de Serviços.....	127
MAPA 3 – Distribuição Geográfica das ONG's	128
MAPA 4 – Distribuição Geográfica das Representativas	129
MAPA 5 – Distribuição Geográfica das Cooperativas de Produção	130
MAPA 6 – Distribuição Geográfica das Instituições de Ensino e Pesquisa	131
MAPA 7 – Distribuição Geográfica das Cooperativas de Crédito	132
MAPA 8 – Distribuição Geográfica das Agroindústrias	133
MAPA 9 – Número total de instituições por município, exceto as Governamentais de ATER e as Prefeituras.	134

ANEXO 2 – MAPAS

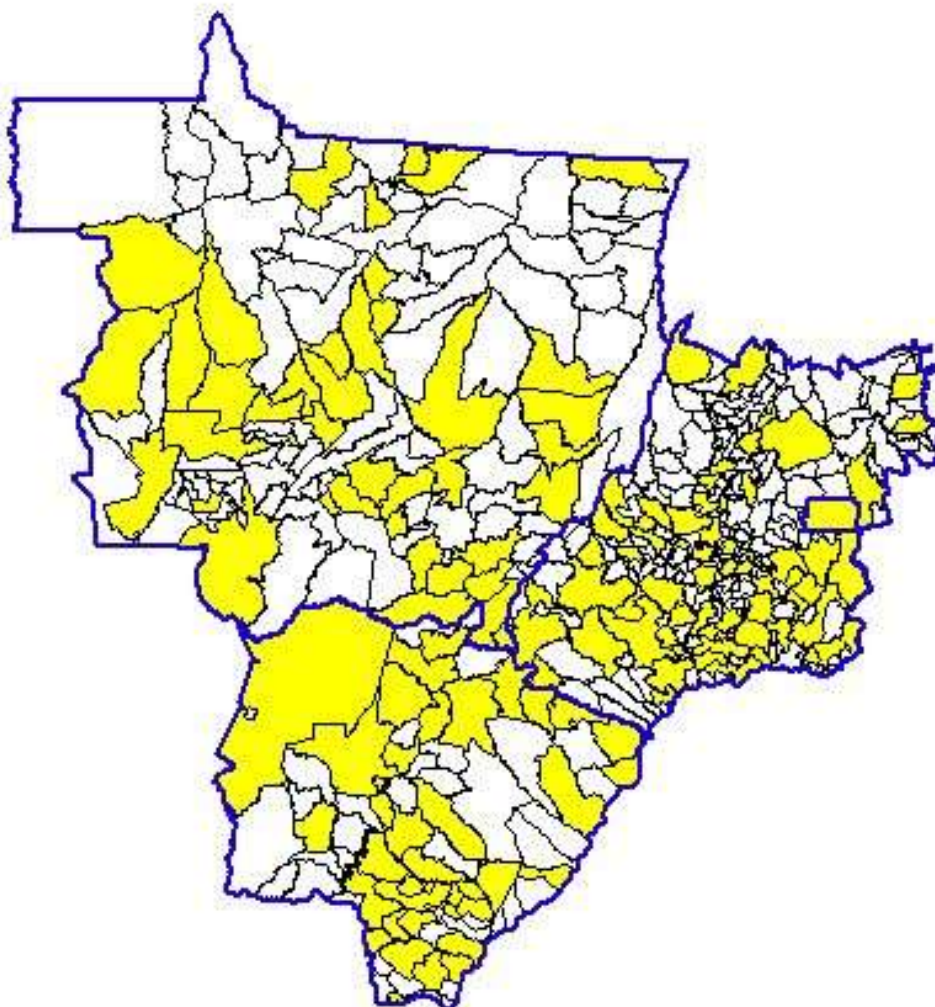
REGIÃO CENTRO OESTE

MAPA 1 – Governamentais de ATER: Escritórios Centrais,
Regionais e Locais

CENTRO OESTE

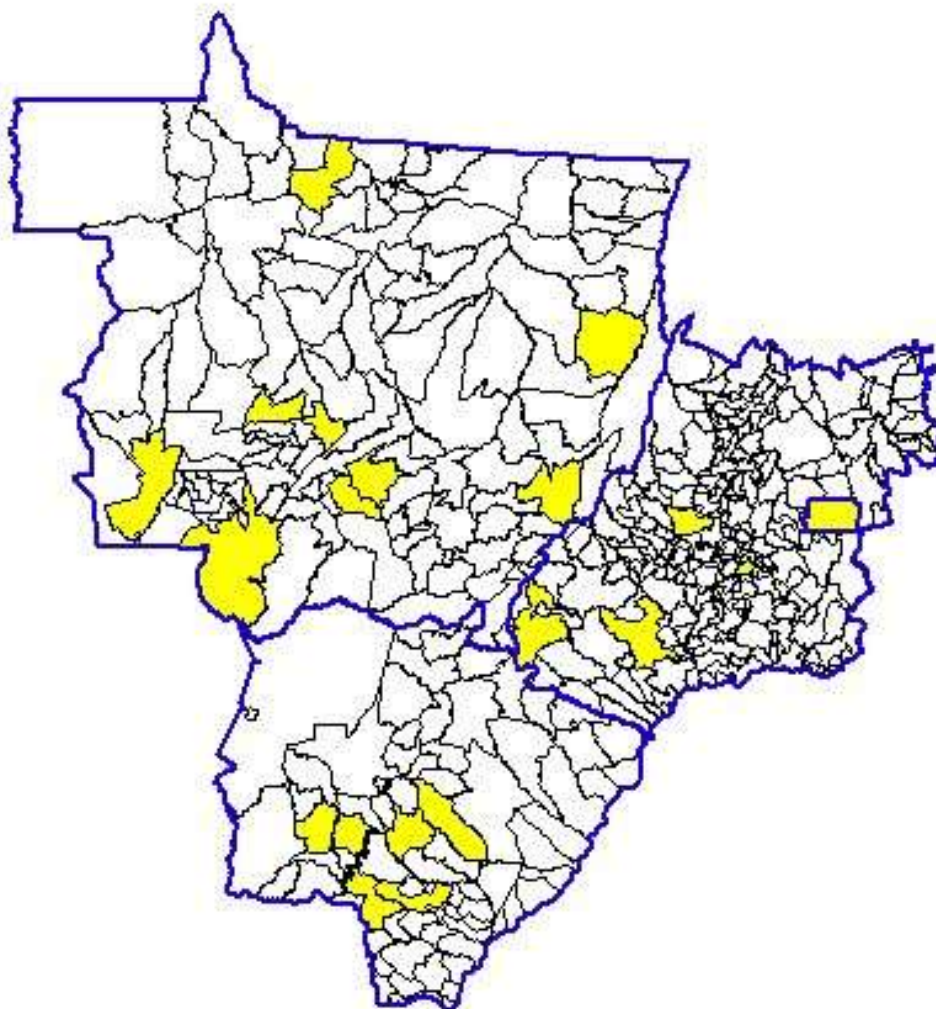


MAPA 2 – Distribuição Geográfica das Prestadoras de Serviços
(municípios onde há sedes de instituições)



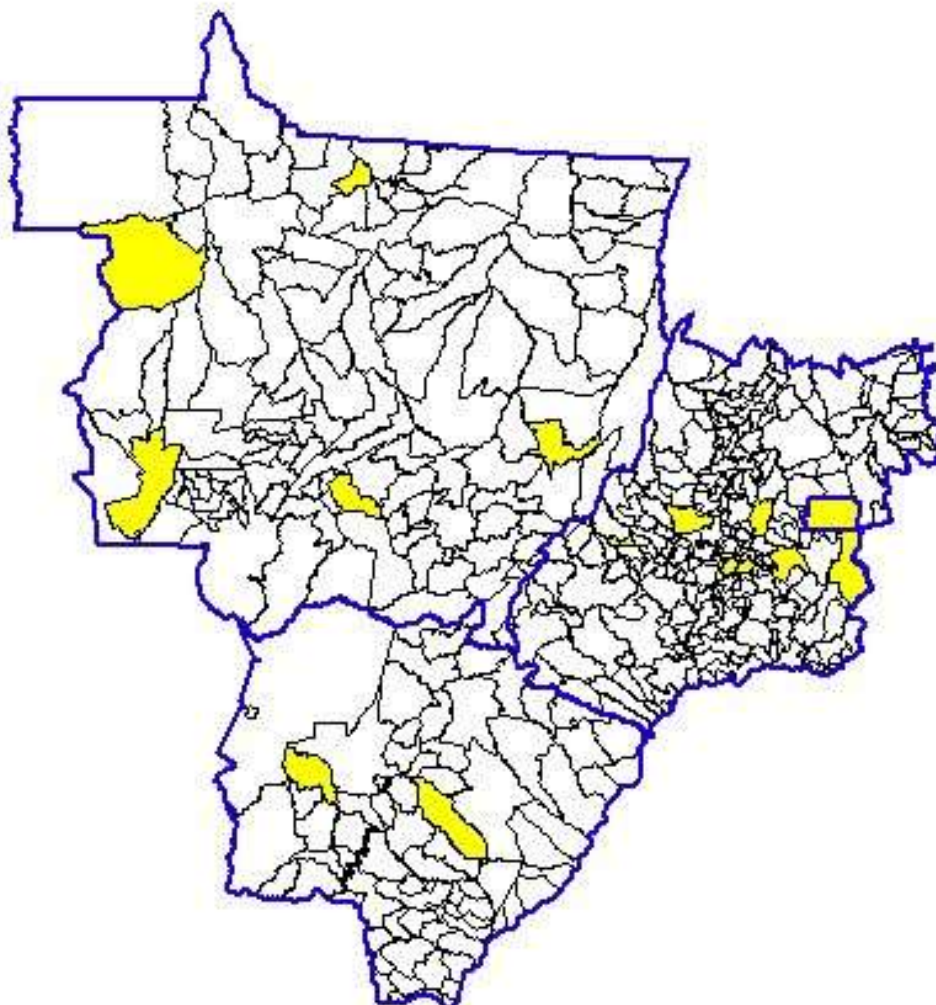
Fonte: Pesquisa de Campo – Listagem de Instituições - 2002

MAPA 3 – Distribuição Geográfica das ONG's
(municípios onde há sedes das instituições)



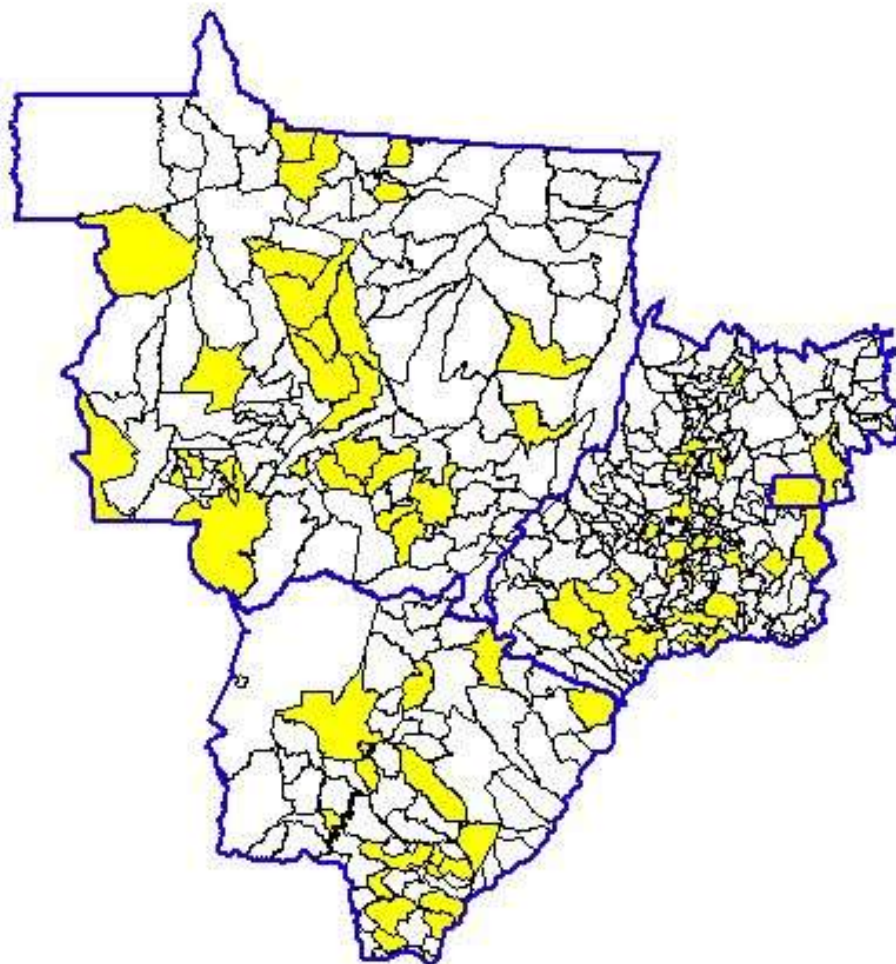
Fonte: Pesquisa de Campo – Listagem de Instituições - 2002

MAPA 4 – Distribuição Geográfica das Representativas
(municípios onde há sedes de instituições)



Fonte: Pesquisa de Campo – Listagem de Instituições - 2002

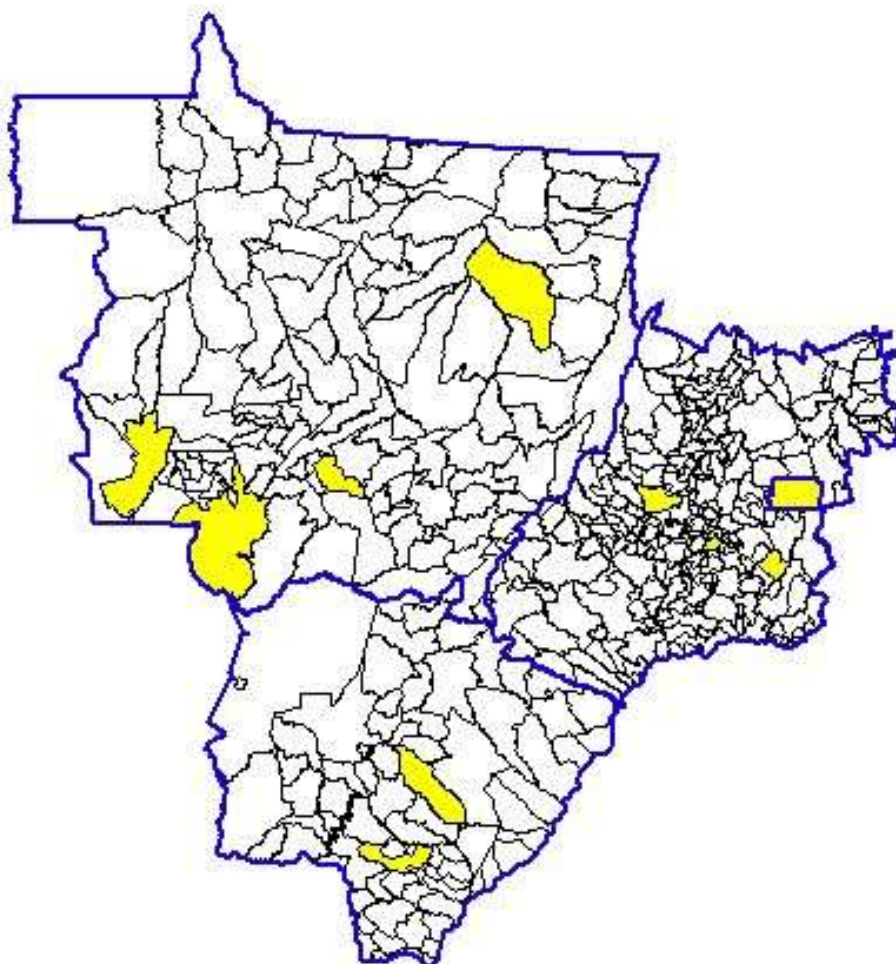
**MAPA 5 – Distribuição Geográfica das Cooperativas de Produção
(municípios onde há sedes de instituições)**



Fonte: Pesquisa de Campo – Listagem de Instituições - 2002

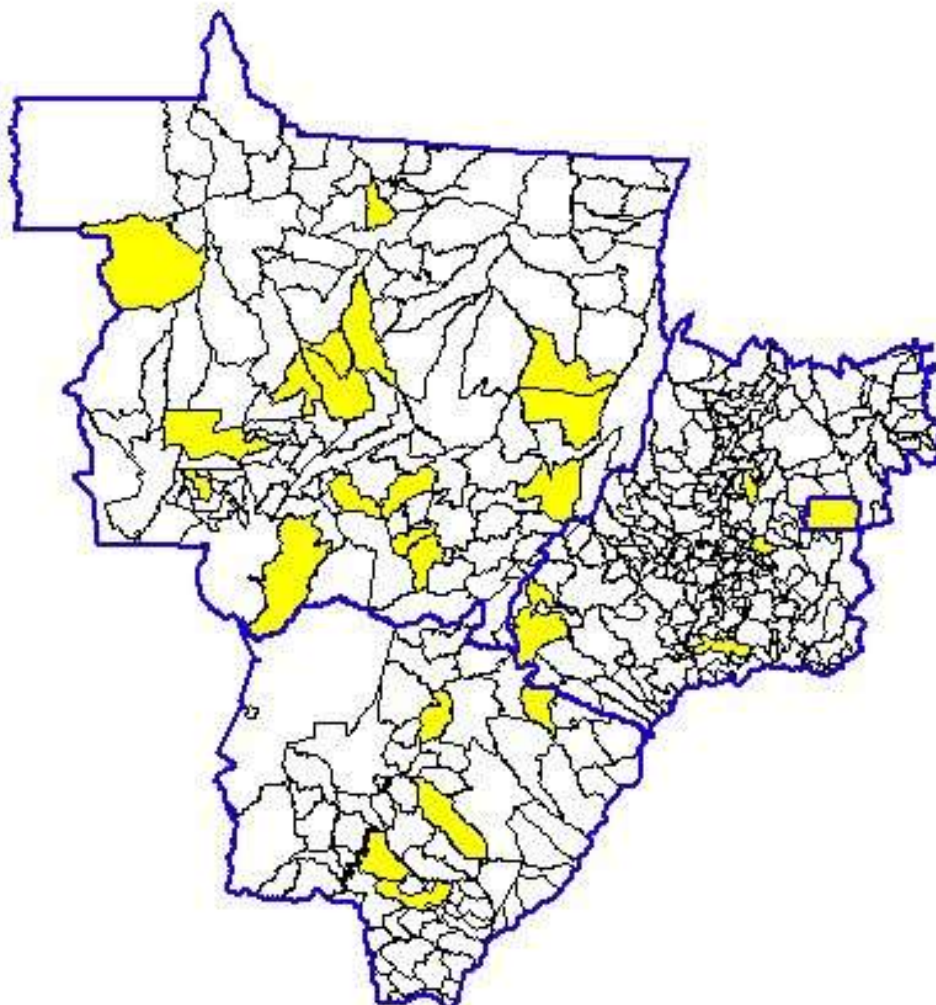
MAPA 6 – Distribuição Geográfica das Insituições de Ensino e Pesquisa

(municípios onde há sedes de instituições)



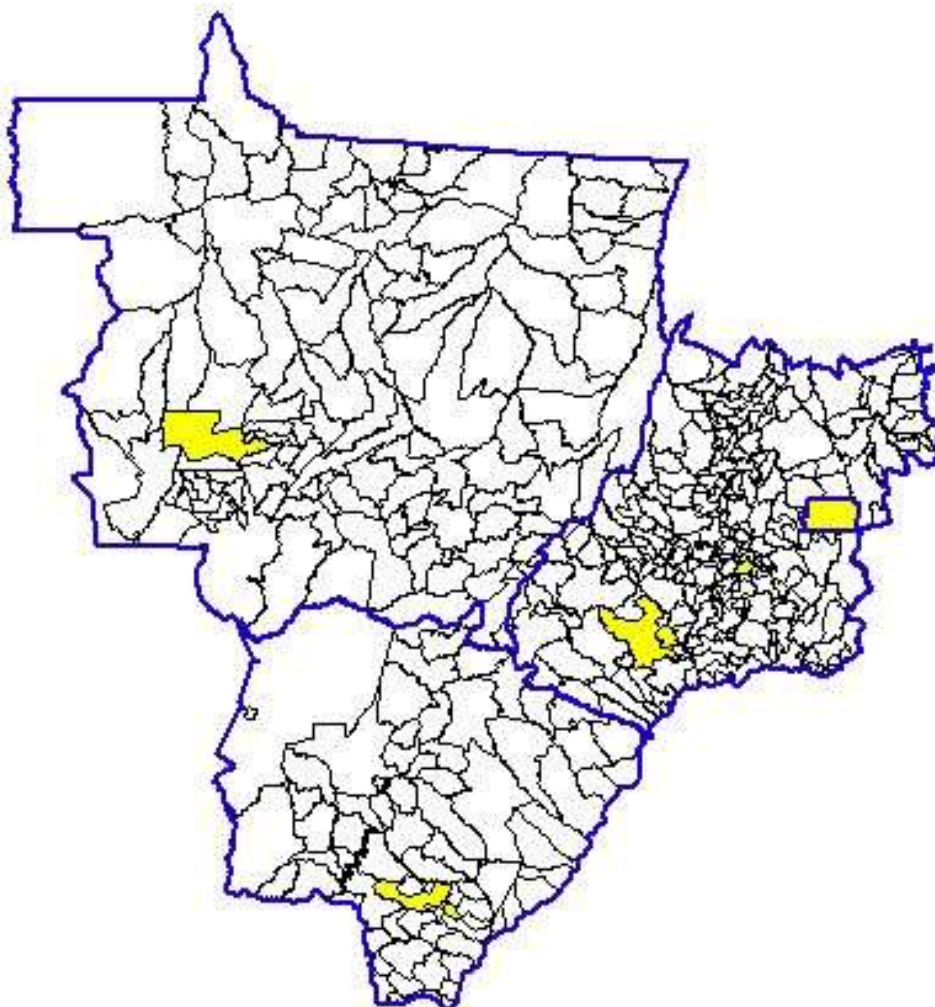
Fonte: Pesquisa de Campo – Listagem de Instituições - 2002

MAPA 7 – Distribuição Geográfica das Cooperativas de Crédito
(municípios onde há sedes de instituições)



Fonte: Pesquisa de Campo – Listagem de Instituições - 2002

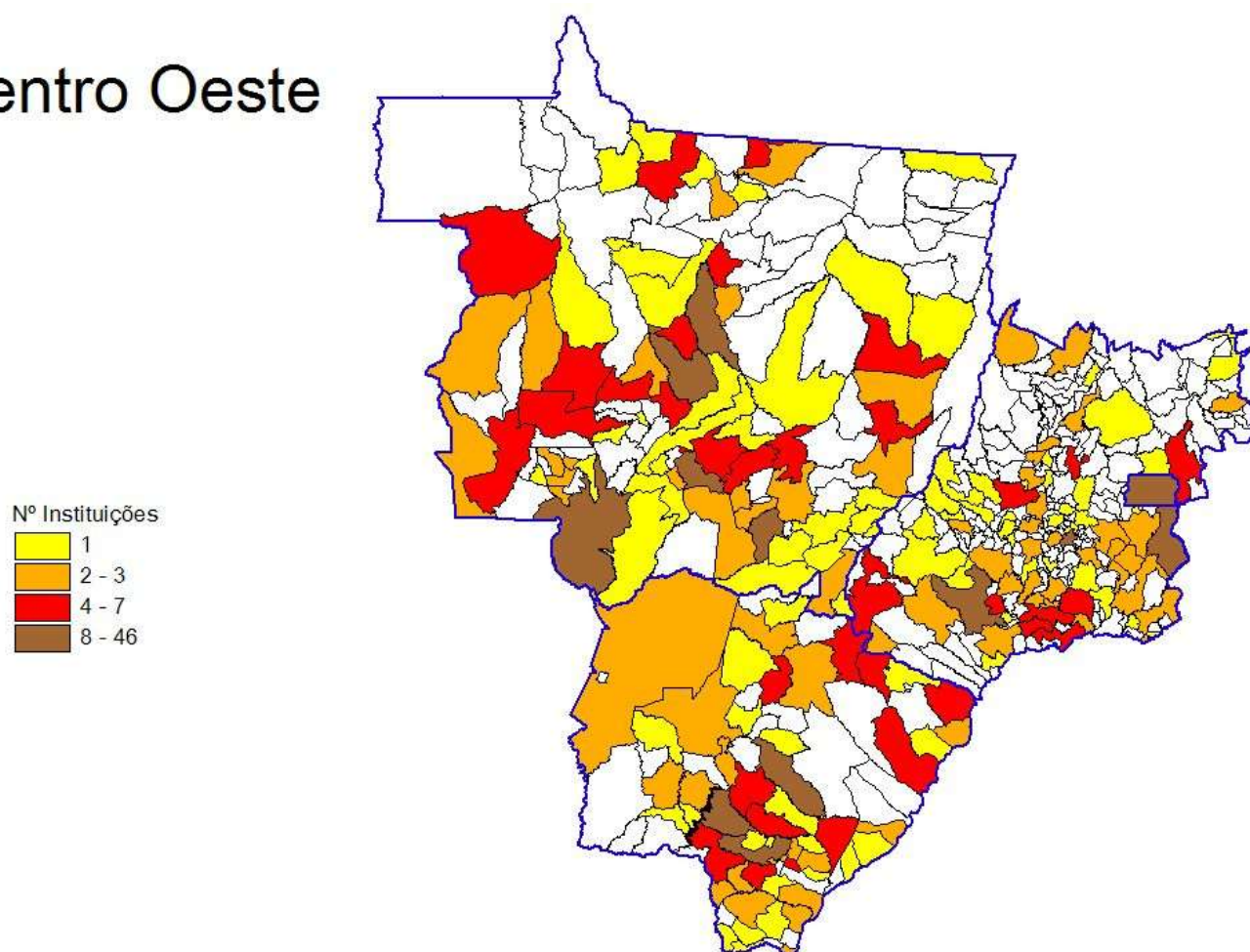
MAPA 6 – Distribuição Geográfica das Agroindústrias
(municípios onde há sedes de instituições)



Fonte: Pesquisa de Campo – Listagem de Instituições - 2002

MAPA 9 – Número total de instituições por município, exceto as Governamentais de ATER e as Prefeituras.

Centro Oeste



Fonte: Pesquisa de Campo – Listagem de Instituições - 2002

ÍNDICE DE MAPAS – ANEXO 2

SIGLAS UTILIZADAS.....	10
RESUMO EXECUTIVO.....	12
Introdução e metodologia	12
Perfil institucional da ATER na Região Centro- Oeste	12
Breve caracterização das Categorias	14
Categoria 1 - Governamentais de ATER.....	14
Categoria 2 – Prefeituras	14
Categoria 3 – Organizações Não- Governamentais – ONG’s.....	14
Categoria 4 – Representativas de Agricultores	15
Categoria 5 – Prestadoras de Serviços	15
Categoria 6 – Cooperativas de produção	16
Categoria 7 - Ensino e Pesquisa	16
Categoria 8 - Cooperativas de Crédito	16
Categoria 9 - Agroindústrias	16
Categoria 10 - Outras Públicas	16
Categoria 11 – Sistema “S”.....	16
Aspectos principais da ATER na região Centro- Oeste	17
Natureza institucional e importância da ATER.....	17
Histórico	17
Público Atendido	17
Abrangência	18
O que fazem as instituições – principais linhas de atuação	18
Métodos do trabalho de ATER.....	18
As relações inter- institucionais	19
Recursos Humanos	19
Orçamento e Origem dos Recursos Financeiros	20
Custos da ATER.....	20
Amplitude de Cobertura dos Serviços de ATER.....	20
Resultados	21
Principais entraves	21
Limites e Potencialidades	22
1 Introdução	23
2 Metodologia	23
1) LISTAGEM	24
2) QUESTIONÁRIOS:.....	26
3) ENTREVISTAS.....	27
3 As instituições de ATER na região Centro- Oeste	29
3.1. Instituições Governamentais de ATER	29
3.2. As Prefeituras Municipais	31
3.3. Outras instituições atuando com ATER.....	33
Prestadoras de Serviços	34
Cooperativas de Produção	36
Organizações Não- Governamentais – ONG’s.....	37
Ensino e Pesquisa	39
Cooperativas de Crédito	41
Representativas	42
Agroindústrias	43
Outras Públicas	43
Sistema “S”.....	44
4 Perfil Institucional das Categorias	45
4.1. Natureza institucional e a importância da ATER para as diferentes instituições	45
4.2. Histórico das instituições	46
Histórico das Governamentais de ATER.....	47
Histórico das demais categorias da amostra	48
4.3. Perfil do público atendido	53
4.6. Abrangência de atuação	55
5 O que fazem as instituições de ATER na região Centro Oeste	56
6 Como é feita a ATER - Métodos	63
6.1 Atividades realizadas e enfoque tecnológico e metodológico	64

6.1.1 Eixos de atuação e enfoque tecnológico	64
6.1.2 Acesso à informação	68
6.1.3 Grau de Participação dos beneficiários	68
6.1.4. Metodologias de planejamento e análise da realidade	70
6.2 Relação com outros atores institucionais	71
6.2.1 Parcerias e relações institucionais	71
6.2.2 Participação em fóruns e conselhos	72
7 Como é feita a ATER no Brasil – Meios	73
7.1 Recursos Humanos	73
7.1.1 Perfil profissional dos trabalhadores na ATER.....	74
7.1.2 Cobertura da ATER: famílias, municípios e instituições	75
7.1.3 Fonte de informações dos trabalhadores da ATER.....	77
7.1.4 Remuneração dos trabalhadores da ATER.....	78
7.2 Infra- estrutura e recursos para o trabalho da ATER.....	79
7.2.1. Estrutura para o Trabalho	79
7.2.2. Orçamento das Instituições	80
7.2.3. Origem dos recursos financeiros	81
7.2.4 Os Custos da Ater	83
8- Balanço das realizações da ATER	86
8.1. Amplitude da cobertura dos serviços de ATER	86
8.1.1. Público potencial e público atendido pelas Governamentais de ATER.....	86
8.1.1. Cobertura Geográfica dos Serviços de ATER.....	88
8.2. Os resultados do trabalho das instituições de ATER.....	89
8.2. Por que não se faz mais: os entraves apontados pelas instituições.	91
9 ATER e desenvolvimento sustentável: limites e potencialidades	96
9.1. Os principais limites para uma ATER melhor e mais ampla	96
9.2. Limites e Potencialidades de cada Categoria	98
Governamentais de ATER.....	98
Prefeituras	100
ONG's.....	101
Prestadoras de Serviço.....	102
Cooperativas de Produção	103
Ensino e Pesquisa	103
Sistema “S”.....	104
Bibliografia	106
Tabela 2.1. Número de instituições identificadas (Listagem) e número e proporção de instituições que responderam ao questionário - por categoria e por estado para a região Centro- Oeste	90
Tabela 2.2: ENTREVISTAS - Número de instituições entrevistadas, por categoria e por estado ..	90
Tabela 2.3. Classificação das instituições em sub- categorias de acordo com a resposta ao questionário, em percentagem dentro da categoria.....	92
Fonte: Questionários	92
Tabela 3.1: Ano de criação das instituições e ano de início do trabalho com ATER (em %do total de instituições).....	93
Tabela :3.2. - Atividade principal e estatuto das instituições que responderam ao questionário (em %do total de instituições).....	94
Tabela 3.4. Principais linhas de atuação das instituições, em percentagem das instituições que declararam desenvolver atividades nessa área	95
* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3. No entanto, as instituições estão computadas no total geral.	96
Tabela 3.5.a. Origem dos Recursos: Instituições que têm acesso a cada fonte de recursos (em % das que responderam)	97
** As porcentagens desta categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.	97
Tabela 3.5.b. Principais fontes de recursos das instituições (%média do peso do financiamento - questionários que responderam à questão).....	98
Tabela 3.5.c. Participação de cada fonte no montante total destinado à ATER da categoria*	98
Tabela 5. Indicadores de abrangência espacial das instituições governamentais de ATER.....	99
Tabela 5.2.a. Tipos de relação entre prefeituras municipais e Governamentais de ATER.....	99

Tabela 5.3. Peso de cada categoria no total dos Estados e regiões, de acordo com o número de instituição identificadas (Listagem), excluindo Governamentais de ATER e prefeituras	101
Tabela 5.4. Abrangência de atuação das instituições (em %do total de questionários).....	102
* As porcentagens da categoria não devem ser levadas em conta porque o número de questionários (respostas) é inferior a 3.	103
Tabela 5.5. Público Alvo principal (Frequência - por Categoria - em %do total de instituições).....	104
Tabela 5.6. Distribuição do público atendido de acordo com a classificação do PRONAF (média das %de famílias atendidas por instituição)*	104
Tabela 5.6.b. Distribuição do público atendido de acordo com a classificação do PRONAF	106
Tabela 5.6.b1. Governamentais de ATER - Distribuição do público atendido de acordo com a classificação do PRONAF.....	106
Tabela 5.6.c. No. de instituições que atende cada público (em porcentagem, considerando apenas as que responderam à questão)	108
Tabela 5.7.a. Relação entre Público Atendido e Público Potencial –	109
Tabela 5.7b. - Público Potencial de Agricultura Familiar no Centro- Oeste - No. Estabelecimentos e %no Total de Agric.Familiar	110
Tabela 5.7b1. - Público Potencial no Centro- Oeste - No. Total de Estabelecimentos (familiar e patronal).....	110
Tabela 6.1.a. Funcionários atuando com ATER: Relação Pessoal de Apoio e Administrativo X Pessoal atuando diretamente com público- alvo.....	112
Tabela 6.1. Formação profissional dos trabalhadores da ATER (incluindo os que não atuam diretamente com público alvo) - %por categoria	114
Tabela 6.1.b. Formação dos trabalhadores da ATER - Agregada (incluindo os que não atuam diretamente com público alvo - %por categoria).....	114
Tabela 6.2. Composição do Quadro Técnico de ATER atuando diretamente com o público- alvo,....	115
Tabela 6.2.a. Composição do Quadro Técnico de ATER atuando com o público- alvo – Subtotais (%das instituições) Fonte: Tabela 6.2.....	115
Tabela 6.4. Síntese dos Indicadores para Avaliação do Custo da ATER - Por categoria (porcentagens e medianas).....	116
Tabela 6.4.a . Número de Famílias atendidas por técnico que atua diretamente com público alvo (por instituição que respondeu)*	118
Tabela 6.4.b.Número de técnicos atuando diretamente com público alvo por município atendido (por instituição que respondeu)*	118
6.4.c. Equipe técnica atuando com o público alvo – Número de técnicos por instituição	119
Tabela 6.4d. Governamentais de ATER - Síntese de Indicadores para avaliação de Custo	120
Tabela 6.5. Governamentais de ATER - Relação entre número de técnicos e público atendido e potencial.	120
Tabela 6.7. Níveis Salariais dos técnicos de nível médio (Salários médio, mínimo e máximo, em início e final de carreira).....	122
Tabela 6.7.a Níveis Salariais dos técnicos de nível superior (Salários médio, mínimo e máximo, em início e final de carreira).....	122
Tabela 6.7.b .Níveis salariais das Governamentais de ATER.....	122
Tabela 6.8. Estrutura física para o trabalho da ATER (Porcentagem de instituições que possuem estrutura, por categoria).....	124
Tabela 6.9. Orçamento Total e Orçamento destinado à ATER (ano 2001, por categorias).....	125
Tabela 7. Nível de Participação dos Agricultores – Tabela Síntese (em %das instituições).....	126
Tabela 7.a Participação dos Agricultores nas Governamentais de ATER.....	126
Tabela 7.1. Forma de definição das prioridades de ATER pelas instituições (em porcentagem das instituições, por categoria).....	127
Tabela 7.2. Forma como as instituições se relacionam com os beneficiários (em porcentagem das instituições, por categoria).....	127
Tabela 7.3. Linhas de atuação adotadas para públicos específicos (%das repostas).....	129
Tabela 7.4. Linhas de atuação adotadas para públicos específicos, de acordo com os critérios do PRONAF (em %das respostas)	129
Tabela 7.5. Utilização de instrumentos de diagnóstico, planejamento e monitoramento (em %das instituições, por categorias).....	131
Tabela 7.6. Principais meios utilizados pelas instituições para obtenção de informações técnicas* (%instituições que utilizam, por categoria).....	131

Tabela 7.7. Desempenho de atividades formais de difusão e geração de tecnologia pelos beneficiários, apoiados pelas instituições	133
Tabela 7.8. Forma de participação do público alvo no processos de tomada de decisão das instituições (em %das instituições, por categoria).....	133
Tabela 7.9. Participação dos agricultores na geração e difusão de tecnologias X Experiências dos agricultores como fonte de informações técnicas	135
Tabela 7.10. Realização de trabalhos em parceria pelas instituições (em %das instituições, por categoria).....	136
Tabela 7.13. Participação das instituições em Conselhos, Fóruns e Câmaras Técnicas (por categoria, em %das instituições).....	136
Tabela 7.11. Tipos de instituições com as quais cada uma das categorias realiza trabalhos em parceria (em %das instituições).....	138
Tabela 7.12. Finalidade das Parcerias por Categoria (em %)......	138
Tabela 8.2 : Principais entraves para uma melhor atuação apontados pelas instituições (em % das instituições, por categoria)*.....	140
ANEXO 2 – MAPAS.....	125
MAPA 1 – Governamentais de ATER: Escritórios Centrais, Regionais e Locais.....	126
MAPA 2 – Distribuição Geográfica das Prestadoras de Serviços	127
MAPA 3 – Distribuição Geográfica das ONG's	128
MAPA 4 – Distribuição Geográfica das Representativas	129
MAPA 5 – Distribuição Geográfica das Cooperativas de Produção	130
MAPA 6 – Distribuição Geográfica das Insituições de Ensino e Pesquisa	131
MAPA 7 – Distribuição Geográfica das Cooperativas de Crédito	132
MAPA 6 – Distribuição Geográfica das Agroindústrias	133
MAPA 9 – Número total de instituições por município, exceto as Governamentais de ATER e as Prefeituras.	134

Anexo 3 - Quadro das Governamentais de ATER da Região Centro- Oeste

	Estado	GO	MT	MS	DF
	SIGLA	Agência Rural	EMPAER	IDATERRA	EMATER- DF
	Nome da Instituição associada à ASBRAER	Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário - Agência Rural	EMPAER- Empresa Mato- grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário, Pesquisa e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul - IDATERRA	EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF
	Figura jurídica (empresa, fundação, etc)	Autarquia	Empresa de Economia Mista	Autarquia	empresa
	Ano de criação	1961	1964	1964	1978
	Existência de Fusão - quais órgão foram fundidos	1995 - Fusão da EMATER-GO com EMGOPA (Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária) e CLAVEGO - Classificação Vegetal de Goiás 1999 - Incorporação do IGAP (Inst. de Defesa Agropecuária) e IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário)	FUSÃO DA EMATER/MT, EMPA/MT (Empresa de Pesquisa Agropecuária) e CODEAGRI (fomento agropecuário e patrulha mecanizada);	EMPAER; AGROSUL (Empresa de Serviços Agropecuários do MS) (abastecimento e armazenamento); TERRASUL (Instituto de Terras do MS). Em 1979 havia sido realizada uma primeira fusão da EMATER e EMPA, formando a Empaer.	ausência de fusão
	Ano da Fusão	1995- 1999	1992	2000	
	Principais consequências da fusão	Otimização dos custos em escritórios únicos, diminuição da estrutura, ampliação da força de trabalho, orientação geral para desenvolvimento rural; melhoria na atuação.	Inclusão da pesquisa como uma dos objetivos da empresa, além da ATER	Enxugamento máquina; redução drástica de quadro funcional; integração das atividades dos diferentes órgãos.	
	Outras tranformações importantes e ano (mudanças organizacionais e de missão)	1961 - Criação da ACAR-GO 1975 - Criação da EMATER-GO (fusão ACAR-GO com Coordenadoria de Assistência Técnica da Sec. Agricultura) 1999 - Criação Agência Rural - fusão da EMATER-GO, IDAGO, IGAP, EMGOPA- Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (esta criada em 1955)	1964 - Criação da ACARMAT; 1975 - Substituída pela EMATER-MT; 1988 - Incorporação da CASEMAT (Serviço de Armazenagem) pela EMPAER 1992 - Criada a EMPAER (fusão EMATER e EMPA); .	1964 - Criação da ACARMAT; 1975 - Substituída pela EMATER-MT; 1979 - Criação do Estado de MS- criação da EMPAER-MS (fusão EMATER e EMPA); 2000- nova fusão - IDATERRA, mudanças na missão: voltada para agricultura familiar, quilombolas e indígenas; Método: participativo; Visão: agrocológica	Criada já como Emater- DF em 1978 - sem transformações importantes.
5.1. Abrangência Espacial					
	No. Total de Municípios no Estado	246	139	77	17 Regiões Administrativas (
	No. Municípios atendidos	246	132	77	12 RA + 2 munípios em GO
	No. Escritórios Locais	203	128	57	22
	No. de Escritórios regionais	21	6	10	não existem
	%municípios atendidos (atendidos/total x 100)	100%	95%	100%	100% dos com área rural + do
	%municípios com escritórios locais (escritórios/ total)	83%	92%	74%	138%
	No. médio de municípios atendidos por escritório local	1,2	1,0	1,4	0,7
	No. médio de municípios atendidos por regional	11,7	23,2	7,7	Não há regionais
	No. Médio de escritórios locais por regional	9,7	21,3	5,7	Não há regionais

	Papel dos Escritórios Regionais	Coordenar rede de escritórios locais; supervisionar ações planejadas; executar estratégias finalísticas da Agência.	Coordenar as ações mais específicas dos municípios	Coordenar os escritórios locais sob sua jurisdição e os programas e projetos de uma forma geral no nível local	não existem
	Papel do Escritório Central	Coordenar rede de escritórios regionais; estabelecer o planejamento estratégico da Agência em consonância com demandas locais encaminhadas às regionais e destas à central.	As ações gerais são coordenadas pela diretoria de operações e de pesquisa da EMAPER central; percebe-se bastante envolvimento da central com as locais	Conceber e executar políticas de desenvolvimento rural, abastecimento, assistência aos indígenas e quilombolas; realizar a regularização fundiária	Captação de recursos, apoio
	Relação com Prefeituras e outras instituições				
	Tipos de relacionamento com as prefeituras, se possível, com a quantificação aproximada. (fonte: questão 3.4 e informações enviadas pelas ASBRAER)	Relacionamento via convênios. Relação vai de acordo com orientações políticas locais mas em geral são boas. Muito poucas prefeituras com técnicos (menos de 5). Orientação técnica é feita por técnico da Agência .	Convênios com repasse de Recursos para Manutenção Esloc (29 Prefeituras); de Recurso para Contratação de Técnicos (03); de Recursos para Administrativo (03); Convênio com contratação de Técnico (08); Convênio com contratação de Administrativo (13); Convênio com contratação de Técnico e Administrativo (03)	Via convênios. Há mais de uma dezena de prefeituras com técnicos próprios. As prefeituras em geral definem seus interesses, não havendo discussão sistemática com IDATERRA. Há parcerias em ações locais voltadas para agricultores familiares, assentados, indígenas e quilombolas. Em geral, os técnicos do IDATERRA orientam o trabalho técnico.	1 administração regional ced
	Existem convênios formais?	Sim. 170.	SIM	Sim. São 36. 46,7% das prefeituras. (31 só infra-estrutura; 12 técnicos e infra-estrutura).	sim
	Papel das prefeituras	Ceder infra- estrutura (92 escritórios locais da Agência são cedidos por prefeituras), pessoal administrativo (em 90 convênios) e pagamento de quantia mensal ou de R\$ 500,00 por técnico lotado na unidade local ou algo em torno de 0,5% do Fundo de Participação do Município. Atualmente de 30 a 50% das prefeituras estão inadimplentes.	Onde existe P.M.D.S. o trabalho é realizado com base nos programa. Onde não existe o P.M.D.S. o trabalho é realizado com autonomia, porém sintonizado com as clausulas constantes nos convênios.D27	Ceder infra- estrutura (prédio, manutenção escritório) (31); material de consumo (às vezes combustível, em 7) ; serviços (manutenção de carros, em 5); pessoal administrativo (28); e técnicos (em 12).	
	Inserção da ASBRAER nos CMDRS e sua importância (questão 3.2 + informações qualitativas)	102 municípios com CMDRS's,todos com funcionário local da Agência. Conselhos são importantes para o emcaminhamento, discussão e planejamento de ações da agência no nível local. Técnicos participam de outros conselhos municipais, em geral de meio ambiente e em alguns casos de turismo.	A EMPAER participa dos CMDRS, onde se definem os OMDRS, que pautam as ações locais de ATER.	IDATERRA dá apoio aos Conselhos mas não tem assento. Poucas informações sobre isso.	As EMATER locais participam

	Outras parcerias mais frequentes (Questão 3.1)	STR's, FETAEG; FAEG; Sociedade Goiana de Agricultura e Pecuária, Organização das Cooperativas de Goiás; iniciativa privada; SEBRAE; SENAR; universidades (UFG e Católica); organismos de pesquisa; governo federal e estadual.	parceria com todos os tipos de instituição, principalmente na área técnica.	FUNAI, INCRA; prefeituras; associações de produtores; organismos de pesquisa (EMBRAPA's); iniciativa privada; governo federal e estadual; organizações e movimentos sociais (STR's, MST; FETAGRI); Cooperativa de Técnicos ex- empregados EMPAER (COOPAER).	Secretaria de Agricultura do
	Participação em fóruns e redes	Não.	NÃO	Não	inexistente
6.1. Recursos Humanos e cobertura da ATER					
	Quadro total de funcionários - número (5.1.)	2.000	514	397	193
	Funcionários de Apoio e Administração	388	140	167	59
	Equipe técnica total (sem funcionários de apoio e administração)	1.612	374	230	134
	3 Formações predominantes e sua % em relação ao total (5.3 - atuando diretamente com público alvo)	técnico agrícola(38%); agrônomo (30%); veterinário (18%), assist. social(15%)	Engenheiros Agrônomos e Técnicos Agrícolas (obs: informação qualitativa)	técnico agrícola (48%); agrônomo (36%); veterinários e zootecnistas (7%), economistas domésticas (3%)	Técnico agrícola (36%), Veterinário (34%), Agrônomo (30%)
	Equipe técnica atuando público alvo (2o.grau+superior, sem administrativos)	288	234	181	106
	Equipe técnica média por escritório local	1	2	3	5
	%nível superior sobre o total (atuando com público alvo)	63%	não especificado	50%	72%
	Técnicos atuando com público alvo sobre total de funcionários	14%	46%	46%	55%
	Equipe técnica média por escritório local (total de técnicos atuando em campo sobre no. de escritórios locais) Obs: não dá para separar aqui os técnicos que estão no escritório central e regional e que também atuam com público alvo)	1,4	1,8	3,2	4,8
	Equipe técnica média por município atendido (total atuando público alvo, excluindo administrativos)	1,2	1,8	2,4	6,2
Público atendido					
	No. de famílias atendidas (questão 2.3)	30234	43.228	36.918	9.544
	No. famílias atendidas/ técnico que atua em campo	105,0	184,7	204,0	90,0
	Público- alvo (questões 2.4 e 2.5)	agricultor familiar; assentado; quilombola; jovens; mulheres	Assentados, mulheres, agricultores familiares e jovens	índios, agricultores familiares, assentados, quilombolas; pescadores; ribeirinhos; microempresas rurais.	Assentados, Mulheres, Agricultores familiares, jovens, mulheres, artesãos, e micro- empresas rurais
	Público- alvo prioritário	agricultor familiar; assentado; quilombola; jovens; mulheres	agricultores familiares e assentados	agricultores familiares e assentados.	agricultores familiares
6.2. Infra- estrutura					
	No. Total de carros de passeio	173	280	178	116
	No. Total de caminhonetes (quest 6)		51	58	1
	No.Total veículos (Carros de passeio + caminhonetes)	173	331	236	117

No. médio de veículos por escritório local (Carros de passeio + caminhonetes + motos)	0,85	2,59	4,14	6,10
No. médio de técnicos (atuando em campo) por veículo	1,7	0,7	0,8	0,9
No. médio de veículos por técnico atuando em campo	0,6	1,4	1,3	1,1
No. Total de computadores		210	140	77
Indicador aproximado: computadores por escritório (local + regional + central)	145,0	1,6	2,1	3,3
No. Computadores ligados à internet	145	12	115	59
Indicador aproximado: computadores com internet por escritório (somando local + regional + central)	0,6	0,1	1,7	2,5
6.2. Recursos / Orçamento				
Orçamento total (anual) da instituição	R\$32.466.005,98	R\$18.756.160,00	R\$37.577.900,19	R\$17.699.269,93
Orçamento total anual destinado à ATER	R\$16.233.002,99	R\$15.942.736,00	R\$19.000.000,00	R\$17.699.269,93
%orçamento destinada à ATER sobre total	50%	85%	51%	100%
Orçamento por técnico atuando diretamente com público- alvo	R\$56.364,59	R\$68.131,35	R\$104.972,38	R\$166.974,24
Orçamento por família atendida (anual)	R\$536,91	R\$368,81	R\$514,65	R\$1.854,49